

CIÊNCIA

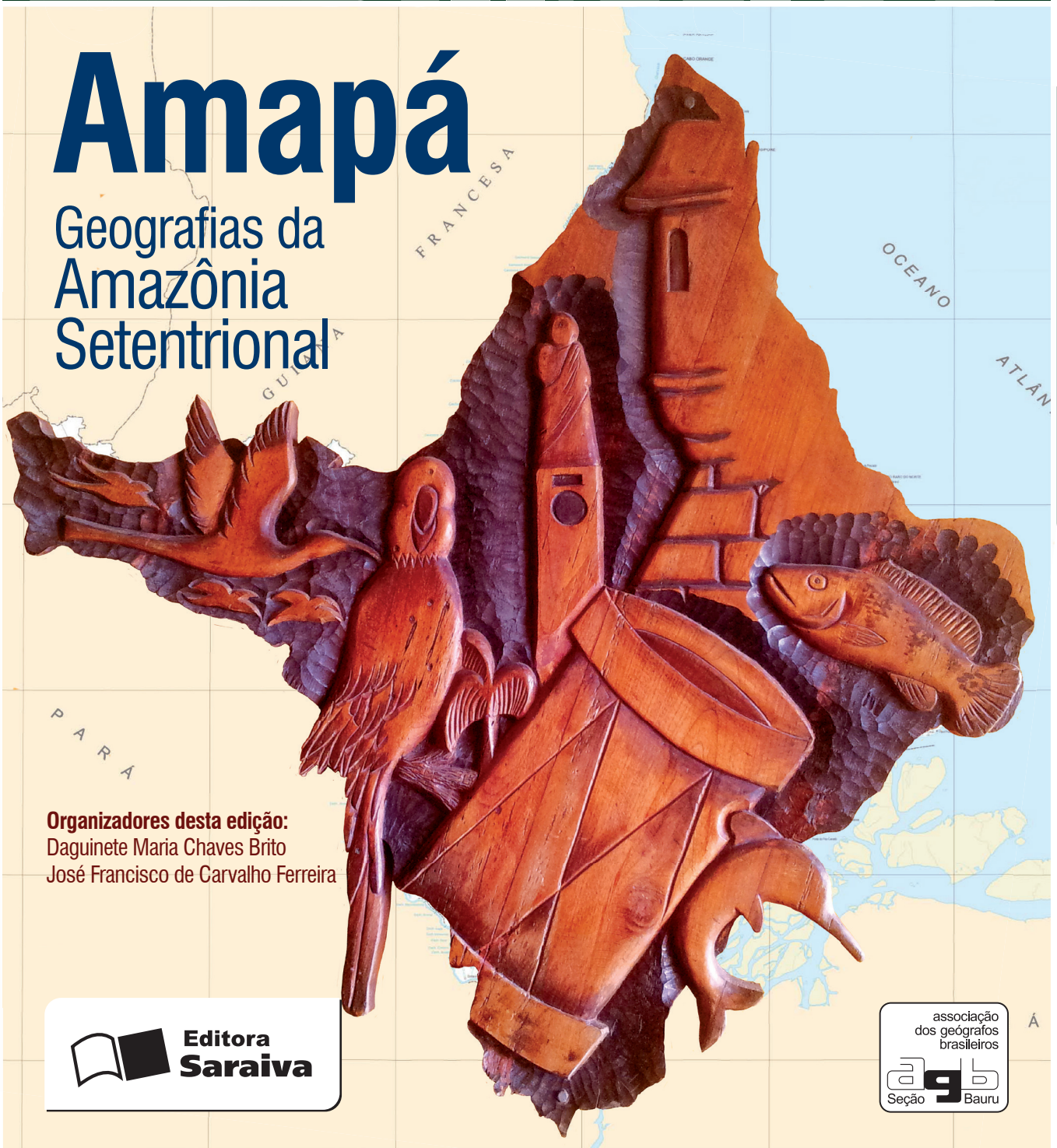
ISSN 1413-7461

Geográfica

ANO XXI - VOL. XXI, Nº 2 - ENSINO - PESQUISA - MÉTODO - JANEIRO/DEZEMBRO - 2017

Amapá

Geografias da
Amazônia
Setentrional



Organizadores desta edição:
Daguinete Maria Chaves Brito
José Francisco de Carvalho Ferreira



**Editora
Saraiva**

associação
dos geógrafos
brasileiros

Seção **9b** Bauru

Expediente

Revista **Ciência Geográfica**

Ensino - Pesquisa - Método

Ano XXI - Vol. XXI - N.º 2 - Janeiro/Dezembro de 2017 - ISSN 1413-7461

Publicação anual voltada ao ensino, à pesquisa e método em Geografia e áreas afins.

Órgão oficial de divulgação da

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS:

Presidente Nacional: Prof. Dr. **Renato Emerson Nascimento dos Santos**

Diretor Seção Local Bauru: Prof. Ms. **Elian Alabi Lucci**

Editores:

Álvaro José de Souza (In Memoriam), Elian Alabi Lucci, José Misael Ferreira do Vale, Lourenço Magnoni Júnior, Ruy Moreira e Wellington dos Santos Figueiredo.

Comitê Editorial:

Álvaro José de Souza (In Memoriam), Antônio Francisco Magnoni, Elian Alabi Lucci, José Misael Ferreira do Vale, Lourenço Magnoni Júnior, Maria da Graça Mello Magnoni, Ruy Moreira e Wellington dos Santos Figueiredo.

Revisores:

José Misael Ferreira do Vale, Lourenço Magnoni Júnior, Maria da Graça Mello Magnoni e Wellington dos Santos Figueiredo.

Jornalista Responsável:

Antônio Francisco Magnoni - MTB - 19280

Conselho Editorial/Editorial Board:

Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF/Niterói - RJ) - Editor

Membros/Members:

Prof. Dr. Antônio Francisco Magnoni (UNESP/Bauru - SP)

Prof. Dr. Armen Mamigonian (USP/São Paulo - SP)

Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior (UNESP/Presidente Prudente - SP)

Prof. Dr. Cláudio Artur Mungói (Universidade Eduardo Mondlane - Maputo - Moçambique)

Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza (UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon - PR)

Prof. Dr. Francisco Sierra Caballero (Universidade de Sevilla - Espanha)

Prof. Dr. Gil Sodero de Toledo (USP/São Paulo - SP)

Prof. Dr. José Manuel Mateo Rodríguez (Universidade de Havana - Cuba)

Prof. Dr. José Misael Ferreira do Vale (UNESP/Bauru - SP)

Prof. Dr. Lourenço Magnoni Júnior (Centro Paula Souza - Lins - SP)

Prof. Dr. Luciano Fernandes Lourenço (Universidade de Coimbra - Portugal)

Profª Drª Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru - SP)

Profª Drª Nídia Nacib Pontuschka (USP/São Paulo - SP)

Profª Drª Nilza Aparecida Freres Stipp (UEL/Londrina - PR)

* As opiniões expressadas pelos autores são de sua inteira responsabilidade.

Foto da capa: professora **Jucilene Amorim Costa**

Mapa da capa: **Acervo da Universidade Federal do Amapá**

FILOSOFIA E OBJETIVOS DA REVISTA CIÊNCIA GEOGRÁFICA

CIÊNCIA GEOGRÁFICA é a publicação da Associação dos Geógrafos Brasileiros, Seção Bauru - SP, destinada a veicular a vida intelectual e acadêmica e a experiência profissional de geógrafos brasileiros no nível local, nacional e internacional.

Dentre seus objetivos estão:

1 - Estimular a produção científica dos sócios da entidade e da geografia brasileira;

2 - Divulgar a ciência brasileira em nível internacional e a ciência mundial no nível do Brasil;

3 - Estabelecer o entrelaçamento da pesquisa universitária com a sala de aula, vinculando em caráter permanente o Ensino Fundamental, Médio e Superior de Geografia.

Para tanto, suas páginas estão abertas para todas as idéias e tendências acadêmicas e científicas hoje em debate na Geografia e na Educação, visando sua divulgação e consolidação em sua pluralidade de riqueza. Em particular, estão abertas para todas as formas de ação que ponham a ciência geográfica brasileira junto aos que buscam a construção de um mundo justo e democrático.

Indexada em/Indexada in/Abstract in:

IBICIT (ISSN n.º 1413-7461)

Latindex - Sistema regional de informacion en linea para revistas científicas de America Latina, el Caribe, España y Portugal: <http://www.latindex.un-am.mx>

GeoDados: Indexador de Geografia e Ciências Sociais - <http://www.geodados.uem.br/revistas.shtml>

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP

CNPJ N.º 00.407.52/0001 - 00

Rua Pedro Oliveira Tavares, 2-148 - Jardim Colonial - Bauru - SP - CEP 17047-595

Fone: (14) 99711-1450

E-mails: agb@agbbauru.org.br

lourenco.junior@fatec.sp.gov.br

Site: <http://www.agbbauru.org.br>

Normalização bibliográfica:

Biblioteca Rosicler Sasso Silva - Faculdade de Tecnologia de Lins (Fatec).

Diagramação e Capa: Nilton de Araújo Júnior

SARAIVA S/A LIVREIROS EDITORES

Rua Henrique Schaumann, 270 - Cerqueira César

05413-909 - São Paulo - SP

Fone PABX: (11) 3613-3000 - Fax: (11) 3611-3308

Fale conosco por telefone: 0800-0117875

E-mail: atendprof@editorasaraiva.com.br

www.editorasaraiva.com.br

Ficha catalográfica elaborada por

DIVISÃO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO - UNESP - Botucatu

Ciência Geográfica - Ensino - Pesquisa - Método

(Seção Bauru / Associação dos Geógrafos Brasileiros / Editora Saraiva) - Bauru / São Paulo - SP

Ano I - n.º 1 (1995)

Ano XXI. Vol. XXI - N.º 2 - Janeiro-Dezembro/2017

Anual

ISSN 1413-7461

1. Geografia - Periódicos - Associação dos Geógrafos Brasileiros - Seção Bauru / Editora Saraiva

CIÊNCIA

Geográfica

ISSN 1413-7461

ANO XXI - VOL. XXI, Nº 2 - ENSINO - PESQUISA - MÉTODO - JANEIRO/DEZEMBRO - 2017

Sumário

Carta ao Leitor 275

Artigos

Modo de vida em transformação: o caso da comunidade Lagoa dos Índios, Amapá 277
Danielson da Silva Iaparrá • Roni Mayer Lomba • Edimar de Sousa Alves

As queimadas em unidades de conservação estudo de caso da reserva biológica do Lago Piratuba 290
Santos Ramos Pires Júnior • Genival Fernandes Rocha • Eduardo Queiroz de Lima • Fabiano Luís Belém

Destinação final dos resíduos sólidos urbanos: gerenciamento, fragilidades e potencialidades no município de Santana-Amapá 300
Valter Gama de Avelar • Antônio do Nascimento Silva Júnior

A destinação final dos resíduos sólidos urbanos no município de Macapá-Amapá 314
Valter Gama de Avelar • Lorena Matos de Sousa

Conflitos socioambientais e gestão na área de proteção ambiental da Fazendinha, Amapá, Brasil 325
Hermenegildo Caetano de Castro Neto • Daquinete Maria Chaves Brito • Teresa Cristina Albuquerque de Castro Dias

Ambiente, cultura e territorialidade na área de proteção ambiental do Rio Curiaú - AP 342
Daquinete Maria Chaves Brito • Cecília Maria Chaves Brito Bastos • Rosana Torrinha Silva de Farias

Infraestrutura na Amazônia Setentrional Amapaense (ASA): eixos de circulação e configuração do espaço regional 355
Emmanuel Raimundo Costa Santos

Formação econômica e social da atividade catraieira: elementos da desigualdade socioespacial na fronteira franco-brasileira 370
Lana Patrícia de Matos dos Santos • Patrícia Rocha Chaves • Emmanuel Raimundo Costa Santos

O território rural do extremo norte do Amapá, no contexto amazônico 384
Patrícia Rocha Chaves • Rúbio José Ferreira • Evilânia Bento Cunha

Distribuição dos equipamentos culturais em Macapá-AP: reflexões sobre desenvolvimento, cultura e espaço urbano 397
Heluana Quintas de Lima • Marco Antônio Leal da Silva • José Francisco de Carvalho Ferreira

Gestão social ambiental para a resolução de conflitos pesqueiros no Parque Nacional do Cabo Orange (Amapá/Brasil) 411
Rachel Nogueira de Souza • Ricardo Ângelo Pereira de Lima

A urbanização em Macapá após a criação do Estado do Amapá: expansão urbana e desigualdade socioespacial 428
Eliane Cabral da Silva

Mapeamento e análise multitemporal do uso e cobertura da terra da região da cidade de Macapá/AP 442
Dário Rodrigues de Melo Junior • Fabiano Luís Belém • Eduardo Queiroz de Lima • Genival Fernandes Rocha

Mediação espacial e centralidade urbana: importância e significado do aglomerado urbano Macapá-Santana na Amazônia Setentrional Amapaense 456
Romário Valente Santos • João Paulo de Almeida Amorim • José Francisco de Carvalho Ferreira

Geographic Science Magazine

YEAR XXI - VOL. XXI, # 2 - TEACHING - RESEARCH - METHOD - JANUARY/DECEMBER - 2017

Index

Letter to the reader	276
Articles	
Way of life in transformation: the case of the community of Lagoa dos Índios, Amapá (Brazil)	277
Danielson da Silva laparrá • Roni Mayer Lomba • Edimar de Sousa Alves	
Burns in environment conservation units Piratuba Lake (Brazil) case study	290
Santos Ramos Pires Júnior • Genival Fernandes Rocha • Eduardo Queiroz de Lima • Fabiano Luís Belém	
Final destination of urban solid waste: management, fragilities and potential in the municipality of Santana-Amapá (Brazil)	300
Valter Gama de Avelar • Antônio do Nascimento Silva Júnior	
The final destination of solid urban waste in the municipality of Macapá-Amapá (Brazil)	314
Valter Gama de Avelar • Lorena Matos de Sousa	
Socio-environmental conflicts and management in the Fazendinha environmental protection area, Amapá, Brazil	325
Hermenegildo Caetano de Castro Neto • Daguiete Maria Chaves Brito • Teresa Cristina Albuquerque de Castro Dias	
Environment, culture and territoriality in the Curiaú River environmental protection area – AP (Brazil)	342
Daguiete Maria Chaves Brito • Cecília Maria Chaves Brito Bastos • Rosana Torrinha Silva de Farias	
Infrastructure in the Amazonia Setentrional Amapaense (ASA): axes of circulation and regional space configuration	355
Emmanuel Raimundo Costa Santos	
Economic and social formation of catraieira activity: elements of socio-spatial inequality in the franco-brazilian border	370
Lana Patrícia de Matos dos Santos • Patrícia Rocha Chaves • Emmanuel Raimundo Costa Santos	
The rural territory of the extreme north of Amapá (Brazil), in the amazonian context	384
Patrícia Rocha Chaves • Rúbio José Ferreira • Evilânia Bento Cunha	
Cultural equipments distribution at Macapá-AP (Brazil): reflections on development, culture and urban space	397
Heluana Quintas de Lima • Marco Antônio Leal da Silva • José Francisco de Carvalho Ferreira	
Social environmental management for resolution of fishing conflicts in Cape Orange National Park (Amapá/Brazil)	411
Rachel Nogueira de Souza • Ricardo Ângelo Pereira de Lima	
L'urbanisation à Macapá après la création de l'État d'Amapá: l'expansion urbaine et l'inégalité socio-spatiale	428
Eliane Cabral da Silva	
Mapping and analysis of multitemporal use and land cover in the region of the of city Macapá /AP	442
Dário Rodrigues de Melo Junior • Fabiano Luís Belém • Eduardo Queiroz de Lima • Genival Fernandes Rocha	
Spatial mediation and urban centrality: importance and meaning of the Macapá-Santana urban cluster in the Amapaense Northern Amazonia	456
Romário Valente Santos • João Paulo de Almeida Amorim • José Francisco de Carvalho Ferreira	

CARTA AO LEITOR

Este número da revista *Ciência Geográfica* apresenta várias perspectivas da geografia do Amapá desenvolvidas por professores pesquisadores e alunos de graduação e pós-graduação da Universidade Federal do Amapá. As reflexões contidas nos artigos percorrem um vasto espectro dentro do que se poderá denominar de “Geografias do Amapá”.

Os artigos ora apresentados, embora não percorram todos os municípios do estado, refletem várias realidades importantes para se poder compreender melhor o Amapá. Em sentido mais estratégico, reflete-se sobre a infraestrutura na Amazônia setentrional Amapaense, tendo como pano de fundo os eixos de circulação e a configuração do espaço regional. Esta configuração é apresentada, complementarmente, na centralidade sub-regional do aglomerado urbano Macapá-Santana, tendo como área de influência todo o estado do Amapá, as ilhas do Golfão Marajoara e a Guiana Francesa.

Vários artigos apresentam um forte componente cartográfico, seja para mapear e analisar o uso e cobertura da terra na região da cidade de Macapá, auxiliar no estudo das queimadas em unidades de conservação, ou ainda, favorecer pesquisas relativas à destinação final dos resíduos sólidos urbanos de Macapá e Santana, as maiores cidades do estado. Aliás, este tema constitui problema de magnitude considerável, como o é em todos os outros municípios do estado. Do mesmo modo, a cartografia assessora a reflexão sobre a distribuição dos equipamentos culturais em Macapá, a capital, dentro de uma reflexão que relaciona desenvolvimento, cultura e espaço urbano, assim como promove a apresentação da expansão urbana da cidade, tema relevante dado o crescimento urbano que tem assolado a região desde os anos 1980.

Outro tema de particular importância para a reflexão do estado do Amapá está relacionado à questão ambiental refletida em vários artigos. Vale recordar que o estado é um dos mais protegidos do País, com mais de 72% de seu território com algum grau de proteção (Unidades de Conservação, Terras Indígenas e Territórios Quilombolas). Deste modo, são apresentadas reflexões sobre os conflitos socioambientais e gestão em área de proteção ambiental, assim como sobre a relação entre ambiente, cultura e territorialidade em área de proteção que é também um Quilombo, no Curiaú, nas proximidades de Macapá. Sob esta perspectiva, também o Parque Nacional do Cabo Orange é objeto de discussão, embora, desta feita, sob lógica da gestão social ambiental para a resolução de conflitos pesqueiros. Vale salientar que Calçoene e Oiapoque, municípios onde fica localizado este parque, são locais onde a atividade pesqueira detém particular importância para a sua economia.

Dentro desta variada panóplia de artigos sobre o Amapá, apresenta-se, também, uma reflexão sobre o território rural do extremo norte do estado, no contexto amazônico, objeto de um projeto de extensão que visou contribuir para o debate acerca do desenvolvimento territorial, mais precisamente no que tange ao reflexo das políticas públicas recentes voltadas aos territórios de desenvolvimento rural. Reflete-se, ainda, sobre a atividade dos caçadores no município de Oiapoque, no contexto da inauguração da ponte Binacional, que liga o Brasil à Guiana Francesa e que poderá fragilizar estes profissionais e suas famílias. Discorre-se, ainda sobre os modos de vida em transformação a partir da Comunidade Lagoa dos Índios em Macapá.

Dada a riqueza e a qualidade dos assuntos abordados nesta edição da *Revista Geográfica*, esperamos que as reflexões que aqui se apresentam sobre o Amapá suscitem no leitor a vontade de conhecer mais o estado, tão rico, diverso e plural.

Os Editores

LETTER TO THE READER

This issue of the journal *Ciência Geográfica* presents a large range of perspectives on the geography of Amapá developed by researchers and professors, graduate and postgraduate students of the Federal University of Amapá. The reflections in the articles cover a wide spectrum within what may be called “Geographies of Amapá”.

Although the articles presented here do not cover all the municipalities in the state, they reflect several important realities in order to have a better understanding of Amapá. In a strategic sense, they reflect on the infrastructure of the northern Amazon in Amapá, having as background the circulation axis and the configuration of the regional space. This configuration is presented, in addition, in the sub-regional centrality of the Macapá-Santana urban conurbation, having as its area of influence the entire state of Amapá, the Marajoara Islands and French Guiana.

Several articles present a strong cartographic component, either to map and analyze land use and coverage in the region of Macapá, to assist in the study of fires in environmental conservation units, or to favor research on the final destination of urban solid waste of Macapá and Santana, the largest cities in the state. In fact, this issue is a problem of considerable magnitude, as it is in all other townships in the state. Similarly, cartography advises reflection on the distribution of cultural equipment in Macapá, the capital, within a reflection that correlates development, culture and urban space, as well as promotes the presentation of urban expansion of the city, a relevant theme given the growth that has struck the region since the 1980s.

Another topic of distinct importance for the analysis of the state of Amapá is concerned the environmental issue which is studied in several articles. It is worth remembering that the state is one of the most protected in the country, with more than 72% of its territory with some degree of protection (Environmental Conservation Units, Indigenous Lands and Quilombola Territories). Thus, reflections on socio-environmental conflicts and management in the area of environmental protection, as well as on the relationship between environment, culture and territoriality in a protected area that is also a Quilombo, in Curiaú, near Macapá are presented. To this end, the Cape Orange National Park is also under discussion, although this time, under the logic of environmental social management for the resolution of fishing conflicts. It is worth noting that Calçoene and Oiapoque, municipalities where this park is located, are places where the fishing activity has peculiar importance for its economy.

Within this wide variety of articles about Amapá, we also present an analysis of the rural territory of the extreme north of the state, in the Amazon context, object of an extension project that aimed to contribute to the debate about territorial development, more precisely in relation to the results of recent public policies towards the territories of rural development. It also reflects on the activity of small boats pilots in the city of Oiapoque, in the context of the opening of the Binational Bridge, which connects Brazil to French Guiana and which may weaken these professionals and their families. There is also a discussion on the changing ways of life of Lagoa dos Índios Community in Macapá.

Given the richness and quality of the topics addressed in this issue of the journal of *Ciência Geográfica*, we expect that the reflections presented here on Amapá will raise in the reader the desire to know more of this so rich, diverse and pluralistic state.

Editors

MODO DE VIDA EM TRANSFORMAÇÃO: O CASO DA COMUNIDADE LAGOA DOS ÍNDIOS, AMAPÁ

WAY OF LIFE IN TRANSFORMATION: THE CASE OF THE COMMUNITY OF LAGOA DOS ÍNDIOS, AMAPÁ (BRAZIL)

Danielson da Silva Iaparrá¹
Roni Mayer Lomba²
Edimar de Sousa Alves³

RESUMO: Este trabalho tem como objetivo principal as mudanças no modo de vida em uma comunidade secular e tradicional de raízes quilombolas, localizada a oeste do município de Macapá, capital do Amapá, zona urbana da cidade. Nas análises averiguou-se o modo de vida e as formas de organização no passado e na atualidade da comunidade da Lagoa dos Índios. Discutimos teorias, buscando identificar as contribuições relacionadas ao modo de vida camponês e quilombola, identidades, territorialidades e outras. Foi realizada pesquisa de campo, entrevistas orais e semiestruturadas para obter dados sobre as demandas sociais, políticas e econômicas, específicas da comunidade. Os resultados demonstram mudanças no modo de vida tipicamente tradicional e maior apego dos sujeitos ao modo de vida urbano, motivado, principalmente pela expansão da cidade de Macapá sobre o território, fenômeno que causou impactos nas relações políticas, culturais, econômicas e de consumo. Esses dados foram importantes por subsidiarem discussões pouco exploradas na academia e sociedade.

Palavras-chave: Territorialidade Quilombola. Modo de vida. Lagoa dos Índios

ABSTRACT: This work has as main objective the changes in the way of life in a secular and traditional community of quilombola roots, located to the west of the municipality of Macapá, capital of Amapá, urban zone of the city. In the analyses, the way of life and the forms of organization in the past and at present in the community of “Lagoa dos Índios”. Theories were discussed seeking to identify the contributions related to the peasant and quilombola way of life, identities, territorialities and others. Field research, oral and semi-structured interviews were conducted to obtain data on the social, political and economic demands specific of the community. The results demonstrate changes in the traditional way of life and greater attachment of the individuals to the urban way of life, motivated, especially, by the expansion of the city of Macapá over the territory, phenomenon which cause impact on the political, cultural, economic and consumption relations. These data were important because they subsidized discussions little explored in academia and society.

Key words: Quilombola Territoriality. Way of life. Lagoa dos Índios

1 Mestrando em Desenvolvimento Regional/UNIFAP; Licenciado e bacharel em Geografia/UNIFAP. E-mail: danielson.iaparra@gmail.com.

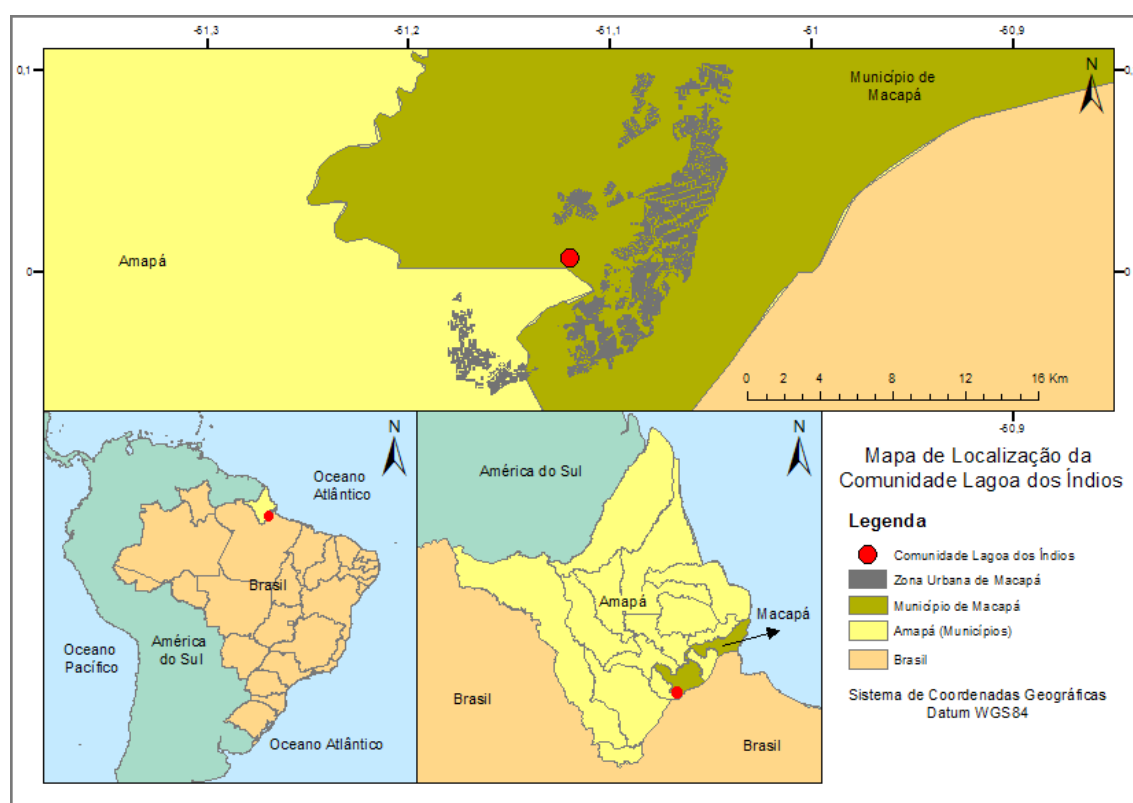
2 Professor Doutor da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. E-mail: roni@unifap.br.

3 Licenciado e bacharel em Geografia/UNIFAP. E-mail: edimarpedagogo@bol.com.br.

1 Introdução

A formação do território tradicional de raízes quilombola da Lagoa dos Índios se confunde com a própria construção histórica do Amapá, é um grupo de remanescente afrobrasileiro que por mais de dois séculos vivem na porção oeste do município de Macapá, perímetro urbano da cidade. Diante disso, procuramos apontar, dentro desse trabalho, aspectos importantes do modo de vida tipicamente tradicional e as mudanças ocasionadas pelo paradigma da modernidade, sem a intenção de esgotar a análise do movimento histórico construído e em transformações naquele espaço geográfico territorializado.

O mapa a seguir representa a localização da comunidade Lagoa dos Índios, população tradicional e originária de grupos remanescente de quilombo. Essa comunidade está situada na porção oeste do município de Macapá, capital do Amapá, zona urbana da cidade, cujo acesso se dar pela Rodovia Duca Serra, (antes denominada de Duque de Caxias), estrada que liga a capital Macapá ao município de Santana.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. Danielson Iaparrá, 2017

Figura 1. Mapa da comunidade Lagoa dos Índios

Essa região é rica em diversos ecossistemas como floresta de várzea, cerrado, terra firme, áreas de ressacas e lagoas que desaguam no igarapé da Fortaleza. Por outro lado, está cercada por instituições públicas e privadas, lotes urbanos, conjuntos residenciais que de forma direta e indireta exercem pressão sobre o quilombo, provocando, assim, perdas significativas no território. Portanto, são elementos que conduzem as mudanças ocorridas através dos tempos na comunidade.

Diante disso procuramos compreender as diversas formas de ocupação e formação dos quilombos no Brasil, buscando identificar características similares de construção de

identidade e de organização. Em seguida, buscamos conhecer os conceitos de modo de vida, que desencadeiam nas relações de vizinhança, solidariedade e compadrio.

Outro enfoque é discutir através de relatos de moradores mais antigos, o modo de vida no passado e na atualidade, identificando as formas de produção, organização e o uso dos recursos naturais. O período histórico foi analisado sob a ótica estimulante de provocar as primeiras transformações no território e rupturas na autonomia das práticas produtivas desenvolvidas na comunidade.

Num terceiro momento buscamos compreender a expansão urbana sobre o quilombo, e as implicações da modernidade no modo de vida tipicamente tradicional. O enfoque principal está relacionado às mudanças ocorridas no território e no modo de vida, analisando o processo de urbanização como elemento que contribuiu para ocasionar as perdas materiais e imateriais desses sujeitos.

Nos resultados foram observadas transformações significativas no modo de vida tradicional e, maior apego dos quilombolas ao modo de vida urbano, motivado pelo paradigma da modernidade e do avanço da cidade de Macapá sobre o território. Expansão que causou impactos, modificando as relações políticas, culturais, econômicas e de consumo da comunidade ali estabelecida.

A pesquisa construiu-se a partir de levantamento bibliográfico sobre a temática, desencadeando nas contribuições teóricas de Marques (1994), Rezende da Silva (2008), Treccani (2006), Suzuki (2013) e outros. Em campo, realizamos entrevistas qualitativas com membros mais antigos da comunidade cujo interesse foi compreender o antigo modo de vida tradicional e as mudanças deste. Num outro momento, realizamos entrevistas semiestruturada para fins de obter um diagnóstico sobre as demandas sociais, políticas e econômicas dos quilombolas. Da posse desses dados, construímos a pesquisa de cunho teórico e crítico para que sejam questionadas e discutidas pela ciência e sociedade.

2 Quilombo e modo de vida

Para compreender as lutas dos quilombolas é necessário conhecer suas origens históricas, formas de organização, modos de vida e resistência pela permanência no território. Esses grupos no Amapá têm suas raízes ligadas à descendência africana, que no período colonial português na Amazônia serviram de mão de obra escrava. Realizavam trabalho compulsório, utilizados principalmente nas instituições públicas, construção de forte e nas lavouras de arroz, algodão e urucu. Esses grupos eram formados inicialmente por negros comprados da África pelo governo da capitania e por índios cativos da época.

No Brasil, a partir da assinatura das leis atenuantes do sistema escravista (Lei do Ventre-Livre, Lei dos Sexagenários e Lei Áurea), em 13 de maio de 1888, os escravos foram libertos. No entanto nos moldes como foi idealizada a abolição, não ficou assegurado aos libertos, os direitos legítimos, indispensável para sua reprodução. Segundo Rezende da Silva (2008, p. 62-3) com a abolição “a estrutura fundiária permaneceu intocada, a vida econômica continuou apoiada na grande propriedade exportadora e a população escrava, depois de liberta, foi marginalizada e abandonada à sua própria sorte”.

Com a marginalização, abandono e negação dos direitos, os grupos negros depois de libertos, foram se abrigar nos quilombos que antes da abolição já estavam constituídos, outros foram elaborados no período pós-escravidão e formados em diversas roupagens e temporalidades.

Sobre os quilombos no Brasil, é importante destacar que suas terras, geralmente, foram concebidas através de lutas por grupos negros fugitivos do sistema escravista, lugar de abrigo. Foram terras doadas ou concedidas pelos seus proprietários em troca do trabalho compulsório. Além das terras que foram adquiridas através da compra por grupos familiares, que ao longo dos tempos, adquiriram formas próprias de organização social e modos de vida originais na região.

Rezende da Silva (2008, p. 76), em sua tese de doutorado sobre os negros da mata atlântica menciona, “embora todos, de alguma forma, representem resistência ao sistema escravista, nem todos foram formados pela reunião de escravos fugitivos”. Aponta ainda, diversas circunstâncias que deram origem aos quilombos no Território brasileiro:

Há quilombos que se formaram a partir do abandono, pelo fazendeiro, dos escravos nas terras que cultivavam, principalmente em momento de crise econômica do produto cultivado;

Por herança, há muitos casos em que fazendeiros deixaram pedaços de terra para escravo de sua confiança, ou em que viúvas solitárias as deixaram para seus escravos, ou ainda os casos em que o herdeiro é um filho bastardo do fazendeiro;

Terras doadas a Santos muitas vezes foram ocupadas por comunidades negras rurais; Terras ocupadas pacificamente depois de abandonada pelos seus senhores em momento de crise econômica;

A compra de terras;

A ocupação de terras devolutas, antes e depois da abolição da escravidão, pois mesmo após esta, a marginalização dos negros fizeram que muitos migrassem em busca de terras mais distantes e ainda não ocupada ou abandonadas;

Recebimento de terras por serviços prestados ao Estado;

E, é claro reunião de escravos fugidos. (REZENDE DA SILVA 2008, p. 76).

As afirmações de Rezende da Silva (2008), nesse caso, comprovam uma diversidade de origens dos quilombos no Brasil, desfaz mitos, e discursos ortodoxos dos mocambos como lugar “exclusivo” de negros fugitivos da escravidão.

Para Treccani, os “Quilombolas, cachombolas, mocambeiros eram os termos adotados ao longo do tempo e em diferentes lugares e suas terras definidas como quilombos, mocambos, terras de negro, terra de preto, terras de santo” (TRECCANI 2006, p. 105).

Os quilombos no Brasil, portanto, nem sempre foram constituídos a partir de revoltas ou de fugas elaboradas por grupos insatisfeitos, mas, sobretudo, consistem em grupos que desenvolveram práticas cotidianas comuns na comunidade, relacionada à resistência, manutenção e reprodução social.

Sendo assim, compreendemos o modo de vida dos grupos quilombolas, assim como das comunidades tradicionais, como força das práticas cotidianas do trabalho familiar ou de vizinhança, relações ligadas ao extrativismo, à agricultura, à caça e a pesca. Marques (1994, p. 6) em seu estudo sobre o camponês sertanejo nas grandes fazendas em Ribeira – PB afirma que “o modo de vida camponês é formado por um conjunto de relações familiares e de vizinhança, formas de organização da produção imediata, condições materiais de vida e de trabalho, relações políticas e religiosas”. E continua:

O modo de vida corresponde à forma particular de um grupo social manifestar sua vida, na qual as tradições e as representações resultantes da experiência vivida das condições de existência desempenham um importante papel. A diferenciação entre os modos de vida sob o capitalismo está relacionada à forma como esse modo de produção se reproduz, incorporando e redefinindo práticas sociais com temporalidade[...], (MARQUES 1994, p. 24-5).

As alegações de Marques (1994) colocam em evidências que o modo de vida é uma forma específica de um determinado grupo expressar suas relações sociais, políticas, culturais e religiosas ao longo da história.

Dentro de uma concepção teórica mais abrangente o geógrafo Júlio César Suzuki redefine o modo de vida:

[...] pela forma como os moradores percebem, vivem e concebem o espaço, mediados pelo conjunto de suas práticas cotidianas e por sua história, posição que ocupam na sociedade envolvente e forma específica que assegura a sua reprodução social, constituindo-se no modo pelo qual o grupo social manifesta sua vida. O modo de vida se realiza, então, a partir de dimensões materiais e imateriais, como forma de apropriação e de reprodução das relações sociais em que se inserem os sujeitos, definindo práticas territoriais, com produção de territorialidades e territórios, relacionados, assim, à sociedade e à natureza. (SUZUKI 2013, p. 633).

A prática do sistema de compadrio como aspecto religioso é um exemplo do modo de vida que emana principalmente das comunidades tradicionais do campo, mas que passa a se manifestar também na cidade, como um sistema de vizinhança que estabelece aparentes vínculos de “parentesco” forte o suficiente para interferir na vida do apadrinhado.

De acordo com Lomba (2011, p. 208) “as relações de apadrinhamento e parentesco, que por um lado simboliza o estreitamento das relações familiares, por outro, pode significar interferir na vida alheia”. Esse fato ocorre devido o padrinho se sentir membro da família, opinando, e às vezes, se intrometendo na vida do apadrinhado a ponto de tornar essa relação embaraçosa. Por outro lado, dependendo do nível da interferência na vida do apadrinhado, essa relação pode estabelecer laços de afeto, semelhante entre pais e filhos.

Os mutirões também é outro exemplo de um modo de vida presente no campesinato e em comunidades quilombolas no Brasil. Tal aspecto é capaz de estreitar os laços de vizinhança, companheirismo e solidariedade. É uma maneira de fortalecer os compadrios e a autonomia das práticas produtivas estabelecidas no território.

3 Territorialidade na Lagoa dos Índios

Podemos considerar a territorialidade como regra social específica de determinados grupos num espaço geográfico territorializado, onde suas relações se condicionam pelo poder entre os sujeitos e os bens de natureza material e imaterial sejam reproduzidos com autossuficiência. Ficam entendidos como bens de natureza concreta e simbólica as diversas formas de expressão como, por exemplo, as crenças religiosas, as manifestações culturais, os hábitos, costumes, típicos modos de vida.

De acordo com Rezende da Silva (2008, p. 25), “Territorializar-se significa ter poder e autonomia para estabelecer determinado modo de vida em um espaço, para estabelecer as condições de continuidade da reprodução material e simbólica deste modo de vida. A sobreposição de territórios implica necessariamente em uma disputa de poder”.

Segundo Marques (1994, p. 11) “há diferentes maneiras de se determinar a territorialidade, seja por meio de regras sociais como os direitos legais e as normas culturais referentes ao uso da terra ou simplesmente pelo emprego do poder e da força bruta”. Esclarece ainda que, o direito do acesso a terra estabelece uma forma clara e constante de diferenciação dos lugares, é uma demonstração de territorialidade que chegar a ser fundamental, apresentando generalidades e neutralidades em diferentes lugares. (MARQUES 1994).

Para Haesbaert (2005) territorialidade:

[...] Além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. (HAESBAERT, 2005, p. 6776).

Como vimos, Haesbaert discute a territorialidade a partir das vertentes política, econômica e cultural. Evidenciando as relações que dão significado ao território e as formas de organização dos sujeitos no espaço geográfico.

Diante dos contextos, podemos entender a terra e o território tradicional como lugar de morada para os quilombolas, lugar de trabalho, pois é dos recursos da floresta que constroem os cercados de sua criação (galinha, pato, porco), é da madeira que ele faz sua casa, do açazeiro retira o fruto para vender nas feiras da cidade. É da floresta que os quilombolas, extrativistas e até posseiros retiram o sustento da família, lá eles caçam o porco do mato, a paca, o tatu, o veado como forma de subsistência de sua “parentela”. A terra também é lugar de cultura, lá tem o batuque, tem a dança do marabaixo, as festas religiosas, as ladainhas, as procissões.

O uso da terra, e dos recursos naturais nos tempos de Vila da Fortaleza (atual Lagoa dos Índios) ou ramal do goiabal para os mais jovens, este último devido uma grande quantidade de goiabeiras que havia no local, plantação pertencente a uma fábrica de goiaba da época. Era uma condição indispensável para manutenção do grupo e, uma forma de executar suas territorialidades com liberdade.

Nas lembranças dos moradores, de acordo com Bastos e Brito (2008), o território da Lagoa dos Índios foi uma alternativa para os grupos negros conduzirem sua permanência naquele local, representou, sobretudo, para eles um lugar de estágio do conhecimento da floresta, da terra firme, esse aprendizado concedeu a eles, formar um grupo moderadamente afastado e com isso imune da cobiça Portuguesa no período colonial escravista.

Em outras recordações dos moradores, segundo Bastos e Brito (2008) naquela região da Lagoa, antes da chegada dos negros, viviam índios, primeiros habitantes do local, moravam ali bem antes da colonização.

É importante mencionar que negros e índios foram sujeitos protagonistas durante o período colonial Português na Amazônia, século XVIII, criando espaços de sociabilidade e cooperação evidenciados por Marin e Gomes (2003).

No passado, as relações de trabalho entre as famílias na Lagoa dos Índios eram muito próximas, ligadas a cooperação entre os sujeitos, os meios de subsistência vinham da floresta. A terra era vasta, segundo os moradores, compreendia desde o 34º bis de infantaria e selva até o distrito do coração, abarcando as comunidades da Ilha Redonda e Porto do Céu, chegando até os bairros do Congós, Laurindo Banha, Muca e Marabaixos I e II. O presidente da Associação dos Moradores da Lagoa dos Índios, senhor Danielson, entrevistado pelos pesquisadores relata sobre as dimensões do quilombo:

Na realidade, o que hoje eu sei explicar é que os nossos antepassados, e essa área do Congós e do Laurindo Banha que é o Muca, essa área eram todas deles. Aconteceu que a cidade toda foi crescendo e foi empurrando eles pra cá, a nossa comunidade ela vinha desde o bairro do Muca atravessando o lago, toda essa área pertencia a comunidade Lagoa dos Índios. O que foi que aconteceu, eles foram empurrados todos pra cá, o que aconteceu a nossa área hoje ela tá limitada da área da Faculdade Fama, o limite até o Coração e terminando na Ilha Redonda, esse é o limite da área dos remanescente da lagoa dos Índios. (Entrevista realizada em 09 de Junho de 2014)

Segundo relato de moradores, as primeiras moradas foram estabelecidas em torno da Ressaca da Lagoa dos Índios, localizada na bacia hidrográfica do igarapé da Fortaleza, porção oeste do município de Macapá. Região com campos inundáveis, igarapés, florestas de várzea, mata galeria e cerrado. Esse lugar segundo dona Madalena representou o meio de subsistência para os membros do grupo, assim relatado:

Antigamente tinha muito tatú aqui, tinha até viado, tinha capivara, paca, um bucado de caça, mais hoje em dia é difícil vê uma cútia, agente vai nesse mato caçar num pega nada mano, a cidade cresceu tem uma vila pra li, outra pra lá, aí, os bichos foram embora tudinho. Antigamente a gente ia lanterna no garapé e matava de oito, nove, jacaré, hoje num tem nada. (Entrevista realizada em 19 de Junho de 2014)

Essa fartura que dona Madalena relembra, da fauna na região, era a possibilidade dos quilombolas se reproduzir com autossuficiência. A base de sua dieta alimentar era o peixe, o tatu, o jacaré, o veado, a capivara e outros. Essa abundância de antigamente, era uma característica dos quilombolas da Lagoa dos Índios, um modo vida original, antes da intervenção do homem da cidade sobre o seu território.

Antigamente, os membros do grupo adentravam na floresta com o propósito de caçar a capivara, o porco do mato, o veado, que em tempos atrás existia naquela região, esses sujeitos realizavam esse ato cotidianamente. No igarapé, os quilombolas iam de canoa em busca do pescado. Nos campos inundáveis o boi ficava solto, em busca do capim ou mesmo para se refrescar do calor.

A casa de farinha, antigamente, era utilizada para processar a mandioca e produzir o produto. Essa prática era realizada coletivamente pelos núcleos familiares da lagoa. E assim é relatado por Dona Madalena:

Antes existia a casa de farinha, lá no terreno chamado arco, lá na ilha grande, lá pras banda dum garapé que tem que chamam arco, bem na beira onde tem um açaiçal,

hoje já não existe mais. Meu pai vendia farinha nas portas das casas, na feira, nós fazia farinha, nós vendia tapioca, tucupi, tudo. Hoje em dia esse pessoá de hoje né, novato, não quiseram nada mais com roça, só meus pais e meus irmãos. (Entrevista realizada em 19 de Junho de 2014).

Esse ato de produzir e consumir gêneros como a farinha, mandioca e o tucupi era realizada para o consumo familiar e, sua produção tem características não capitalistas de produção. Isso não quer dizer que seus membros eram desligados da produção agrícola monetária, mais seus princípios eram baseados na subsistência, coletividade e cooperação.

Assim como os gêneros, a terra na época na Lagoa dos Índios, não era vista como mercadoria, os atributos oferecidos pelo grupo, era o trabalho e a solidariedade entre as famílias. Antigamente as maiorias das pessoas que moravam na Lagoa, em geral, eram membros de uma mesma família. Eram parentes que formavam uma territorialidade baseada nas relações de sociabilidade e na boa vizinhança.

Essa prática solidária e de vizinhança é marcante nas comunidades rurais e cidades de pequeno porte, é uma forma de ajudar o vizinho sem receber gratificação, é uma rotina recíproca entre os sujeitos tradicionais.

Lomba (2011) alerta para um possível desmanche das relações de vizinhança na cidade pequena, as causas seriam, provavelmente, o avanço de outra conjuntura social e a consequente popularização da televisão como fator que contribui para reduzir o tempo dos moradores com tais relações. Esse desmanche acontece em comunidades quilombolas, na Lagoa esse foi um fator que contribuiu para fragilizar as relações de vizinhança que antes eram mais próximas.

Apesar da fragilização das relações de vizinhança na Lagoa dos Índios, devido o estabelecimento de normas urbanas. As festas religiosas e ao mesmo tempo profana, como o Marabaixo⁴, por exemplo, tende a aproximar os moradores, já que a maioria deles participa das celebrações durante todo o período dos festejos. Tal prática tem suas raízes ligadas à cultura africana e são praticados, provavelmente, a mais de dois séculos.

Na Lagoa dos Índios, essa manifestação cultural ainda permanece. É uma manifestação que representa as origens, a realidade e a resistência daquele grupo e das comunidades afrodescendentes no Amapá.

O Marabaixo tem características próximas com outras festas tradicionais na Amazônia, com procissões, missas, ladainhas, bailes dançantes, batuque e a distribuição de bebidas, como a gengibirra (bebida alcoólica servida na roda do batuque).

Nossa Senhora do Carmo é a santa padroeira da comunidade, cujo festejo é realizado no período de 31 de julho a 02 de agosto. São Joaquim é outro santo reverenciado pelo grupo. As festas têm dois momentos, e acontecem em dias diferentes; uma é de caráter mais tradicional, tendo o batuque e a dança do marabaixo como predominância, geralmente é regado à distribuição da gengibirra (bebida alcoólica a base de gengibre); a outra é de cunho mais urbano, na qual é designada uma aparelhagem de som, alugada pelos idealizadores da festa ou mesmo patrocinada por políticos locais, onde a predominância são estilos musicais de massa (teco brega, zooklove, forró, samba, pagode etc...).

As características dessas festas, antigamente, tinham como premissas divulgar as tradições culturais e a devoção aos santos padroeiros e, atualmente os propósitos são outros, prevalecendo o lucro em detrimento dos fatores culturais, fato que desagrada os moradores mais antigos, que tem um apego maior ao passado e em conservar as tradições.

4 Modo de vida em metamorfose na comunidade Lagoa dos Índios

O Amapá passou por profundas transformações principalmente na década de 1980 e 1990. Um novo arranjo espacial sobre o território foi produzido, novas tecnologias que foram inseridas modificaram as relações de sociabilidade entre as pessoas. Essa nova dinâmica, refletiu negativamente nos territórios tracionais, debilitando a forma de organização coletiva e de auxílio mútuo entre as sujeitos.

A primeira mudança no cenário amapaense, principalmente no município de Macapá, acontece a partir da transformação de vila em território federal do Amapá, em setembro de 1943. As transformações do modo de vida quilombola na Lagoa surgem em meados da década de 1970, com a abertura da Rodovia Duque de Caxias (atual Rodovia Duca Serra), estrada que liga a capital Macapá ao Município de Santana e, se intensifica no fim da década de 1980 momentos de mudança no cenário amapaense, o Amapá deixou de ser território Federal e transformou-se em estado.

Durante esse período, houve alteração no cenário econômico e político mundial, novos padrões e valores refletiram na modificação do território em termos global. O paradigma do capitalismo gestou a modernização dos processos técnicos que vai atingir as populações tanto urbanas quanto rural.

No Amapá, a partir dessa conjuntura, novas formas de apropriação do espaço foram surgindo. O núcleo urbano que estava concentrado no centro de Macapá, a partir da década de 1990 foi dispersando em outras direções, novos bairros foram surgindo, expropriações e apropriações do espaço da cidade foram se consolidando. O Bairro Cabralzinho foi um dos primeiros bairros edificadas na zona oeste de Macapá, vizinho ao quilombo da Lagoa. O núcleo urbano, de maneira substancial, contribuiu para induzir a vinda de novos empreendimentos naquela região.

Segundo Bastos e Brito (2008), a energia elétrica chegou à comunidade da Lagoa dos Índios na década de 1980, por meio do programa de eletrificação rural. É sabido que a energia é um elemento indispensável para o desenvolvimento econômico, político e social de qualquer sociedade, principalmente na conjuntura global em que vivemos.

Após a implantação da rede elétrica na época, a comunidade da Lagoa dos Índios, experimentou um novo momento, já que antes utilizavam o fogo como fonte de energia, era comum a utilização da lamparina, ou mesmo da vela para guiá-los durante a noite. Os alimentos que antes de forma tradicional era “salgado” para conservá-los, a partir da eletrificação passou a ser resfriado em geladeira.

O rádio já popularizado em diversas regiões do Brasil se introduziu dentro do âmbito familiar, trazendo informação, mas também influenciando no modo de vida dos sujeitos. A popularização da televisão foi outro instrumento que condicionou os sujeitos a outra realidade social, antes baseada nas relações de ajuda mútua e vizinhança.

É inegável que chegada da energia elétrica contribuiu, significativamente, para as mudanças nos hábitos, costumes e tradições dos remanescentes da Lagoa dos Índios, porém, não foi o único fator.

A partir desse momento, no decorrer da história, a comunidade da Lagoa dos Índios foi se fragmentando e migrando para outros bairros de Macapá. Com a abertura da estrada, a urbanização, afugentou os animais, fonte de alimento dos quilombolas da Lagoa. O cultivo da roça, a criação de animais, o ato de pescar, de caçar se reduziram no tempo e no espaço.

O modo de vida dos quilombolas da Lagoa dos Índios, antes baseada na solidariedade entre os sujeitos, no cultivo da roça, na criação de pequenos rebanhos de gado, na produção de farinha hoje não existe mais, as poucas unidades familiares que plantam ou criam animais estão localizadas no ramal do Murarema, são migrantes que fizeram morada naquela região, pouco tempo atrás. Lá observamos plantações de mandioca, limão, plantas medicinais, além da criação de animais como porco, galinha, pato e peixe.

Os moradores localizados no ramal do Murarema, geralmente, não possuem vínculos próximos com os quilombolas da Lagoa, os que possuem sítios ou chácaras no território só estão na comunidade nos fins de semana, deixando sua propriedade sob responsabilidade de seu empregado (caseiro) que também não tem uma relação de convizinho com os quilombolas.

O modo de vida dos moradores da Lagoa está hoje, baseado, na relação direta com a cidade, seus membros, geralmente, vêm até ao centro de Macapá em busca de trabalho, em sua maioria, autônomos, ganham a vida em trabalhos temporários na construção civil (pedreiro, carpinteiro, servente). São vigilantes, empregadas domésticas, auxiliar de serviços gerais e até servidores públicos.

O modo de vida na Lagoa tem se alterado de forma significativa nas últimas décadas, o sistema de valores ligados ao uso comunal da terra, valores materiais e imateriais por muito tempo utilizado por esse grupo tradicional estão em metamorfose. A proximidade da cidade de Macapá com o quilombo provocou inúmeras transformações no modo de vida dessa população, sobretudo, pela inserção de hábitos urbanos industriais que foram absorvidos por esses sujeitos. No entanto, essas mudanças no território e no modo de vida dessa comunidade, não dissolveram completamente, suas particularidades e a possibilidade de resistência mesmo que remota ainda existe.

Com o crescimento da urbanização no município de Macapá e com a abertura da estrada Duque de Caxias (atual Rodovia Duca Serra), os quilombolas da Lagoa tiveram parte de seu território agregado à lógica urbana. Essa abertura da estrada mudou a dinâmica de ocupação das terras da Lagoa, o pequeno povoamento quilombola recuou adentro. A relação desse povo com a sua cultura, com a terra e com meio ambiente sofreu intervenção, a diminuição e fragmentação do território era apenas uma questão de tempo.

Lefebvre (2001) analisa a expansão do meio urbano ao rural e a possibilidade de mudanças nas relações culturais dos grupos tradicionais:

(...) a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. (...) A vida urbana penetra na vida camponesa despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisão etc.). As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Alinham-se com a cidade, porém resistindo às vezes dobrando-se ferozmente sobre si mesmas". (LEFEBVRE, 2001 p. 74).

Lefebvre (2001) analisa as metamorfoses que acontece entre a cidade e o campo. Tal expansão do tecido urbano sobre o rural, muda as relações dos sujeitos com sua cultura, enfraquece-o de tal forma, que é capaz de fragmentá-la. O campo, mesmo tendo características próprias, absorve características mercantis, típicos das cidades, no entanto, isso não implica no seu desaparecimento definitivo, ele tem a capacidade de adaptar-se, ressurgindo assim, sob nova forma.

Antônio Candido (1964), no estudo sobre os caipiras paulistas, afirma que a cultura das cidades absorve as culturas rústicas, o domina, impõem seus valores, suas técnicas. Enxerga ainda na expansão do capital, uma maneira de impedir a organização política dos grupos caipiras, tirando sua vida sociável e impedindo uma harmonia com sua cultura.

Para Suzuki (2007, p.140) “no campo e na cidade, vão se construindo territórios do capital, mas sem destruir todas as formas pré-existentes que, pois, ao se metamorfosearem, encontram maneiras de resistirem e persistirem, enquanto outras são criadas”.

O fenômeno da urbanização desordenada reduziu o território da Lagoa dos Índios, haja vista, que os espaços para plantar, criar animais estão escassos, isso gera o desemprego, a pobreza, e a marginalização dos sujeitos. Ficou constatado que a apropriação do território está diretamente relacionada à mercantilização das terras para grupos privados, esses, contrários em transformar aquela região em território quilombola, pois a titulação definitiva impediria apropriação em massa daquelas terras. Fato que possivelmente, justificaria a não regularização das terras pelos quilombolas da Lagoa dos Índios, pois estão embebidos pela lógica do capital.

É visível, na entrada do ramal do goiabal, estrada que dá acesso ao quilombo, uma diversidade de placas publicitárias vendendo lotes em condomínios residenciais fechados. Além de faixas elaboradas pelos próprios moradores, donos de pequenas extensões de terra no quilombo e que tem a intenção de vendê-los. Como demonstrado na figura abaixo.



Fonte: Pesquisa de campo. Org. Danielson Iaparrá, 2017

Figura 2. Outdoor e placas com venda de lotes e casas.

Os quilombolas da Lagoa adotaram a venda dos lotes que, eles adquiriram por herança de seus antepassados, como estratégia de autossustento de seus familiares. É corriqueira, segundo moradores, a venda de terrenos naquele lugar. Há relatos que os lotes são vendidos por valores irrisórios, um dos motivos seria o desemprego que afligem os moradores. Outro fator seria o vício da bebida, segundo relatos, nos fins de semana é

fácil comprar terrenos naquela região, o sujeito sem dinheiro para comprar a “pinga” se submete a vender seu pequeno lote de terras por cerca de R\$ 500 (quinhentos reais), há relatos também da troca de terrenos por motocicletas, e até bicicleta.

A disputa de lotes dentro do quilombo vai gerar conflitos entre os moradores e grileiros de terras que constantemente tentam se apropriar ilegalmente de áreas no território em questão. Os conflitos surgem pela ausência do poder público e pela falta de comprovação de legitimidade das terras da Lagoa dos Índios.

Considerações finais

Nesta pesquisa, identificamos que as ocupações se intensificaram na região oeste do município de Macapá a partir da abertura da antiga Rodovia Duque de Caxias e, se intensificou durante toda a década de 1990 e início dos anos 2000.

A partir dessa expansão, parte do território quilombola da Lagoa dos Índios, que era bastante extenso, acabou sendo atingido, ocorrendo simultâneas invasões, grilagens e expropriação de terras, sobretudo, pela valorização do espaço, estímulo ao aliciamento de empresas imobiliárias que historicamente contribuíram para fragmentação e perda de parte do território. A inserção das relações urbanas no quilombo, atrelado a lógica do consumo privado e das relações mercantis, intensificou a dependência dos quilombolas ao modo de vida urbano. Dinâmica que gerou uma intensificação da pobreza, desemprego e marginalização dos sujeitos.

O rádio, a televisão e as mídias sociais são elementos criados pela modernidade e capazes de provocar mudanças em toda estrutura da sociedade. Esses processos introduzidos no território quilombola da Lagoa dos Índios enfraqueceu as relações de vizinhança, e de solidariedade entre os membros da comunidade. Por outro lado, envolveu essas pessoas no mundo da informação, e dentro de um patamar em que podem compartilhar suas demandas sociais, exigindo das autoridades intervenção junto ao poder público na solução dos problemas enfrentados diariamente.

A expansão da cidade causou uma desordem que desequilibrou as relações de vizinhança, uma coação que gerou violência, usurpou território, fragmentou a comunidade. Nos relatos dos moradores ficou evidente que as transformações no território ainda estão em processo, é um anúncio que num curto período de tempo até a vila comunitária estará comprometida pelo fenômeno da urbanização.

Nota

⁴Comemoração religiosa praticada por grupos negros, remanescentes de quilombo, em louvor à Santíssima Trindade e ao divino Espírito Santo.

Referências

- BASTOS, Cecília Maria Chaves Brito e BRITO, Daguinete Maria Chaves. Comunidade Lagoa dos Índios: Conflitos e perspectivas na criação de uma área protegida. In: **Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS**, 32, Caxambu, 2008.
- CARRIL, Lourdes de Fátima Bezerra. Quilombo, Território e Geografia. **Revista Agrária**,

nº. 3, São Paulo, p. 156 a 171, 2006.

CANDIDO, Antônio. **Os parceiros do Rio Bonito**: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida. 9ª. Ed. São Paulo: Duas cidades, 2001.

HAESBAERT, Rogério. **Da desterritorialização à multiterritorialidade**. Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20 a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Tradução de Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

LOMBA, Roni Mayer. **Pequena aglomeração urbana e a relação campo-cidade em Caarapó-MS**. 2011. 242 f. Tese (doutorado em Geografia Humana) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2011.

MARIN, Rosa Elizabeth Acevedo; GOMES, Flavio. Reconfigurações coloniais: Tráfico de indígenas, fugitivos e fronteiras no Grão-Pará e Guiana Francesa (Séculos XII e XIII). **Revista de História**, 149(2º- 2003), p. 69-107.

MARQUES, Marta Inez Medeiros. **O modo de vida camponês sertanejo e sua territorialidade no tempo das grandes fazendas e nos dias de hoje em Ribeira-PB**. 1994. 153 f. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana) - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo.

QUEIROZ, Silvaneide. **Território Quilombola do Curiaú e área de proteção ambiental do rio Curiaú**: interpretação dos conflitos socioambientais pela economia ecológica. 2008. 103 f. Dissertação (mestrado em planejamento do desenvolvimento) – Núcleo de altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, Belém.

REZENDE DA SILVA, Simone. **Negros na Mata Atlântica, territórios quilombolas e conservação da natureza**. 2008. 370 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2008.

SUZUKI, Júlio César. Campo e cidade no Brasil: transformações socioespaciais e dificuldades de conceituação. **Revista Nera**, Presidente Prudente, Ano 10, nº10, p.134-150, 2007.

_____. Território, modo de vida e patrimônio cultural em sociedades tradicionais brasileiras. **Espaço e Geografia**, Vol. 16, nº 2, p. 627 – 640, 2013.

TRECCANI, Girolamo Domenico. **Terras de Quilombo**: caminhos e entraves do processo de titulação. Belém: Secretaria Executiva de Justiça. Programa Raízes, 2006.

AS QUEIMADAS EM UNIDADES DE CONSERVAÇÃO ESTUDO DE CASO DA RESERVA BIOLÓGICA DO LAGO PIRATUBA

BURNS IN ENVIROMENT CONSERVATION UNITS PIRATUBA LAKE (BRAZIL) CASE STUDY

Santos Ramos Pires Júnior¹
Genival Fernandes Rocha²
Eduardo Queiroz de Lima³
Fabiano Luís Belém⁴

RESUMO: A criação das Unidades de Conservação caracteriza-se em um mecanismo eficiente de preservação e conservação da natureza e de seus diversos ecossistemas. A Reserva Biológica do Lago Piratuba, no Amapá, faz parte de um importante corredor de biodiversidade em um dos estados mais conservados do Brasil. Este instrumento analisou diversos aspectos que fazem parte da realidade da reserva, como conflitos socioambientais e as queimadas que ocorrem anualmente, além das dificuldades em sua conservação e a utilização de imagens de satélites para criação de modelo para o combate das queimadas na Reserva. A partir da imagem do satélite LANDSAT de órbita 225 e ponto 059 (área estudada – Lago Piratuba), foi possível identificar o aumento dos focos de queimadas na Reserva, num raio de 10 km de distância da reserva, no período de 2010 a 2015.

Palavras-chave: Reserva. Preservação. Recursos Naturais. Amazônia. queimadas.

ABSTRACT: The creation of protected areas characterized by an efficient mechanism of preservation and conservation of nature and its Ecosystems. Biological Reserve of Lake Piratuba in Amapá is part of an important biodiversity corridor in the most conserved states of Brazil. This instrument analyzed several aspects that are part of the reality of the reserve, such as socioenvironmental conflicts and annual burnings, as well as difficulties in its conservation and the use of satellite images to create a model for combating burnings in the Reserve. From the image of the LANDSAT orbiting satellite 225 and point 059 (studied area - Piratuba Lake), it was possible to identify the increase of the Reserve fires in an area of 10 km from the reserve in the period from 2010 to 2015.

Key words: Reserve, Conservation, Natural Resources, Amazon, Burned.

1 Mestrando em clima e meio ambiente (IFSC) Instituto Federal de Santa Catarina. E-mail: santosjunior7457@gmail.com

2 Doutor em geografia, professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

E-mail: genival.rocha@unifap.br

3 Mestre em geografia e técnico do Laboratório de Geoprocessamento e Sensoriamento Remoto da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). E-mail: eduqlima@yahoo.com.br

4 Doutorando em geografia, mestre e professor do curso de Geografia da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

E-mail: flb.geo@gmail.com

Artigo recebido em julho de 2017 e aceito para publicação em setembro de 2017.

1 Introdução

O estado do Amapá possui uma natureza exuberante, sendo uma das mais preservadas no contexto do bioma amazônico em termos proporcionais. A ocupação do espaço amapaense passou por um processo evolutivo no contexto do uso, preservação e proteção de seus ecossistemas, desde o período do Território Federal do Amapá até os dias de hoje.

A Reserva Biológica (Rebio) do Lago Piratuba e seu entorno (raio de 10 quilômetros) constituem a área de estudo desta pesquisa. Esta Rebio é uma Unidade de Conservação (UC) que constitui um exemplo de bioma da região Norte do Brasil, apresentando características singulares dentre seus elementos de flora e fauna, de tal modo, que a intervenção a fim de preservar sua biodiversidade e, ao mesmo tempo, garantir a sobrevivência dos habitantes desta região, é imprescindível.

Esta Unidade de Conservação (UC) foi criada em meados de 1980 e está localizada a leste do estado do Amapá, no município homônimo. Possui área estimada de 395.000 ha e tem por objetivo livrar sua riqueza biológica da ação predatória do homem, proporcionando proteção à flora e à fauna local.

Em decorrência do atual contexto ambiental, onde as mudanças climáticas são amplamente discutidas, e os seus efeitos analisados em diversas partes do planeta, devemos repensar nossa ação humana sobre a natureza. Neste sentido, torna-se evidente a necessidade de se analisar os impactos decorrentes das pressões acarretadas pelas queimadas que provocam mudanças no funcionamento dos ecossistemas e que afetam a sustentabilidade local devido à degradação do ambiente.

Na Amazônia, em função do preparo da terra para o plantio, agricultores utilizam o fogo como recurso para transformar florestas derrubadas em cinzas. Além disso, o fogo ainda é empregado no combate às plantas invasoras de pastagens. Estes benefícios são, ao mesmo tempo, causadores de prejuízos às propriedades privadas (pastos e plantações), à sociedade (aquecimento global e problemas de saúde) e ao funcionamento dos ecossistemas (perda da biodiversidade, erosão, alterações climáticas etc.). Vale destacar que os principais atores provocadores de processos de incêndio nesta região são as comunidades indígenas, seringueiros, colonos, fazendeiros e pequenos produtores agrícolas, os quais, em geral, promovem o desflorestamento para o preparo do solo acompanhado do uso do fogo.

Neste contexto, a pesquisa tem por objetivo analisar a evolução temporal dos focos de queimadas da Reserva Biológica do Lago Piratuba e seu entorno entre os anos de 2010 e 2015, apoiando-se no uso de imagens de satélite e dados de focos de incêndio.

2 Metodologia

A pesquisa apresentou os seguintes procedimentos e etapas de execução:

1. Levantamento bibliográfico sobre queimadas, focos de calor e análise destes temas por sensoriamento remoto;
2. Aquisição de imagens do satélite "AQUA" e Landsat 8 na Divisão de Geração de Imagens (DGI) do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE);
3. Aquisição de dados de focos de queimadas do satélite Aqua no formato de exportação KML e *shapefile*, os quais foram extraídos no Banco de Dados de Queimadas do INPE;
3. Tratamento dos dados e elaboração de gráficos na planilha eletrônica do Excel;

4. Processamento das imagens de satélite e produção de mapas em *softwares* de Sistemas de Informação Geográfica (SIG), com destaque para o uso do ENVI e ArcGis;
5. Validação dos focos de calor por fotointerpretação e ida a campo;
6. Elaboração do texto referente à apresentação dos resultados e discussão.
7. O trabalho de validação por fotointerpretação realizou-se utilizando imagens Landsat e a sobreposição dos focos de calor, que após validada, tornaram-se focos de queimadas. Os focos não validados foram descartados (Figura 1).

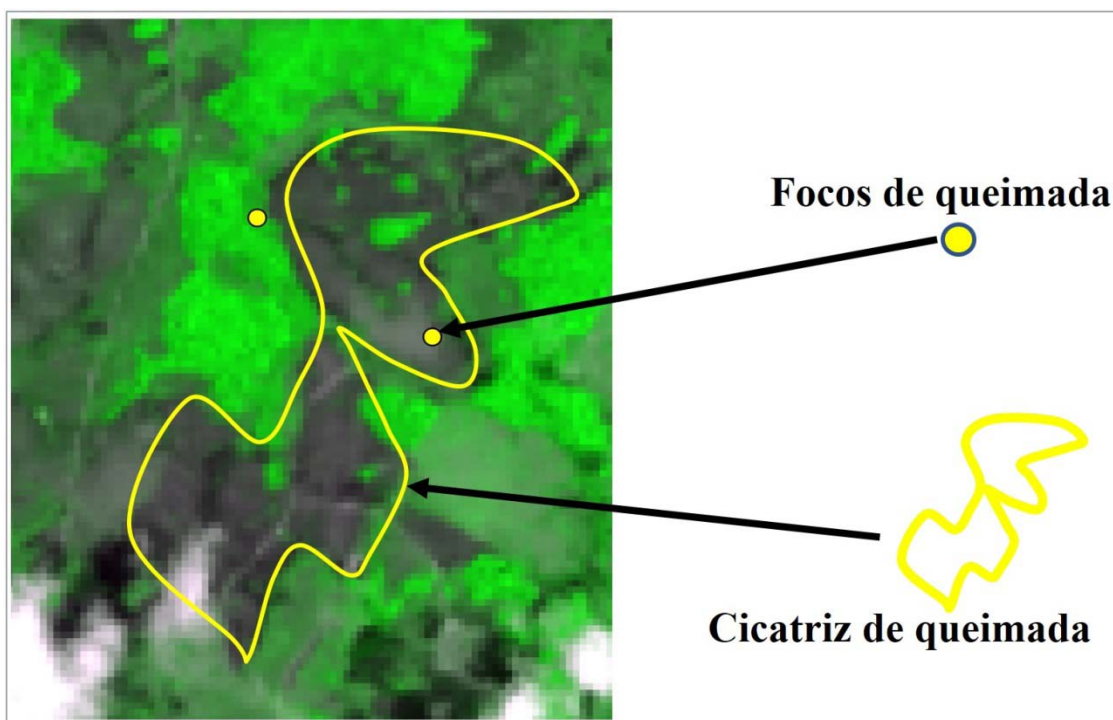


Figura 1. Focos de calor sobrepostos a imagem de satélite e o polígono amarelo sendo uma cicatriz de queimada.

A identificação e análise dos focos de incêndio em uma Unidade de Conservação contribuem tanto com o manejo da unidade, como também, facilitam a identificação e a adoção de ações mais ágeis e eficazes para conter a expansão da área impactada.

Conforme Machado (2012, p. 217), “o processo de degradação em grande escala da cobertura vegetal está intimamente ligado ao desenvolvimento da agricultura e ao afastamento da prática de extrativismo pelas populações humanas”. Neste sentido, unidades de conservação e de Proteção Ambiental foram criadas para não permitir o manejo humano indiscriminado.

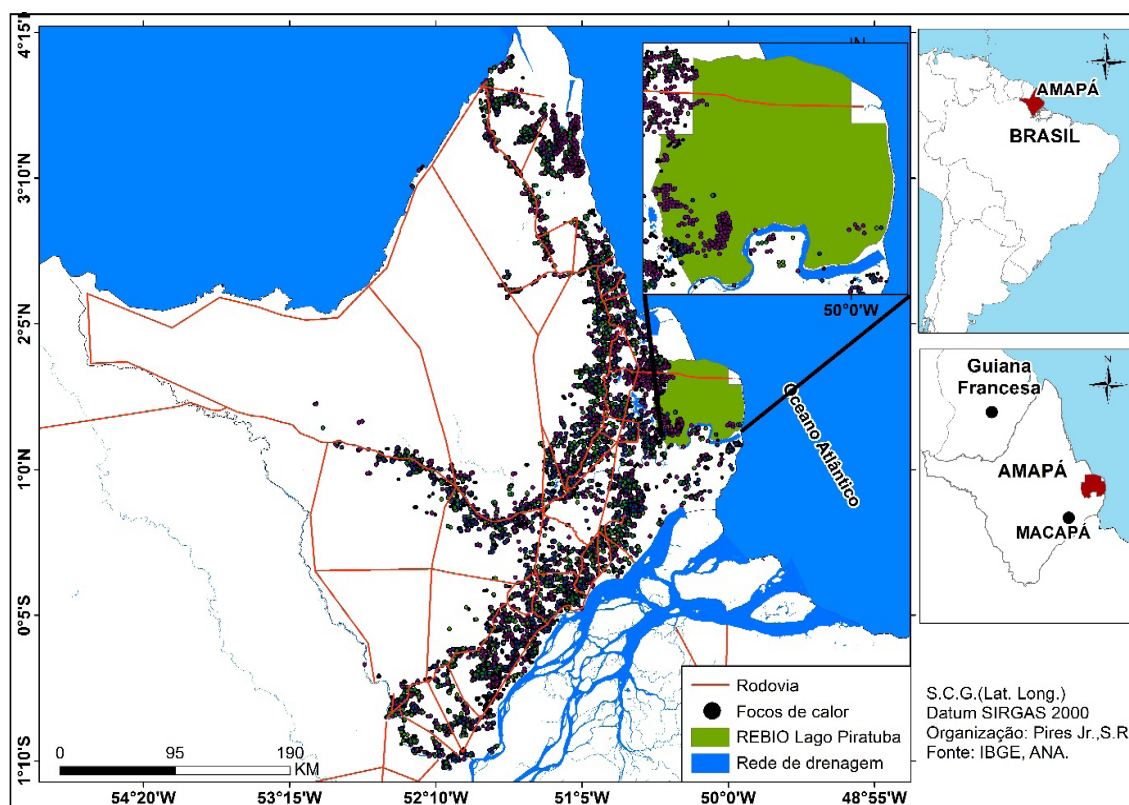
Brito (2010, p. 58), define que:

Áreas Legalmente Protegidas são espaços de terra e/ou mar que objetivam proteger e manter a diversidade biológica, os recursos naturais e culturais, por meio de instrumentos legais ou outros meios institucionais específicos. Esses espaços são criados e geridos nos diversos níveis da administração pública (Federal, Estaduais e Municipais). Podem ainda, serem administrados por particulares e pela sociedade civil organizada.

3 Resultados e discussões

Atualmente, diversos são os problemas ambientais decorrentes das ações humanas em diversas partes do mundo, poucos são as regiões onde os impactos ainda são despercebidos. Entretanto, nenhum metro quadrado do globo está imune as alterações do clima e de suas consequências à biodiversidade e nos diversos nichos ecológicos do planeta.

A Figura 2 mostra a distribuição de focos de calor no Amapá para o período entre 2010 e 2015. Esta figura além de mostrar a localização da REBIO em pauta, estabelece uma relação entre a malha viária e a ocorrência de focos de incêndio no estado do Amapá, tendo em vista que a maior parte dos focos de incêndio ocorre nas proximidades das vias existentes no Estado.



Assim, “Se, além disso, a precipitação diminuir durante a estação seca, o impacto das mudanças climáticas no regime hidrológico na Amazônia será ainda mais agravado” (Nijssen et al., 2001 *apud* Nobre et al., 2007).

Neste sentido:

É importante enfatizar que a queima de biomassa como principal forçante atmosférica não é restrita apenas aos trópicos. A alta concentração de partículas de aerossóis e gases traço observada na atmosfera da Amazônia e do Brasil central durante a estação seca está associada à intensa atividade antropogênica de queima de biomassa. Ozônio, monóxido de carbono, óxidos de nitrogênio, e concentrações

de partículas de aerossóis na América do Sul e em áreas próximas aos oceanos são regulados por emissões de queima de biomassa de savana e de floresta. (LONGO et al., 2009, p. 02).

Como citado anteriormente, este estudo trata da análise temporal dos focos de incêndio na Rebio do Lago Piratuba. Na Figura 3 é possível visualizar a distribuição espacial dos focos de incêndio entre 2010 e 2014 na Unidade de Conservação em pauta. Percebe-se que há um maior número de focos de incêndio no ano de 2012 e que a maior parte dos focos ocorre na parte oeste da Rebio, já que a leste se encontra a foz do rio Amazonas.

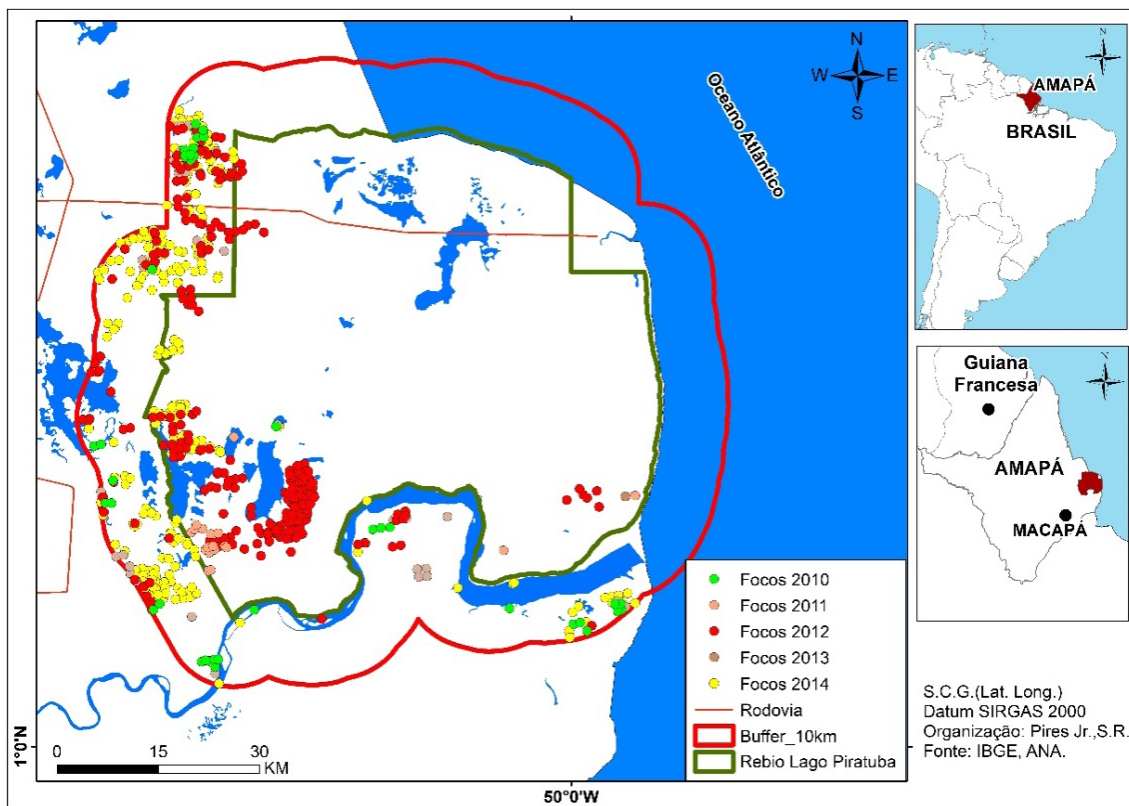
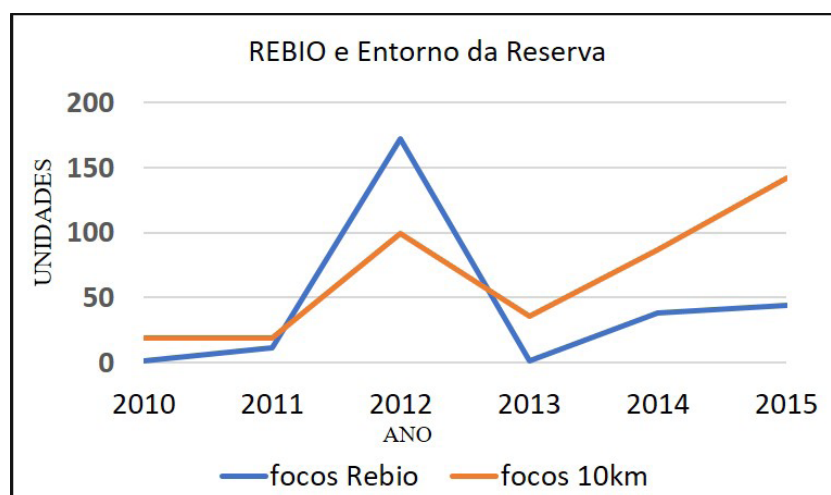


Figura 3. Focos de incêndio de 2010 a 2014

O Gráfico 1 ratifica que o maior número de queimadas ocorreu no ano de 2012. Contudo, também evidencia que durante o período em análise o normal foi haver mais focos de incêndio no entorno da Rebio do que em seu interior, cuja exceção foi o ano de 2012, quando essa relação se tornou inversa, de modo que houve, neste ano, um maior número de focos de incêndio no interior da Reserva.

Outra observação importante que pode ser extraída do gráfico 1, é que, entre 2010 e 2015, há um avanço do número de queimadas ao longo do tempo, sobretudo, no transbordo da Reserva.

Gráfico 1. Avanço das queimadas no entorno do Lago Piratuba.



Além da perda da cobertura vegetal, os focos de incêndio na área estudada provocam a perda da subsistência das diversas espécies de animais vertebrados e invertebrados. As queimadas na região, agravadas no período seco pode desencadear uma perda significativa da biomassa com graves consequências às atividades econômicas dos habitantes das localidades afetadas. A perda da cobertura vegetal diminui a transpiração e conseqüentemente contribui com a formação de microclimas dentro da Rebio. Além disso, as sucessivas queimadas podem reduzir a capacidade de tolerância vegetal ao fogo.

O sistema de monitoramento por satélite (LandSat) mostra-se muito eficiente e adequado devido à extensão e características geográficas da Rebio do Lago Piratuba. Por meio do Sistema do Banco de Dados de Queimadas do INPE foi possível identificar e validar picos de queimadas em 2012, com 172 focos de calor no interior da Rebio, dos quais grande parte caracteriza incêndios. O monitoramento possibilitou, aos agentes do Centro Nacional de Prevenção e Combate aos Incêndios Florestais (Prevfogo) e do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), a criação e execução de um plano de combate às queimadas, alcançando uma redução para 44 casos de queimadas em 2015, ou seja, uma redução de 76% nos índices de queimadas na região entre os anos citados. Já na região do entorno da Rebio, a varredura por satélite, detectou um aumento nos índices de focos de calor na faixa de 43,5%, com o registro de 142 casos de incêndios criminosos.

O principal fator que vem a produzir a redução dos dados de ocorrências focos de calor no interior da Unidade de Conservação é a intensificação das ações de fiscalização e controle de ocorrência de queimadas dentro da Rebio. Vale salientar que as queimadas no entorno da Rebio, provocadas principalmente por agropecuaristas (bubalinos) e caçadores clandestinos, também acabam por produzir queimadas dentro dos limites da Reserva, pois alastram-se para dentro da UC pela ação eólica.

Esses fatores recorrentes de queimadas criminosas associadas com fatores naturais (presença abundante de turfa e/ou serapilheira, altas temperaturas, baixa umidade relativa do ar, estiagem) podem afetar a capacidade de recuperação de diversas espécies de vegetais, além de colocar os habitats dos animais em riscos constantes.

“A tolerância ao fogo é a capacidade regenerativa após um evento de queima difere entre cada espécie de planta. Queimadas recorrentes, portanto, acabam por influenciar uma possível alteração nas comunidades vegetais que são impactadas” (FROST; ROBERSON, 1985 apud IBAMA, 2009).

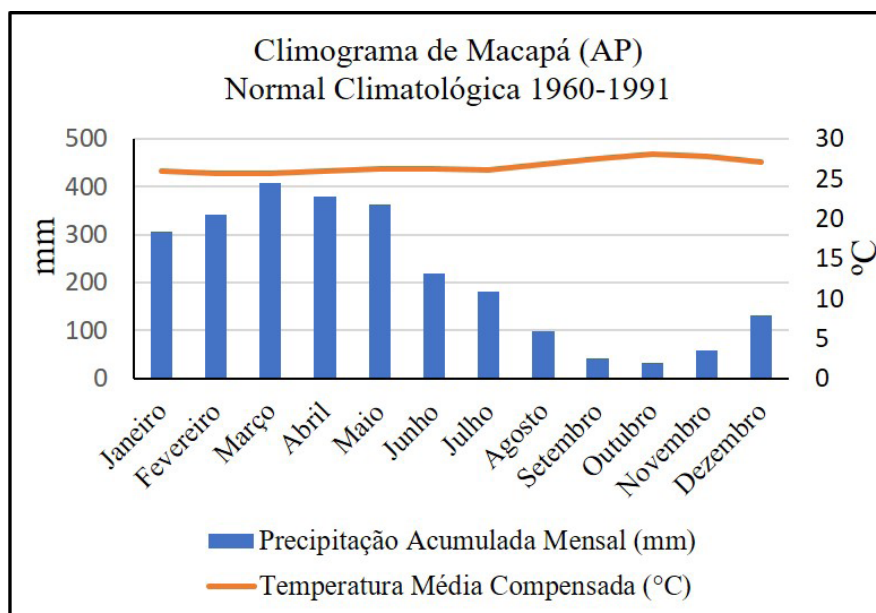
Neste sentido, Andreae et al. (2004 apud Nobre et al., 2007), esclarecem que:

Períodos anormalmente secos, aumenta a probabilidade de ocorrência de queimadas que podem destruir centenas de milhares de hectares de floresta e injetar na atmosfera grandes quantidades de fumaça e aerossóis que poluem o ar em extensas áreas, afetando a população e com potencial de afetar o início da estação chuvosa e a quantidade de chuva na região.

Assim, anos quentes, com períodos mais longos de estiagem, tendem a aumentar o número dos focos de calor na área estuda. O ciclo das queimadas normalmente acompanha o ciclo climático. O climograma do Gráfico 2 foi elaborado a partir de dados coletados no município de Macapá por serem os únicos disponíveis para o estado do Amapá contidos nas planilhas das Normais Climatológicas do Brasil 1960-1991 do Instituto Nacional de Meteorologia. Assim, extrapolando, verifica-se que o período de maior índice pluviométrico no Amapá concentra-se no primeiro semestre de cada ano, o qual é chamado localmente de inverno. Já o segundo semestre apresenta leve aumento da temperatura e menor precipitação acumulada.

Assim, no segundo semestre de cada ano, aumenta os casos de incêndios no estado do Amapá, isso é ratificado pelos estudos de Milani (2000) e IBAMA (2006) que colocam que a maioria dos casos de queimadas no estado ocorrem entre os meses de agosto e dezembro, com destaque para os meses de outubro e novembro quando os solos se apresentam mais secos. Portanto, é importante frisar que é no período de maior estiagem (o segundo semestre) que ocorre o avanço das queimadas e o surgimento dos focos de incêndios dentro da área Rebio e entorno.

Gráfico 2. Climograma de Macapá (AP) elaborado com os dados das Normais Climatológicas do Brasil 1960-1991.

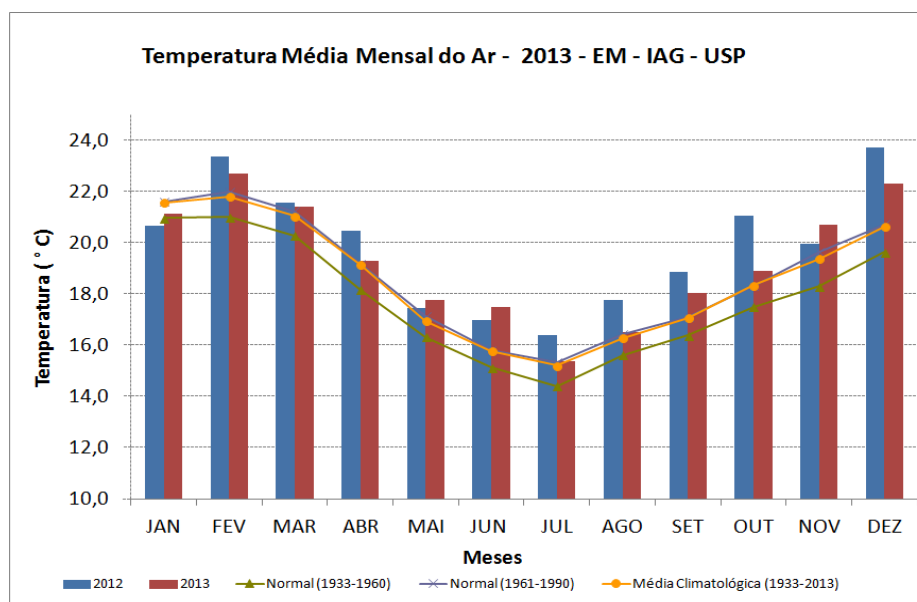


Fonte: INMET (1991). Org: Lima.

O Gráfico 3, demonstra um comparativo de temperatura entre os anos 2012 e 2013, em ambos os casos se demonstra a elevação de temperatura acima da média normal.

Percebe-se que a temperatura no segundo semestre de 2012 é superior à do ano de 2013 para o mesmo período. Segundo o portal Metr pole, em todos os meses, com a exce o de janeiro, maio e junho, as temperaturas mensais do ano 2012 foram todas superiores às do ano de 2013, como demonstra o gráfico a seguir.

Gráfico 3. M dias mensais de temperatura dos anos 2012 – 2013



Fonte: <http://meteoropole.com.br/2016>

Considera es finais

A biodiversidade compreende um sistema integrado entre seres vivos e o planeta. Como tal, as mudanças nos diversos biomas em decorrências das atividades socioeconômicas humanas podem provocar altera es nos habitats de diversas espécies de seres vivos.

Devido   extensão e exuberância dos biomas brasileiros, muitas pesquisas ainda serão necessárias até que se conheça os diversos nichos e espécies que em seus aspectos podem influenciar no equilíbrio natural, assim como da degrada o do meio. Sendo assim, as unidades de conserva o são necessárias para preservar toda a riqueza da fauna e flora, proporcionando o manejo sustentável de seus recursos e viabilizando a manuten o dos recursos naturais às futuras gera es.

A Floresta Amazônia consiste na maior área de cobertura vegetal da zona equatorial, influenciando o clima e os índices pluviométricos nos dois hemisférios do planeta, com grande capacidade libera o de partículas e aerossóis que, na atmosfera, podem potencializar o efeito estufa, conseqüentemente, provocando aumento de temperatura e modificando o ciclo das chuvas em diversas regiões.

Entre os principais problemas ecológicos da região Amazônica, destacam-se o desmatamento e as queimadas, os quais vêm avançando nas últimas décadas, provocando danos   biodiversidade em decorrência, principalmente, das atividades de agronegócio, extrativismo, constru o de estradas, hidrelétricas e efetiva o dos projetos de ocupa o.

O estado do Amapá, um dos mais preservados da federação brasileira, possui Unidades de Conservação, constituindo um corredor de biodiversidade, sendo um dos mais importantes da região norte, preservando diversos biomas de savanas, floresta de várzea, alagados e mangues.

A Rebio do Lago Piratuba apresenta uma biodiversidade rica e exuberante, sendo muito importante para as espécies migratórias e fixas da região. As queimadas pressionam muito o meio ambiente, colocando em risco a capacidade de recuperação da natureza, sendo necessária a conscientização de todos os envolvidos na importância da preservação e conservação da natureza para as gerações futuras.

A unidade de conservação aqui analisada vem enfrentando diversas ocorrências de queimadas, e durante o período estudado, o ano de 2012 foi o de maior número de casos, sendo levantados 172 focos de calor dentro da Rebio. É importante dizer que a maioria dos casos de queimadas ocorrem no segundo semestre de cada ano, por ser este o período onde há menor volume de precipitações e, conseqüentemente, o ar e o solo apresentam-se mais secos.

O ano de 2012 marcou um pico no número de casos de focos de calor na Rebio e que este supera o número de casos do ano de 2015 (44 focos de calor). Contudo, observando-se mais atentamente, é possível perceber que ao excluir-se o ano de 2012, o número de casos é crescente entre os anos de 2010 e 2015 e que este crescimento parece ser gradativo ano após ano.

Os maiores números de focos de calor ocorreram na porção leste da Rebio, já que é a parte voltada para o interior do Estado e que, portanto, são mais fáceis o acesso e o contato com atividades e agentes causadores de queimadas, tais como as atividades pecuárias e agrícolas.

Por fim, destaca-se a necessidade de maior produção acadêmica quanto aos estudos de queimadas no estado do Amapá, que é um dos estados brasileiros que apresenta um dos maiores percentuais de áreas protegidas do Brasil, viabilizando o auxílio das universidades aos órgãos e instituições públicas no que refere ao planejamento para o monitoramento e combate às queimadas.

Referências

BRITO, D.M.C. **Conflitos socioambientais na gestão de unidades de conservação: O caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP**. 2010. 365 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal do Pará, Belém, 2010.

INSTITUTO BRASILEIRO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS NATURAIS RENOVÁVEIS. **Plano operativo de prevenção e combate aos incêndios na Estação Ecológica de Maracá-Jipiôca – AP 2006**. Amapá (AP): Ibama, 2006. Disponível em: < http://www.ibama.gov.br/phocadownload/prevfogo/planos_operativos/4-estacao_ecologica_maraca_jipioca-ap.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2017.

_____. **Relatório de ocorrências de incêndios em Unidades de Conservação Federais 2005-2008**. Brasília: Ibama, 2009. 31p. Disponível em: <http://queimadas.cptec.inpe.br/~rqueimadas/material3os/2009_Ibama_Relatorio_FogoUCs_2005_08_DE3os.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2017.

LONGO, K.M; FREITAS, S.R.; ANDREAE, M.O; YOKELSON, R.; ARTAXO, P.

Queima de Biomassa na Amazônia: Emissões, Transporte de Fumaça em Longa Distância e Seus Impactos Regionais e Remotos. Disponível em: < https://daac.ornl.gov/LBA/lbaconferencia/amazonia_global_change/13_Queima_Biomassa_Longo.pdf > Acesso em: 09 jun. 2017.

MACHADO, C.A. Destamentos e Queimadas na Região Norte do Estado do Tocantis. **Caminhos de Geografia**, v. 13, n. 43, p. 2017-229, out. 2012.

MILANI, Doraci. Incêndios florestais no Amapá. **Floresta**, v. 30, n. 1/2, p. 23-36. 2000.

NOBRE, C.A.; SAMPAIO, G.; SALAZAR, L.; Mudanças Climáticas e Amazônia. **Ciência e Cultura**, vol. 59, n. 3, são paulo, jul.-set. 2007.

DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS: GERENCIAMENTO, FRAGILIDADES E POTENCIALIDADES NO MUNICÍPIO DE SANTANA-AMAPÁ

FINAL DESTINATION OF URBAN SOLID WASTE: MANAGEMENT, FRAGILITIES AND POTENTIAL IN THE MUNICIPALITY OF SANTANA-AMAPÁ (BRAZIL)

Valter Gama de Avelar¹
Antônio do Nascimento Silva Júnior²

RESUMO: O gerenciamento dos Resíduos Sólidos Urbanos de Santana-AP, foi discutido através da descrição do cenário local e a proposição de reflexões baseadas nas potencialidades e fragilidades identificadas na realização da destinação final adequada de seus resíduos. Foram identificadas as dificuldades do município em adequar-se as premissas estabelecidas pela Política Nacional de Resíduos Sólidos. Ainda hoje, em Santana, os resíduos sólidos são dispostos em lixões a céu aberto em meio a área urbana. O uso compartilhado da área destinada a disposição final dos resíduos sólidos de Macapá, capital do estado do Amapá, desde 2014, constituiu-se em uma solução paliativa e circunstancial, posto que, as características daquela área estão associadas a um “aterro semicontrolado”. A área do município de Santana apresenta potencialidades para alocação de áreas para a instalação de um aterro sanitário.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos Urbanos. Gerenciamento. Potencialidades. Fragilidades. Santana.

ABSTRACT: The management of Urban Solid Wastes of Santana-AP was discussed by describing the local scenario and proposing reflections based on the potentialities and weaknesses identified in the accomplishment of adequate final destination of its wastes. The difficulties of the municipality in adjusting to the premises established by the National Solid Waste Policy were identified. Even today, in Santana, solid wastes are disposed of in open dumps in the middle of the urban area. The shared use of the area destined to the final disposal of the USW of Macapa, capital of the state of Amapa, since 2014, constituted a palliative and circumstantial solution, since the characteristics of that area are associated with a “semi-controlled”. The area of the municipality of Santana presents potential for allocation of areas for the installation of a sanitary landfill.

Key words: Urban Solid Waste. Management. Potentialities. Fragilities. Santana.

1 Geólogo, Doutor em Ciências (Geoquímica e Petrologia) pela UFPA. Professor do Curso de Geografia da UNIFAP. Pesquisador do Grupo de Geodiversidade do Amapá - PPGE. Email: valtergamaavelar@gmail.com.

2 Engenheiro Florestal. Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá - UNIFAP. Email: engjrsilva@gmail.com

Artigo recebido em julho de 2017 e aceito para publicação em setembro de 2017.

1 Introdução

O presente artigo desvela o cenário atual do município de Santana, quanto as iniciativas relacionadas ao gerenciamento e destinação final dos Resíduos Sólidos Urbanos - RSU, identificando os principais entraves para o atendimento aos pressupostos da Política Nacional de Resíduos Sólidos - PNRS. Destarte, são apartadas as potencialidades para a alocação de locais apropriados para a instalação de aterro sanitário, na área circunscrita ao município. Acrescenta-se que estes estudos tomaram parte das pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional - PPGMDR da Universidade Federal do Amapá que teve por título: “Utilização da Análise Multicritério para Alocação de Área(s) Destinada(s) a Aterro Sanitário no Município de Santana-AP”, concluída em julho de 2016. Esta pesquisa encontra-se inserida no contexto das pesquisas do Projeto Áreas de Riscos Naturais e Prevenção - ARNP.

Para normatizar as ações de gerenciamento adequado dos RSU no Brasil, no ano de 2010, foi instituída a Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010. Esta normativa previa que todos os municípios brasileiros, com mais de 20.000 habitantes, deveriam se adequar quanto, a destinação final dos RSU, em locais apropriados designados como Aterro Sanitário.

O prazo inicial dado aqueles municípios para implementação da PNRS foi até agosto de 2014. Contudo, na prática, isto não se aplicou, uma vez que considerando a totalidade dos municípios brasileiros (5.570 municípios, IBGE, 2016) apenas 40,14% dos municípios, ou seja, 2.236 municípios realizam a destinação final dos RSU em aterro sanitário. Já para os outros 59,86% dos municípios, o equivalente a 3.344 que não cumpriram com o prescrito pela PNRS, uma nova data foi sugerida para efetivação daquelas normas, desta vez até outubro de 2019.

Os municípios que não possuem aterro sanitário realizam a destinação final de seus RSU em aterros controlados ou lixões a céu aberto. De acordo com ABRELPE (2014), 31,87% ou 1.775 municípios brasileiros adotam o aterro controlado com forma de destinação final dos RSU e 27,99% ou 1.559 municípios ainda utilizam o lixão para destinação final dos RSU (Figura 1). Estes municípios alegam, entre as dificuldades para não implementação das disposições da PNRS, que não possuem equipe técnica qualificada para a realização de estudos técnicos necessários para a construção de aterro sanitário, bem como não conseguem executar ações de remediação dos lixões, em função da falta de recursos financeiros e acesso a linhas de financiamento do governo federal, o que em geral, este fato ocorre em função da situação de inadimplência dos municípios na prestação de contas com o governo federal.



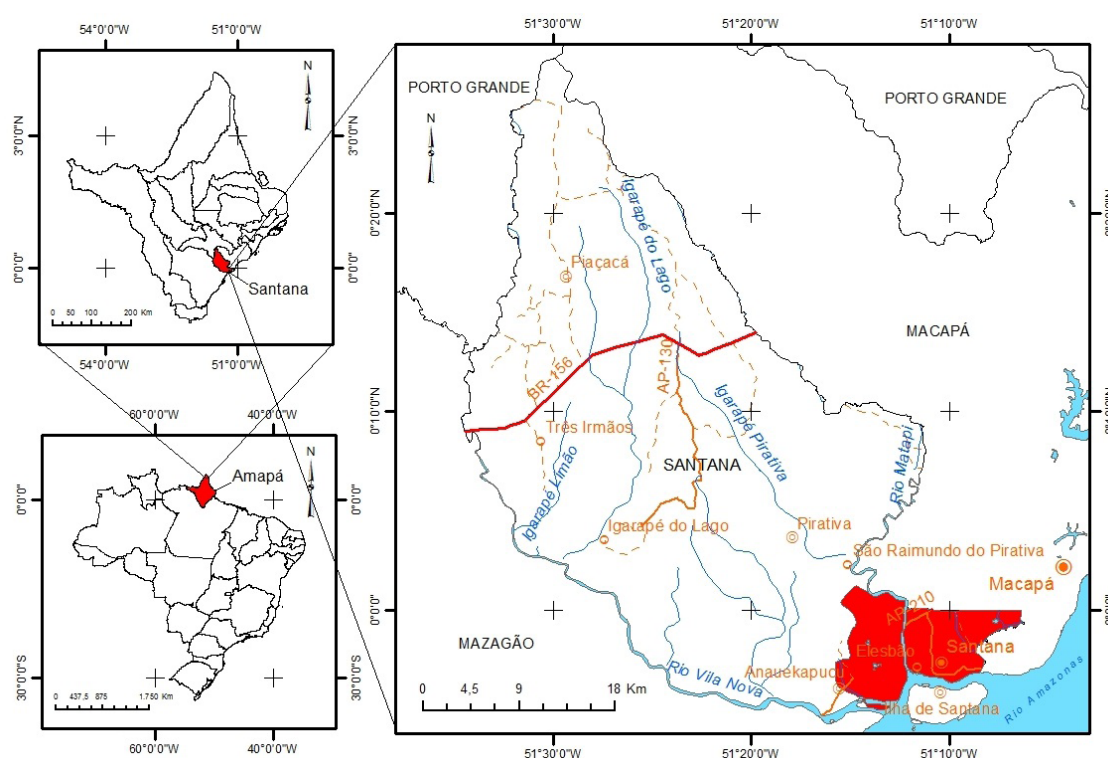
Fonte: A) Disponível em: <http://www.atribunamt.com.br/2013/04/municipio-corre-risco-de-nao-cumprir-lei/>. Acesso em: 08 janeiro 2016. B) Disponível em: <http://www.g1.globo.com/pa/para/noticia/2014/08/lixao-do-aura-deve-funcionar-ate-o-final-de-2014-diz-prefeitura-de-belem.html>. Acesso em: 23 março 2016.

Figura 1. Aspectos de “lixões a céu aberto”. Em A) no município de Rondonópolis/MT e em B) No Distrito do Aurá, localizado no município de Ananindeua-PA, que atende a região metropolitana de Belém do Pará.

Na Região Norte, com 450 municípios, este percentual é maior, visto que 79,34% destes não possuem aterro sanitário. Somente 20,66% ou 93 municípios realizam a destinação final dos seus RSU em aterro sanitário. No estado do Amapá, com 16 municípios, apenas sua capital, Macapá, possui local que atende parcialmente a PNRS, posto que as características locais da área de destinação final de RSU não pode ser classificada como aterro sanitário. Isto será alvo de maior discussão no decorrer do trabalho.

2 O município de Santana e os desafios do gerenciamento de resíduos sólidos urbanos

O município de Santana está localizado na região sudeste do estado do Amapá, mantendo relação de vizinhança com os municípios de Macapá, Mazagão e Porto Grande (Figura 2). De acordo com os dados de IBGE (2010), o município apresenta área territorial de 1.579,608 km², sendo administrativamente dividido em uma macrozona urbana (sede do município) e macrozona rural, composta por cinco distritos: Anauerapucu, Igarapé do Lago, Piaçacá, Pirativa e Ilha de Santana. Ainda segundo o IBGE, a densidade demográfica de 64,11 hab/km², cuja população estimada no ano de 2016, correspondeu a um total de 113.854 habitantes (IBGE, 2016).



Fonte: Silva Junior (2016)

Figura 2. Localização geográfica do município de Santana no contexto nacional, regional e local, com destaque para o centro urbano de Santana (poligonal em vermelho) e sua vasta área rural.

Considerando a distribuição espacial da população amapaense, cuja estimativa foi de 782.295 habitantes no ano de 2016 (IBGE, 2016), o município de Santana possui o segundo maior percentual de ocupação demográfica, correspondente a 14,72% da população do estado, ficando atrás apenas da capital Macapá, com 53,02%, seguido pelo município de Laranjal do Jarí com 5,32%, e os restantes dos municípios com 27,94% da população do estado (IBGE, 2010).

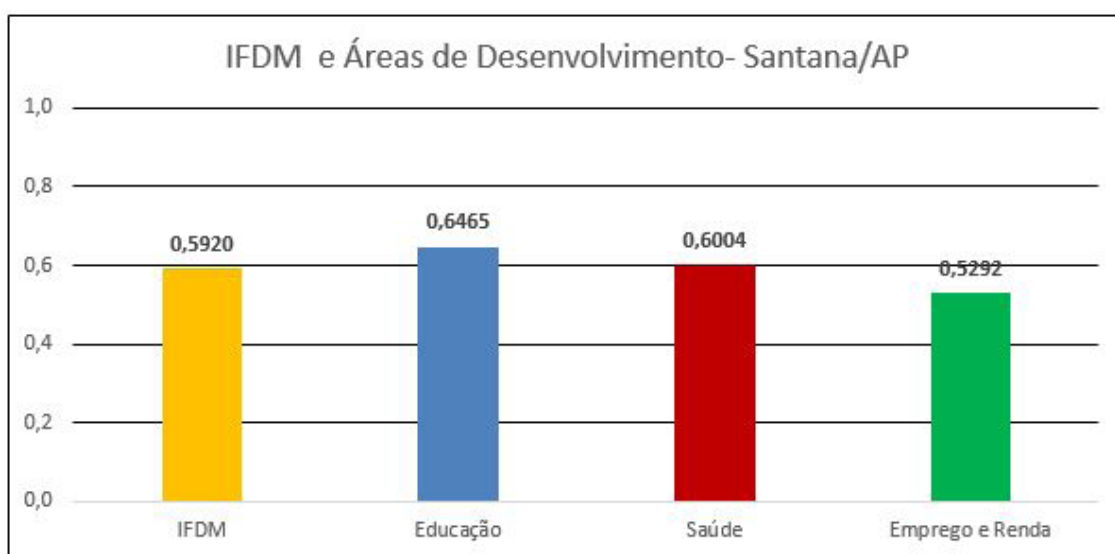
A população do município de Santana é predominantemente urbana, tendo em vista que, 99,0% da população reside em área urbana, ou seja, na sede municipal e apenas 1% reside em área rural ou na chamada macrozona rural (IBGE, op cit.). Esta configuração é justificada pelo elevado índice de densidade demográfica (907 hab/km²) identificada na macrozona urbana (vide área urbana, na Figura 2) que concentra a maior parcela da população municipal nos centros urbanos.

Valendo-se de dados de indicadores sociais, tais como: sexo e idade verifica-se que 50,2% da população do município de Santana pertence ao sexo feminino e 49,8% pertencem ao sexo masculino. Quanto a idade ou faixa etária, a maioria da população de Santana é composta por indivíduos jovens, com maior concentração etária no intervalo de idades entre 9 a 30 anos (IBGE, 2010).

De acordo com os dados do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, os Índices de Desenvolvimento Humano Municipal - IDHM identificados para o município de Santana, com base na longevidade ou saúde, educação e padrão de vida (renda), durante os anos de 1991, 2000 e 2010, corresponderam, respectivamente, aos

valores de 0,426; 0,562 e 0,692 pontos (PNUD, 2013). Estes resultados demonstram que, durante o período de 29 anos, os IDHM de Santana tiveram um crescimento de 0,266 pontos, o que representa um salto na qualidade de vida da população daquele município.

Em análise similar para os municípios brasileiros, a Federação das Indústrias do Rio de Janeiro - FIRJAN, com base em índices de educação, saúde, emprego e renda, apresentou em 2014, a avaliação do desenvolvimento municipal através do Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal - IFDM (Figura 3). Nesta avaliação, o IFDM para o município de Santana alcançou um valor de 0,5920 pontos, sendo este considerado um valor regular em uma escala que varia de 0 a 1 ponto (FIRJAN, 2014).



Fonte: FIRJAN (2014).

Figura 3. Índice FIRJAN de Desenvolvimento Municipal e Áreas de Desenvolvimento do Município de Santana, no Amapá

No contexto estadual, o município de Santana ocupa a terceira posição no “ranking” de desenvolvimento municipal, tomando por base o ano de 2011, sendo superado pelos municípios de Ferreira Gomes e Macapá que possuem, respectivamente, os valores de IFDM correspondentes a 0,6084 e 0,6374 pontos (FIRJAN, 2014).

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional de Saneamento Básico - PNSB, apresentados pelo IBGE (2008), as condições de saneamento básico no município de Santana são precárias, visto que, do total de 24.786 domicílios identificados/registrados, apenas 46,65% ou 11.564 domicílios dispõem de acesso ao sistema de abastecimento e tratamento de água fornecido pelo poder público estadual, através da Companhia de Água e Esgoto do Amapá - CAESA. Somente 2,76 % ou 684 domicílios dispõem de rede de esgotamento sanitário (IBGE, 2008).

Atualmente, a população do município de Santana é responsável pela produção média de 80 toneladas de RSU por dia. Este quantitativo, representa quase 3 vezes mais a quantidade de RSU produzidos no ano de 2001, por uma população de 75.629 habitantes, quando foram gerados em média 30 toneladas de RSU/dia (SEMA/GTZ,

2001). Os procedimentos de coleta e destinação final de RSU são realizados por empresas terceirizadas especializadas, contratadas pelo poder público municipal para execução destes serviços (RUMOS, 2014).

No caso de Santana, ainda hoje seus RSU são despejados em lixão a céu aberto. É importante resgatar que a Lixeira Pública ou “lixão a céu aberto”, localizada no Distrito Industrial do município foi criada no ano de 1980, a partir das recomendações do Relatório Institucional do Convênio nº 0056674-37/97, elaborado pela Prefeitura Municipal de Santana e apresentado como justificativa técnica ao Ministério Público do Estado do Amapá - MPE em março de 2009 (GRAÇA, 2013). Esta alternativa foi considerada, na época, a melhor solução, visto que, no ano de 1980, a população de Santana, que ainda era considerada distrito do município de Macapá, era de aproximadamente 30.000 habitantes e a área proposta para a localização da Lixeira Pública ficava a cerca de 5 km de distância da Zona Urbana.

Entretanto, face ao processo de expansão urbana e crescimento populacional iniciado durante a década de 1980 e mais especialmente na década de 1990, a partir da criação do município de Santana em 1987, as áreas próximas à Lixeira Pública começaram a ser ocupadas de forma desordenada, que juntamente com o descaso da administração pública favoreceu o surgimento de problemas socioambientais relacionados a ausência de saneamento básico, propagação de doenças e ocupação irregular das áreas alagadas ou inundadas, conhecidas como “áreas de ressaca”, promovendo a consequente degradação do meio ambiente.

Como alternativa para sanar o problema da disposição inadequada dos RSU de Santana, no ano de 2005, foi firmado um Termo de Ajustamento de Conduta – TAC/2005 entre o MPE do Amapá e os municípios de Macapá e Santana, com o objetivo de iniciar a regularização do manejo e destinação adequada dos RSU (CEI, 2009).

Em agosto de 2008, o MPE em atendimento a inúmeras reclamações da população santanense, quanto as consequências socioambientais danosas, provocadas pela destinação e disposição inadequada do RSU da lixeira pública de Santana, realizou uma vistoria para avaliar as condições ambientais naquela área (GRAÇA, 2013). Como resultado, evidenciou-se a falta de planejamento técnico, gerencial por parte da administração municipal de Santana para adequações as recomendações sugeridas no TAC/2005 para melhor gerir seu RSU.

Desta forma, o MPE, recomendou um novo TAC nº 003/2009 que complementou o anterior, inserindo a coleta e destinação dos Resíduos Sólidos de Saúde - RSS, conforme destacado por Maders (2013). Entre as ações previstas naquele TAC/2009 estavam a remediação da lixeira pública de Macapá para transformação em “Aterro Sanitário” para utilização e disposição final de RSU consorciada entre os municípios de Macapá e Santana.

Cabe destacar que até o ano de 2013, todos os RSU gerados no município de Santana ainda eram destinados integralmente e de forma inadequada, à céu aberto, na Lixeira Pública localizada no Distrito Industrial do município, conforme ilustrado na Figura 4 (A e B) que fornece ideia das condições estruturais da “antiga” Lixeira Pública de Santana.



Fontes: A) Disponível em: < <http://tribunaamapaense.blogspot.com.br/2013/12/lixeira-publica-de-santana.html> > . Acesso em: 12 nov. 2015. B) Disponível em:< <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/11/lixeira-publica-de-santana-vai-ser-desativada-em-2014-diz-prefeitura.html> > . Acesso em: 14 nov. 2015.
Figura 4. Disposição final dos RSU no Município de Santana. Em A) Lixeira pública do município de Santana, tipo “lixão a céu aberto. Em B) Aves de rapina na Lixeira pública do município de Santana.

Esta condição inadequada de disposição de RSU, ainda é observada atualmente, muito embora, conforme já mencionado, a maior parte do RSU produzidos pela população de Santana tenha como destino final a área do “aterro semicontrolado” de Macapá. Desta forma, diversos problemas ambientais são gerados naquela área, a exemplo da contaminação do solo e dos mananciais hídricos, em decorrência da percolação do “chorume”, propagação de vetores e poluição do ar causadores de doenças, principalmente, aquelas respiratórias, como asma, rinites, sinusites e gastrointestinais como as diarreias, constipação intestinais, mas também outras doenças são encontradas, como: tétano, leptospirose, febre tifoide, dengue e malária.

Segundo informação prestada ao Portal de Notícias G1 (SANTIAGO, 2013), o Secretário de Obras de Santana Alfredo Botelho relata que na sede do município de Santana não há nenhuma área apropriada para suportar um aterro sanitário. Tendo em vista o fechamento da Lixeira Pública em janeiro de 2014, desde então o município de Santana ficou desprovido de uma área para disposição final ambientalmente adequada dos RSU produzidos diariamente por sua população.

Atualmente, os RSU gerados no município são coletados pelo poder público municipal através de caminhões coletores de empresa terceirizada e destinados ao “aterro semicontrolado” do município vizinho de Macapá, localizado a 17 km de distância, Figura 5 (A e B).

Trata-se de uma alternativa emergencial tornando-se viável através da assinatura de um Termo de Compromisso para uso consorciado do “aterro semicontrolado” de Macapá firmado em abril de 2014 entre os dois municípios (GUIMARÃES, 2014).

Para o atendimento do processo de fechamento e remediação da Lixeira Pública de Santana foi firmado o convênio nº 0056674-37/97, entre a Prefeitura Municipal de Santana e o Governo Federal para o qual foram liberados o montante de R\$ 846.726,46 (oitocentos e quarenta e seis mil, setecentos e vinte e seis reais e quarenta e seis centavos) (GRAÇA, 2013).

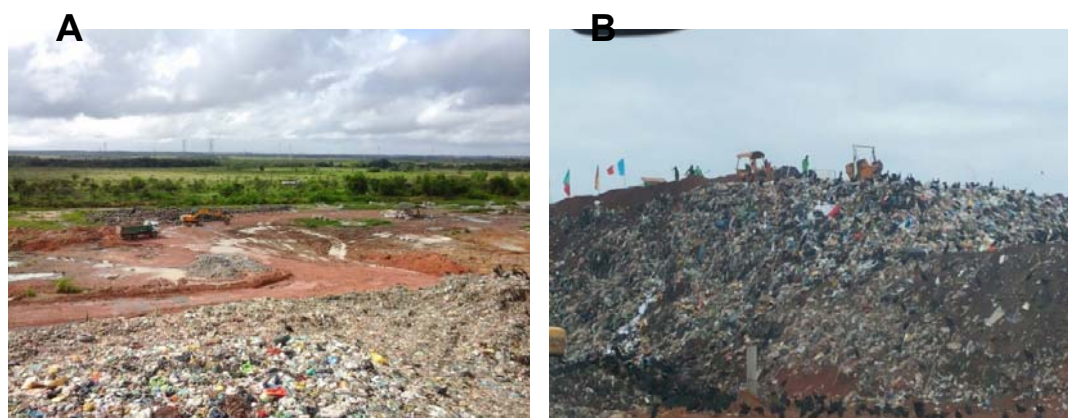
Contudo, até o ano de 2016, nada foi executado. Neste ponto, visando ter representatividade, no estado do Amapá, o Governo Federal designou a empresa ELETRONORTE para realizar as ações de gestão e execução das obras de fechamento e remediação da Lixeira Pública de Santana, no Distrito Industrial. Ressalta-se, no entanto, que caberá a Prefeitura Municipal de Santana, apontar novos usos para aquela área.



Autoria das imagens: A) Lorena Matos (2015) e B) Valter Avelar (2015).

Figura 5. “Aterro semicontrolado” do município de Macapá. Em A) Portão de entrada da área de disposição final dos RSU de Macapá. Em B) Caminhão coletor despejando os RSU em uma célula de retenção, praticamente a céu aberto, reparar a presença de urubus.

Considerando que, em pleno ano de 2016, a área utilizada para disposição final do RSU localizada no município de Macapá não dispõem de todos os mecanismos e exigências técnicas necessárias para ser considerada um aterro sanitário, conforme proposto pela PNRS (2010), por tudo que já foi mencionado anteriormente, convém designá-la apenas como uma área de “aterro semicontrolado”, como ilustrado na Figura 6.



Autoria das imagens: A) Lorena Matos (2015) e B) Valter Avelar (2015).

Figura 6. Aspectos da área de disposição final de RSU do “aterro semicontrolado” de Macapá. Em A) Visão panorâmica e de acesso a célula de disposição dos RSU. Em B) Detalhe da célula de acumulação de RSU, com presença de tratores, catadores e aves de rapina.

Os RSU que chegam, são empilhados a céu aberto e somente após atingirem uma certa altura é que estes recebem a cobertura com material inerte (aterro com mineral de segunda classe, argila e silte). Alguns elementos que compõem um aterro sanitário foram observados “*in loco*”, como: tubulações para escape de gases (metano, butano e etc.), produzidos pela decomposição da matéria orgânica, além de manta acrílica na base das células para evitar contaminação do solo e dos mananciais hídricos (lençol freático). Pelo menos três piscinas para retenção e armazenamento do líquido (chorume) também produzidos durante a decomposição da matéria orgânica foram observados, porém estas não recebem nenhum tratamento e ficam expostas a insolação o que gera evaporação e fortes odores no ar. Não há uma Estação de Tratamento de Efluentes - ETE, tão pouco o recobrimento diário dos RSU.

Constatou-se que não há mecanismos para reciclagem e aproveitamento dos RSU. Isto ainda é feito manualmente por catadores, que sem equipamentos (macacão, luvas, botas, máscaras...) ficam expostos e sujeitos a toda sorte de prejuízos à saúde, em um ambiente altamente insalubre.

Além do que foi exposto anteriormente, acrescenta-se o fato de que a área do “aterro semicontrolado” de Macapá, está inserida no interior de uma Área de Proteção Permanente - APP denominada de Quilombo da Comunidade da Ilha Redonda, instituída oficialmente pelo INCRA, no ano de 2006. Além disto, a área de disposição final do RSU, encontra-se distante apenas a 14 km de distância do centro urbano de Macapá e a 17 km do centro urbano de Santana. Outro fator a ser considerado, diz respeito a proximidade com aeroporto, que no caso de Macapá trata-se do Aeroporto Internacional Eng. José Alcolumbre, o qual encontra-se a menos de 20 km de distância. Estas são prerrogativas que estão em desacordo com a PNRS, o que fatalmente trará, em um futuro próximo, sérios problemas para o município de Macapá, que certamente terá que buscar outra área para a construção de seu “Aterro Sanitário”.

3 Fragilidades e potencialidades no trato dos resíduos sólidos urbanos no município de Santana-Amapá

Os problemas decorrentes da destinação inadequada dos RSU no município de Santana ocorrem pela total inoperância, por parte dos gestores municipais, para a implantação de políticas públicas necessárias para o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos urbanos. Este Fato pode ser confirmado pela ausência desta temática em seu Plano Diretor, conforme será detalhado mais adiante.

Neste contexto, deve-se salientar que a adoção de políticas públicas adequadas para a disposição de RSU, é resultado de uma série de acordos setoriais e discussões realizadas entre diversos países, dentre os quais Brasil, Alemanha, Estados Unidos, Dinamarca, Canadá, que participaram desde o ano de 1992 de eventos e debates, tais como: ECO 92, RIO+20, COP 21, etc., sobre as metas de crescimento econômico e da atividade industrial, e as consequências para a degradação dos recursos naturais e a poluição do meio ambiente.

Referente ao gerenciamento de RSU, destaca-se a formalização do compromisso firmado pelo governo brasileiro durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, denominada ECO-92, através da criação da Agenda 21, que estabelecia, dentre os seus objetivos, que, até o ano de 2025, os depósitos de RSU de todos os municípios com mais de 20.000 habitantes deveriam ser realizados em conformidade com as diretrizes nacionais ou internacionais de qualidade ambiental.

Para o atendimento destas metas, o governo federal criou a Agenda 21 Brasileira. Esta organização estabeleceu como uma das estratégias e ações propostas para Gestão dos Recursos Naturais, a implantação, por parte de todos os municípios brasileiros, do modelo de Gestão Integrada dos Resíduos Sólidos Urbanos - GIRSU, com destaque para o desenvolvimento de critérios para seleção de áreas locais para disposição dos RSU.

Inicialmente, a PNRS estabeleceu o prazo até agosto de 2014 para que os municípios realizassem a substituição dos lixões a céu aberto pelo aterro sanitário. Entretanto, após o término deste prazo, o município de Santana ainda não se adequou à PNRS e ainda sequer conta com área locacional em seu município para a disposição final dos RSU. Desta forma, o município de Santana, em pleno ano de 2016, não conta com aterro sanitário, tão pouco com uma área para disposição final de seus RSU, resultando em problemas socioambientais em desacordo com princípios constitucionais e políticas públicas conforme apresentados por Graça (2013).

Face ao conjunto de dificuldades econômicas, operacionais e gerenciais encontradas pela maioria dos municípios brasileiros para a substituição dos lixões a céu aberto pelo aterro sanitário, o Senado Brasileiro aprovou, através do Parecer N° 385/2015, em 01/07/2015, Projeto de Lei N° 425/2014 que prorrogou o prazo dado aos municípios brasileiros para adequação à disposição final ambientalmente adequada dos RSU e a elaboração dos Planos Estaduais de Resíduos Sólidos - PERS e os Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos - PMGIRS.

Com a dilatação do prazo, as capitais estaduais, os municípios integrantes das regiões metropolitanas e o Distrito Federal, terão até o dia 31 de julho de 2018, para entrar em conformidade com as ações proposta pela PNRS. Para os municípios com população superior a 100.000 habitantes, exceto as capitais estaduais e municípios da região metropolitana, com base nos dados do Censo 2010 (IBGE), ou com sede municipal localizada a menos de 20 km de fronteira internacional, este prazo é até o ano de 2019. Considerando a nova proposição de prazo, e em face de sua população ser superior a 100.000 habitantes, o município de Santana terá até o dia 31 de julho de 2019 para implementar o aterro sanitário em sua área municipal.

No contexto regional ressalta-se que, apesar da existência do Plano Diretor Participativo do Município de Santana - PDPMS, elaborado no ano de 2006, e este ser, o instrumento básico da política de desenvolvimento urbano do município, não há previsão, no referido PDPMS, de nem uma indicação de alternativa para implantação de Aterro Sanitário Municipal. O PDPMS apenas considera a possibilidade de elaborar e implementar um Sistema Municipal de Gestão de Resíduos Sólidos dentre as diretrizes da Política de Saneamento Ambiental, que até o momento não foi realizado.

Assim, tornou-se necessário investigar as potencialidades para alocação de área para implantação de aterro sanitário no município de Santana, visto que, o município apresenta áreas potenciais para diversos usos (industrial, residencial, portuário, ambiental etc.), onde devem ser considerados os aspectos econômicos, sociais e ambientais que permitam a sua viabilidade, como forma de solucionar a problemática relacionada à disposição inadequada dos RSU e potencializar mecanismos de desenvolvimento regional a partir do gerenciamento adequado dos RSU.

No aspecto geográfico, o município de Santana dispõe de amplas áreas de extensão territorial, com um total de 1.579,608 km², cuja característica associa-se, em sua maioria,

a formações de relevo plano com baixa declividade e aspectos geológicos, hidrológicos e geomorfológicos potencialmente favoráveis, conforme atestado por Silva Júnior (2016) e ilustrado na Figura 7.

Por sua vez, o próprio PDPMS, representa instrumento potencial de ordenamento territorial, onde são apontados as formas de uso e ocupação do solo com as delimitações de duas macrozonas: Urbana e Rural, para a qual são estabelecidos objetivos específicos, bem como a definição de Zonas de Interesse, a exemplo das Zonas Residenciais - ZR, Zonas Especiais de Interesse Social e Ambiental - ZEISA, Zona de Interesse Portuário - ZIP, Zona Mista de Interesse Comercial e Industrial - ZMICI, Zonas Especiais de Interesse Ocupacional - ZEIO, dentre outras.



Fonte: adaptado de PDPMS (2006).

Figura 7. Delimitação do Macrozoneamento Rural e Urbano no município de Santana.

As demais potencialidades do município de Santana referem-se à disponibilidade de grandes áreas rurais (Figura 8), com baixa ocupação demográfica, localizadas as margens da Rodovia BR-156, com potencialidades para condições de viabilidade e acesso de veículos de transporte. Destaca-se, também, que as áreas consideradas restritivas de uso ambiental são pouco representativas, no município de Santana. Quanto as Unidades de Conservação - UC, o município conta com apenas uma unidade do tipo Uso Sustentável, sendo esta uma Reserva Particular do Patrimônio Natural denominada RPPN REVECOM, que ocupa uma área de 17,18 ha, o equivalente a menos de 0,01 % do território santanense.

Neste contexto, cabe salientar a existência de seis comunidades quilombolas no município de Santana, devidamente reconhecidas pelo Ministério da Cultura e Fundação Cultural Palmares (PALMARES, 2015). Estas comunidades correspondem as comunidades São Raimundo do Pirativa, Alto Pirativa, Cinco Chagas, Engenho do Matapí, Nossa Senhora do Desterro dos Dois Irmãos e Igarapé do Lago. Ressalta-se que estas comunidades quilombolas ocupam uma pequena parte do território municipal, o que pode ser considerado um aspecto favorável dentre as potencialidades de Santana.

Por fim, destaca-se como potencialidade do município de Santana a capacidade de atração de investimentos e a instalação de empresas especializadas nas atividades de gerenciamento e destinação final de resíduos sólidos, bem como, para a execução das atividades de reciclagem, coleta, transporte e disposição final adequada dos RSU, seja pela posição estratégica para realização de atividades comerciais e logísticas, através do Porto de Santana, seja através da concessão de incentivos fiscais e locacionais para novos empreendimentos, beneficiados pela Área de Livre Comércio de Macapá e Santana - ALCMS e a Zona Franca Verde - ZFV.

Considerações Finais

De tudo que foi apresentado no presente artigo, percebe-se que as dificuldades do município de Santana quanto ao gerenciamento e disposição final de seus RSU, perpassam por fatores que envolvem aspectos técnicos, gerenciais e econômicos, a exemplo da precariedade estrutural da prefeitura municipal. Neste caso, necessita-se de investimentos para o fortalecimento institucional e a composição e qualificação de corpo técnico especializado, capaz de subsidiar as análises técnicas necessárias para as ações de planejamento e gerenciamento dos RSU.

Atualmente, a Prefeitura Municipal de Santana ainda continua realizando a destinação de parte dos seus RSU na antiga Lixeira Pública, lixão a céu aberto. Destaca-se que desde janeiro de 2014 deveria ter sido desativada, mas que ainda hoje é oficialmente utilizada por esta prefeitura.

O uso consorciado do “aterro semicontrolado” de Macapá apresenta limitações e não está em acordo com o disposto na PNRS quanto a distâncias de centros urbanos, áreas aeroportuárias, áreas legalmente protegidas dentre outras irregularidades. Esta área de disposição final de RSU tem seus dias contados e até o presente momento, a administração municipal de Santana não aponta uma solução para a disposição final dos RSU após o término do termo de compromisso firmado com a prefeitura municipal de Macapá, vencido no ano de 2016. Tampouco, não apresentam à sociedade estudos técnicos e área apropriada para a destinação dos RSU, para que o município de Santana possa promover a sua adequação as premissas da PNRS.

Alguns Dos Aspectos Que Podem Ser Pensados Ou Otimizados, Com O Intuito De Garantir A Destinação Final Adequada Dos Rsu No Município De Santana São: A Elaboração Dos Planos Estaduais De Resíduos Sólidos - Pers, Dos Planos Municipais De Gestão Integrada De Resíduos Sólidos - Pmgirps, Dos Planos Estaduais E Municipais De Saneamento - Pems, A Implantação Do Plano Diretor Participativo - Pdp, E A Identificação De Áreas Adequadas Para A Implantação De Aterro Sanitário.

Ressalta-se que as premissas anteriormente elencadas devem considerar o crescente processo de urbanização de Santana, concomitante com o aumento da produção de RSU por parte de sua população. Contudo, apesar da melhoria dos indicadores de desenvolvimento humano, deve-se considerar, e avaliar, periodicamente, estes fatores com bastante cautela, visto que, quanto a problemática da destinação dos resíduos sólidos, o município de Santana encontra-se distante do cenário ideal.

Referências

- ABRELPE. **Panorama dos Resíduos Sólidos no Brasil 2014**. Associação Brasileira de Empresas de Limpeza Pública e Resíduos Especiais. Ed. Grappa, São Paulo, 2014.
- BRASIL. **Lei Nº12.305, de 02 de agosto de 2010**. Institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos; altera a Lei Nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998; e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm. Acesso em: 10 mai. 2015.
- CEI, I.L.F. **Avaliação dos resultados e obstáculos à implementação do Termo de Ajustamento de Conduta firmado entre o Ministério Público Estadual e o município de Macapá para gerenciamento de resíduos sólidos**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Amapá. Departamento de Pós-Graduação, Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas, Macapá, 2009.
- FIRJAN - FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Índice FIRJAM de Desenvolvimento Municipal 2014. Disponível em http://IFDM%20_%20Índice%20FIRJAN%20de%20Desenvolvimento%20Municipal_%20Resultado.html. Acesso em: 08 Jul. 2015.
- GRAÇA, I.G. **Disposição final de resíduos sólidos urbanos no município de Santana-AP: Aplicação do princípio da prevenção**. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.
- GUIMARÃES, A. **Prefeituras de Macapá e Santana assinam Termo de Cooperação para destinação de resíduos sólidos**. Macapá: Prefeitura Municipal de Macapá, Macapá, 2014. Disponível em: <http://www.macapa.ap.gov.br/noticia.php?cod=1418>. Acesso em: 08 janeiro 2016.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Rio de Janeiro, IBGE, 2010.
- _____. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico**. Rio de Janeiro, IBGE, 2008.
- _____. **Estados@**. IBGE, 2016. Disponível em <http://www.ibge.gov.br/estadosat/perfil.php?sigla=ap>. Acessado em 10 outubro 2016
- KATAOKA, S.M. **Avaliação de áreas para disposição de resíduos: proposta de planilha de gerenciamento ambiental aplicado a aterro sanitário industrial**. Tese (Mestrado) – Escola de Engenharia de São Carlos – Universidade de São Paulo, São

Carlos, 2000.

LEAL, C.C.L.V. **Análise de viabilidade técnico-econômica, jurídica e ambiental de geração de energia elétrica pela unidade de disposição final de RSU de Macapá.** Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas) – Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2012.

MADERS, G.R. **Gestão e gerenciamento dos resíduos de serviços de saúde em um hospital de médio porte em Macapá/AP.** Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas), Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2013.

MALUTA, C. **Método de apoio à tomada de decisão sobre a adequação de aterros sanitários utilizando a lógica fuzzy.** Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2004.

MONTEIRO, J.H.P. **Manual de Gerenciamento Integrado de resíduos sólidos.** Rio de Janeiro: IBAM, 2001.

PALMARES. Fundação Cultural Palmares. **Tabela das Comunidades Remanescentes de Quilombos Certificadas.** Brasília, 2015. Disponível em:< http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2016/01/TABELA_CRQs_COMPLETA-Atualizada-31-12-2015.pdf>. Acesso em: 08. Jan. 2016.

PDPMS. **Plano Diretor Participativo do Município de Santana.** Lei Complementar Nº 002, de 11 de outubro de 2006. Institui o Plano Diretor Participativo do Município de Santana, nos termos da Constituição Federal, Estatuto das Cidades e Lei Orgânica do Município de Santana. Santana, 2006.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO – PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil 2013.** Disponível em <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/download/>. Acesso em: 12 Jul. 2015.

RUMOS. **Relatório de Monitoramento Ambiental do Aterro Sanitário de Macapá.** Relatório Técnico, Macapá, 2014.

SANTIAGO, A. **Lixeira pública de Santana vai ser desativada em 2014, diz prefeitura.** Portal de Notícias G1 AP. Macapá, 2013. Disponível em:< <http://g1.globo.com/ap/amapa/noticia/2013/11/lixeira-publica-de-santana-vai-ser-desativada-em-2014-diz-prefeitura.html>>. Acesso em 08. Jan. 2016.

SEMA/GTZ. **Estudo de viabilidade econômica, técnica e operacional de sistemas de reaproveitamento de resíduos sólidos urbanos em Macapá e Santana.** Macapá: Secretaria de Estado do Meio Ambiente. Projeto Gestão Ambiental Urbana no Amapá – SEMA/GTZ, 2001.

SILVA JUNIOR, A. N. **Utilização da Análise Multicritério para Alocação de Área(s) Destinada(s) a Aterro Sanitário no Município de Santana-AP.** Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Regional), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional/PPGMDR da UNFAP, 2016.

A DESTINAÇÃO FINAL DOS RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS NO MUNICÍPIO DE MACAPÁ-AMAPÁ

THE FINAL DESTINATION OF SOLID URBAN WASTE IN THE MUNICIPALITY OF MACAPÁ-AMAPÁ (BRAZIL)

Valter Gama de Avelar¹

Lorena Matos de Sousa²

RESUMO: O presente artigo discorre sobre a destinação final dos resíduos sólidos urbanos de Macapá sobre o viés da Política Nacional de Resíduos Sólidos. O estudo ocorreu por meio de pesquisa bibliográfica e de campo, tendo como foco o Centro de Tratamento de Resíduos, que recebe os resíduos sólidos da área urbana do município, em uma área que deve ser entendida apenas como “aterro semicontrolado”. Constatou-se que os resíduos sólidos ainda são acondicionados de forma inadequada. Há presença de aves e vetores, que acarretam problemas socioambientais. Comumente, são encontrados catadores de papelão e garrafas PET em meio aos resíduos sólidos. Não há coleta seletiva, tampouco a reciclagem de resíduos.

Palavras-chave: Resíduos Sólidos Urbanos. Destinação dos Resíduos Sólidos. Problemas Ambientais. Macapá-AP.

ABSTRACT: This article discusses the final destination of urban solid waste in Macapá on the bias of the National Policy on Solid Waste. The study was carried out through bibliographical and field research, focusing on the Waste Treatment Center, which receives solid waste from the urban area of the municipality, in an area that should be understood only as a “semi-controlled landfill”. It was found that solid wastes are still inadequately packed. There are birds and vectors that cause socio-environmental problems. Typically, cardboard waste pickers and PET bottles are found in the middle of solid waste. There is no selective collection, nor the recycling of waste.

Key words: Urban Solid Waste. Destination of Solid Waste. Environmental Problems. Macapá-AP.

1 Geólogo, Doutor em Ciências (Geoquímica e Petrologia) pela UFPA. Professor do Curso de Geografia da UNIFAP. Pesquisador do Grupo de Geodiversidade do Amapá - PPGE. Email: valtergamaavelar@gmail.com

2 Bióloga e Mestre em Desenvolvimento Regional pela UNIFAP. Tel. 96 98126-2768. E-mail: lorena.matos@hotmail.com.

Artigo recebido em julho de 2017 e aceito para publicação em setembro de 2017.

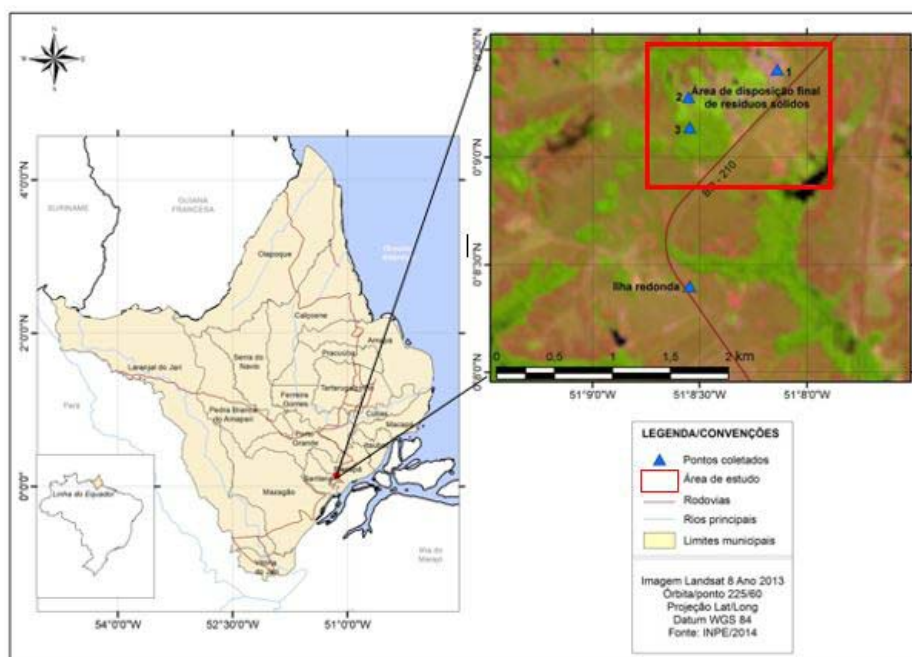
1 Introdução

No município de Macapá a preocupação com a destinação adequada dos Resíduos Sólidos Urbanos – RSU – era inexistente, e com isso, a população não acondicionava os seus resíduos da forma correta, pois uma grande maioria o queimava a céu aberto. Com a urbanização do município foi inegável o aumento populacional, trazendo inúmeros desafios para o poder público e com isso a preocupação do acondicionamento de forma menos impactante dos RSU.

O presente artigo traz uma análise de como vem ocorrendo a destinação final dos RSU no município de Macapá, fazendo um comparativo a luz do que preconiza a Lei nº 12.305/2010 da Política Nacional de Resíduos Sólidos – PNRS, quanto a área de destino, a disposição final e o tratamento daqueles resíduos. Estes estudos tomaram parte das pesquisas realizadas no âmbito do Programa de Pós-Graduação Mestrado em Desenvolvimento Regional - PPGMDR da Universidade Federal do Amapá que teve por título: “Impactos Socioambientais: O Caso da Comunidade da Ilha Redonda e a Área de Destinação Final de Resíduos Sólidos do Município de Macapá-Amapá”, concluída em julho de 2016. Esta pesquisa encontra-se inserida no contexto das pesquisas do Projeto Áreas de Riscos Naturais e Prevenção - ARNP.

2 Localização e caracterização da área de estudo

O presente estudo foi realizado na Área de Destinação Final de Resíduos Sólidos Urbanos - ADFRSU no município de Macapá, capital do Estado do Amapá, localizada no km 14, na margem esquerda da AP-210/BR-156, no sentido Macapá-Oiapoque. Encontra-se inserida dentro de uma área legalmente protegida, a menos de 1km de distância do povoado da Comunidade Quilombola de Ilha Redonda, à sudoeste da Área de Disposição Final de RSU de Macapá (Figura 1).



Fonte: Adaptado de IBGE (2015)

Figura 1. Localização da área de destinação final dos RSU no município de Macapá-Amapá.

Trata-se de área caracterizada geologicamente por rochas sedimentares da Formação Barreiras, que impõem a área um relevo do tipo Planalto Dissecado da Amazônia. Estão presentes nas imediações da ADFRSU as bacias dos rios Curiaú e Matapi, ambos pertencentes à Bacia do Rio Amazonas.

3 A destinação dos resíduos sólidos urbanos no Brasil

Os Resíduos Sólidos Urbanos são provenientes de diversas ações, haja vista que todo e qualquer processo de consumo gera resíduo. No Brasil, destaca-se a Lei nº 12.305/2010 que instituiu a PNRS, que apresentou instrumentos importantes para permitir o avanço necessário do país no enfrentamento dos principais problemas ambientais, sociais e econômicos decorrentes do manejo inadequado dos resíduos sólidos. Esta lei prevê a redução na geração dos resíduos e tendo como proposta a prática de hábitos de consumo mais sustentável, além de sua reciclagem.

A Lei nº 12.305/2010 (PNRS) é de grande relevância, pois, estabeleceu um marco regulatório para a temática, fazendo uma distinção entre resíduos (tudo que pode ser reaproveitado ou reciclado) e rejeito (o que não é passível de reaproveitamento). Trata-se de uma política de governo interligada e articulada com as demais políticas como a Política Nacional de Meio Ambiente - PNMA; a Política Nacional de Educação Ambiental - PNEA e a Política Nacional de Recursos Hídricos- PNRH, por exemplo. Uma das características da PNRS é a preocupação com o estilo de vida da sociedade contemporânea, propondo a redução da produção e consumo intensivo de RSU que provocam uma série de impactos ambientais, comprometendo também a saúde pública e o bem social.

Para Cunha e Guerra (2005) os RSU estão se tornando um problema global devido as mudanças nos padrões de consumo, no desenvolvimento industrial e nos avanços tecnológicos, provocando alterações no quantitativo de resíduos gerados.

Nas últimas décadas, a destinação e o tratamento adequados dos resíduos se transformou num dos graves problemas da nossa sociedade de consumo. A prática de lançar resíduos de forma inadequada pode resultar em problemas de degradação dos recursos naturais. O acelerado processo de urbanização junto ao crescente consumo dos produtos descartáveis, provocou o aumento de resíduos sólidos gerados, levando a população a enfrentar diversos desafios.

No Brasil, ainda é grande a quantidade de cidades brasileiras que utilizam os lixões a céu aberto como destino final de seus resíduos sólidos. Vale acrescentar que os lixões são as formas de destinação de resíduos que mais causam impactos ao meio ambiente. Em sua obra, Sánchez (2013), faz considerações quanto aos locais de destinação de resíduos operados de forma inadequada e alerta que estes devem ser vistos como locais potencialmente contaminados e cuja área deva ser cercada de cuidados.

A Lei 12.305/2010 em seu Art. 3º Inciso VII trata da destinação final ambientalmente adequada em que se destaca a distribuição ordenada de rejeitos em aterros, observando normas operacionais específicas de modo a evitar danos ou riscos à saúde e à segurança pública, bem como, minimizar os impactos ambientais adversos, tendo como formas mais conhecidas de destinação: Lixão a Céu Aberto, Aterro Controlado e Aterro Sanitário (BRASIL, 2014).

a) Lixão a Céu Aberto: De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014), no Brasil ainda é muito utilizado os lixões como destinação final dos RS.

Com o crescimento urbano acelerado nas cidades, veio a necessidade de cuidar da forma mais adequada da gestão dos resíduos sólidos e consequentemente avaliar uma melhor forma de destinação final dos mesmos, bem como, o reaproveitamento devido aos graves problemas que podem ser prejudiciais à saúde e ao meio ambiente (Figura 2).



Fonte: Rede os Verdes (2014). Disponível em: <http://www.osverdespi.blogspot.com.br/2013/09/lixao-em-picospi-indigna-populacao-e.html>

Figura 2. Lixão a céu aberto localizado no município de Picos-PI. Presença de aves (urubus) e toda gama de RS (eletrônico, hospitalar, entulhos, papelão, plásticos e outros).

Brasil (2006) afirma que os lixões são áreas de disposição final de resíduos sólidos sem nenhuma preparação anterior do solo, já para Lopes (2002), outro problema relacionado à exposição de resíduos sólidos em lixões diz respeito à poluição das áreas circunvizinhas pelos resíduos leves como plásticos e papéis que são conduzidos pelo vento por uma longa distância, modificando a paisagem e produzindo um aspecto desagradável às áreas próximas, tendo como consequência a contaminação do solo e do lençol freático, exercendo uma grande atração sob a população de baixa renda.

b) Aterro Controlado: De acordo com a NBR 8849/1985, o aterro controlado é uma técnica de disposição final de RS em que são cobertos por uma camada de material inerte a cada jornada de trabalho. Para Brasil (2006), o aterro controlado tem como função amenizar os efeitos dos lixões, sendo uma categoria intermediária entre os lixões e o aterro sanitário (Figura 3).

No aterro controlado também ocorre poluição, comprometendo a qualidade da água e do solo, ausência de tratamento do chorume e da queima dos gases gerados (metano). Contudo, este tipo de disposição final de RSU agride bem menos o meio ambiente, principalmente, quanto a poluição atmosférica, sendo preferível ao lixão a céu aberto.



Fonte: SEMULSP (2012). Disponível em: http://www.acritica.uol.com.br/manaus/Amazonia-Amazonas-Manaus-Semulsp-detallhes-processo-licitacao-Manaus_0_713328747.html

Figura 3. Imagem do aterro controlado de Manaus-AM.

c) Aterro Sanitário: trata-se da disposição mais adequada e ambientalmente correta para os RSU seguindo as diretrizes da PNRS. De acordo com a NBR 8419/1992 da ABNT, o aterro sanitário é uma forma de disposição de RS sem causar danos à saúde pública e ao meio ambiente, minimizando os impactos ambientais e com a NBR 13896/1997 da ABNT, recomenda-se a construção de aterros com vida útil mínima de até 20 anos (Figura 4).

Para Brasil (2010), o aterro sanitário é uma técnica de destinação sem causar danos ao solo e a saúde pública, pois utiliza técnicas de engenharia, conta com sistemas de controle de poluição que reduzem o risco de poluição do ar, do solo e da água. Neste sentido, o aterro sanitário se evidencia como uma boa solução para a disposição final dos RSU das cidades, porém, requer a escolha de uma área apropriada.



Fonte: Terra ambiental (2014). Disponível em: <http://www.teraambiental.com.br/blog-da-terra-ambiental/chorume-de-aterro-sanitario-por-que-o-tratamento-deve-ser-uma-prioridade>

Figura 4. Imagem do Aterro Sanitário de Canhanduba Itajaí-SC.

4. Materiais e métodos

A pesquisa teve como estrutura as seguintes etapas: no primeiro momento, levantamento bibliográfico e fontes secundárias em órgãos como a Prefeitura de Macapá através da Secretaria Municipal de Manutenção Urbanística - SEMUR, a fim de obter informações a respeito da área de destinação de RSU do município de Macapá.

Em um segundo momento, foi realizada uma visita “*in loco*” na ADFRSU de Macapá, com o acompanhamento de um técnico responsável da SEMUR/PMM. Na oportunidade, além de anotações das características da área, também foi tomada a marcação de pontos através de GPS e registros fotográficos da área (Figura 5).



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

Figura 5. Entrada do Centro de Tratamento de Resíduos - CTR/AP destinado a deposição final dos RSU do município de Macapá-AP.

O objetivo da visita foi de identificar as instalações da ADFRSU de Macapá; os tipos de resíduos sólidos depositados e se aquela área estava em cumprimento ou não quanto aos preceitos da PNRS. Desta forma, buscou-se classificar a ADFRSU de Macapá quanto a forma de destinação final de RSU, tendo por base a PNRS (Lei 12.305/2010). Finalmente, após a coleta de informações, passou-se para a análise com a sistematização e compilação dos dados obtidos de forma a atenderem aos objetivos propostos.

5 Resultados e discussões

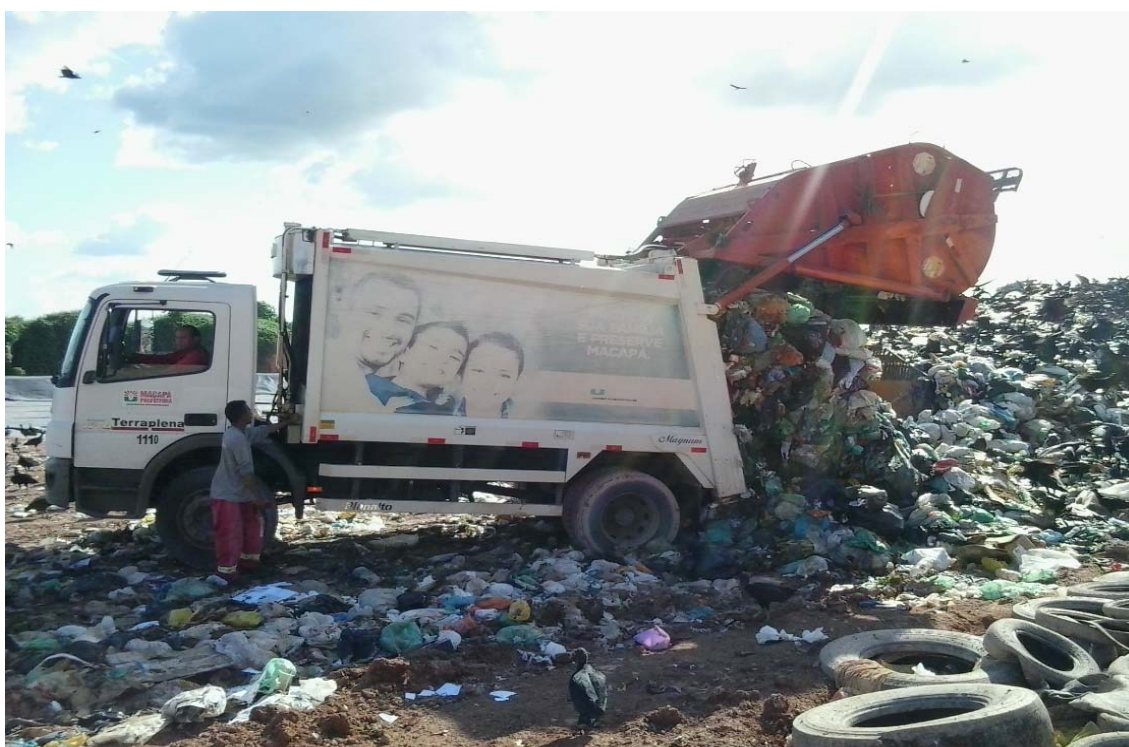
Macapá vem passando por várias transformações seja no âmbito político, econômico, social e ambiental, tendo seu cenário alterado em virtude das mudanças ocorridas principalmente com a estadualização do Amapá, em 1988, criando-se um polo de atração de migração populacional. No município, são identificados os seguintes tipos de resíduos: domiciliares, comerciais, escolares, de órgãos públicos, limpezas de terrenos, podas e manutenção de ruas e praças, serviços de saúde, da construção civil e pneus descartados.

A administração da ADFRSU, bem como a gestão dos resíduos sólidos no município de Macapá está a cargo da SEMUR, por meio do Departamento de Gestão Sustentável de Resíduos Sólidos - DGSRS. De acordo com Góes (2011), compete a este setor o planejamento e monitoramento de projetos; a promoção da integração de setores da sociedade na gestão dos resíduos sólidos; sugestão das normas e diretrizes visando o gerenciamento adequado dos resíduos sólidos; viabilização e a implantação de projetos específicos buscando a universalização da coleta, das formas de tratamento e destino final dos resíduos sólidos;

bem como, apoiar às iniciativas das comunidades na gestão de projetos de limpeza pública.

No ano de 2008, foi celebrado o Contrato 015/2008-PMM entre a Prefeitura do Município de Macapá e a Empresa Rumos Construções Ambientais-LTDA que tem a concessão com exclusividade dos serviços de operação e implantação daquela área por um prazo de 20 anos.

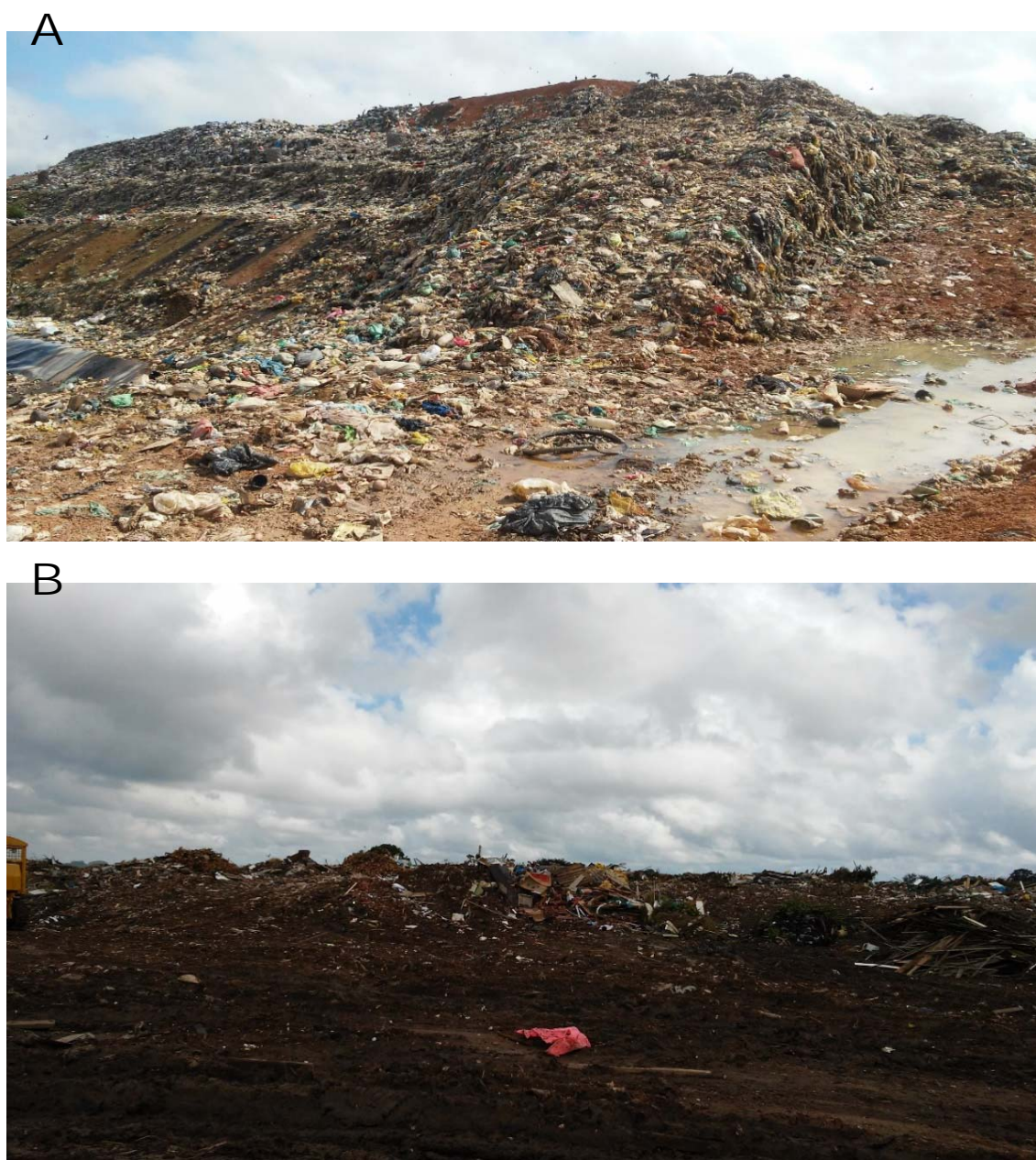
Conforme informações repassadas pela Empresa Terraplena LTDA, a coleta domiciliar dos RSU no município de Macapá, é realizada três vezes por semana, em dias alternados: segundas, quartas e sextas-feiras na zona sul da cidade e terças, quintas e sábados, na zona norte de Macapá. De acordo com a SEMUR (2015) cerca de 400 ton. de RSU domiciliar são destinadas diariamente para aquela área. A Figura 6, ilustra o tipo de carro coletor compactador destinado à coleta de RS domiciliar no município.



Fonte: Pesquisa de campo (2015)

Figura 6. Descarregamento dos resíduos sólidos no CTR-AP.

Verificou-se “*in loco*”, conforme ilustrado na Figura 7, que naquela área são depositados diariamente toda gama de RSU, incluindo os resíduos sólidos domiciliares, comerciais, das instituições governamentais (escolas e órgãos públicos), derivados de podas de árvores de domicílios, da manutenção de ruas e praças, dos serviços de saúde (“lixo” hospitalar), restos de materiais de construção civil, limpezas de terrenos e muitos pneus sem uso (vide Figura 6).



Fonte: Pesquisa de Campo (2015)

Figura 7. Área de disposição final dos RS do município de Macapá. Em A), RS completamente expostos e não acondicionados da forma correta, com “chorume” na superfície do terreno. Em B), depósito de restos de construções e limpezas de terrenos urbanos.

Ademais, alguns impasses relativos à localização da ADFRSU de Macapá em meio a centros urbanos e áreas aeroportuárias e de proteção ambiental permanente precisam ser equacionados. No primeiro caso, encontra-se a menos de 14 km do centro urbano de Macapá. Por outro lado, trata-se de uma área que dista menos de 15 km do Aeroporto Internacional de Macapá e encontra-se no interior de uma área reconhecida como quilombola, a menos de

um quilômetro de distância da Comunidade de Ilha Redonda.

Tomando por base o que foi exposto no item 3, bem como as características antes mencionadas, percebe-se nitidamente o quão distante encontra-se a ADFRSU de Macapá de um Aterro Sanitário (vide Figura 3), conforme disposto na PNRS, em 2010. As características observadas da ADFRSU permitem aproximá-la apenas de um “aterro semicontrolado”, haja vista que não atende alguns requisitos para enquadrá-la como Aterro Controlado, o qual exige a cobertura diária dos RSU por material inerte (vide Figura 2). O que se constatou é que os RSU vão sendo empilhados em uma dada célula e depois que atinge certa altura, decorridos alguns dias ou meses, é que estes são recobertos por material inerte.

Considerações finais

Através dos dados levantados, considera-se que Macapá ainda não conta com uma área de destinação final adequada para o depósito de seus resíduos sólidos urbanos. As características levantadas na ADFRSU do município de Macapá, não atendem os dispositivos da PNRS, quanto à implantação de um aterro sanitário. Isto é corroborado pela flagrante ausência de elementos intrínsecos àquele dispositivo, tais como: não realização da cobertura diária dos RSU chegados na área por material inerte; inexistência de dispositivos para queima de gases poluentes (metano e butano); ausência de compostagem, bem como, a não realização coleta seletiva e reciclagem.

A falta de pavimentação na área desde a entrada até a balança de pesagem; a compactação ineficiente; os altos índices de aves (pombos e urubus) sobrevoando e pousando nas células; a poluição visual e atmosférica são alguns dos problemas crônicos da área. Ademais, a ausência de infraestrutura adequada, como, por exemplo, galpões de triagem e materiais adequados, para os catadores que integram a Associação dos Catadores de Macapá - ACAM, impõem uma dura rotina aqueles catadores.

Diante do que foi abordado, considera-se que os resíduos sólidos urbanos de Macapá são acondicionados de forma inadequada, ocasionando problemas ambientais, sociais e de saúde pública, aliados ao descaso, do poder público comprometendo toda a população. Embora os gestores municipais e o poder público em geral, insistam em nominar aquela área como “Aterro Sanitário”, fica nítido que muito há que se fazer para que a mesma possa ter os atributos correspondentes ao mesmo. Pelas características expostas, neste trabalho, definiu-se aquela área apenas como “Aterro semicontrolado”. Uma menção intermediária para uma área que é um misto de lixão a céu aberto e aterro controlado.

Outro agravante é a ausência dos planos estaduais e municipais de resíduos sólidos no município de Macapá e nos demais municípios do estado, que ainda se encontram em fase de elaboração, sem previsão para serem concluídos. Os planos devem prever desde a distribuição ordenada de rejeitos em aterros, de modo a evitar danos ou riscos à saúde pública, à segurança e a minimizar os impactos ambientais adversos.

Referências

- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 10004**: Resíduos sólidos: classificação. Rio de Janeiro, 2004.
- BRASIL. Agência Nacional de Vigilância Sanitária-ANVISA. **Manual de Gerenciamento**

dos Resíduos de Serviços de Saúde. Brasília: Anvisa, 2006.

_____. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de Saneamento.** Brasília: FUNASA, 2010.

_____. Lei nº 12.305, de 2 de agosto de 2010, **institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos**, altera a Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998 e dá outras providências. 2010. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/civil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112305.htm>. Acesso em: 20 nov. 2014.

_____. NBR 8419 (origem NBR 8413/83): Apresentação de projetos de aterros sanitários de resíduos sólidos urbanos: Rio de Janeiro, 1992.

_____. NBR 8849: Apresentação de Projetos de Aterros Controlados de Resíduos Sólidos Urbanos, Rio de Janeiro, 1995.

_____. NBR 13896/97 Aterros de resíduos não perigosos - Critérios para Projeto, Implantação e operação: procedimento: Rio de Janeiro, 1997.

CUNHA, S. B; GUERRA, A.J.T. **A questão ambiental: diferentes abordagens.** Rio de Janeiro: Bertrand, 2005.

GÓES, Helivia Costa. **Dever de Proteção Ambiental e a Gestão Municipal dos Resíduos Sólidos Urbanos em Macapá, Estado do Amapá.** 2011. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas), Universidade Federal do Amapá, Macapá, 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional de Saneamento Básico.** Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/estatistica/populacao/condicaoodevida.shtm>> Acessado em: 20 abr.2014.

_____. **Mapa Político do Estado do Amapá.** Disponível em: <<http://loja.ibge.gov.br/mapas-estaduais-da-amazonia-legal-mapa-politico-do-estado-do-amapa.html>> Acessado em: 10 ago.2015.

LOPES, W. S. Avaliação dos impactos ambientais causados por lixões: um estudo de caso. IN: Congresso Interamericano de Engenharia Sanitária e Ambiental, 27. **Anais...** Porto Alegre: 2002.

MACAPÁ, **Cumprimento do prazo legal da lei de resíduos sólidos.** Disponível em:<http://www.macap.ap.gov.br/noticia.php.cod=1820> . Acesso em: 25 mar.2015.

SÁNCHEZ, Luis Enrique. **Avaliação de Impacto Ambiental: conceitos e métodos.** 2.ed. São Paulo: Oficina de Textos, 2013.

SECRETARIA MUNICIPAL DE MANUTENÇÃO URBANÍSTICA- SEMUR/PMM. **Relatório trimestral - julho a setembro de 2015.** Macapá: SEMUR, 2015.

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS E GESTÃO NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA FAZENDINHA, AMAPÁ, BRASIL¹

SOCIO-ENVIRONMENTAL CONFLICTS AND MANAGEMENT IN THE FAZENDINHA ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA, AMAPA, BRAZIL

Hermenegildo Caetano de Castro Neto²

Daguinete Maria Chaves Brito³

Teresa Cristina Albuquerque de Castro Dias⁴

RESUMO: O presente estudo tem como objetivo identificar e analisar os conflitos socioambientais existentes na Área de Proteção Ambiental da Fazendinha em Macapá - AP, bem como propor a formulação de soluções para minimizar tais conflitos. Para tanto, foi necessário analisar os relatórios da unidade de conservação, elaborados pela Secretária de Estado do Meio Ambiente e realizar pesquisa de campo junto aos moradores locais por meio de entrevistas. Os resultados mostraram que a ótica dos conflitos socioambientais existentes na unidade (inexistência de Plano de Manejo, descarte de resíduos, atividades socioeconômicas) diferem dos conflitos sociais apontados pelos moradores (segurança pública, infraestrutura, saúde e educação). As políticas públicas existentes e praticadas pelo Poder Público não têm sido suficientes para minimizar os atuais conflitos existentes na área.

Palavras-chave: Conflitos socioambientais. Gestão. Unidade de Conservação. Recursos Naturais.

ABSTRACT: The present study aims to identify and analyze the socio-environmental conflicts that exists in the Fazendinha Environmental Protection Area in Macapa -AP, as well as to propose the formulation of solutions to minimize such conflicts. Therefore, it was necessary to analyze the reports of the conservation unit, prepared by the Stare Environment Secretary and carry out field research with local residents through interviews. The results showed that the perspective of the socio-environmental conflicts established in the unit (the absence of management plan, waste disposal, social-economic activities) differ from the social conflicts pointed out by the residents (public security, infrastructure, health care and education). The existing public policies practiced by the public authority have not been sufficient to minimize the existing conflicts in the area.

Key words: Socio-environmental conflicts. Management. Conservation Unit. Natural Resources.

1 Artigo resultante do Projeto de Pesquisa "ÁREAS PROTEGIDAS, Conflitos Socioambientais e a Dinâmica Espacial Amapaense". Trabalho aprovado e apresentado no 6º Simpósio de Gestão Ambiental e Biodiversidade (6º SIGABI) ocorrido em junho/2017 na cidade de Três Rios, Rio de Janeiro.

2 Economista, Mestre em Direito Ambiental pela Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), analista ambiental da Secretaria de Estado e Meio Ambiente do Amapá (SEMA). Email: hccneto@bol.com.br

3 Geógrafa, Mestre em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB) e Doutora em Ciências Sociais (UFPA). Professora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atua nos cursos de Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e no Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (UNIFAP). E-mail: dagnete@uol.com.br

4 Engenheira Florestal, Mestre em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB), Doutora em Biodiversidade Tropical (PPGBio/UNIFAP) e pós-doutoranda em Ciências Ambientais (UNIFAP). Analista ambiental do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) em Santa Catarina. Email: teresa.cristina.dias@gmail.com

1 Introdução

A proteção de áreas naturais é considerada uma das mais importantes ações desenvolvidas por governos e entidades ambientalistas para a conservação do meio ambiente e de seus recursos naturais. No Brasil, a Lei Federal nº 9.985/2000, ao instituir o Sistema Nacional de Unidade de Conservação da Natureza (SNUC), dividiu as unidades de conservação (UC) em dois grandes grupos: proteção integral e uso sustentável. Cada um desses grupos possui diversas categorias de unidades; o grupo de proteção integral é formado por cinco diferentes categorias, sendo elas Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre. Já no grupo de uso sustentável, as categorias são: Área de Proteção Ambiental (APA), Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE), Floresta Nacional (FLONA), Reserva Extrativista (RESEX), Reserva de Fauna (RF), Reserva de Desenvolvimento Sustentável (RDS), Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) (BRASIL, Lei nº 9.985/2000).

O aumento de criação de novas UC, a partir da década de 1990 e início do século XXI, trouxe o crescimento dos conflitos socioambientais, pois, geralmente, os processos de criação destes espaços não envolvem as populações que utilizam os recursos dessas áreas. Essas atitudes têm explicação na corrente preservacionista, predominante na política ambiental brasileira, a qual prevê que, para a proteção do ambiente natural, é necessária a total exclusão de populações humanas nessas áreas legalmente protegidas.

No Brasil, o socioambientalismo fundamenta-se na concepção de que um novo paradigma de desenvolvimento deve promover não só a sustentabilidade estritamente ambiental (de espécies, ecossistemas e processos ecológicos), mas também a sustentabilidade social (redução das desigualdades sociais e promoção de valores como justiça, ética e equidade social). Parte do pressuposto de que as políticas públicas ambientais só têm eficácia social e sustentabilidade política quando incluem comunidades locais e promovem uma repartição socialmente justa e equitativa dos benefícios derivados da exploração dos recursos naturais (BERNARDI, 2005).

O meio ambiente natural, portanto, configura-se como centro de disputas e de negociações em que o caráter mais preservacionista da legislação ambiental se defronta com as complexas interações, historicamente estabelecidas, entre a população humana e o ambiente no qual se inserem, ocasionando o que se denomina de conflitos.

O termo conflito socioambiental designa as relações sociais de disputa/tensão entre diferentes grupos ou atores sociais pela apropriação e gestão do patrimônio natural (RUIZ, 2005). Essas situações de litígio, vigentes nos níveis material e simbólico, podem ou não assumir a forma de um embate mais direto. Elas decorrem, muitas vezes, do esforço investido na simples prevenção ou mesmo na reparação de danos ambientais (ORMEÑO; SAAVEDRA 1995).

Os conflitos socioambientais no Brasil são discutidos por muitos autores, entretanto, os que melhor definem e analisam as características dessa tipologia de conflitos são Little (2001), o qual afirma que estes podem ser entendidos como disputas entre grupos sociais provenientes de distintas formas de relações por eles mantidas com o meio natural e Acselrad (2004), que defende que os conflitos socioambientais ocorrem quando são envolvidos grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significado do território. Desta forma, tais conflitos ocorrem quando pelo menos um dos grupos sofre ameaças quanto à continuidade das formas sociais de apropriação do seu meio.

Libiszewski (1992, p. 6) define os conflitos socioambientais como “conflito causado pela escassez de um recurso, ou seja: causado por um distúrbio em sua normal taxa de regeneração devido à ação humana”. Para este autor, os conflitos socioambientais podem resultar da exploração dos recursos naturais renováveis, ou pela ultrapassagem da capacidade de recuperação dos ecossistemas, chamada de *stress* ambiental.

A questão dos conflitos requer uma avaliação por meio de diferentes aspectos: jurídicos, sociais, ambientais, organizacionais, intrapessoais ou interpessoais. A análise dos conflitos socioambientais necessita de uma visão ampla e interdisciplinar. É necessário, portanto, envolver, na avaliação dos conflitos socioambientais, as várias especialidades, tanto das ciências naturais e sociais, muitas das biológicas. Todos os conhecimentos são válidos e indispensáveis para a resolução das tensões que envolvem a exploração, a sustentabilidade dos recursos naturais e o desenvolvimento socioeconômico da população mundial (BRITO, 2010).

Ressalta-se que a abordagem do tema conflito socioambiental é recente e seu cenário vem sendo configurado pelas entidades e comunidades que vêm se posicionando em relação às negociações quanto ao uso dos recursos naturais, pois, até então, o meio ambiente era concebido apenas como fonte de recursos naturais e de onde se estabeleciam suas relações sociais e, agora, deve ser protegido.

Assim, o presente trabalho tem como objetivo principal identificar e analisar os conflitos socioambientais existentes na APA da Fazendinha, no município de Macapá - AP, além de propor a formulação de soluções para minimizar tais conflitos existentes na área, tendo como hipótese que os conflitos são gerados a partir da ausência de políticas públicas relacionadas, nas áreas socioeconômicas e ambientais.

Neste contexto, o estudo foi assim dividido: além desta introdução e das considerações finais, a primeira parte procura discutir os conflitos socioambientais em espaços protegidos; em seguida, foi explicada a metodologia da pesquisa e por último foi realizada a análise dos resultados, discutindo os principais problemas encontrados na APA da Fazendinha e identificados e ponderados os principais instrumentos de gestão ambiental que a APA da Fazendinha necessita.

2 Conflitos Socioambientais em Espaços Protegidos

O Poder Público tem a incumbência de assegurar às gerações presentes e futuras a efetividade do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Para tanto, deve definir, em todas as unidades da Federação, espaços territoriais a serem especialmente protegidos (BRASIL, Constituição Federal/1988, art. 225, § 1º, inciso III). No entanto, essas áreas protegidas constituem polos geradores de conflitos, oriundos das disputas acirradas, movidas por interesses diversos, pelo uso e pela apropriação desses territórios.

Neste contexto, os conflitos territoriais, em especial nas UC, envolvem vários atores, tais como os órgãos gestores das UC nas esferas, federal, estaduais e municipais na expectativa de solucionar ou amenizar os conflitos; os proprietários particulares, pelo direito de permanecer e usar suas terras; as empresas privadas e públicas, com interesses pelo uso desses territórios; as Organizações Não Governamentais (ONG); o setor imobiliário na busca de áreas para construção de condomínios, e as comunidades locais e tradicionais na luta para manter sua base de sustento.

Muitas UC já nascem provocando conflitos. Por exemplo, as unidades de proteção integral (que são de domínio público), só admitem o uso indireto dos recursos naturais,

portanto, têm a obrigatoriedade de desapropriação de terras (Estação Ecológica, Reserva Biológica, Parque Nacional, Monumento Natural e Refúgio de Vida Silvestre). Normalmente, são criadas próximas de comunidades locais e tradicionais (quilombolas, ribeirinhas, indígenas, caiçaras, pequenos agricultores e populações extrativistas), comumente, são privadas desses territórios, afetando sua sustentabilidade.

Outra causa de conflitos territoriais é o problema da regularização fundiária. Grande parte das UC de proteção integral ainda não apresenta uma situação fundiária regularizada. Segundo Cattaneo (2004), este é um problema que ocorre há várias décadas e é desta forma que se encontra a maioria das populações residentes em UC, que, diante de novas regras político-administrativas e da carência de recursos econômicos, vive em condições precárias sem permissão de realizar qualquer atividade extrativa.

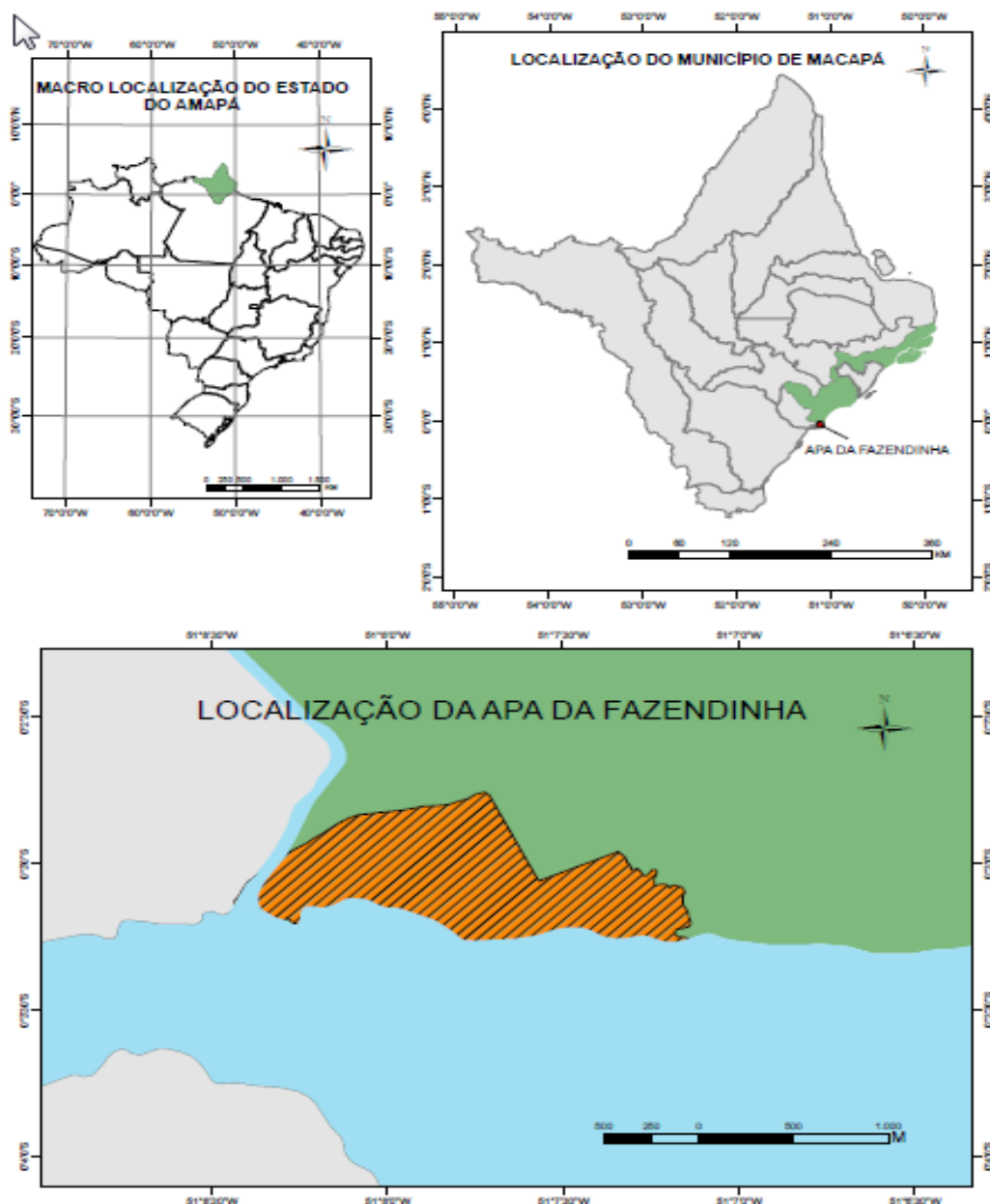
Os conflitos relacionados à regularização fundiária representam apenas uma parte da conjuntura causada com a criação de UC. As disputas pelo uso dos recursos naturais existentes nesses territórios são outras causas de conflitos, tais como exploração de potencial energético de rios para empreendimentos de geração de energia, extração de madeira e mineral para insumo das indústrias; exploração dos recursos pesqueiros e genéticos da flora e fauna, além do turismo e do mercado imobiliário.

A literatura acadêmica está repleta de exemplos de estudos das situações conflituosas entre os objetivos propostos para as UC e moradores do seu entorno, e, em muitos casos, também presentes em seu interior (Souza, 2011). No Brasil existem 2.071 UC federais, estaduais e municipais (públicas e privadas), distribuídas em 1.547.792 km². Esses dados, consolidados em fevereiro de 2017, integram o Cadastro Nacional de Unidades de Conservação (CNUC), do Ministério do Meio Ambiente (MMA, 2017).

O estado do Amapá ocupa posição de destaque no cenário nacional pelo percentual de áreas protegidas criadas em níveis federal, estadual e municipal, que supera 70% de seu território, dos quais se atribui cerca de 62% às 19 UC existentes. Todavia, tal *status* de proteção dificilmente será consolidado e alcançará a sustentabilidade necessária sem os instrumentos indispensáveis para uma gestão efetiva de todo sistema, dentre os quais perpassam, principalmente, pela resolução dos conflitos socioambientais existentes nas mais diversas categorias de UC, em especial, as que pertencem ao grupo de uso sustentável, dentre elas as Áreas de Proteção Ambiental.

3 Metodologia

A APA da Fazendinha está inserida na área periurbana da cidade de Macapá, capital do estado do Amapá (extremo Norte do Brasil). Seus limites foram fixados pela Lei Estadual nº 0873, de 31/12/2004. Limita-se, leste, com o igarapé Paxicu, a oeste, com o igarapé da Fortaleza, a norte, com a rodovia Salvador Diniz (a qual propicia o acesso mais fácil à unidade) e sul, com o rio Amazonas (Figura 01). É uma área na qual as atividades humanas estão sujeitas a normas e restrições específicas, com o propósito de minimizar os impactos negativos sobre a área. Encontra-se em bom estado de conservação.



Fonte: Secretaria de Estado e Meio Ambiente (SEMA) (2016).

Figura 01. Localização da APA da Fazendinha - AP

A pesquisa foi realizada de agosto de 2012 a janeiro de 2014, sendo os dados atualizados em abril de 2017 (registro no Comitê de Ética o nº 69031317.70000.0003, da Universidade Federal do Amapá). O estudo foi realizado da seguinte forma: a) pesquisa bibliográfica em livros, dissertações, teses, artigos científicos, periódicos, jornais e legislações; b) levantamento documental com pesquisas em relatórios e documentos oficiais; c) coleta de dados com a realização de levantamento de campo, por meio de aplicação de questionários (Apêndice 1) a quarenta moradores/usuários, bem como entrevistas com técnicos da SEMA envolvidos na gestão da unidade.

4 Resultados e Discussão

A APA da Fazendinha é uma UC de uso sustentável, ou seja, permite o manejo de recursos naturais. Foi criada com o objetivo de conciliar a permanência da população local, a conservação ambiental e o desenvolvimento de atividades econômicas por meio do uso racional de recursos naturais. Possui área de 136,59 hectares e sua última alteração legal ocorreu em 31/12/2004 (AMAPÁ, Lei nº 0873/2004). Possui grande beleza cênica e riqueza ambiental, especialmente no que tange à flora e fauna. O desafio para a conservação desse patrimônio é conciliar a permanência da população local, a proteção do ambiente e o desenvolvimento de atividades econômicas por meio do uso racional de recursos naturais ali existentes.

Em seu entorno imediato, a comunidade é composta, essencialmente, por pescadores, comerciantes, proprietários de estaleiros, estivadores e extrativistas, os quais contribuem na construção dos principais problemas que afetam aquele espaço protegido. Com essas características, e por ficar próxima de região urbana, a UC está em estado de iminente perigo de invasão, seja pela destruição da flora, caça e pesca predatória, seja em busca de moradia.

Atualmente, parte da área encontra-se ocupada de forma desordenada (não possui ruas, travessas ou alamedas), de maneira especial na margem do Igarapé da Fortaleza e da Rodovia Salvador Diniz. Na orla amazônica da UC, vem sendo incorporados casas e galpões para guarda de lanchas e bares. Na margem do Igarapé Paxicu, a ocupação ainda é pequena, no entanto, grande parte da mata ciliar está sendo destruída, provocando intenso assoreamento desse curso água.

A parte central da APA encontra-se ainda conservada, mantendo a mata e flora primitiva, apesar da existência de caminhos e pequenas passarelas para o trânsito dos que se utilizam da área. Como parte de sua infraestrutura a APA da Fazendinha dispunha de uma base física (Figura 02), porém a mesma foi incendiada em 2015, o que vem prejudicando, sobremaneira, o processo de gestão da UC.



Fonte: Pesquisa de Campo/2014.

Figura 02. Base Física (existente até meados de 2015)

Para o seu gerenciamento, a UC conta com dois chefes e uma equipe técnica composta por membros das Coordenadorias de Gestão de Unidades de Conservação (CGUC), e da Educação e Informação Ambiental (CEIA). O trabalho de fiscalização é realizado, de forma programada ou quando acionado em função de denúncias, pela SEMA com o apoio do Instituto do Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Estado do Amapá (IMAP) e Batalhão de Polícia Militar Ambiental (BPMA).

4.1 Principais Problemas Encontrados

A pressão antrópica foi identificada como causa da origem dos conflitos socioambientais na APA da Fazendinha. Entretanto, outros fatores foram identificados, tais como a ausência do Plano de Manejo da UC; falta de uma base física; a expansão de pequenas barracas de comerciantes na Rodovia Salvador Diniz; o extrativismo; a existência de balneários particulares e a insuficiência de técnicos para gerenciar a UC. Além disso, constatou-se a existência de ações danosas (pela população residente e entorno), como a destruição da flora e de *habitats*, queimadas e roçados, deposição de lixo doméstico, problemas sanitários e de saúde.

O estudo de campo demonstrou que a maioria da população pesquisada (45%) possui ensino fundamental incompleto e 18% não são alfabetizados. 23% da população provém do estado do Amapá (sendo 16,5% da capital) e 76,9 % do estado do Pará. Os municípios paraenses que contribuem com as maiores taxas de imigrantes para a APA da Fazendinha são: Afuá (27,2%), Breves (20,7%), Gurupá (6,1%), Chaves (5,7%), Portel (4,6%) e Anajás (3,8%). Quanto ao crescimento populacional da APA, a média anual foi de 24,77% entre 1982 e 2013. O levantamento populacional realizado em 2013 pelo órgão gestor da unidade registrou a presença de 1.279 moradores.

A respeito das condições de moradia, encontram-se dentro de algumas residências duas, três ou quatro famílias compostas por cônjuges ou companheiros (as), filhos, netos, bisnetos, enteados e agregados. Os motivos que levaram os moradores da APA da Fazendinha a residirem na UC são diversos, como: deixar de pagar aluguéis (alegando baixas condições financeiras e que estão sem opções de moradia); casamentos com moradores da UC; terem nascidos na APA; moradias cedidas por parentes; por morarem próximos aos familiares que residem na UC e a proximidade do rio, visto que alguns possuem embarcações e precisam de um porto para atracá-las.

Em relação à situação fundiária, o estudo apontou que somente 2% dos residentes na UC possui documentação que comprove a posse da terra¹. O restante dos moradores que não possui o título de propriedade está nas seguintes situações: a) constam no cadastro da SEMA; b) possuem recibo de compra e venda; e c) não tem nenhum documento.

Quanto às principais atividades econômicas e profissionais exercidas pelos moradores da APA (algumas pessoas possuem comércio na UC, porém, moram no município de Santana). Cerca de 9% dos moradores praticam as suas atividades laborais dentro da UC, sendo assim distribuídos: comerciantes (3%) pescadores (3%) autônomos (3%). Os 74% dos moradores que exercem sua atividade fora da UC encontram-se, assim, distribuídos: pescadores (42%), funcionários públicos (19%), funcionários da iniciativa privada (10%) e autônomos (3%). Os desempregados somam 17%.

Quanto aos serviços básicos, 59% dos moradores informaram que utilizam água do rio ou igarapé; 87% destinam seus dejetos tendo como meio fossa negra, 10% fossa

séptica e apenas 3% tem rede de esgoto. Cerca de 93% dos moradores elencaram a falta de fornecimento de água tratada como o maior problema enfrentado por eles na APA da Fazendinha. A quantidade de pessoas que utilizam a água do igarapé ou do rio para atender as necessidades humanas é preocupante, pois a UC não possui um sistema de tratamento de esgoto. Todos os excrementos humanos são despejados na área e com o fluxo da maré acabam chegando aos rios e igarapés que pertencem à UC e entorno.

Outro dado preocupante quanto à saúde da população da UC e entorno é que os 87% das residências usam fossa negra, despeja os dejetos humanos (fezes e urina) direto no solo ou na água dos mananciais, a exemplo do resíduo do esgoto, que, com o movimento das marés, os dejetos humanos acabam no rio e igarapés (Figura 03).



Fonte: Pesquisa de Campo/2014.

Figura 03. Fossa negra utilizada pelos moradores

Outro sério problema identificado diz respeito ao lixo doméstico e/ou sua relação com as atividades socioeconômicas existentes na APA. Os moradores informaram que colocam o lixo doméstico em sacos plásticos e esperam a coleta pública, porém, a mesma não ocorre sistematicamente, então, o lixo é colocado em caixas improvisadas (Figuras 04 e 05). Com relação ao lixo oriundo das atividades econômicas, os comerciantes fazem o mesmo processo de descarte do lixo doméstico. Já os batedores de açaí despejam os caroços do fruto diretamente no solo e os vendedores de camarões jogam os resíduos na mata ou no rio.



Fonte: Pesquisa de Campo/2014.

Figuras 04 e 05. Recipientes improvisados para coleta de lixo

A situação é preocupante, pois o que se vê na UC é muito lixo debaixo das pontes, residências e ao redor dos estabelecimentos comerciais. Os moradores informaram que antigamente existia um contêiner na entrada da UC (na Rodovia Salvador Diniz) e garis comunitários para recolherem o lixo. Atualmente, não existe um depósito adequado para resíduos sólidos e a coleta do lixo não ocorre mais de forma regular.

A falta de um posto de saúde que atenda a população da UC e entorno é o terceiro maior problema eleito pela comunidade da APA, com 75%. No Distrito da Fazendinha, próximo ao balneário, existe um posto de saúde, porém, a distância em que este se encontra é considerada um grande entrave para o acesso aos serviços de saúde, principalmente, pelos moradores da comunidade do Igarapé da Fortaleza.

A APA da Fazendinha possui uma rede de energia elétrica disponível para consumo dos moradores da UC e 87% faz uso desse serviço, seja de forma oficial, seja por meios ilegais/clandestinos. Apesar disso, 57% dos entrevistados alegaram que a energia é de péssima qualidade, pois a falta, a oscilação e a queda de energia são constantes.

Quando indagados sobre a caça e pesca, apenas 1% dos entrevistados afirmou que caçam ou já caçaram dentro da UC e 3% já pescaram ou pescam dentro da APA. Constatou-se ainda, que as pessoas que praticam a atividade de pesca estão desempregadas e são pescadores que utilizam o recurso natural para seu sustento.

Com relação à educação, 44,8% dos entrevistados não possuem o ensino fundamental completo e 17,6% não são alfabetizados. Apesar de existir uma escola municipal na UC e outra estadual em frente à APA (ambas na Rodovia Salvador Diniz, próximo do Igarapé da Fortaleza), não atendem à demanda da região. Ressalta-se que a baixa escolaridade dos pais ocasiona um desinteresse deles na educação dos filhos.

Eleita, com 89% dos entrevistados, a falta de segurança é um grave problema ocasionado pela carência de policiamento na unidade. Há, também, ausência de fiscalização dos órgãos ambientais (SEMA e BA) e do conselho tutelar. Foram apontados, ainda, a falta de iluminação pública e o difícil acesso ao interior da UC em virtude da inexistência ou da precariedade das passarelas, dificultando o policiamento. Há, além disso, poluição

sonora e existe a ocorrência de tráfico de drogas e prostituição. Esse panorama, para os moradores, justifica a necessidade da presença do policiamento no local.

Na APA da Fazendinha estão presentes ingredientes propícios à prostituição (inclusive de menores) e tráfico de drogas. A UC é um local degradado socialmente e a pobreza impera no local, visto que 44,10% possui renda abaixo de um salário mínimo e a maioria da população não é alfabetizada ou não possui o ensino fundamental completo.

A UC possui uma área portuária, na qual os homens (segundo os moradores) procuram “sexo rápido e sem compromisso”. Combinado com a ausência do poder público para inibir essas práticas, essas atividades estão se expandindo cada vez mais, fato este evidenciado pelos moradores, visto que 94% dos entrevistados informaram que conhecem alguém que se prostitui ou se prostituiu e 64% alegam conhecer alguém que se encontra envolvidos com drogas.

O panorama apresentado deixa claro que houve uma evolução dos conflitos existentes na APA, visto que, anteriormente, os problemas existentes eram voltados apenas para os conflitos socioambientais: pressão antrópica, ausência do plano de manejo, falta de uma base física e de técnicos, expansão de pequenas barracas de comerciantes, extrativismo, destruição da flora, queimadas e roçados, deposição de lixo doméstico, problemas sanitários e de saúde. Em outra ótica, Drummond; Dias; Brito (2008) ressaltam que os principais conflitos ocasionados em UC são gerados pela utilização inadequada dos recursos naturais para sanar as necessidades humanas, como as queimadas e desmatamentos da área para implantação da pecuária extensiva e da agricultura predatória, invasões, extrativismos (vegetal, animal e mineral), além da indefinição fundiária e a falta de plano de manejo da unidade.

O entendimento de Drummond *et al.* (2008) quanto aos conflitos ocasionados em UC, se adapta perfeitamente à teoria de Sant Simon, Proudhon e Marx, em que a hipótese da estruturação do espaço é dividida em classes – de um lado, o Poder Público empenhado em resguardar o espaço territorial ambiental protegido (APA da Fazendinha) e, na outra ponta, a comunidade na busca do bem-estar social – e estas estão constantemente em tensão baseada na própria estrutura ideológica.

Esse juízo é reforçado no pensamento de Aristóteles, Maquiavel, Nietzsche, quanto à origem do conceito de conflito, que ocorre na oposição de interesses afetados das classes sociais, ou seja, ricos e pobres, fracos e fortes (MAQUIAVEL, 2002). Nesta mesma linha, seguem os pensamentos de Little (2001) e Acselrad (2004), os quais defendem que os conflitos são provenientes da disputa envolvendo grupos sociais provenientes de distintas formas de relações por eles mantidas com o meio natural e esses conflitos ocorrem quando, pelo menos, um dos grupos sofre ameaças quanto à continuidade das formas sociais de apropriação do seu meio.

Então, a solução dos conflitos ocorridos na APA da Fazendinha se observa na teoria de Flyvbjerg (1998), o qual se ressalta a consciência moral, ponderação e razão que fundamentam a discussão da solução racional dos conflitos por meio de debate públicas e a reflexão de Bernardi (2005), que parte do pressuposto de que as políticas públicas ambientais só têm eficácia se incluírem a comunidade local.

A degradação de áreas protegidas e de seus recursos naturais tem estimulado a concepção de diversas políticas ambientais. Como exemplo, a política de criação de UC, dentro dela, estão inseridos os instrumentos adequados para a sua gestão. Neste contexto, a análise da influência da gestão ambiental da APA da Fazendinha torna-se imprescindível.

4.2 Instrumentos de Gestão Ambiental da APA da Fazendinha

A APA da Fazendinha é administrada pela SEMA, e gerenciada por um Conselho Gestor formado por representantes de órgãos públicos, de organizações da sociedade civil e da população residente, tendo como presidente o representante do Órgão Estadual do Meio Ambiente. Porém, além do conselho gestor, são necessários outros instrumentos, tais como Zoneamento Ambiental, Plano de Manejo, Licenciamento Ambiental, Cadastro de Moradores, Monitoramento Ambiental, Educação Ambiental e Fiscalização Ambiental

a) Zoneamento Ambiental

A APA da Fazendinha não possui o Zoneamento Ecológico Econômico (ZEE), deixando seus agentes públicos sem um estudo voltado para o conhecimento sistematizado de características, fragilidades e potencialidades da UC de acordo com as necessidades de proteção, conservação, recuperação e uso dos recursos naturais. O ZEE é um instrumento de normatização e sua ausência impossibilita os agentes públicos e a sociedade de elaborar projetos para a readequação das atividades socioeconômicas, readequando e disciplinando as ações antrópicas no meio ambiente.

O ZEE está inserido em um processo de gestão ambiental que não pode ser desconexa, a sua base de informações serve para traçar diretrizes na construção e elaboração do plano de manejo de uma área, inclusive a sua zona de amortecimento, mosaicos de áreas protegidas e corredores ecológicos.

b) Plano de Manejo

No processo de gestão da APA da Fazendinha, destaca-se o descumprimento do artigo 27, § 3º da Lei 9.985/2000 que determina o prazo máximo de cinco anos, a partir da data de criação da UC para elaboração do seu plano de manejo. A APA da Fazendinha foi criada em 2004 e o processo de elaboração do seu plano de manejo deveria ter sido concluído em 2009. Até a presente data, a UC ainda não possui o devido Planejamento.

A ausência do plano de manejo da APA da Fazendinha inviabiliza a gestão, organização, proteção e gerenciamento da área. Outro ponto fundamental, com essa carência, é a dificuldade de obter recursos financeiros para implementação de projetos e propostas visando o desenvolvimento de alternativas de subsistência da comunidade, no uso correto dos recursos naturais.

O plano de manejo é um instrumento importante na orientação do planejamento da gestão ambiental da UC. Busca estabelecer as diretrizes e orientar as ações que venha a ser aplicada em todo o processo de planejamento na execução das atividades mais complexas da gestão da APA da Fazendinha, diminuindo os conflitos do pressuposto de conservação que dissocia o ser humano e a natureza.

É importante destacar que o plano de manejo é a ferramenta responsável para orientar a gestão ambiental no processo do estabelecimento de diretrizes na expedição do licenciamento ambiental na UC, quanto às atividades potencialmente causadoras de significativo impacto ambiental, como se vê a seguir.

c) Licenciamento Ambiental

Desde sua criação até os dias atuais, o Conselho Gestor da unidade nunca foi consultado para manifestar-se sobre a possibilidade de execução de obras ou atividades potencialmente causadoras de impactos na zona de amortecimento da UC. Entretanto, a SEMA concedeu autorização para a comunidade realizar reformas nas instalações residenciais e comerciais existentes dentro da unidade.

A autorização é uma ferramenta da gestão ambiental que libera, por tempo definido, a execução de ações que possam acarretar alterações ao meio ambiente, como: autorização para ampliação e reforma de residência ou empreendimentos que se encontram instalados na UC, bem como, autorização para manejo dos recursos naturais disponíveis. Para a expedição da autorização, é necessário que o morador se encontre cadastrado na SEMA.

A partir do citado cadastro, a realização de reformas e/ou ampliação nos imóveis passa a ser controlado pelo trâmite técnico administrativo, qual seja: solicitação, por escrito, pelo morador à chefia da UC, incluindo um croqui da obra; o órgão gestor da unidade realiza vistoria prévia na área e elabora um laudo técnico; o Conselho Gestor da UC, assistido pela assessoria jurídica do órgão gestor ambiental, avalia e debate sobre a realização ou não da obra e; a administração da unidade expede a autorização ao morador, com prazo definido, ou comunica a ele, a impossibilidade da solicitação com sua devida fundamentação legal.

d) Cadastro dos Moradores

Desde 1982, a administração pública responsável pelo gerenciamento da área, iniciou um processo de monitoramento da população, por meio do cadastramento dos moradores do Parque Florestal de Macapá, hoje denominada de APA da Fazendinha, registrando à época, a existência de 28 moradores na área.

Em 2009, o levantamento oficial da ocupação antrópica da APA da Fazendinha, registrou 1.078 habitantes vivendo na UC. Já entre 2013 e 2015, a SEMA realizou o mais recente cadastro e registrou um total de 1.120 moradores (dados estes, em fase de publicação via relatórios internos).

A importância de realizar e ter o cadastro dos moradores da APA da Fazendinha atualizado é a de possibilitar a incorporação dele nos estudos de elaboração do plano de manejo, quando criado; construção e ordenamento do seu território; compreender quais os principais problemas que a UC tem suportado em decorrência da invasão antrópica; traçar o perfil da sua população residente e usuária (aspectos sociais e econômicos), como subsídios para a elaboração do projeto ou plano de ação que possa melhor proteger legalmente essas áreas e conhecer o histórico do processo de invasão da APA.

Além das contribuições supracitadas, o cadastro inicial dos moradores serviu (à época) como parte dos estudos de proposição de uma nova UC em 2003, sendo concretizada, em 2004, com a mudança da categoria de Reserva Biológica (REBIO) para APA da Fazendinha.

e) Monitoramento Ambiental

Em 2013, foram realizados dez monitoramentos na UC, principalmente no que refere ao controle do crescimento das moradias e não se tem registros de casos de construções

ilegais. Essa informação confirma que a pressão antrópica ficou relativamente estável entre 2004 e 2013, ratificada pela taxa média de crescimento populacional de 1,86% ao ano, registrada no período. O monitoramento e a presença mais efetiva do estado contribuíram para a estabilização da pressão antrópica.

Por outro lado, nunca foram realizadas medições, observações e pesquisas com intuito de avaliar as alterações e a qualidade da água existente dentro e entorno da UC, principalmente no igarapé da Fortaleza, onde o fluxo de embarcações é grande. Não há estudos científicos que possam acompanhar a situação daquela área quanto à identificação de possível impacto ambiental ocasionado pelas embarcações (como vazamento de combustível ou descarte de produtos transportados por elas) que estejam agredindo (direta ou indiretamente) a UC como um todo.

Atualmente, o monitoramento florestal não está sendo realizado. O último levantamento de desmatamento, derrubada e queda de árvores, ocorreu em 2011. Sua importância, por si só, se justifica pela necessidade do órgão ambiental acompanhar a situação da UC, ou seja, caso haja uma evolução do desmatamento, o monitoramento servirá de alerta para que o Estado tome medidas adequadas contra um possível desequilíbrio ambiental.

e) Educação Ambiental

Há registros de substituição da área florestal por construções de residências e comércios, os quais alteram o meio ambiente e trazem implicações à própria ocupação. Para que sejam solucionados os problemas de cunho ambiental provenientes das atividades humanas, é imprescindível a educação ambiental com ações de sensibilização aos moradores da APA da Fazendinha.

Em 2011 foram realizadas algumas atividades educativas, porém, muito pontuais, como campanha de Combate e Monitoramento do Caramujo Africano, palestras educativas, passeios ecológicos no interior da UC e apresentação de peças teatrais (ecológicas) para crianças da comunidade local. Além das atividades supracitadas, foram realizadas reuniões com os feirantes que comercializam o camarão para discutir o descarte da casca do produto. Já em 2012, há apenas a ocorrência da realização de uma palestra na escola estadual do entorno da APA em comemoração à Semana do Meio Ambiente.

As ações de educação ambiental na APA da Fazendinha foram se exaurindo entre 2012 e 2013, tendo como causas a ausência de técnicos da área, trocas constantes da chefia da UC e carência de recursos financeiros. Esse panorama contribuiu para a ineficiência da aplicação desse importante instrumento de gestão ambiental. A falta das práticas educativas que visam a sustentabilidade e a diminuição de qualquer impacto ambiental na UC geram conflitos socioambientais e devem ser combatidas e inseridas na sociedade pela gestão pública a ponto de ser transformada em sinônimo de cidadania.

É evidente que a administração pública deve dar a devida importância ao processo de sensibilização da população de modo a promover e potencializar a proteção, recuperação e melhoria do meio ambiente. No entanto, as ações de educação ambiental, por si só, não conseguem garantir a todas as pessoas o direito de desfrutar de um ambiente saudável.

f) Fiscalização Ambiental

A APA da Fazendinha é uma área que pertence ao patrimônio público, permite a permanência humana e se encontra cercada por aglomerações humanas e sofre

influência da expansão urbana. Os recursos ambientais protegidos pela UC estão sujeitos à alteração, à degradação ou ao desaparecimento em função da ação direta ou indireta do ser humano. Segundo Bruno (1978), desde os primórdios, o ser humano violou as regras de convivência, ferindo semelhantes e a própria comunidade na qual vivia.

A SEMA, por meio dos seus instrumentos de gestão ambiental, nesse caso, a fiscalização, busca proteger o patrimônio natural da UC. Entretanto, esta secretaria tem muita dificuldade de realizar a fiscalização nas áreas sob sua gestão em função de não possuir um corpo técnico qualificado de fiscais. A fiscalização nas unidades depende de articulação com o BPMA e do IMAP, em que estão alocados os fiscais ambientais do Estado.

Para suprir essa dificuldade é necessária a implantação de um plano integrado de fiscalização no estado do Amapá, a exemplo do ocorrido no estado de São Paulo. Segundo Arzolla *et al.* (2000), em 1995, iniciou-se a execução do Projeto de Preservação da Mata Atlântica (PPMA), para o qual foram adotados procedimentos metodológicos, como a realização de oficinas preliminares de planejamento para estabelecer planos de fiscalização integrados entre os órgãos envolvidos na proteção do meio ambiente.

A proteção das UC, em especial a APA da Fazendinha, deve possuir um Plano integrado de fiscalização com objetivo de estruturar as ações de fiscalização, inclusive com orçamento, recursos humanos, investimentos em equipamentos, veículos, embarcações, capacitação para aperfeiçoar as atividades de fiscalização e a integração dos órgãos envolvidos na proteção do patrimônio ambiental, como a SEMA, o IMAP e BPMA.

Também outras instituições devem ser integradas, como Polícia Civil, para lavratura de boletins de ocorrência, termos circunstanciados, abertura e instrução de inquéritos; Ministério Público do Amapá (MPAP), para requisição de abertura de inquérito, ação civil pública sobre danos ambientais e formalização de Termo de Ajustamento de Conduta Ambiental (TACA); judiciário, para concessão de mandados de busca e apreensão para operações de fiscalização e Procuradoria Geral do Estado (PGE), para impetrar ações de reintegração de posse no interior da UC.

Esse Plano Específico de Fiscalização das UC ajudará o Estado a caracterizar e identificar o cenário de conflitos socioambientais incidentes e específicos, e, posteriormente, executar ações integradas de fiscalização para contraposição aos vetores de degradação ambiental.

Considerações Finais

De acordo com o levantamento efetuado, a pressão antrópica constitui o conflito socioambiental mais antigo da APA da Fazendinha e o mais lesivo dentro da função proposta à UC, que é o desenvolvimento sustentável, se propagando desde a criação da unidade até os dias atuais.

A evolução do crescimento populacional da UC se divide em dois períodos: o primeiro compreendido entre 1982 a 2003, em que o Estado não estava presente e a gestão da UC encontrava-se muito distante da comunidade, e o segundo, que compreende o período entre 2003 e 2013, caracterizado pela intervenção e presença do Estado na UC, quando mudou a categoria de REBIO para APA, construiu-se a base física na área e criou-se o cargo de gerente da UC, que, até então, era inexistente. Todavia, após a base física da unidade ter sido incendiada em 2015 e a ausência do Estado, possivelmente houve um aumento do número de moradores na unidade e conseqüentemente, dos conflitos socioambientais.

Além da pressão antrópica e o crescimento da população na UC, nota-se que os conflitos vêm se solidificando aos longos dos anos em virtude do uso desordenado do espaço protegido pela manutenção das práticas socioeconômicas ali efetivadas.

Quanto ao diagnóstico ocupacional periódico da UC, o órgão estadual gestor da unidade não tem realizado o devido levantamento de forma sistemática que possa, de fato, contribuir para o controle das atividades. O último relatório oficial elaborado (e publicado) ocorreu em 2009, quando o ideal seria que o mesmo ocorresse, pelo menos, a cada dois anos.

Até 2015, nota-se que os conflitos relacionados à caça, pesca, destruição da flora e do *habitat* natural, seja pela queimada e/ou pela supressão da vegetação para a agricultura ou para construções de moradias dos invasores, estão relativamente controlados, visto que o crescimento populacional no interior da unidade, também estava sob controle, até aquele ano (antes da base física ter sido incendiada). Com exceção dos comerciantes, os moradores, de um modo geral, não exercem mais tais atividades para fins econômicos.

As principais atividades praticadas na UC eram a agricultura, o comércio e o extrativismo. Em 1995, o percentual de moradores que desempenhavam suas atividades econômicas na própria área da reserva era em torno de 53,25%. Em 2014, registrou-se a taxa de 9,7%. Atualmente, a agricultura, o comércio e o extrativismo não são mais as principais atividades econômicas.

Considerado como instrumento essencial ao planejamento das atividades da APA, fica evidente que a inexistência do plano de manejo proporcionou o aumento dos conflitos socioambientais na UC. A partir da presença da população na UC, surgiram os problemas socioambientais provenientes da necessidade de convivência entre o ser humano e a natureza (o lixo doméstico, sistema de esgoto, problemas sanitários – fossa negra), causando agressões ao meio ambiente e, conseqüentemente, problemas de saúde.

O descarte do lixo doméstico, a falta de um sistema de tratamento de esgoto e as fossas negras, juntos, se traduzem nos maiores problemas socioambientais para o Poder Público dentro da unidade. Apesar dos moradores alegarem que utilizam o serviço de coleta de lixo, encontram-se embaixo e ao redor de suas moradias um vasto e imenso depósito de lixo a céu aberto nas áreas nas quais se concentram a população do igarapé da Fortaleza e Paxicu.

Segundo os moradores, o problema agravou-se a partir do final de 2013, quando a coleta de lixo deixou de ser efetuada regularmente pelo órgão competente. Da mesma forma, a retirada de um contêiner que existia na entrada da UC, próximo ao igarapé da Fortaleza, e a falta do gari comunitário contribuíram para esse cenário.

Para solucionar o problema do lixo doméstico, são necessárias ações de educação ambiental e articulações com o órgão responsável pelo serviço de coleta a fim de promover, em conjunto com a SEMA, campanhas sistemáticas e contratação de garis comunitários com a finalidade de adentrar às áreas de difícil acessibilidade, tornando-se assim, uma coleta regular.

Na visão dos moradores, seus interesses estão voltados aos problemas sociais: ausência de infraestrutura (falta de água ou sua qualidade inadequada, fornecimento de energia de boa qualidade, asfalto na entrada da UC, passarelas em boas condições e iluminação pública); saúde (falta de um posto de saúde); educação (falta de escola e professores) e segurança pública (necessidade de policiamento para combater o tráfico de drogas, prostituição de menores, poluição sonora e presença do Conselho Tutelar).

A intensificação da presença policial no igarapé da Fortaleza irá, certamente, combater os maiores problemas de segurança pública dessa área (prostituição e o tráfico de entorpecentes)

e auxiliaria ainda a gestão da UC no combate dos crimes ambientais que vêm ocorrendo na APA, como as invasões da área protegida e do seu *habitat* natural aquático ou silvestre.

Para sua manutenção e execução das ações das políticas de gestão, como educação ambiental, monitoramento ambiental, cadastro dos moradores, fiscalização ambiental e elaboração do plano de manejo com ZEE Ambiental, são necessários recursos orçamentários e financeiros.

O Relatório de Auditoria Operacional do Tribunal de Contas do Estado do Amapá, de 2013, concluiu que há deficiências na gestão das UC estaduais e que as principais causas se referem aos recursos financeiros, recursos humanos e consolidação territorial. O baixo recurso orçamentário/financeiro destinado às UC estaduais contribui para o agravamento dos conflitos socioambientais nessas áreas.

A deficiência no acesso às políticas públicas pelos moradores da APA da Fazendinha nos serviços essenciais tem como causa a não promoção do desenvolvimento socioambiental. Recomenda-se aos órgãos responsáveis pela execução dos serviços públicos (sejam eles em âmbito estadual e/ou municipal), a criação e expansão dessas políticas para as populações da unidade de conservação, principalmente quanto à disponibilização do serviço de água, sistema de esgoto e segurança pública, no intuito de melhorar a qualidade de vida desses moradores, minimizando, assim, os conflitos nessa importante UC no cenário ambiental amapaense.

Nota

⁵Esse pequeno percentual de moradores (2%) afirmou possuir documentos que comprovem a propriedade da área, entretanto, essa informação pode não ser verdadeira, pois trata-se uma área de marinha, o que torna inviável a titulação da terra.

Referências

ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: **Conflitos Ambientais no Brasil**, Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.

ARZOLLA, F.A.R.P. et al. O planejamento e execução da fiscalização integrada em unidades de conservação de proteção integral na área de abrangência do projeto de preservação da mata atlântica (PPMA) – São Paulo. II CONGRESSO BRASILEIRO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO, 2., 2000, Campo Grande. **Anais...** Campo Grande: Rede Nacional Pró-Unidades de Conservação: Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, p. 178-189, 2000.

BERNARDI, C. C. **Conflitos Sócio-Ambientais decorrentes da bubalinocultura em territórios pesqueiros artesanais: o caso Olinda Nova do Maranhão**. Dissertação (Mestrado em Planejamento e Gestão Ambiental). Programa de Pós-Graduação em Planejamento e Gestão Ambiental da Universidade Católica de Brasília. Belém, 2005.

BRASIL. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o artigo 225, § 1º, incisos I, II, III e IV, da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Disponível em: <www.senado.gov.br>. Acesso em 11 de dez. 2012, 2000.

BRITO, D.M.C. **Conflitos socioambientais na gestão de unidades de conservação: o**

caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Pará. Belém, 2010.

BRUNO, A. **Direito Penal** – Parte geral. Rio de Janeiro: Forense, 1978.

CATTANEO, D. **Identidade Territorial em Unidades de Conservação**: ponto de apoio para uma análise epistemológica da questão ambiental. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2004.

DRUMMOND, J.A.; DIAS, T.C.A.C. e BRITO, D.M.C. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 128 p., 2008.

FLYVBJERG, B. Empowering Civil Society: Habermas, Foucault, and the Question of conflict. In: DOUGLASS, Mike and FRIEDMANN, John (eds.). **Cities for Citizens: Planning and the Rise of Civil Society in a Global Age**. New York: John Wiley and Sons, 1998.

LIBISZEWSKI, S. **What is an environmental conflict?** Zurich: Center for Security Studies. 14 p., 1992.

LITTLE, P.E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. BURSZTYN, M. (Org) **A Difícil Sustentabilidade**: Política energética e conflitos ambientais. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. p. 107-122, 2001.

MAQUIAVEL. **O Príncipe, comentado por Napoleão Bonaparte**. São Paulo: Martin Claret, 2002.

MMA. Ministério do Meio Ambiente. **Cadastro Nacional de Unidades de Conservação**. Disponível em <http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/cadastro-nacional-de-ucs/dados-consolidados>. Acesso em 02 de maio de 2017, 2017.

ORMEÑO, C.P.; Saavedra, P.S.M. **Conflictos ambientales: una oportunidad para la democracia**. Santiago: Observatório Latinoamericano de Conflictos Ambientales, 1995.

Ruiz, S. **Cambios institucionales y conflictos sociales en El uso del bosque del norte amazónico boliviano**. Ph.D. Thesis. Albert-Ludwigs-University, Freiburg, Germany, 2005.

SOUZA, N.L. Unidade de conservação em áreas urbanas: o caso do parque Cinturão Verde de Cianorte. **RA'E GA**, Curitiba, 23: 448-488, 2011.

AMBIENTE, CULTURA E TERRITORIALIDADE NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DO RIO CURIAÚ - AP¹

ENVIRONMENT, CULTURE AND TERRITORIALITY IN THE CURIAÚ RIVER ENVIRONMENTAL PROTECTION AREA – AP (BRAZIL)

Daguinete Maria Chaves Brito²
Cecília Maria Chaves Brito Bastos³
Rosana Torrinha Silva de Farias⁴

RESUMO: A Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú criada pelo Governo do Amapá, em 1998 envolve em seus limites uma Reserva Particular do Patrimônio Natural (1997), um Território Quilombola (1999), e, por ser uma área envolvida por bacia hidrográfica, está sob tutela do Código Florestal. Embora, a proteção da área tenha várias previsões legais, seus patrimônios cultural e ambiental vêm sendo impactados pelas ações antrópicas em função de sua proximidade com a cidade de Macapá. Assim, a questão principal da pesquisa é identificar as ações e atividades que afetam as manifestações culturais e ambientais, tendo como objetivo a realização de um diagnóstico sociocultural e ambiental da área. Metodologicamente, realizou-se pesquisa de laboratório e de campo. O estudo detectou a existência de conflitos relacionados às manifestações culturais e a degradação do ambiente.

Palavras-chave: Meio ambiente. Quilombo. Território. Conflitos. Cultura.

ABSTRACT: The Curiau River Environmental Protection Area created by the Amapa Government, in 1998, involves a Private Reserves of Natural Heritage (1997), a Quilombola territory (1999) and, because it is an area covered by a river basin, is under the protection of the Forest Code. Although the protection of the area has several legal predictions, the cultural and environmental patrimony has been impacted by the anthropic actions because of the proximity to the Macapa city. Thus, the main question of the research is to identify the actions and activities that affect the cultural and environmental manifestations aiming the accomplishment of a sociocultural and environmental area diagnosis. Methodologically, was held a laboratory and field research. The study detected the existence of conflicts related to cultural manifestations and the environment degradation.

Key words: Environment. Quilombo. Territory. Conflicts. Culture.

1 Artigo resultante do Projeto de Pesquisa “ÁREAS PROTEGIDAS, Conflitos Socioambientais e a Dinâmica Espacial Amapaense”, apresentado no Encontro Nacional de Geografia Agrária/2016.

2 Geógrafa, Mestre em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB) e Doutora em Ciências Sociais (UFPA). Professora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atua nos cursos de Graduação em Geografia (Licenciatura e Bacharelado) e Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (UNIFAP). E-mail: dagnete@uol.com.br

3 Historiadora, Mestre em Desenvolvimento Sustentável (CDS/UnB) e Doutora em Educação (UFU). Professora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atua no curso de Graduação em História e Programa de Pós-Graduação em História (UNIFAP). E-mail: cc.bastos@uol.com.br

4 Geógrafa, Mestre em Desenvolvimento Regional (UNIFAP) e Doutoranda em Geografia (UFG). Professora da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Atua no curso de Graduação em Geografia (Licenciatura). E-mail: rtorrinha@unifap.com

Artigo recebido em julho de 2017 e aceito para publicação em setembro de 2017.

1 Introdução

Os conflitos sociais estão presentes nas disputas das sociedades e quando estes envolvem recursos naturais são denominados de conflitos socioambientais. Esta tipologia de conflito ocorre frequentemente nas áreas legalmente protegidas, como nas Unidades de Conservação (UC), Territórios Remanescentes de Comunidades Quilombolas (TRCQ) e Área de Preservação Permanente (APP), prevista pela Lei nº 12.651/2012. Os conflitos na Área de Proteção Ambiental (APA) do Rio Curiaú envolvem além de problemas territoriais, a utilização dos recursos naturais de forma predatória e a luta pela permanência da cultura local.

Porém, estes conflitos proporcionam possibilidades de negociações e interações sociais, em prol da sustentabilidade sociocultural e ambiental das comunidades locais. Assim, neste estudo os conflitos não são entendidos apenas como negativos, mas como elementos que podem provocar transformação e aprimoramento nas relações socioambientais e devem ser considerados instrumentos importantes para a evolução das relações humanas, essenciais à vida em grupo e imprescindíveis para o desenvolvimento das sociedades e para a construção da territorialidade.

O estado do Amapá tem percentual significativo de áreas legalmente protegidas. Com relação às UC esse percentual chega a aproximadamente 62% de seu espaço territorial, distribuídas em 19 áreas (União, Estado e Municípios) e os quatro TRCQ perfazem em torno de 1% do território amapaense. Entretanto, a governança destas áreas ainda é deficitária. Na APA do Rio Curiaú e na comunidade quilombola a gestão encontra-se prejudicada devido à sua proximidade com o núcleo urbano de Macapá. Neste sentido, entre 2014 e 2015 investigou-se quais as ações e atividades afetam as manifestações socioculturais, o ambiente da área e a territorialidade das comunidades.

A hipótese para esta questão pressupõe que a vinculação das comunidades com o território está enfraquecendo em função da degradação ambiental e da perda das manifestações culturais, principalmente pelas gerações mais jovens. Portanto, há a necessidade de maior presença do Estado com a finalidade de executar ações que valorizem as atividades socioculturais e preservem ou conservem o ambiente natural, para que os comunitários permaneçam em seu território.

Para averiguar a problemática e sua hipótese foi delineado como objetivo geral a realização de um diagnóstico abrangendo aspectos socioculturais e ambientais da área, de forma a caracterizar como a expansão urbana vem afetando o território e a territorialidade das comunidades que pertencem a APA do Rio Curiaú e ao território quilombola. Para a realização deste diagnóstico, elaborou-se os seguintes objetivos específicos: (1) Avaliar a proteção ambiental e cultural da área; (2) Contextualizar a territorialidade e os aspectos socioculturais das comunidades envolvidas pela bacia do rio Curiaú, e (3) Analisar os conflitos socioculturais e ambientais e sua influência na territorialidade das comunidades da APA.

Quanto aos procedimentos metodológicos, a pesquisa teve caráter exploratório qualitativo e quantitativo. De acordo com Gil (2007), a pesquisa exploratória visa proporcionar maior familiaridade com o problema com vistas a torná-lo explícito ou a construir hipóteses. Foi considerada, ainda, a pesquisa descritiva, envolvendo, também, as análises quantitativas e qualitativas, pois houve, além da aplicação de formulários (Apêndice 1) aos comunitários, entrevistas com técnicos e proprietários particulares, observações *in loco*, anotações e gravações de comentários emitidos pelos comunitários,

sobretudo, moradores da APA e técnicos que desenvolvem atividades na área, a fim de verificar aspectos subjetivos que os atores presentes na unidade têm em relação ao seu ambiente e a sua cultura, de acordo com o que prevê o registro do Comitê de Ética da Universidade Federal do Amapá nº 69031317.70000.0003.

No desenvolvimento da pesquisa foram adotados os seguintes procedimentos: pesquisa bibliográfica e documental realizada mediante levantamento bibliográfico com informações sobre as origens históricas das comunidades e as categorias de análises que embasam teoricamente esse estudo, como: proteção, territorialidade e conflitos socioambientais. Além da pesquisa de campo, com aplicação de cem formulários envolvendo todas as comunidades e vilas, houve ainda, entrevistas com técnicos, proprietários de terrenos e lideranças comunitárias.

Além, desta introdução e das considerações, a pesquisa está assim dividida: a primeira parte do estudo discute as categorias território e cultura, além de apresentar sucintamente o ambiente da área do Curiaú; no segundo momento, realizou-se uma discussão sobre a proteção ambiental e cultural das comunidades do Curiaú; em seguida, avaliou-se a territorialidade e os conflitos socioambientais que ocorrem na APA do Rio Curiaú.

2 Território, Cultura e Ambiente da APA do Rio Curiaú

Com relação ao conceito de território ou territorialidade, Souza (2001) e Saquet (2010) defendem que suas raízes estão atreladas à Geografia Clássica, enquanto que para Silva (2009) as discussões sobre território surgiram na Geografia Política do século XIX, onde se sobressaia a noção de território “como um espaço de poder demarcado, controlado e governado e, assim, fixo” (SILVA, 2009, p. 100). Para Moraes (1990), a noção de território na Geografia Política refere-se ao território como substrato (palco) para a efetivação da vida humana, daí entender que as comunidades da bacia do rio Curiaú necessitam de sua territorialidade para manter sua cultura e seus recursos naturais.

A história de origem e desenvolvimento da territorialidade das comunidades negras da APA não é consenso entre os moradores da área. Segundo a pesquisa de campo, a história da comunidade remonta à época da construção da Fortaleza de São José de Macapá, no século XVIII, quando escravos negros se rebelaram e procuraram refúgio nas regiões próximas, iniciando a ocupação da bacia do rio Curiaú sob a forma de mocambos.

Entretanto, de acordo com análises de Marim (1997), a história de ocupação da área está atrelada a um senhor de terras chamado Miranda, que, ao migrar para a região, trouxe sete escravos para cuidar da sua criação de gado. Um deles, Francisco Inácio, teria saído para coletar mel e descobriu um lugar com condições satisfatórias para a referida criação. Assim, teve início a ocupação da região e após a morte do senhor Miranda, foi realizada a partilha de suas terras entre os escravos que, a partir de então, formaram as comunidades.

Outra curiosidade, com relação à área, é quanto ao surgimento do nome Curiaú, que, segundo a explicação da população residente, deve-se à associação de uma das finalidades da área - criar gado (Cria) - e o mugido de vacas (Mu), resultando no termo CRIA-MU, posteriormente, passou a se chamar CRIAÚ e com a evolução na morfologia da linguagem local, nos dias atuais, denomina-se CURIAÚ.

Segundo Marin (1997) a construção da territorialidade do Curiaú tem apoio tanto na história escrita, quanto na oral e defende que “A formação do Mocambo de Curiaú

encontra apoio tanto nas narrativas transcritas como na volumosa documentação do século XVIII e XIX existente no arquivo público do Estado do Pará e ainda nas importantes peças arquivísticas existentes em arquivos da Guiana Francesa” (MARIN 1997, p.32).

Com relação ao aspecto cultural, a população residente na APA do Rio Curiaú apresenta singular perfil étnico-cultural, em decorrência de sua cultura afro-brasileira, e uma de suas principais manifestações são os festejos religiosos que homenageiam os santos padroeiros. De acordo com estas tradições e com apoio das pesquisas de campo, infere-se que os festejos perduram o ano inteiro.

Entretanto, os festejos mais importantes são: a Festa de São Sebastião, que tem início em janeiro, quando são realizadas missas, ladainhas, batuques (manifestação típica das comunidades negras do Amapá) e festas dançantes; os festejos de Santa Maria, que ocorrem em maio com novenas e danças de marabaixo (dança típica do Estado); os festejos juninos, que acontecem em junho, tendo como principais manifestações as missas e ladainhas; a Festa de São Joaquim, realizada em agosto, com um dia destinado ao batuque e dois à festa dançante. Atualmente, muitas dessas manifestações não são frequentadas pelas populações da área, principalmente, pelos mais jovens.

Nesses festejos há o consumo de comidas típicas das comunidades (vatapá, tacacá e mingau). Entretanto, o que mais chama a atenção é o consumo da gengibirra, bebida produzida na própria localidade, feita de gengibre, cachaça e açúcar. Segundo os moradores, essa bebida surgiu com a finalidade de proteger a garganta dos cantadores e, atualmente, é servida em todas as manifestações socioculturais das comunidades.

Além dos aspectos culturais, outra característica da área é o seu potencial cênico e ambiental. Os visitantes se vislumbram com os recursos hídricos, principalmente com a bacia do rio Curiaú, que compreende aproximadamente 584,47 km², e encontra-se, praticamente em sua totalidade, nos limites da APA⁵. Segunda a Lei 12.651/2012 é uma APP e deve ter gestão diferenciada.

O sistema de drenagem é interligado por lagos temporários e permanentes influenciados por regimes pluviais e de marés. No período de estiagem⁶, há significativa redução da área inundada, enquanto que no período chuvoso⁷ se observa a expansão desse sistema, com inundações nas áreas de campos (IEPA, 2007). Os principais lagos permanentes da bacia do rio Curiaú são: Bonito e Tapera, nas proximidades das comunidades de Curralinho e Curiaú de Fora, respectivamente, e Lago Buritizal, ao centro da APA.

A cobertura vegetal é outra especificidade da territorialidade da APA. Apresenta três fisionomias naturais predominantes: primeiro, um pequeno percentual do cerrado⁸ amazônico, uma das poucas amostras desse ecossistema protegido por UC no Amapá⁹. Suas características são de vegetação de savanas, no Amapá conhecido como cerrado e compreende uma cobertura vegetal aberta, composta por espécies arbóreas e arbustivas isoladas, de baixo porte e com aspecto tortuoso (IEPA, 2007). As queimadas neste ecossistema são periódicas e, em geral, são causadas por invasores (criminosos) ou pelos próprios moradores, como forma de limpeza para a agricultura (roçados).

A segunda característica ambiental é representada pelas matas de várzea que está fortemente relacionada com a presença de populações ribeirinhas, não somente pelo modo inicial de ocupação na Amazônia, mas, pela grande fertilidade do solo ocasionada pelo regime de inundação periódica a que são submetidas. São marcadas por ações antrópicas, sobretudo para fins socioeconômicos, como a extração seletiva de madeira, frutos e óleos (IEPA, 2007).

O terceiro ambiente que compõe o cenário da APA é relativo aos campos de várzea ou campos inundáveis, nos quais atuam regimes pluviais e de marés. Eles são compostos por um intenso sistema de canais e lagos, que podem ser temporários ou permanentes. Oferecem importante meio de deslocamento (por canoas) para a população residente e expressivo estoque de peixes para a alimentação dos comunitários (IEPA, 2007).

Segundo informações colhidas nas comunidades, atualmente, a prática da pesca não é tão importante quanto no passado, pois a alimentação consumida nas comunidades é, em sua maioria, adquirida no comércio macapaense. É nesse ambiente que são praticadas as principais atividades turístico-recreativas, por conta da beleza cênica da área.

Com relação às necessidades básicas da população, há indícios (de acordo com a pesquisa de campo) de que até a década de 1980, eram supridas com os recursos naturais fornecidos na própria área, principalmente quanto ao potencial pesqueiro da bacia do rio Curiaú. A esse respeito Marin (1997) descreve que, na segunda metade do século XX havia grande fartura de peixes especialmente nos lagos e várzeas. Atualmente é consenso entre os moradores que a ausência de peixes não decorreu de processos internos, como o crescimento demográfico, e, sim, por pressões externas sobre os recursos e pelas mudanças nas relações das comunidades com a natureza.

De acordo com relatos dos moradores, antes a atividade pesqueira era realizada apenas por pessoas das comunidades, com técnicas que não degradavam os recursos e apenas para a subsistência das famílias. Atualmente, a exploração é feita de forma mais agressiva, usando apetrechos que afetam diretamente o estoque da ictiofauna. A maior pressão é externa às comunidades e ocorre principalmente por população do entorno da área, com destaque para a população macapaense.

Com a pesquisa de campo, ficou evidente que não existem grandes incompatibilidades entre os interesses socioeconômicos e culturais das comunidades e os objetivos de proteção da cultura e dos recursos naturais da área. A produção econômica das comunidades da APA está fundamentada na agricultura de subsistência, na pequena pecuária e no extrativismo vegetal (coleta de frutos e óleos) e animal (pesca).

Geralmente, a configuração de vida da população está associada à forma de posse e utilização do território, que ocorre a partir de três espaços de produção, a vila (as comunidades), onde há a concentração populacional; a roça, ambiente de manejo e produção agrícola, e o ambiente natural utilizado para o extrativismo, como a coleta de recursos da fauna (peixe) e flora, além da exploração do lazer.

A territorialidade das comunidades da APA está amparada em três pilares: a propriedade particular (com título de domínio), onde os proprietários produzem, principalmente, para a subsistência; a propriedade coletiva, representada pelo território de quilombo, onde as famílias cultivam a terra e fazem o extrativismo e as propriedades públicas (terras devolutas), que também são exploradas pelos comunitários.

É interessante ressaltar que, além das atividades de subsistências existem proprietários que desempenham atividades relacionadas à agropecuária para comercialização. Estes proprietários se concentram, em sua maioria, a leste e a oeste da APA e são os maiores degradadores do ambiente, o que conflita diretamente com os objetivos de proteção da UC e do território quilombola.

Com relação aos aspectos sociais, segundo pesquisa de campo, as comunidades da APA são afetadas pelas precárias condições de educação e saúde. As quatro escolas que

existem na área não atendem as demandas das comunidades e ofertam apenas o ensino fundamental. Com relação à saúde, a precariedade é ainda maior, pois em toda a UC existe apenas um posto de saúde, sem a presença de médicos e com falta de medicamentos.

Um dos maiores conflitos vivenciados pelas comunidades da APA do Rio Curiaú é a expansão da malha urbana de Macapá. Além do aumento da especulação imobiliária, há ocupação e, conseqüentemente, degradação da área de entorno da UC, por populações de baixa renda, o que pressiona, cada vez mais, os limites da APA. Esta pressão ocasionou a ação de defesa territorial das próprias comunidades do Curiaú, quando promoveram a implantação da comunidade Extrema no limite da APA, com objetivo de coibir o avanço em direção ao seu território.

3 Proteção Ambiental e Cultural das Comunidades do Curiaú

A APA do Rio Curiaú, criada pela Lei Estadual nº 431/1998, é uma UC cuja categoria está vinculada ao grupo de unidades de uso sustentável. Tem como finalidade básica, de acordo com o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), “compatibilizar a conservação da natureza com o uso sustentável de parcela dos seus recursos naturais” (BRASIL, Lei nº 9.985/2000, art. 7º, Inciso II, § 1º). A APA é uma das 19 UC instituída no espaço amapaense e uma das cinco geridas pelo estado do Amapá, por meio da Secretaria de Estado do Meio Ambiente (SEMA).

Historicamente, a territorialidade da APA envolve três momentos importantes. O primeiro quando a Coordenadoria Estadual de Meio Ambiente (CEMA), atendendo a reivindicações das comunidades negras que habitavam parte da bacia do rio Curiaú, propuseram que a área fosse protegida legalmente, e, a partir de estudos prévios, os técnicos recomendaram a criação de uma Área de Relevante Interesse Ecológico (ARIE). Segundo o SNUC estas áreas pertencem ao grupo de UC de uso sustentável, com pouca ou nenhuma ocupação humana, abrigam características naturais extraordinárias ou exemplares raros da biota nacional, exigem cuidados especiais de proteção por parte do Poder Público e têm preferencialmente pequena extensão (BRASIL, Lei nº 9.985/2000).

Porém, segundo informações colhidas em campo, os comunitários com auxílio de técnicos ligados à área da cultura e tendo como base o potencial cultural das comunidades sugeriram a criação de uma Área de Relevante Interesse Ecológico e Cultural (ARIEC), categoria que não tem previsão no SNUC. Assim poderiam acessar recursos advindos da Lei Sarney, lei que visava disponibilização de recursos financeiros para auxílio à cultura (BRASIL, Lei nº 7.505/1986).

A criação da ARIEC do Curiaú foi estabelecida em 20 de fevereiro de 1990, com a publicação do Decreto Estadual nº 24, com área aproximada de 5.700 hectares, envolvendo as comunidades do Curiaú de Dentro e Curiaú de Fora. Porém, a instituição da área não resultou na elaboração de qualquer planejamento, como o plano de manejo ou plano de utilização dos recursos culturais e naturais. Por conseguinte, as reivindicações reais das comunidades não foram atendidas, acirrando-se os conflitos pelo uso do território e pela permanência das atividades socioculturais e ambientais nas comunidades.

Um aspecto que chama a atenção é que na justificativa de criação da ARIEC foi destacado o fato de que a área é habitada por comunidades negras, descendentes de escravos e que desempenham papel fundamental com relação à cultura afro-brasileira e

na gestão sustentável dos recursos naturais, além de abrigar um dos ambientes do Estado com grande beleza cênica e com representatividade importante da fauna e flora regional (AMAPÁ, Decreto nº 24/1990).

O segundo momento importante na configuração territorial da APA do Rio Curiaú ocorreu a partir de exigências das comunidades que não faziam parte da ARIEC e de ambientalistas locais, que pressionaram o Governo do Amapá, no sentido de ampliar os limites da unidade. A partir das reivindicações o governador do Estado, por meio da CEMA criou uma Comissão de Estudos com o objetivo de delimitar a área mais adequada a ser protegida.

A conclusão da comissão sugeriu a criação de uma APA que envolvesse toda a bacia de drenagem do rio Curiaú. Com base neste estudo o governador do Estado revogou o Decreto que instituiu a ARIEC e criou a APA do Curiaú por meio do Decreto Estadual nº 1417, de 28 de setembro de 1992, com área de 23.000 hectares (AMAPÁ, Decreto nº 1417/1992). A APA é uma UC que tem como características principais, segundo o SNUC, ser geralmente

[...] extensas, com um certo grau de ocupação humana, dotadas de atributos abióticos, bióticos, estéticos ou culturais especialmente importantes para a qualidade de vida e o bem-estar das populações humanas, e têm como objetivos básicos proteger a diversidade biológica, disciplinar o processo de ocupação e assegurar a sustentabilidade do uso dos recursos naturais (BRASIL, Lei nº 9.985/2000, art. 15).

A finalidade principal destas áreas é conciliar a convivência do homem com o ambiente, promovendo o uso racional dos recursos naturais disponíveis, visando auxiliar na melhoria da qualidade de vida das populações residentes, além da preservação e conservação da qualidade ambiental e ecossistemas locais. Além da instituição da APA, no mesmo dia, as comunidades do Curiaú de Fora e Curiaú de Dentro foram beneficiadas pelo tombamento e passaram a integrar legalmente o patrimônio cultural do Estado (AMAPÁ, Decreto nº 1418/1992).

Na prática, a área foi tratada pelos responsáveis pelas políticas públicas, apenas como um refúgio dotado de grandes belezas naturais e culturais, sem a execução, por parte do poder público, de ações regulares de comando e controle, aumentando os conflitos pelo uso dos recursos naturais e pela conservação de seus ritos culturais.

Mesmo com a reduzida presença do estado os aspectos socioculturais da população e as riquezas naturais da unidade foram mantidos em bom estado de conservação, inclusive com algumas áreas em estado natural (preservadas), aspecto que ocorreu mais por mérito da população envolvida com a área, do que pelas políticas públicas ambientais e culturais promovidas pelo Estado. Contudo, os conflitos entre comunidades continuaram, principalmente em relação à denominação na unidade, pois para a maioria das comunidades a APA estava vinculada apenas a duas comunidades (Curiaú de Fora e Curiaú de Dentro).

É com base nestes conflitos que se identifica o terceiro momento de construção territorial da área. Com o objetivo de solucioná-los, de adequar os limites da área e dar legitimidade ao processo de criação¹⁰, o governador do Amapá, com base em estudos realizados pela SEMA, enviou à Assembleia Legislativa projeto de lei que alterou os seus limites e nomenclatura (DRUMMOND *et al*, 2008). A APA do Rio Curiaú foi oficialmente instituída em 15 de setembro de 1998, por meio da Lei Estadual nº 431, com área de 21.676 hectares.

Outro fato relevante territorialmente ocorrido no espaço da APA, principalmente com relação à proteção cultural, foi o estabelecimento do TRCQ do Curiaú, com área de 3.321,8931 hectares, instituído em 25 de novembro de 1999, sendo-lhe atribuído o Título de Reconhecimento nº 01/1999, pela Fundação Cultural Palmares, entidade vinculada ao Ministério da Cultura. O reconhecimento foi oficializado após reivindicações das comunidades negras da área e foi precedido de estudo realizado por antropólogos da Universidade Federal do Pará (UFPA), coordenado pela professora e antropóloga Rosa Marin.

Porém, somente três comunidades são abrangidas por este título - Curiaú de Dentro, Curiaú de Fora e Extrema¹¹. As comunidades de Curralinho e São Francisco da Casa Grande, também constituídas por descendentes de negros, não fazem parte do TRCQ e os comunitários se sentem prejudicados pelas conclusões do estudo e ultimamente reivindicam direitos de serem incluídos na área do território quilombola.

Outra área protegida incluída nos limites da APA do Rio Curiaú é a Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) Retiro Paraíso, que foi instituída pela Portaria N.º 86-N, do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), em 06 de agosto de 1997, com área de 46,75 hectares, localizada a leste da APA. Embora sobreponha a área da APA, segundo os moradores e o proprietário da RPPN, não existem programas conjuntos de gestão e manejo. Em geral, o proprietário decide quais as ações e atividades serão executadas na área privada, sem conexão com a gestão da APA.

Atualmente, a APA do Rio Curiaú possui perímetro de 47,342 km, situa-se totalmente no município de Macapá, nos limites de sua área urbana. A APA engloba seis comunidades - Curiaú de Fora, Curiaú de Dentro, São Francisco da Casa Grande, Curralinho, Mocambo e Extrema (estruturada em 2003 com objetivo de conter as invasões iminentes advindas do núcleo urbano de Macapá), além de duas pequenas vilas: Pirativa e Pescada. A comunidade do Mocambo e as localidades de Pirativa e Pescada não são formadas por remanescente de negros, o que proporciona a geração inúmeros conflitos afetando a gestão e o manejo da APA e do Território Quilombola.

Por meio da pesquisa de campo percebeu-se que o acesso à área é realizado por diversas vias, como, BR-156, rodovia pavimentada que, complementada por alguns ramais, dá acesso à comunidade de Curralinho e algumas propriedades a oeste da área, AP-070, que atravessa a APA no sentido sul/norte, ligando as comunidades Extrema, Curiaú de Dentro, Curiaú de Fora e São Francisco da Casa Grande, e um ramal, a leste da AP-070, que dá acesso à comunidade do Mocambo. Existem, ainda, as vias fluviais, o rio Curiaú atravessa a APA no sentido oeste leste, ligando as comunidades de Curralinho, Curiaú de Fora, Curiaú de Dentro e Mocambo e o rio Amazonas dá acesso aos vilarejos de Pirativa e Pescada.

4 Territorialidade e Conflitos socioambientais na APA do Rio Curiaú

Os conflitos sociais estão presentes e são inerentes às sociedades humanas, independente do contexto histórico e do espaço geográfico. Estes nem sempre se mostram negativos e se tornam importantes para o crescimento e desenvolvimento das sociedades. No estudo dos conflitos sociais se destacam autores como Simmel (1995), Bourdieu (2002), Touraine (1989), Coser (1996), Alexander (1998), Dahrendorf (1982) e Nascimento (2001).

Na análise desses autores, os conflitos sociais são preocupação antiga e tema recorrente e atual no terreno do desenvolvimento das sociedades. Embora existam diversas correntes teóricas a respeito das origens e das funções do conflito na sociedade, em geral, fica evidente que os embates e as crises sociais trazem no seu bojo a evolução para a humanidade. Assim, não é tarefa simples definir o conflito social e suas consequências, entretanto, pode ser entendido como o reconhecimento coletivo de interesses que coligam ou agregam grupos com certo grau de homogeneidade e que de alguma forma os distingui de outros grupos sociais.

No século XXI, o conflito social, que se apresenta com maior evidência, se relaciona ao uso dos recursos naturais, denominado conflitos socioambientais. Estes são fundamentais por conter em suas análises a discussão da permanência da humanidade no planeta. No Brasil, os principais teóricos que analisam essa tipologia de conflitos são Little (2001) e Acsehrad (2004).

Estes autores defendem que os conflitos socioambientais envolvem relações sociais de disputas ou tensões entre distintos grupos ou atores sociais. Em geral, os conflitos acontecem pela apropriação ou gestão do patrimônio natural. Estas disputas ocorrem tanto em nível material quanto simbólico, no campo simbólico, o embate é indireto. É comum o conflito originar-se a partir do uso dos recursos naturais, como no caso da APA do Rio Curiaú.

Os conflitos sociais e socioambientais na APA do Rio Curiaú estão presentes desde as origens das comunidades que atualmente estão envolvidas pela área e para identificá-los houve a necessidade de elaborar um diagnóstico com a participação das comunidades e dos órgãos que desenvolvem atividades na área ou no seu entorno. A pesquisa ocorreu entre 2014 e 2015 e foi atualizada em 2016.

A metodologia utilizada para a elaboração desse diagnóstico envolveu aplicação de formulários (Apêndice 1), entrevistas com técnicos, observações *in loco*, anotações e gravações de comentários emitidos pelos moradores da APA. Ao longo da pesquisa, foi possível identificar e priorizar os perigos que ameaçam a integridade territorial da APA e caracterizar os principais causadores dos conflitos socioculturais recorrentes na área, tais como:

- a) Comunicação - deficiência relacionada à ausência de sinal da telefonia móvel e falta de telefones públicos, assim como ocorre em grande parte do Estado;
- b) Transporte - ausências de vias, problemas na conservação de rodovias, deficiência de transporte para o transporte da produção e carências em transporte coletivo;
- c) Saúde - falta de unidades de saúde e deficiências com relação a medicamentos e pessoal capacitado;
- d) Educação - ausência de unidades educacionais, carência de professores, falta de capacitação de técnicos e professores e as escolas não atendem a todas as séries do ensino fundamental e médio, além da escassez de pré-escola;
- e) Infraestrutura - falta de esgoto; ausência de água tratada e falha na coleta de lixo;
- f) Segurança - ausência de uma política de segurança para a área, tanto educativa como repressiva.

A pesquisa investigou, também, os maiores problemas que causam conflitos socioambientais na APA e concluiu que, no período investigado, as principais dificuldades estavam vinculadas a atividades como:

- a) Queimadas e incêndios, especialmente na área de cerrado, problema que ocorre tanto de forma criminosa, como a partir da limpeza dos roçados;

- b) Extrativismo Vegetal, com a retirada inadequada de madeiras e frutos como o açai (*Euterpe oleracea*) e a retirada irregular de palmito, principalmente na comunidade do Mocambo (área de Várzea);
- b) Desmatamento, sobretudo a leste e oeste da UC, onde se concentram a maioria das propriedades particulares;
- c) Pesca predatória, em especial na época do defeso e por pescadores externos a APA;
- d) Caça, que embora ocorra para a subsistência de moradores da comunidade é particularmente acessada por moradores do entorno da UC;
- e) Acidentes com animais domésticos, que ocorre nas vias da APA, principalmente em fins de semana por pessoas que não residem na UC;
- f) Pecuária bubalina, com a criação pelos comunitários nas áreas de lago, afetando diretamente a dinâmicas dos recursos hídricos;
- g) Erosão, com a plantação de pastagens e a utilização excessiva das áreas de lago para o exercício de lazer.

Outros problemas enfrentados pelas comunidades da APA e que se transformam em constantes conflitos são:

- a) Expansão urbana, que compromete os limites da APA, principalmente ao sul da UC;
- b) Situação fundiária confusa, existindo conflitos entre propriedade coletiva, individual e estatal, além das ocupações ilícitas na APP;
- c) Instalação permanente de casas e fazendas, que embora legais, pois a APA é uma categoria de manejo que permite a propriedade privada, desenvolvem atividades conflitantes com as comunidades e com os objetivos de conservação e preservação da UC;
- d) Falta de fiscalização e controle pelos órgãos gestores da unidade, do quilombo e da APP;
- e) Ausência de assistência técnica rural, principalmente a capacitação para a produção agrícola e de aproveitamento dos recursos naturais da APA.

Em geral, faltam diretrizes institucionais para controle e fiscalização da UC e do território quilombola. Portanto, há um perigo iminente e um processo avançado de desterritorialidade das comunidades que pertencem a APA e ao TRCQ, pois a migração para outras áreas dentro da UC ou para a cidade de Macapá já está ocorrendo e é fator que provoca conflitos tantos socioculturais, como ambientais, devido à impossibilidade de manutenção de padrões culturais de sobrevivência e pode surgir, a partir daí, o desencadeamento de novos problemas, como aumento dos desmatamentos e favelização dos núcleos urbanos do Estado, consequências já perceptíveis, embora, ainda limitadas. Este cenário se traduz em um elenco amplo de conflitos, como a perda do patrimônio cultural e ambiental das comunidades.

O diagnóstico realizado na área possibilitou averiguar que o principal problema é a constante ameaça da pressão antrópica exterior, que pode levar a uma descaracterização ambiental e cultural da UC e do território quilombola e colocar em perigo a sobrevivência dos seus moradores e do patrimônio ambiental e sociocultural das comunidades. A desestruturação socioeconômica das comunidades provocada por esta pressão pode conduzi-las à sua desvalorização como grupo social. Com relação à identidade cultural algumas manifestações já estão sendo perdidas, pois as gerações mais jovens não se interessam pelas manifestações culturais dos mais velhos.

Na análise dos conflitos recorrentes na APA do Rio Curiaú destacam-se duas dimensões. Uma, diz respeito à questão das invasões humanas nos limites da área e, a segunda,

relaciona-se às dificuldades institucionais de promover a participação social na gestão da unidade e do quilombo. Porém, notou-se que a percepção ambiental e a consciência das tradições que as comunidades têm são fundamentais para a proteção e conservação dos recursos naturais e do patrimônio sociocultural das comunidades da área e que os seus interesses devem ser considerados como aliados no processo de gestão da área.

É importante ressaltar que todas as comunidades têm problemas comuns, mas, no que se refere à questão das alternativas e propostas de solução, as comunidades de Curiaú de Fora, Curiaú de Dentro e Extrema não só têm mais possibilidades materiais e humanas, como também mais experiência de organização, trabalho em grupo, trâmites e mesmo desenvoltura com relação aos seus conflitos. Nas outras comunidades o trabalho deverá ser desenvolvido de forma diferente, já que existem especificidades que não são observadas nas comunidades que fazem parte do Quilombo.

Considerações Finais

Nesta pesquisa procurou-se catalogar e avaliar as principais ações e fatos que provocam conflitos socioculturais e ambientais na APA do Rio Curiaú, que envolvem um território quilombola, uma RPPN e uma bacia hidrográfica, que segundo a Lei nº 12.651/2012 é protegida como APP. Trata-se de tipologias de áreas protegidas que envolvem comunidades negras e ribeirinhas da bacia do rio Curiaú, mas que não evitam a desterritorialidade de membros das comunidades, que, por dificuldades de subsistência, acabam procurando outros espaços dentro da própria APA ou nos núcleos urbanos do Amapá, em especial em Macapá.

A pesquisa confirmou a hipótese preconizada, ou seja, a vinculação das comunidades com o território está enfraquecendo em função da degradação ambiental e da perda das manifestações culturais. Foi possível perceber, também, que há necessidades urgentes no sentido de desenvolver atividades produtivas e projetos concretos que priorizem a sustentabilidade ambiental e sociocultural das populações envolvidas pelas áreas.

Constatou-se, ainda, que as comunidades envolvidas por esta área vêm sistematicamente perdendo sua territorialidade e que o poder público, por meio dos governos municipal, estadual e federal devem executar políticas públicas ambientais e socioculturais no sentido de preservar e conservar esses aspectos na área e não somente a emissão de instrumentos normativos de proteção. Considerando-se que a deterioração sociocultural e ambiental tem provocado grandes prejuízos as comunidades residentes na área que está protegida legalmente sob vários aspectos.

Notas

⁵O rio Curiaú tem inúmeras nascentes e apenas duas pequenas nascentes não estão protegidas pela unidade de conservação.

⁶Na Amazônia o período de estiagem é denominado de verão e ocorre de julho a dezembro.

⁷O período chuvoso na Amazônia é denominado de inverno e ocorre de janeiro a junho.

⁸Também denominado de savanas amazônicas.

⁹Outra UC que contempla esse ecossistema é a Reserva Extrativista do Rio Cajari.

¹⁰De acordo com a Constituição Brasileira de 1988, no Artigo 225, parágrafo 1º inciso III,

as UC somente poderão ter sua categoria e limites alterados a partir de lei específica; e a Constituição do Amapá de 1991 determina que toda alteração ou supressão das UC sob administração do Estado somente poderá ocorrer por meio de lei.

¹¹Na época a comunidade da Extrema não se encontrava estruturada, porém, a área onde ela se constituiu foi incluída no estudo antropológico.

Referências

- ACSELRAD, H. As práticas espaciais e o campo dos conflitos ambientais. In: _____ (org). **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich Böll, 2004.
- ALEXANDER, J. C. Ação coletiva, cultura e sociedade civil: secularização, atualização, inversão, revisão e deslocamento do modelo clássico dos movimentos sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 13(37): 5-31. São Paulo. 1998.
- AMAPÁ. **Decreto Estadual nº 0024, de 20.02.1990** - cria a Área de Relevante Interesse Ecológico e Cultural (ARIEC) do Curiaú. SEMA, 1990. CD Rom.
- _____. **Lei nº 0431, de 15 de setembro de 1998**. Dispõe sobre a criação da Área de Proteção Ambiental do Rio Curiaú, no Município de Macapá, Estado do Amapá. Publicada no Diário Oficial do Estado nº 1891, em 15.09.98.
- _____. **Decreto nº 1417, de 28 de setembro de 1992** - Cria a Área de Proteção Ambiental - APA do Curiaú, situada no Município de Macapá, Estado do Amapá e dá outras providências. SEMA, 1992. CD Rom.
- _____. **Decreto nº 1418, de 28 de setembro de 1992** - Fica tombada pelo Estado do Amapá a Vila do Curiaú; 1992. CD Rom.
- BOURDIEU, P. **O Poder Simbólico**. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988.
- _____. **Lei nº 7.505, de 02 de julho de 1986**. Dispõe sobre benefícios fiscais na área do imposto de renda concedidos a operações de caráter cultural ou artístico. Publicada no Diário Oficial da União, em 03.07.1986.
- _____. Fundação Cultural Palmares. **Título de Reconhecimento nº 01**, institui o Território Remanescente de Comunidade de Quilombo do Curiaú, em 25 de novembro de 1999.
- _____. **Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000**. Regulamenta o art. 225, § 1º, incisos I, II, III e VII da Constituição Federal, institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União, em 19.07.2000.
- _____. Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis. **Portaria N.º 86-N IBAMA**, Cria a Reserva Particular do Patrimônio Natural Retiro Paraíso, em 06 de agosto de 1997
- _____. Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Publicada no Diário Oficial da União, em 28.05.2012.

- COSER, L. A. **Conflito** (verbete). In: Dicionário do pensamento social do século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1996.
- DAHRENDORF, R. **As classes e seus conflitos na sociedade industrial**. Coleção Pensamento Político, 28. Brasília: UnB, 1982.
- DRUMMOND, J.A.; DIAS, T.C.A.C. e BRITO, D.M.C. **Atlas das Unidades de Conservação do Estado do Amapá**. Macapá: MMA/IBAMA-AP; GEA/SEMA, 2008.
- GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4ª Ed. Atlas. São Paulo. 2007.
- IEPA/ZEE. **Macrodiagnóstico do Estado do Amapá, primeira aproximação do ZEE**. Macapá: IEPA-ZEE, 2007.
- LITTLE, P. E. Os Conflitos Socioambientais: um Campo de Estudo e de Ação Política. In: BURSZTYN, M. (org): **A Dificil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. p. 107-122. 2001.
- MARIN, R. E. A. **Nascidos em Curiaú**. Belém, UFPA/NAEA, 1997.
- MORAES, A. R. **Ratzel**. São Paulo: Ática, 1990.
- NASCIMENTO, E. P. Os conflitos na Sociedade Moderna: uma Introdução Conceitual. In: BURSZTYN, Marcel. (Org) **A Dificil Sustentabilidade: Política energética e conflitos ambientais**. Rio de Janeiro: Ed. Garamond Ltda. p. 85 - 106. 2001.
- SAQUET, M. A. **Abordagens e concepções de território**. 2ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- SILVA, C. H. Território: uma combinação de enfoques – material, simbólico e espaço de ação social. **Geografar**, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 98-115, jan./jun. 2009.
- SIMMEL, G. **Le Conflit**. Paris: Circé, 1995.
- SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, Iná Elias et al. **Geografia: conceitos e temas** 3ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001.
- TOURAINÉ, A. **Palavra e sangue: política e sociedade na América Latina**. Tradução de Iraci Poletti. São Paulo: Trajetória Cultural; Campinas - UNICAMP, 1989.

INFRAESTRUTURA NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL AMAPAENSE (ASA): EIXOS DE CIRCULAÇÃO E CONFIGURAÇÃO DO ESPAÇO REGIONAL¹

INFRASTRUCTURE IN THE AMAZONIA SETENTRIONAL AMAPAENSE (ASA): AXES OF CIRCULATION AND REGIONAL SPACE CONFIGURATION

Emmanuel Raimundo Costa Santos²

RESUMO: Este trabalho tem como propósito identificar os principais corredores de circulação da Amazônia Setentrional Amapaense – ASA, e compreender sua relação para o desenvolvimento dessa sub-região. Ressalta-se a importância dos eixos fluviais e rodoviários para o processo de integração inter e intrarregional. A discussão é feita através da compreensão dos sistemas de objetos e de ações configurando a existência de um sistema técnico produtivo (Santos, 2002) e da abordagem de Becker (1999; 2004) em relação às políticas de desenvolvimento regional amazônico. Trabalhos de campo foram realizados ao longo dos eixos de circulação, levantamento de dados indiretos em *sites* de órgãos públicos e representações espaciais foram estratégias de pesquisas que colaboraram para chegar a algumas considerações sobre certas particularidades da dinâmica regional dessa porção do território brasileiro.

Palavras-chave: Eixos de Circulação. Amapá. Infraestrutura. Desenvolvimento Regional.

ABSTRACT: This paper aims to identify the main axis of movement of the Northern Amazon Amapaense and understand its relationship to the development of this sub-region. We emphasize the importance of the river and roads to the process of inter-and intraregional integration. Discussion taken through understanding of objects and systems of actions by setting the existence of a productive technical system (Santos, 2002) and the approach of Becker (1999, 2004) in relation to regional development policies Amazon. Field studies were conducted along the axes of movement, raising indirect data on public bodies and spatial representations sites were strategies that worked to get some thoughts on certain particularities of the regional dynamics of this portion of the Brazilian territory searches.

Key words: Axis of Movement. Amapá. Infrastructure. Regional Development.

¹ Trabalho apresentado no VII Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional da UNISC em 2015 no Rio Grande do Sul, com o título de Eixos de Circulação e Infraestrutura na Amazônia Setentrional Amapaense – ASA.

² Emmanuel Raimundo Costa Santos. Doutor em Geografia e professor da Universidade Federal do Amapá - UNIFAP.
E-mail: emmanuelrcsantos@gmail.com.

Artigo recebido em julho de 2017 e aceito para publicação em setembro de 2017.

1 Introdução

Na Teoria Geral da Circulação, a noção de movimento está subordinada à troca. Ela é importante para satisfazer as necessidades humanas diante das diferenciações produtivas das regiões do globo. Porém, relacionar a circulação apenas a aspectos econômicos torna uma determinada análise regional restrita. Para Vallaux (1914), a circulação também deve ser considerada do ponto de vista político, enfatizando o papel dos Estados na construção e manutenção das redes de caminhos, pois

Desde luego, los hombres no cabían solamente productos; cambian también pensamientos; la circulación no es solamente económica y más fuera de toda intervención del Estado; es aún interespiritual, y el cambio de pensamientos no es menos importante que el de los productos; porque el cambio de pensamientos tolera siempre las presiones ó tentativas de presiones de una ó de varias voluntades sobre otras voluntades que las primeiras intentan ya guiar, ya contrariar, ya ahogar; es en esta circulación interespiritual por onde, generalmente, se traslada la energia activa de las diferentes formas sociales y, em particular, de los Estados (VALLAUX, 1914, p.267).

As vias, enquanto resultado do trabalho do homem, ou seja, as que são resultantes de um pensamento, de uma vontade coletiva, de uma natureza social e política de fazer e manter um caminho, efetivam-se em dois tipos: as vias artificiais e as vias mistas (VALLAUX, 1914). As primeiras correspondem a caminhos, ferrovias, rodovias, canais e linhas telegráficas. Atualmente, pode-se somar como resultado do período técnico-científico e informacional, a internet. As segundas resultam de vias naturais corrigidas ou melhoradas, como os rios canalizados, dragados e com eclusas.

Em se tratando do planejamento regional brasileiro como mecanismo de atenuar as disparidades regionais foram desenvolvidas diversas políticas públicas, que influenciaram diretamente no ordenamento de seu território. A partir da década de 1970, sob o discurso e a prática da unidade e da integração nacional, o Estado procurou adequar sua estrutura territorial à nova etapa da industrialização e de ocupação do território brasileiro.

Nesse contexto político, uma nova tecnologia espacial do poder estatal se desenvolveu por meio de uma poderosa malha programada de duplo controle: técnico e político, que foi imposta ao espaço nacional através:

- a) da extensão de todos os tipos de redes de articulação do território (redes viárias, energéticas e de telecomunicações);
- b) de uma estratégia mais seletiva, que atuou em escala sub-regional, baseada na implantação de polos de crescimento, locais privilegiados capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e de mercadorias;
- c) da implantação de polos de crescimento, locais privilegiados capazes de interligar os circuitos nacionais e internacionais de fluxos financeiros e de mercadorias e
- d) da criação de novos territórios diretamente geridos por instituições federais e superpostos à divisão político-administrativa vigente (BECKER, 1999).

Na Amazônia, a configuração espacial regional ganha novo sentido com a implantação das rodovias, tendo como marco a construção da Belém-Brasília. As rodovias passam a orientar eixos de ocupação diferente daqueles ordenados historicamente pelos

cursos fluviais. Dessa maneira, ao tradicional padrão espacial dentrítico da beira de rio, foi acrescido o padrão espacial da terra-firme da beira de estrada.

O planejamento regional com ênfase nos polos de desenvolvimento se orientou basicamente por meio de uma lógica espacial zonal. No entanto, no decorrer da década de 1980 a lógica espacial vetorial começou a ganhar força no planejamento brasileiro através de que se convencionou chamar de “corredores de exportação”, os quais seriam vias privilegiadas de escoamento da produção na direção dos portos com destino ao exterior.

Tinha-se a hipótese que esses corredores iriam favorecer a implantação da produção agrícola, levando à ocupação e o desenvolvimento do interior. No entanto, a força do comércio externo pouco contribuiu às economias localizadas entre os pontos de origem e destino dos vetores de exportação, concentrando o crescimento econômico apenas em suas extremidades, ou seja, nos polos (ABLAS, 2003).

Com a implantação rápida e violenta da malha programada na Amazônia, logo se configurou uma grande fronteira de recursos nacional e internacional. Na região, áreas selecionadas passaram a concentrar os investimentos, os migrantes e os conflitos sociais e ambientais, intensificados com a crise do Estado, que perdeu o controle sobre a malha programada. Os últimos grandes projetos dessa estratégia territorial foram o Grande Projeto de Carajás, em 1980, e o Projeto Calha Norte, em 1985 (BECKER, 1999).

A experiência realizada pelo Projeto Grande Carajás, da Vale do Rio Doce, articulando as ideias dos polos e dos corredores com grande ênfase na infraestrutura econômica como instrumento de integração espacial, passou a servir de base inicial para o Plano Plurianual de Investimento do Governo Federal (PPA) 1996-1999, que passou a ser chamado de Eixo Nacional de Integração e Desenvolvimento (ENID), o qual deveria sempre partir das potencialidades locais e da posição espacial relativa dos territórios considerados (ABLAS, 2003).

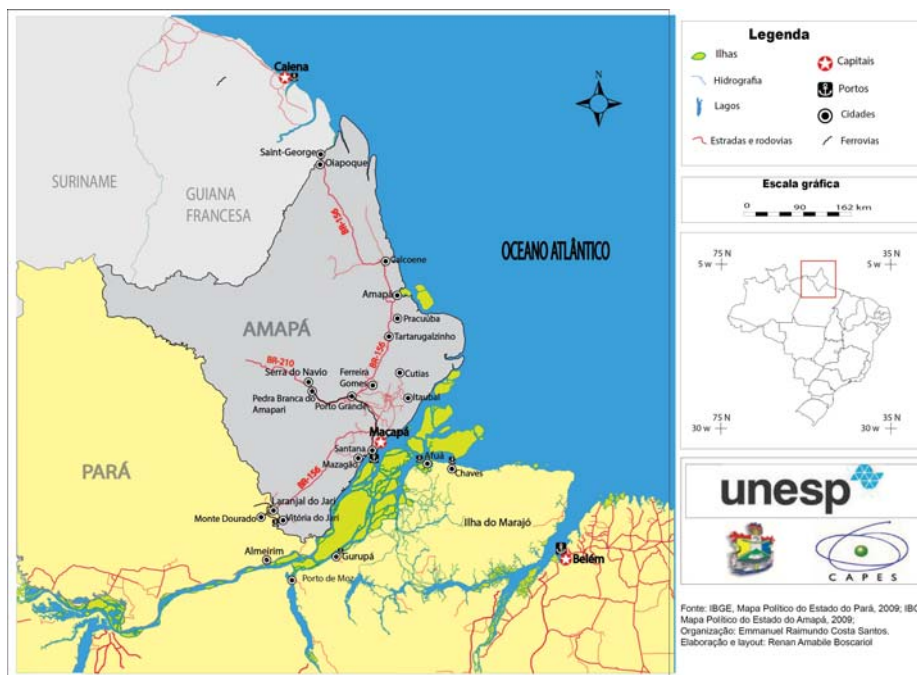
Nesse sentido, os eixos podem ser entendidos como uma vertebração logística, baseada em meios de transportes de cargas, abrangendo uma área de influência em suas proximidades. São organizados em torno de grandes vias de penetração, já existentes ou em potencial, adentrando áreas que podem apresentar vantagens competitivas, e definem grandes porções territoriais passíveis de serem integradas no desenvolvimento.

Assim definidos, os eixos deveriam considerar, em sua estratégia de planejamento, os fluxos de bens e serviços ali presentes e as vocações e potencialidades regionais dessas áreas de influências. Por esse motivo, não se pode definir um eixo como uma simples via de penetração, mas como uma região de planejamento para a qual a infraestrutura de transporte permanece como elemento definidor importante, à qual são somadas potencialidades produtivas e a própria estrutura dada pela rede de cidades da região.

Além de buscar eliminar gargalos e elos faltantes na infraestrutura econômica, os ENID, em sua definição, também, envolvem o conceito de desenvolvimento sustentável e a atração de investimentos privados e públicos. Assim, segundo sua concepção teórica, os eixos visam promover um desenvolvimento eficiente em termos econômicos, justo em termos social e equilibrado em termos ecológicos. Nesse sentido, a partir de 1990 a infraestrutura passou de objetivos geopolíticos de ocupação e defesa do território para uma perspectiva geoeconômica.

Em relação ao estado do Amapá, que se configura neste trabalho como área *core* da Amazônia Setentrional Amapaense – ASA, desde a década de 1950 encontra-se conectado e articulado em rede global da mineração, o que lhe promoveu uma nova configuração espacial, regional e urbana em sua área de fronteira.

A condição periférica de fronteira da ASA se redefiniu, ao longo desse período, e junto às ações de Defesa Nacional e de produtor para o mercado mundial é acrescido, em especial desde a década de 1990, a condição de um espaço periférico estratégico junto aos interesses do mundo globalizado e da necessidade de maior fluidez e integração, verificável, sobretudo, por meio da reestruturação de seus sistemas de objetos e ações, buscando promover e ampliar sua interação espacial, inclusive fisicamente com a Guiana Francesa (PORTO; SILVA, 2010).



Fonte: Santos (2012).

Mapa 1. Recorte Ampliado da ASA

É sobre essa porção do espaço amazônico que o texto a seguir visa se dedicar, enfatizando aos seus principais eixos de circulação, os quais foram aproveitados e constituídos para atender o desenvolvimento de grandes projetos do capital e de Estado. Esses estabelecem os principais contornos ao ordenamento territorial dessa sub-região, na qual estão presentes dois segmentos de ENID que integram o Arco Norte: um hidroviário, que se integra ao eixo do Madeira – Amazonas, e outro rodoviário que corresponde a BR-156. Esses dois eixos têm como principal nodal articulador o Porto de Santana, que somados e articulados aos eixos hidroviário do rio Jari, Araguari, Oiapoque e ao rodoviário da BR-210 configuram o arranjo espacial da Amazônia Setentrional Amazônica – ASA.

2 Os eixos fluviais

Em muitas partes da Amazônia, os rios dialeticamente podem ser compreendidos como o elemento que separa os que moram na outra margem ou para além dela, mas que possibilitam, também, romper com essa cisão através de sua navegabilidade. Os rios nunca foram obstáculos para a circulação, pelo contrário, a densa malha fluvial da bacia amazônica através das calhas principais e seus tributários de várias ordens permitem com a embarcação adequada aos seus calados, atingir os pontos mais longínquos dessa região, os quais até hoje só são acessados por essa via ou pela aérea.

A ASA tem nos rios Amazonas, Jarí, Oiapoque e Araguari, seus principais eixos de circulação fluvial. Esses corpos d'água, não somente por suas grandezas de ordem física, mas também pelo que representam em sua dinâmica econômica, histórica e cultural ganharão maior evidência nesse trabalho mesmo que de forma sumária e direcionada ao tema em questão.

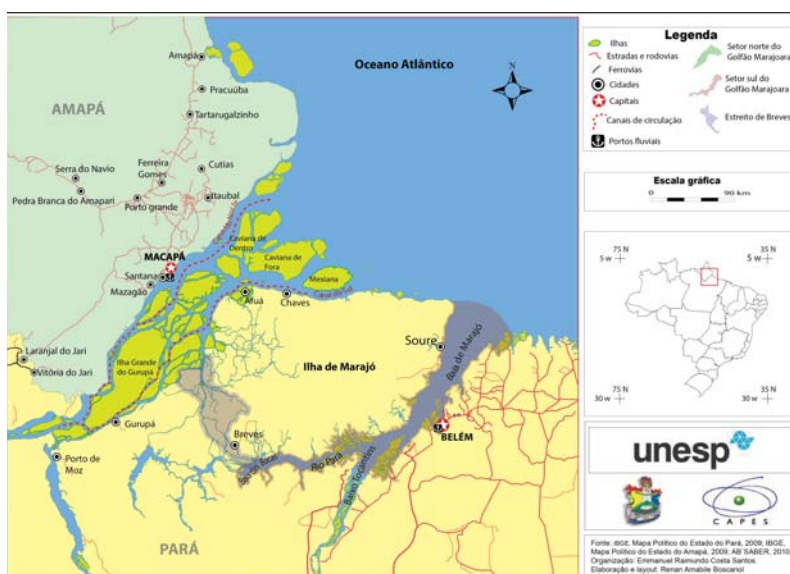
Chama-se a atenção que além de uma caracterização do sistema natural da região em questão, buscar-se-á apresentar algumas articulações que esses cursos d'água possibilitam, principalmente, numa escala intrarregional, enfatizando os principais fixos instalados ao longo desses eixos naturais e alguns de seus fluxos, pois fixos e fluxos juntos interagindo expressam a realidade geográfica de um lugar. “Foi assim em todos os tempos, só que hoje os fixos são cada vez mais artificiais e fixados ao solo; os fluxos são cada vez mais diversos, mais amplos, mais numerosos, mais rápidos” (SANTOS, 2002, p.62).

2.1 O eixo do rio Amazonas

O rio Amazonas teve e tem um papel fundamental nas particularidades da formação socioeconômica da ASA, em sua identidade cultural e em sua integração com o mundo. Relevância que remonta aos idos em que essas terras configuravam o território da capitania do Cabo Norte³ e que se estende até os dias de hoje.

A partir de critérios naturais, geográficos e de localização, presentes na regionalização de Ab'Saber (2010) para a planície do grande rio Amazonas, será caracterizado o Golfão Marajoara, no qual se encontra o segmento espacial por onde se delinea o principal caminho de articulação inter-regional da ASA.

O Golfão Marajoara tem seu início nas proximidades do Porto de Moz e da Ilha Grande de Gurupá, no estado do Pará. Nessa sub-região da planície do grande rio Amazonas encontra-se a larga embocadura do rio Amazonas entre o Amapá e a Ilha de Marajó, o estreito de Breves a oeste desta ilha e terminando, no sentido leste-nordeste, a baía das Bocas seguida pelo rio Pará, o baixo Tocantins e a baía de Marajó. Esse golfão pode ser dividido em três setores: o norte, o sul e o estreito de Breves (mapa 2).



Fonte: Santos (2012).

Mapa 2. Golfão Marajoara

Em se tratando da área em análise o setor norte do Golfão Marajoara é o que nessa ocasião mais interessa. O mesmo pode ser caracterizado como um verdadeiro dédalo de ilhotas e canaletes cobrindo toda a porção ocidental da Ilha de Marajó, onde pode-se reconhecer o eixo do canal norte⁴, que se estende a partir da margem esquerda da ilha Grande de Gurupá, passando pelos terraços de Mazagão, Santana e Macapá no Amapá, e o canal sul que passa ao norte de Marajó, pela tangente das ilhas Caviana e Mexiana, comportando-se como outra saída do Rio Amazonas para o Atlântico. Essa embocadura do Amazonas projeta para o Atlântico a mais ampla e volumosa nébula de argilas conhecida no mundo, razão pela qual a faixa costeira marajoara e amapaense foi reconhecida séculos atrás pelo nome de *mar Dulce*⁵.

Pode-se afirmar que no Golfão Marajoara está localizado o principal eixo de articulação inter-regional da ASA. Por ele circulam os maiores fluxos de cargas e pessoas, uma interação espacial intensa e constante feita através de navios, balsas e barcos regionais de vários portes, entre as duas capitais que representam as duas maiores aglomerações urbanas da Amazônia Oriental. Nessa porção da região, os rios, os furos e as baías, funcionam como verdadeiras rodovias com movimentos ininterruptos. Durante a noite luzes vermelhas e verdes sinalizam os lados e as dimensões das embarcações cortando em ritmo lento a escuridão e o espaço amazônico.

Diferentemente da maior parte do país, em que a matriz de transporte de carga e passageiro acontece por via rodoviária, na ASA devido à inexistência de conexões rodoviárias com o restante do país, a circulação ocorre através da hidrovia do Amazonas numa de suas rotas mais movimentadas: a de Belém – Macapá – Belém. O trajeto dessa viagem ocorre pelos três setores do Golfão Marajoara, em que se percorre a partir do Porto de Belém uma distância de aproximadamente 574 km ou 309 milhas, através da baía do Guajará, rio Pará, baía das Bocas, estreito de Breves, passando por furos como o do Jacaré Grande e Macacos até chegar ao canal norte na margem esquerda do Amazonas, onde está localizado o maior complexo portuário e mancha urbana dessa sub-região amazônica⁶.

Em 1957, foi inaugurado o primeiro porto moderno no canal do norte do rio Amazonas. Foi construído pela Indústria e Comércio de Minérios (ICOMI) para atender as necessidades de escoamento da produção de manganês extraído da região central do estado do Amapá, município de Serra do Navio. O Porto da ICOMI, como ainda hoje é conhecido, tem seu uso privado e foi equipado para a exportação de minérios.

Depois do encerramento das atividades da ICOMI, em 1997, o porto, as duas *company tows* e a Estrada de Ferro do Amapá (EFA) foram repassados para a gestão do estado e das prefeituras dos municípios de Serra do Navio e de Santana. Atualmente, o Porto da ICOMI e a EFA estão sob concessão da Empresa Anglo Ferrous Brasil, a qual está utilizando para o escoamento, em especial, do minério de ferro extraído do município de Pedra Branca do Amapari.

As instalações portuárias existentes no canal do norte do Amazonas, tendo como limites extremos, a leste a foz do rio Matapí e a oeste a localidade de Fazendinha, ambos projetados em direção ao rio Amazonas, abrangendo todos os cais, docas, pontes e *piers* de atracação e de acostagem, armazéns, edificações em geral e vias internas de circulação rodoviárias e ferroviárias, e, ainda, os terrenos ao longo dessas faixas marginais e suas adjacências, pertencentes à União, incorporadas ou não ao patrimônio do Porto de Macapá ou sob sua guarda e responsabilidade, passaram a fazer parte da área do Porto Organizado de Macapá, no Município de Santana, constituída pela Portaria - MT nº 71,

de 15/03/00 (D.O.U. de 16/03/00). Atualmente, o porto é administrado pela Companhia Docas de Santana (CDSA) vinculada à Prefeitura Municipal de Santana.

Dentro desse complexo portuário, existem três cais principais para atracação:

- Cais A – com 60m de extensão e profundidade de 10m, dotado de um berço, recebe embarcações fluviais de pequeno porte;
- Cais B – com um berço de 200m de comprimento e profundidade de 12m, atende à navegação de longo curso;
- Cais C - com 136m de comprimento com dois berços, atende às navegações de longo curso e de cabotagem.

As instalações de armazenagem reúnem um armazém para carga geral com 3.570m² na retaguarda do cais B, um galpão com 1.500m² e um pátio medindo 3.000m² circundando o armazém, que pode servir também de depósito. O pátio entre o galpão e o armazém acresce à área de estocagem 16.500m². Desde dezembro de 1992, passou a operar na área do próprio porto, um sistema de carga de granéis sólidos pertencente a Amapá Celulose (AMCEL), destinado à exportação de cavacos de madeira na quantidade mínima prevista de 100.000 t/ano. Descontínua à área do porto principal existem dois terminais de uso privativo: o da Texaco, movimentando combustíveis em um cais com 120m e o, da ICOMI, com 270m de cais operando na exportação de minérios.

O acesso a este complexo portuário pode ser feito através de meio rodoviário pelas AP-010, que liga as cidades de Macapá e Mazagão, pela BR-210 (Perimetral Norte), e já na área urbana pela rua Filinto Müller, que permite alcançar as instalações portuárias, quanto ao acesso ferroviário é restrito ao terminal privativo da ICOMI e fica a 2km do Porto de Macapá. O acesso marítimo ocorre pelo rio Amazonas, tanto pela Barra Norte, situada entre as ilhas Janauçu e Curuá, como pela Barra Sul, delimitada pelas ilhas de Marajó e Mexiana. Para o ingresso no porto é utilizado o canal natural de Santana, braço norte do rio Amazonas, com largura variável entre 500m e 800m e profundidade mínima de 10m. Já em termos fluviais compreende o rio Amazonas e seus afluentes, com o destaque ao rio Jari.

2.2 Eixo fluvial do Vale do Jari

O Jari é um dos principais afluentes da margem esquerda da bacia amazônica, constituindo-se como divisa natural entre o Amapá e o estado do Pará. É no vale desse rio que está instalado o Grande Projeto Jari, que sem dúvida é o grande indutor da dinâmica econômica e espacial da porção sul do Amapá e do município de Almeirim no Pará.

Este projeto surgiu com base na informação da progressiva diminuição dos estoques de madeira dos produtores tradicionais de celulose, que esperavam em média 25 anos para ter uma árvore no ponto ideal de corte. Foi, então, que o empresário americano Daniel Ludwig idealizou e implantou em 1967 um grande projeto agroflorestal no Vale do Jari em terras do estado do Pará e do ex-Território Federal do Amapá. Ludwig apostou na expansão do mercado desse produto e nas condições ambientais tropicais de luminosidade, umidade e calor que diminuiria consideravelmente o tempo de crescimento das árvores (LINS, 1997).

Além do Projeto Jari, se estabeleceu na região a Empresa Caulim da Amazônia (CADAM) e a Mineração Santa Lucrécia, para a extração e beneficiamento de caulim e bauxita refratária, respectivamente (JARCEL, 2009). Assim, para desenvolver a

silvicultura do eucalipto, a produção e escoamento da celulose e, a extração e escoamento de minérios no vale, foram implantadas em território paraense grandes infra-estruturas, como fábrica de celulose, usina termelétrica com 55 MW de capacidade, *company town* de Monte Dourado (PA) e a vila operária de Munguba (PA), porto fluvial, aeroporto de Serra do Areão em Monte Dourado/PA e uma ferrovia.

A fábrica de celulose e a usina termelétrica foram as duas primeiras grandes infraestruturas implantadas no Vale do Jari. Podem ser consideradas como exemplos clássicos de próteses artificiais e exteriores ao lugar. Essas duas unidades produtivas foram construídas sobre plataformas flutuantes no Japão e, devido à sua dimensão ficou inviabilizada sua passagem pelo Canal do Panamá. Assim, essas duas unidades tiveram que ser rebocadas, entre os meses de fevereiro a maio de 1978, pelos Oceanos Índico e Atlântico (Figura 2), até adentrar pelos rios Amazonas e Jari. Na margem direita desse último, esperavam por essas duas próteses 3,7 mil estacas de maçaranduba cravadas no fundo do rio, as quais foram utilizadas para acoplar e sustentar essas duas estruturas, que marcam a origem desse complexo industrial no vale (ROSENBERG, 2007).

O Projeto Jari buscou integrar atividades florestais, agrícolas, minerais e industriais. Ocupa 1,3 milhão de hectares distribuídos em terras nos estados do Pará (55%) e do Amapá (45%). Sua fábrica de celulose, está localizada no distrito industrial de Munguba-PA, a aproximadamente 18 quilômetros de Monte Dourado-PA, também às margens do rio Jari, ocupando uma localização geográfica estratégica:

- é a fábrica brasileira de celulose situada mais próxima dos principais mercados consumidores: Europa, América do Norte e Ásia;
- apresenta curta distância entre a floresta, a fábrica e o porto fluvial privativo, com capacidade para receber navios de até 200 metros de comprimento;
- as condições naturais de clima e solo e a utilização da melhor tecnologia silvicultural disponível permitem o cultivo de florestas de alta produtividade, onde cresce o eucalipto de ciclo curto de corte (JARCEL, 2009).

O Projeto Jari estrutura-se em torno de dois núcleos urbanos principais: no lado paraense está localizada a cidade planejada, a *company town* de Monte Dourado-PA, onde se encontra a sede administrativa desse projeto, e do outro lado do rio, no Amapá, a cidade de Laranjal do Jari-AP, que surge através da ocupação espontânea proveniente da mão de obra excedente e de baixa qualificação atraída e não absorvida por esse projeto econômico. Laranjal do Jari durante muitos anos não passou de uma imensa favela fluvial incrustada na floresta denominada de “Beiradão”.

O Projeto Jari passou a influenciar diretamente na produção espacial do vale fluvial entre os estados do Pará e Amapá, especialmente para sua dinâmica econômica e urbana. O maior contingente populacional desse vale estar concentrado na margem direita do rio Jari no lado amapaense. Segundo o IBGE (2010), a soma da população dos dois municípios amapaenses, Laranjal do Jari e Vitória do Jari, é de 52.250 habitantes, os quais estão concentrados, principalmente, nas sedes desses municípios de mesmo nome. Do lado paraense a cidade de Monte Dourado ganha destaque em relação a qualidade de sua infra-estrutura urbana, superior à cidade sede do município de Almeirim, localizada na margem direita do baixo Amazonas.

2.3 Rio Araguari e o sistema hidroelétrico da ASA

O rio Araguari é o maior curso d'água em volume e extensão no estado do Amapá, com 300 Km de curso e com uma descarga média de 1.200 m³/s. Depois que passa a correr

no sentido oeste-leste passa a dividir o Amapá ao meio em norte-sul e pode ser transposto por via rodoviária pela BR-156 através da ponte Tancredo Neves nas proximidades da cidade de Ferreira Gomes, a 135 Km da capital do estado.

Nesse rio foi instalada a primeira Usina Hidrelétrica (UHE) da Amazônia: a Coaracy Nunes, também denominada de Paredão. Essa UHE foi implantada a jusante da cachoeira do Paredão, no Araguari, a cerca de 15 km a montante da cidade de Ferreira Gomes. Sua construção foi iniciada na década de 1960, pelo Governo Federal e repassada para a Eletronorte, em 1974, para a conclusão de suas obras. Em novembro de 1975 a usina entrou em operação com a capacidade de 40 MW e destinava 50% da energia produzida ao consumo do parque industrial do Amapá, caracterizado por empresas mineradoras, particularmente de manganês, na região da Serra do Navio, tendo a ICOMI, desde 1953 na área, como a principal consumidora. Atualmente teve sua capacidade ampliada para 78 MW (ELETRONORTE, 2010).

A partir de 2013, o Amapá passou a ser interligado ao SIN através do acesso às linhas de transmissão de energia no sistema Tucuruí/Manaus/Macapá, por meio da extensão do linhão da UHE de Tucuruí no Pará. Esse projeto de infraestrutura elétrica para Amazônia já está sistematizado desde o Plano Plurianual de 2003-2007 - o “Plano Brasil de Todos”, do primeiro mandato do Governo Lula. Essa linha de transmissão terá como principal função o atendimento de duas grandes capitais da região e possibilitará, ainda, se implantado o sistema de subtransmissão, o atendimento de comunidades localizadas próximas ao seu traçado.

É no rio Araguari que teve início em outubro de 2010, a construção da Usina Hidrelétrica de Ferreira Gomes, localizada no município de Ferreira Gomes entre a UHE do Paredão e a Ponte Tancredo Neves. Essa nova usina prevê a geração de 252 megawatts de energia. Atualmente, a demanda por energia no estado do Amapá é de cerca de 200MW/h e a produção máxima instalada é pouco mais de 237 MW/h.

Em estudos de inventário hidrelétrico da sub-bacia do rio Araguari, apresentados pelas Centrais Elétricas do Norte do Brasil S/A – ELETRONORTE, no âmbito do Convênio ANEEL/ELETRONORTE de 16/12/96, foi indicada alternativa selecionada da divisão de queda do rio Araguari em seis Aproveitamentos de Potencial Hidrelétrico - APH: APH Porto da Serra I com 54 MW; APH Bambu I com 84 MW; APH Cachoeira Caldeirão com 134 MW; UHE Coaracy Nunes I com 70 MW (em operação); Coaracy Nunes II com 104 MW e UEH de Ferreira Gomes com 153 MW (em construção), totalizando 599 MW (ANEEL, 1996). Com esses resultados, a bacia do rio Araguari é a que apresenta o maior potencial hidrelétrico da ASA (AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, 1996).

2.4 Rio Oiapoque e a fronteira internacional

É interessante e desconhecido o fato do Brasil possui uma faixa de fronteira internacional com um território que faz parte da União Europeia (UE). Nesse sentido, diferente dos outros segmentos de fronteiras internacionais do Brasil, em que do outro lado estão países subdesenvolvidos oriundos da colonização espanhola, na ASA são estabelecidas interações transfronteiriças com a França através de seu Departamento Ultramarino Francês na América do Sul. O limite internacional do Brasil com a Guiana Francesa é feito em grande parte pelo curso do rio Oiapoque, sendo, portanto, uma fronteira fluvial.

Em agosto de 2000 foi discutida, em Brasília-DF, a iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que tem entre uma de suas orientações a promoção dos Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID). Como o seu próprio nome indica, a IIRSA corresponde à mais recente iniciativa de um projeto geopolítico de integração e desenvolvimento para o continente sul-americano e, que atinge plenamente a Amazônia Internacional, propósitos bem questionáveis na obra de Bartesaghi (2006), quanto a real possibilidade de desenvolvimento e integração da região ou, simplesmente, como estratégia para aumentar a eficácia e eficiência da exploração dos principais recursos do continente e dar continuidade, através de megaprojetos de infraestruturas, ao processo de hegemonização e reprodução do capital.

Em relação à sub-região amazônica em análise, a IIRSA, tem contribuído para o desenvolvimento de importantes obras de infraestrutura de transportes, como é o caso da continuidade da pavimentação e construções de pontes de concretos na BR-156. Destaca-se em particular a construção das pontes: sobre o rio Jari para articular por via terrestre a cidade de Laranjal do Jari-AP à *company town* de Monte Dourado no Pará no município de Almeirim, e a ponte internacional no limite da fronteira Norte do Brasil com a Guiana Francesa sobre o rio Oiapoque, interligando a cidade de Oiapoque no Brasil à cidade de Saint Georges do lado francês.

O eixo 4 da IIRSA prevê a articulação Venezuela – Brasil – Guiana – Suriname – Guiana Francesa. Na ASA, as obras prioritárias desse eixo estão voltadas para a conclusão da pavimentação da BR-156, que liga a cidade de Macapá e o Porto de Santana até a cidade de Oiapoque, e a construção da ponte sobre o rio Oiapoque, no momento com circulação condicionada, para ter acesso rodoviário do Brasil com a Guiana Francesa. Com isso, e com outras obras desse eixo, será possível ir por via rodoviária, de Macapá a Manaus, passando pela Venezuela e por Boa Vista, ou acessar o Caribe, países andinos e América Central e do Norte.

A possibilidade de melhoria na infraestrutura desse segmento do EID, que corta longitudinalmente a ASA, prevê uma articulação terrestre em escalas intrarregional e internacional, permitindo a conexão terrestre com o estado do Pará e com os demais países do Platô das Guianas e Venezuela, a partir da Guiana Francesa.

3. Os eixos rodoviários

Em se tratando da ASA, dois eixos rodoviários se destacam: o da BR-156, de sentido longitudinal (Norte-Sul), e a BR-210, de sentido transversal (Leste-Oeste). Essas duas rodovias articulam 12 dos 20 municípios da região, passando, praticamente, por todas as cidades-sede dos municípios que articulam.

3.1 Eixo Norte – Sul

A BR-156 é uma rodovia federal de sentido longitudinal de 822,9 km de extensão, que tem seu início e seu final no território do estado do Amapá. Tem seu quilômetro zero marcado na localidade Cachoeira de Santo Antônio, no município de Laranjal do Jari no sul do estado, e seu ponto final no início da ponte internacional entre o Brasil e a Guiana Francesa.

Essa rodovia possui dois trechos pavimentados: o primeiro vai do quilômetro – 271,2, no município de Macapá, a 23 km da capital, ao quilômetro - 604,4, na entrada

para a cidade de Calçoene, no município de mesmo nome; o segundo trecho, no município de Oiapoque, vai do quilômetro 769,8 até o quilômetro – 820,6, na cidade de Oiapoque, no trevo que dá acesso à ponte internacional. Portanto, segundo o Banco de Informações e Mapas de Transportes (BIT) do Ministério de Transportes, a BR – 156 está com 384,2 km pavimentados (MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES, 2010).



Fonte: Ministério dos Transportes (2010)

Figura 1. Traçado da rodovia BR-156

Entre a cidade de Laranjal do Jari e cidade de Macapá, percorre-se 271,2 km pela BR-156 em trecho não pavimentado e depois mais 20,8 km, já asfaltados, pela BR-210. Esse deslocamento no período das chuvas chega a ser feito em 12 horas, devido ao surgimento de trechos de atoleiros e pelos inúmeros buracos existentes. Nessas condições muitos trechos da estrada se transformam numa verdadeira estrada de *rally*.

Depois de atravessar essa área de floresta de terra-firme no sul do estado do Amapá, a estrada passa a singrar áreas de ecótonos até, finalmente, ocorrer o predomínio da paisagem de cerrado. Do km 109,1, na Vila de São Pedro no Rio Cajari, até o km 604,4 na entrada da cidade de Calçoene, a paisagem dominante para quem circula por essa estrada é a de cerrado, pois, assim como essa rodovia, o cerrado amapaense se estende num sentido longitudinal norte-sul.

A rodovia segue até ao seu final no que ainda é reconhecido por muitos como o extremo norte do Brasil, ou seja, no Oiapoque, depois de atravessar, aproximadamente, 215 quilômetros de floresta de terra-firme, que recobre o relevo ondulado das bordas do Planalto das Guianas. Nesse segmento, a BR-156 delinea, ao longo de 90 quilômetros, o limite oeste da terra indígena Uaça, e sua pavimentação tem gerado conflitos políticos, devido aos problemas que podem ser gerados com aumento do fluxo nessa rodovia em relação à integridade territorial e física dos índios aldeados às margens da mesma.

3.2 Eixo Leste – Oeste

A BR-210 conhecida, também, por Perimetral Norte foi planejada durante o regime militar e fazia parte do Plano de Integração Nacional – PIN. Tem como sentido predominante o transversal (Leste-Oeste). Entre os seus trechos pavimentados, implantados e planejados, soma um traçado de 2.463,9 km de extensão. Essa rodovia tem seu início no Amapá, mas diferente da BR-156, que inicia e termina nesse estado, ela se prolonga cortando os demais estados que possuem territórios na porção setentrional da Amazônia: Pará, Roraima e Amazonas.

Na ASA, a BR-210 foi iniciada em 1973 aproveitando os 102 quilômetros já construídos pela Indústria de Comércio de Minérios (ICOMI). Em trecho pavimentado e implantado no estado do Amapá, possui uma extensão de 305,2 km. Seu quilometro zero é na saída da cidade de Macapá, com pavimentação até a cidade de Porto Grande, o que equivale a um trecho de 106,2km. Na verdade, do seu km 20,8 até ao 100,5, ela se sobrepõe ao traçado da rodovia BR-156, ou seja, é só uma rodovia. Somente depois do trevo da cidade de Porto Grande (km 100,5) é que a BR-210 segue de forma mais contundente para sentido oeste, enquanto a BR-156 segue em seu traçado rumo ao norte.

As rodovias federais, a BR-156 e a BR-210, estabelecem os dois principais eixos de ocupação e circulação terrestre da ASA. Entre as cidades dessa região localizadas fora desses dois eixos estão a cidade de Vitória do Jari no sul do estado do Amapá, que tem como acesso principal o meio fluvial, as cidades de Itaubal do Piririm e Cutias do Araguari, que se articulam via rodoviária com a cidade de Macapá através da rodovia AP-070, a cidade de Mazagão pela AP-010 e as cidades do oeste marajoara no Pará de Chaves, Afuá e Gurupá se articulam com Macapá via fluvial pelo Canal do Amazonas.

Considerações Finais

A Amazônia, e, nesse caso, em particular, sua sub-região denominada ASA, foi, ao longo de cinco séculos, uma região de fronteira econômica, a qual se requalificou no decorrer de sua história, de acordo com os interesses políticos e econômicos daqueles que tiveram o seu domínio ou, simplesmente, dos que a exploraram. Muitos foram os sentidos dados a essa fronteira, como de fronteira mundi mercantil, defesa, colonização, ocupação, integração, desenvolvimento e de conservação e preservação ambiental. No entanto, da fronteira mercantil à fronteira tecno-ecológica o que não mudou foi à sua condição da fronteira do humano, que persiste no tempo nesses confins amazônicos onde começa o Brasil.

Conforme ressalta Becker (1999, 2004), a partir da segunda metade do século XX, o vetor técnico industrial (VTI) começa a ser instalado na Amazônia. Para tanto, foi preciso a criação de uma malha programada na região, dando ao Estado um duplo controle: técnico e político, ou seja, a Amazônia passou, por meio de redes estrategicamente estabelecidas em seu território, a fornecer seus recursos naturais para o mundo. Já nas últimas décadas do século XX, os resultados do avanço técnico-científico e informacional e a crise ambiental em nível global, possibilitam a instalação do vetor tecno-ecológico (VTE) na região. Esse novo vetor criou uma verdadeira malha ambiental de unidade de conservação da natureza na região.

A presença do VTE foi muito marcante na ASA, tanto que a maior parte de seu território corresponde a uma imensa área verde florestada. De forma abrangente pode-se

dizer que na ASA, o VTI é representativo, sobretudo, nas sub-regiões de Macapá e no Vale do Jari e pode ser expandido de formar reticular e descontínua pelas sub-regiões dos Lagos e da Fronteira. Quanto à sub-região das Ilhas, o VTI foi absorvido pelas particularidades daquela que foi a primeira região ocupada e explorada pelos estrangeiros, sendo adaptado ou adaptando-se às imposições naturais e culturais do espaço tão peculiar referenciado, de forma metafórica, na tese como o “mundo” das águas (SANTOS, 2012).

Ações de exôgenas e endôgenas (BECKER, 2004), nunca ocorreram ao mesmo tempo de forma tão contundente na produção do espaço regional amazônico, criando particularidades através de novas combinações entre o global e o local e, gerando inúmeras diferenciações internas em seu espaço regional. AASA é um desses subespaços em diferenciação, que apresenta também suas particularidades internas. As diferenciações internas do espaço amazônico precisam ser melhores visualizadas e entendidas, para que possíveis intervenções políticas de desenvolvimento nesses territórios possam estar de acordo com as suas necessidades.

A partir das metas previstas pela IIRSA, as infraestruturas herdadas dos grandes projetos da ICOMI, JARI e Calha Norte passaram a ser articuladas, criando uma reconfiguração territorial regional ampliada que deve atender ao escoamento de *commodities* através do Eixo de Integração de Desenvolvimento do Brasil com as Guianas e, em escala intrarregional, visa promover maior dinâmica socioeconômica entre as sub-regiões da ASA. Ganha destaque nesse sistema de objetos refuncionalizado, a pavimentação da BR-156, a construção das pontes sobre os rios Jari e Oiapoque e a utilização do complexo portuário de Santana como mais um terminal de escoamento de soja produzida na borda sul da Amazônia Legal.

Entre as vantagens de escoar pelo canal do norte do rio Amazonas estão o calado do porto e a proximidade relativa dos países consumidores, localizados no hemisfério norte, pois o Porto de Macapá-Santana é o mais setentrional da costa brasileira. Com a construção de novas usinas hidroelétricas na ASA, duas no rio Araguari e uma no rio Jari, e a interligação de seu sistema elétrico ao SIN, aumentaram as expectativas sobre o uso da CDSA para o embarque da soja e de novas indústrias atreladas a essa atividade. O que tudo indica é que a ASA, dentro de alguns anos, pode vir a se tornar um importante nodal logístico na Amazônia.

Diante de uma nova concepção de natureza, as questões ambientais passaram a ser ponto de pauta imprescindível nas agendas políticas de Estados e da sociedade civil como um todo. Assim, para muitos países, a Amazônia, representa um espaço estratégico diante da grande revolução tecno-ecológica em desenvolvimento. Se em outro contexto histórico, o rio e a floresta representavam obstáculos ao desenvolvimento, hoje, o primeiro é visto como sinônimo de transporte de carga barato e adequado à região, e, o segundo, como o *locus* experimental de produções sustentáveis, as quais ganham grande valor e demanda no mercado internacional. Essas condições estão postas na ASA. No entanto, para o desenvolvimento desse caminho econômico é preciso, ainda, o que talvez seja a condição mais importante de todas: a política.

Notas

³A região que na atualidade é constituída em sua grande parte pelo estado do Amapá já foi referenciada ao longo de sua trajetória histórica por muitas denominações, como “*costas anegadas*” (costas afogadas), a banda do norte, capitania do Cabo Norte, Guiana Brasi-

leira, Território Federal do Amapá entre outras;

⁴A costa do Amapá, depois de um “sobe e desce” de baixa amplitude mensurável em metros, fez o mar recuar em sua linha de costa paleo-marajoara e deu início aos processos de sedimentação argilosa frontal a partir do Delta do Rio Araguari em sentido ao pontal do Oiapoque, criando suportes ecológicos para os mangues retilinizados e os atuais campos inundáveis; e impossibilitando o surgimento de praias arenosas na costa amapaense (AB’SABER, 2002);

⁵Essa viagem tem duração de um dia, quando realizada em embarcações grande de ferro, geralmente de uso misto (passageiros e cargas), denominadas de navios regionais. No entanto, se for feita em pequenas embarcações de madeira, o tempo sobe para 29 horas, enquanto que para os comboios de empurra (rebocador com balsas), tal percurso é geralmente feito em 40 horas. A velocidade de serviço das embarcações que realizam a viagem em 24 horas está na faixa de 10 a 14 nós (em média 24 km/h), enquanto as pequenas apresentam velocidades inferiores a 10 nós (AHIMOR, 1997);

⁶Esses eixos se organizam em torno de franjas multinacionais que concentram fluxos de comércio atuais e potenciais, buscando criar um mínimo comum de qualidade de serviços e infraestrutura de transportes, energia e telecomunicações, a fim de apoiar atividades produtivas presentes no eixo, além de facilitar o acesso às sub-regiões com alto potencial produtivo, que se encontram na atualidade isoladas ou subutilizadas.

Referências

ABLAS, Luiz. O. “Estudo dos Eixos” como instrumentos de planejamento regional. In: GONÇALVES, M.F; BRANDÃO, C. A; GALVÃO, A. C. **Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano regional**. São Paulo: Editora UNESP-ANPUR, 2003. p. 171 – 186.

AB’SABER, Aziz Nacib. Bases para o estudo dos ecossistemas da Amazônia brasileira. **Revista Eletrônica de Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 16, n. 45. p. 07- 30, 2002.

_____. Zoneamento fisiográfico e ecológico do espaço total da Amazônia Brasileira. **Revista Eletrônica de Estudos Avançados**, São Paulo, vol. 24, n. 68, maio/agosto, p. 07-24, 2010.

AHIMOR. **Sistema de monitoramento do transporte fluvial na Amazônia**. Administração das Hidrovias da Amazônia Oriental. Relatório final, maio de 1997.

BECKER, Bertha. Os eixos de integração e desenvolvimento e a Amazônia. **Revista TERRITÓRIO**, ano IV, n. 6, jan./jun., p. 29-42, 1999.

_____. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

ELETRONORTE. **Sistema de gestão ambiental: Amapá**. Brasília – DF: Eletrobras/Eletronorte, 2010. Disponível em: < <http://www.eln.gov.br> >. Acesso em: 25 nov., 2010.

IBGE. **Censo demográfico 2010**. Disponível em <<http://www.censo2010.ibge.gov.br> >. Acesso em 20/12/2010.

JARCEL S.A. (Jari Celulose). Disponível em< <http://www.jari.com.br>>. Acesso em 08/11/2009.

MINISTÉRIO DOS TRANSPORTES. Disponível em < <http://www.transportes.gov.br> >. Acesso em: 10 de Nov., 2010.

ROSENBURG, Cynthia. O desafio de salvar o Jari. **Revista Época Negócios**, edição 4, jul., 2007.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. **Amazônia Setentrional Amapaense**: do “mundo” das águas às florestas protegidas. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente-SP, 2012.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EDUSP, 2002.

PORTO, Jadson Luís Rebelo; SILVA, Gutemberg de Vilhena. **De periferia a espaço estratégico**: a construção da condição fronteiriça amapaense. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2010.

VALLAUX, Camille. **El suelo y el Estado**. Madri: Daniel Jorro Editor, 191

FORMAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL DA ATIVIDADE CATRAIEIRA: ELEMENTOS DA DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL NA FRONTEIRA FRANCO-BRASILEIRA

ECONOMIC AND SOCIAL FORMATION OF CATRAIEIRA ACTIVITY: ELEMENTS OF SOCIO-SPATIAL INEQUALITY IN THE FRANCO-BRAZILIAN BORDER

Lana Patrícia de Matos dos Santos¹
Patrícia Rocha Chaves²
Emmanuel Raimundo Costa Santos³

RESUMO: Tem-se neste espaço de fronteira política a seguinte dinâmica: o limite internacional do Brasil com a França ou com a União Europeia é feito em grande parte pelo curso do rio Oiapoque. Ainda hoje, o rio corresponde a única via de circulação para o transporte de cargas e pessoas nessa porção da fronteira amazônica e, em particular, para articulação entre os dois principais núcleos urbanos: a cidade de Oiapoque no estado do Amapá/BR e Saint-Georges de l'Oyapock na Guiana Francesa - FR. Esse transporte é realizado, sobretudo, por embarcações com motor de popa denominadas de catraias, conduzidas pelos catraieiros. Nossa pesquisa, de início buscou realizar o levantamento dos fluxos engendrados na atividade catraieira. No interim da pesquisa outros elementos nos chamaram atenção. As relações socioespaciais contidas na fronteira franco-brasileira deram origem à fração de classe trabalhadora chamada catraieiros.

Palavras-Chave: Formação Econômica. Catraieiros. Fronteira

ABSTRACT: In this political frontier, there is the following dynamic: the international boundary of Brazil with France or with the European Union is made largely by the course of the Oiapoque River. Even today, the river is the only road of transportation for the transportation of cargoes and people on this part of the Amazonian border, and in particular for articulation between the two main urban centers: the city of Oiapoque in the state of Amapá / BR and Saint- Georges de l'Oyapock in French Guiana - FR. This transport is carried out, above all, by stern-motor boats known as catraias, conducted by the catraieiros. Our research, at first, sought to carry out the survey of the flows generated in the catraieira activity. In the interim of the research, other elements caught our attention. The socio-spatial relationships contained in the Franco-Brazilian frontier gave rise to the fraction of the working class called catraieiros.

Key words: Economic Formation. Catraieiros. Border

1 Acadêmica do Curso de Geografia da UNIFAP - Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

E-mail: lana_patricya@hotmail.com.

2 Professora Adjunta do Curso de Geografia da UNIFAP - Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

E-mail: rochavespatricia@gmail.com.

3 Professor Adjunto do Curso de Geografia da UNIFAP - Universidade Federal do Amapá (UNIFAP).

E-mail: emmanuel@unifap.br.

Artigo recebido em julho de 2017 e aceito para publicação em setembro de 2017.

1 Introdução

Em 1º de dezembro de 1900, o Laudo Suíço confirmou o Tratado de Utrecht (1713) e definiu o rio Oiapoque como o limite do Brasil com a França. O que corresponde também na atualidade os limites do estado do Amapá - BR e o Departamento da Guiana Francesa - FR. A fronteira fluvial do Oiapoque com 340 km de extensão tornou-se o principal cenário de articulação e interação socioespacial entre esses dois territórios.

Por esse eixo hidroviário se estabelece a circulação de mercadorias e pessoas dessa porção da fronteira amazônica. O principal meio de transporte utilizado são as catraias, embarcações de estrutura metálica com motor de popa. Por meio das catraias articulam-se as cidades gêmeas de Oiapoque, localizada cerca de 600 quilômetros da capital do Amapá e Saint-Georges, situado no extremo meridional da Guiana Francesa - FR (SILVA, 2014).

De início, pode se dizer que cidades gêmeas podem configurar-se como conceito geográfico que melhor caracteriza a zona de fronteira. Esses adensamentos populacionais cortados pela linha de fronteira, seja esta seca ou fluvial, articulada ou não por obra de infraestrutura apresentam grande potencial de integração econômica e cultural, assim como manifestações condensadas dos problemas característicos da fronteira, que aí adquirem maior densidade, com efeitos diretos sobre o desenvolvimento regional e a questão da cidadania (SANTOS, 2012).

Essas cidades gêmeas são pontos fixos, porém dinâmicos, pois comportam a convergência dos fluxos nacionais e internacionais. A análise sobre a dinâmica desse território recorre à compreensão das redes enquanto força produtiva, nesse caso em específico as redes de proximidade territorial (LENCIONI, 2006, p.70).

Nessa perspectiva, delineou-se o objetivo desta pesquisa de identificar as principais rotas das catraias no rio Oiapoque para análise da formação das redes geográficas e as motivações da fluidez econômica, a fim de compreender a dinâmica regional. Para isso, se fez necessário a compreensão teórica sobre redes geográficas, redes de proximidade territorial e interações espaciais, enfatizadas pela obra de Corrêa (2001) e Lencioni (2006), que ressaltam a importância da análise das redes e das interações socioespaciais proporcionadas por elas.

Redes geográficas são frutos das relações socioeconômicas e da necessidade de expansão capitalista, que se materializa no espaço conformando o território capitalista com suas contradições, formam vias e fluxos que permitem a articulação entre localidades, mas que também promovem desarticulações sociais. Assim, é possível afirmar que é por meio delas que as interações sociais acontecem, não basta apenas existir as vias formando nós. Para ser considerada uma rede geográfica não se pode negar a presença humana ou a *formação econômica e social*.

O fluxo de catraias no rio Oiapoque, os pontos de origem-destino são relevantes no estudo da rede, pois para Corrêa (2001, p.4)

A rede fluvial que é constituída por nós ou confluências que apresenta uma espacialidade e curso de água, que sem a interferência humana é apenas uma rede da natureza, que só passa a ser uma rede geográfica quando recebe a intervenção

humana com a construção de portos interligados entre si, gerando relações e interações sociais. Sendo assim as redes geográficas são frutos das relações e interações sociais, visando a reprodução acelerada do capital.

Os fixos atraem os fluxos e vice-versa, numa interação contínua e as cidades “gêmeas” de Oiapoque e Saint-George são os principais atrativos de fluxos, motivados pelas relações comerciais e cambiais estabelecidas. Porém “interações localizadas em fronteiras internacionais, representam interações espaciais direcionalmente variáveis”. (CÔRREA, 2001, p.303). Para o autor,

[...] as interações espaciais devem ser analisadas como os produtos integrantes e formuladores do processo de transformação social. Essas interações caracterizam-se pela assimetria. Ou seja, ao reproduzir a sociedade, as interações sociais tendem a favorecer um lugar em detrimento a outro, intensificando suas diferenças (CÔRREA, 2001, p.280).

Na análise teoria/prática, observou-se que Oiapoque exerce a centralidade dos fluxos das catraias originados em Saint-Georges e Vila Vitória, bairro de Oiapoque, com duas vias de acesso ao centro do município por via terrestre e fluvial. As motivações desses fluxos são em sua maioria por interesses comerciais, cambiais, trabalho, turismo e lazer. No entanto, durante as observações empíricas, notou-se que a interação entre as cidades “gêmeas” pela hidrovía não está limitada apenas às catraias, outros agentes são responsáveis por essa articulação na zona de fronteira.

Nesse sentido, a relevância do rio Oiapoque, não ocorre somente por representar o limite fronteiro entre Brasil e França, mas por ser o principal eixo de circulação e articulação espacial desse espaço fronteiro, possibilitando o movimento de pessoas e cargas, principalmente, entre os núcleos urbanos de Oiapoque e Saint Georges de L’Oyapock. Nesta perspectiva, o cerne dessa pesquisa, de início foi compreender a dinâmica regional estabelecida na Fronteira Franco-Brasileira, a partir da configuração geográfica, analisando a espacialização das principais rotas do transporte fluvial local delineada pelos fluxos das catraias.

Para analisar a constituição de redes socioeconômicas na fronteira franco-brasileira, a partir das interações espaciais e identificar os pontos de origem–destino das rotas do transporte fluvial no Rio Oiapoque, dividiu-se a pesquisa em quatro etapas; 1) levantamento de referencial teórico sobre fronteira, redes geográficas e interações espaciais; 2) trabalho de campo 1; 3) trabalho de campo 2; 4) trabalho de campo 3, 5) análise e sistematização dos dados obtidos nas três etapas anteriores.

Na primeira etapa foi realizado o levantamento e estudo do referencial teórico sobre fronteira, redes geográficas e interações espaciais, discutido nos encontros do grupo de pesquisa do Projeto Dinâmicas Regionais, Populações Locais e Políticas Públicas: Práticas e Percepções do Território e da Biodiversidade no Amapá e Guiana Francesa (DIPOLOPP), sob a coordenação do Prof. Dr. Emmanuel Santos durante encontros semanais de agosto a novembro de 2014.

A segunda etapa correspondeu ao primeiro trabalho de campo, realizado no período de 04 a 06 de agosto de 2014 na cidade de Oiapoque e Saint-Georges. Teve como objetivo o reconhecimento do local de estudo, captura de imagens para o acervo da pesquisa e

para articulação de contatos com catraieiros do Oiapoque, Vila Vitória e Saint-Georges e demais sujeitos sociais envolvidos na interação espacial da fronteira e suas respectivas associações, cooperativas e representantes legais.

Neste primeiro trabalho de campo, realizou-se a primeira articulação com o representante da Cooperativa de Transporte Fluvial e Terrestre de Oiapoque (COMFCOI), a primeira cooperativa de catraieiros de Oiapoque, presidida pelo Sr^o. José Ribamar de Souza Brito, conhecido popularmente por Seu Girico, se comprometendo em colaborar com a pesquisa, no fornecimento de dados pertinentes à mediação e articulações entre o grupo de pesquisa e as demais associações de profissionais que atuam no transporte fluvial.

Na terceira etapa da pesquisa ocorreu o segundo trabalho de campo nas cidades de Oiapoque e Saint-Georges entre os dias 03 a 07 de novembro de 2014. Neste segundo campo ocorreu levantamento documental, como por exemplo, o estatuto social das cooperativas no sentido de realizar uma leitura da composição histórica das representações sociais, assim como na construção de planilhas e tabelas com levantamentos de preços dos serviços de transporte fluvial e projetos de medidas compensatórias relacionadas aos futuros impactos socioeconômicos nos quais a fração-social de trabalhos das catraias estariam sujeitos com a inauguração da Ponte Binacional.

Configurou-se um momento de coleta de dados de ordem quantitativa e qualitativa por meio da realização de entrevistas semiestruturadas realizadas junto aos representantes das associações e cooperativas de trabalhadores do transporte fluvial de Oiapoque, de Vila Vitória e de Saint-Georges. Essas entrevistas tiveram a finalidade principal de identificar as principais rotas percorridas, assim como a produção de estimativa de fluxos temporais.

As entrevistas e observações de campo foram realizadas ao longo da orla da cidade de Oiapoque, na orla de Saint-Georges e no único ponto de parada de catraias de Vila Vitória. Na cidade de Oiapoque três pontos se destacaram ao longo da orla: a Rampa Comercial da área central da cidade, ponto tradicional de parada das catraias e embarcações do pescado; a Rampa do Cayamã, localizada em frente ao hotel de mesmo nome, e que se tornou referência a este ponto de parada de catraias e demais embarcações, e a Rampa do Posto São Jorge.

Neste segundo campo destaca-se a participação em oficinas ofertadas pelo projeto de pesquisa em cooperação com a Guiana Francesa sobre Dinâmicas Regionais, Populações Locais e Políticas Públicas: Práticas e Percepções do Território e da Biodiversidade no Amapá e Guiana Francesa (DIPOLOPP), realizadas no município de Oiapoque na Aldeia do Manga e Aldeia Santa Isabel. É pertinente mencionar que, durante a participação no evento da Aldeia Santa Isabel, foram obtidas informações sobre o escoamento da produção agrícola de Santa Isabel e Manga com destino a cidade de Oiapoque por via fluvial.

Na quarta etapa do plano de trabalho ocorreu a seleção, sistematização e análises dos dados obtidos nas etapas anteriores, a fim de caminhar e obter os resultados correspondentes a análise crítica da constituição de redes socioeconômicas na fronteira franco-brasileira a partir das interações espaciais estabelecidas no fluxo das catraias, identificando os pontos de origem-destino das rotas do transporte fluvial no rio Oiapoque.

No mês de março de 2017, ocorreu a inauguração da Ponte Binacional. Tal situação coloca em questão a própria reprodução da existência do transporte de catraias e dos próprios catraieiros. Emergiu também a luta de parte do povo guianense. Ora por questionar a situação de colônia francesa sem que os cidadãos ali nascidos tenham os mesmos direitos dos franceses originários da França, ora requerendo o direito a independência

A articulação dessa fronteira internacional é feita pelo transporte preponderante das catraias, pequenas embarcações responsáveis pela circulação de cargas e pessoas. As catraias são embarcações com motor de popa e possuem capacidade mínima para o transporte de 8 a 17 passageiros e máxima de 20 passageiros, a capacidade varia de acordo com o seu tamanho, as maiores medem de 12-40 metros de comprimento com capacidade máxima para transportar 20 passageiros (figura 1).



Fonte: Trabalho de Campo (11/2014)

Figura 1. Catraias na Rampa do Mercado Municipal

Segundo relatos de catraieiros, profissionais que conduzem as catraias, esta atividade vem sendo desenvolvida desde 1970. Em 06 de outubro de 1989 ocorreu a primeira organização destes profissionais com a fundação da Associação dos Catraieiros do Oiapoque (ACO). A ACO, em 17 de junho de 2002, se transformou legalmente na Cooperativa de Transporte Fluvial e Terrestre de Oiapoque (COMFCOI).

A COMFCOI teve como objetivo congregar trabalhadores de sua área de atuação, realizando o interesse econômico dos mesmos, atuando no transporte por navegação interior de passageiros em linhas regulares interurbanas, interestadual e internacional, atuando também no transporte de cargas nas respectivas linhas regulares, exceto travessia. A COMFCOI possui atualmente cerca de 47 associados habilitados pela Marinha Brasileira, representados pelo presidente José Ribamar de Brito, associado há 12 anos.

A criação da COMFCOI impulsionou o processo de organização desses profissionais que se multiplicavam rapidamente. Os Moradores de Vila Vitória, distrito de Oiapoque localizado em frente à cidade de Saint-Georges, a partir da necessidade de locomoção para o outro lado do rio, diante da carência de catraieiros para realizar o trajeto e da relativa proximidade de Vila Vitória a Saint-Georges, constituíram, em 27 de janeiro de 2008, a entidade com fins lucrativos Associação dos Pilotos Fluviais da Vila Vitória (APFVV).

Fundada com o objetivo de bem servir a comunidade no transporte fluvial, a fundação da APFVV foi iniciativa de seu primeiro presidente, o Senhor Leal e sua esposa Senhora Valéria, nomeada primeira secretária. O senhor João de Jesus é o atual presidente, e, desde a fundação, três associados o antecederam (figura 3).

A APFVV possui 25 associados atuantes, e sua sede administrativa está localizada em Vila Vitória.



Fonte: Trabalho de Campo (11/2014)

Figura 3. Presidente da APFVV camisa nº 18 e o Vice-presidente, camisa nº 08, Vila Vitória

No Oiapoque a categoria dos catraieiros continuou a crescer e oficialmente, em 11 de fevereiro de 2010, foi criada a Associação dos Catraieiros do Município de Oiapoque (ACMO) e Associação dos Catraieiros Autônomos do Oiapoque, que, ao unir-se criaram a Cooperativa de Transportes e Turismo do Oiapoque (COOPTUR. A COOPTUR é composta por 74 cooperados.

A circulação de cargas e pessoas no rio Oiapoque, despertou também em moradores de Saint-Georges o interesse por atuar como catraieiros, vindo a organizar-se também na forma de associação. Assim, o Senhor Jorge Forte, na época catraieiro, criou em 2008 a Associação Valle de Saint-Georges L'Oyapock, associação atualmente representada pelo Senhor Denevaldo dos Santos, com 29 associados, no entanto, deste total somente 10 são atuantes.

As associações e cooperativas como base na dinâmica dos fluxos, distância/tempo de realização do percurso e no consumo de combustível, estabelecem os valores do serviço de transporte fluvial, podendo ser pago em Real (R\$) ou em Euro (€). Essas transações comerciais são peculiares de zonas de fronteiras, pois há a circulação de duas moedas, no caso da fronteira franco-brasileira, o Real e o Euro. Com os dados da pesquisa de campo, foi organizada a Tabela 01, que a seguir se apresenta.

Tabela 1. Preços do transporte de catraias na fronteira Franco-Brasileira

TRAJETO TRAJETS	VALOR POR PASSAGEIRO (R\$ - REAL) TARIF PAR PERSSONE (£- EURO)			
	DIA	NOITE	LE JOUR	LA NUIT
Oiapoque – São Jorge	R\$ 15,00	R\$ 20,00	£ 7,00	£ 10,00
Oiapoque- Ilha Sofia	R\$ 5,00	R\$ 10,00	£ 2,50	£ 4,00
Oiapoque – Lacimôm	R\$ 5,00	R\$ 10,00	£ 2,50	£ 4,00
Vila Vitória- São Jorge	R\$ 4,00	R\$ 5,00	£ 2,00	£ 2,50
Vila Vitória – Colares	R\$ 10,00	–	£ 5,00	–
Vila Vitória – Joãozinho	R\$ 5,00	R\$ 10,00	£ 2,50	£ 4,00
Saint- Georges- Vila Vitória	R\$ 4,00	R\$ 5,00	£ 2,00	£ 2,50
Saint-Georges - Oiapoque	R\$ 15,00	R\$ 20,00	£ 7,00	£ 10,00
Saint- Georges – Rona	R\$ 12,00	R\$ 16,00	£ 6,00	£ 8,00
Saint- Georges – Clevelândia	R\$ 30,00	R\$ 40,00	£ 15,00	£ 20,00
Saint-Georges – Lacimôn	R\$ 5,00	R\$ 10,00	£ 2,50	£ 4,00
Saint-Georges – Ile Sofie	R\$ 14,00	R\$ 20,00	£ 7,00	£ 10,00
Saint- Georges – Marripa	R\$ 40,00	R\$ 60,00	£ 20,00	£ 30,00
Saint – Georges – Poterie em Face	R\$ 4,00	R\$ 5,00	£ 2,00	£ 2,50
Saint-Georges – Colares	R\$ 10,00	–	£ 5,00	–

Fonte: Trabalho de Campo (2014)

Em seguida, na Tabela 02 apresentam-se os trajetos e valores das embarcações fretadas:

Tabela 2. Trajetos realizados com embarcações fretadas

TRAJETOS	DIA (R\$)	QUANT. MÍNIMA	QUANT. MÁXIMA
Oiapoque – Colares	R\$ 15,00	04	–
Oiapoque – Clevelândia	R\$ 10,00 Noite-R\$15,00	04	–
Oiapoque- MARRIPA ou Cachoeira	R\$ 30,00	04	–
Oiapoque – Village Gabare	R\$ 25,00	04	–
Oiapoque – Tampacka	R\$ 40,00	04	–
Oiapoque – Village Galibi	R\$ 100,00		Pacote para 04 pessoas
Oiapoque – Ariramba	R\$ 230,00		Pacote para 04 pessoas
Oiapoque – Taparabú	R\$ 270,00		Pacote para 04 pessoas
Oiapoque – Pativie	R\$ 300,00		Pacote para 04 pessoas
Oiapoque – Ouanary	R\$ 600,00		Pacote para 04 Pessoas
Oiapoque – Montanha Largent	R\$ 1.000,00	–	Pacote para 04 pessoas
Oiapoque – Cabo Orange	R\$ 1.000,00	–	Pacote para 04 pessoas

Fonte: Trabalho de Campo (2014)

Na tabela anterior, os valores são determinados de acordo com o número de passageiros dos fretes.

Pode-se afirmar que a intensidade dos fluxos das catraias varia durante o ano. Os períodos que apresentam fluxos mais intensos de pessoas e cargas correspondem às férias escolares na Guiana Francesa entre os meses de junho a setembro e aos fins de ano, a partir do mês de novembro. O fluxo mensalmente se intensifica a cada início de mês, influenciado pelo pagamento de salários ou assistência social que é a garantida aos moradores da Guiana Francesa.

Aos fins de semana (sexta-feira, sábado e domingo), o fluxo noturno também aumenta motivado, sobretudo, pelos eventos e festas realizados na cidade de Oiapoque - BR. Observou-se que as interações espaciais ocorrem impulsionadas pelas relações socioeconômicas que se estabeleceram ao longo do tempo na fronteira.

O Quadro 01 apresenta as principais rotas das catraias do rio Oiapoque.

PRINCIPAIS ROTAS DO FLUXO DAS CATRAIAS NO RIO OIAPOQUE	
ORIGEM	DESTINO
Saint - Georges/ FR	Oiapoque/BR
Saint – Georges/FR	Vila Vitória/BR
Saint – Georges/FR	Cachoeira Grand Roche
Saint – Georges/FR	Tampaca/FR
Saint – Georges/FR	Ouanary/FR
Oiapoque /BR	Saint – Georges/FR
Oiapoque/BR	Vila Vitória/BR
Oiapoque/BR	Tampaca/FR
Oiapoque/BR	Taparabú/BR
Oiapoque/BR	Ouanary/FR
Vila Vitória/BR	Saint – Georges/FR
Vila Vitória/ BR	Oiapoque/BR

Quadro 1. Rotas das Catraias no Rio Oiapoque

Fonte: Trabalho de Campo (2014)

Em se tratando da intensidade dos fluxos de pessoas e cargas, se verificou que os fluxos convergem para as cidades “gêmeas” de Saint-Georges e Oiapoque, constituindo uma rede de proximidade territorial “formada por redes materiais, como as de circulação” (LENCIONI, 2006 p.70). Essa corresponde a principal rota do vale do rio Oiapoque: Saint-Georges/Oiapoque e Oiapoque/ Saint-Georges. Seu fluxo é determinado pelas relações econômicas entre as cidades, que estimulam a formação da rede e mantém a circulação fluvial de cargas e pessoas na região.

A diferença cambial entre o Euro e o Real, moedas em circulação nessa zona de fronteira, favorece o Euro em detrimento ao Real, conferindo aos guianenses um poder aquisitivo elevado, motivando-os a realizarem compras de gêneros alimentícios, materiais de construção, peças do vestuário etc. na cidade de Oiapoque/BR, local onde está instalada a única fábrica de gelo da região fronteira, a Polar Pesc que abastece sua hinterlândia.

Somente com autorização da Polícia Federal, pescadores de Saint- Georges podem realizar a compra de gelo e abastecer seus barcos, no entanto, 2:00 horas é o tempo

máximo que um barco de pesca francês pode ficar nos pontos de embarque e desembarque de Oiapoque, pois o município possui uma Colônia de Pescadores e todos os seus barcos encontram-se devidamente enumerados.

3 Atuais elementos da luta pelo espaço na atividade caçoeira

Esses agentes locais nos últimos anos vivem a incerteza de sua reprodução socioeconômica, buscando criar mecanismos e estratégias de permanências e variações de suas atividades diante da inauguração da Ponte Binacional sobre rio Oiapoque, iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), a fim de articular e integrar o comércio sul americano através do eixo amazônico.

Com a inauguração da ponte, a França tem acesso à região e principalmente ao Porto de Santana -AP, elo de articulação com potenciais mercados exportadores, pois está integrado à hidrovia Amazonas. Desta forma, criando outros tipos de relações socioeconômicas na Amazônia Setentrional Amapaense (ASA), a ponte binacional possibilitará a Guiana integrar a dinâmica regional fluvial amazônica e a dinâmica de mundialização do capital.

Esta “integração” não se iniciou sem efeitos, nem tão pouco de forma amistosa. No nosso último Trabalho de Campo realizado no Período de 11 a 18 de abril de 2017 em Oiapoque e Saint-Georges, momento em que ocorria a Greve Geral da Guiana Francesa iniciada em 21/02/2017, liderada pelo grupo denominado de 500 irmãos, criado com objetivo de protestar por autonomia administrativa e política vivida pelo povo guianense, observou-se que outra pauta de luta é a ausência de segurança pública e serviços públicos em geral.

Em 28/03/2017, o Movimento 500 Irmãos, ao agregar profissionais da saúde, educação, empresários e a Ordem de Advogados da Guiana, foi às ruas da capital Caiena manifestar-se. Segundo os organizadores, 48 mil pessoas participaram do ato. Posteriormente à manifestação, todos os 22 municípios Guianenses aderiram à greve, iniciando as barreiras nas estradas, paralisação do Aeroporto e da base espacial de Kourou, que atava lançava três satélites mensalmente. Impediram assim, o lançamento de satélites sul-coreanos e brasileiros, e este fato pressiona o Governo Francês a negociar de imediato a reforma na Guiana Francesa (serviços públicos) e finalizar a greve geral.

Nas barreiras foram realizadas atividades culturais, debates políticos a fim de enfatizar os objetivos da Greve. O movimento social que lidera a greve estimula e compõe os movimentos civis em Oiapoque, a exemplo do Movimento Acorda Oiapoque.

No dia 18 de março de 2017, com a abertura da Ponte Binacional, aproximadamente 20 integrantes do Movimento Social 500 Irmãos moradores de Saint-Georges realizaram uma manifestação na entrada da ponte contra sua abertura. Segundo uma das lideranças do movimento em entrevistas o motivo seria: “Saint-Georges e Oiapoque não têm infraestrutura”. (Benoar Wadi, 2017).

Sobre o Movimento Acorda Oiapoque, sabe-se que este foi criado em 2012, por acadêmicos com o objetivo de discutir o papel da política local, questões sociais e reivindicação de infraestrutura, educação, saúde, lazer e cultura; serviços básicos que deveriam ser ofertados pelo Estado e não o são. A liderança é composta por cinco jovens moradores de Oiapoque.

Segundo uma dessas lideranças, a população com seus movimentos organizados estaria se preparando para a Greve Geral do Brasil que ocorreu no dia 28/04/2017:

[...] unificamos o movimento e todas as entidades civis (catraieiros, professores, mototaxistas, servidores da saúde e pequenos empresários). Todos irão paralisar suas atividades e ir a rua manifestar a insatisfação com a ação do Estado (Municipal, Estadual e Federal) e cobrar uma cidade digna a população Oiapoquense, que lhes foi prometido anteriormente a construção da ponte Binacional. (MOREIRA, 2017)

Desta forma, a fração de classe trabalhadora catraieira se uniu ao demais trabalhadores no ato de 28/04/2017, para reivindicar pela permanência do seu trabalho e para exigir do Estado que o mesmo solucione o impacto negativo que a abertura da ponte tem causado no desenvolvimento de suas atividades a partir da elaboração da Carta de Oiapoque, documento contendo as reivindicações de cada categoria. Um dos catraieiros nos informou que as negociações com o governo foram direcionadas da seguinte maneira:

A única atividade econômica dos cooperados é o transporte fluvial das catraias. Estão estudando métodos de migrar para outra atividade. Ainda aguardamos a resposta do processo de compensação desde 2011, o governo do estado prometeu que facilitaria a adesão de carteira de habitação nacional (sem custos para nós) para atuarmos como taxista e transportador (carro de frente) após a inauguração da ponte. No entanto, não foi cumprido. O governo ofertou uma linha de crédito de R\$ 10,000 pela agência de fomento do Amapá, a cima desse valor, somente com empresa legalizada. (Catraieiro da Cooptur, 2017)

Foi realizada pelos catraieiros uma manifestação pacífica na Abertura da Ponte Binacional. Na ocasião um dos representantes dos catraieiros participou da cerimônia solene de inauguração com o governador, o que causou indignação em alguns deles, pois a luta é contra o Governo e o representante estava ao lado do governador “como se estivesse tudo bem e não tá!” (Catraieiro da Cooptur, 2017). Como diz:

Com a greve e abertura da ponte, o movimento caiu bastante, pois os maiores usuários do serviço de transporte fluvial são os Guianenses que agora passam com seus carros e deixam de utilizar as catraias, os que utilizam são os que fazem suas compras e retornam com a carga pelo rio, pois não está autorizada a entrada de cargas pela ponte para a Guiana Francesa. (Catraieiro da Cooptur, 2017).

Em entrevista com Deneve (Saint-Georges - FR), vice-presidente local, a liderança nos descreveu o número de catraieiros que estão sofrendo os impactos da implementação da ponte. Segundo Deneve, o Valle d’Oiapoque, possui 20 associados e 9 atuantes. A captação de recursos da associação é realizada por meio da cobrança mensal de R\$10,00. O trabalho nas catraias é a única atividade econômica exercida por eles. Temem a extinção do seu trabalho com o funcionamento integral da Ponte Binacional, que atualmente possui horário de funcionamento de 08:00h à 12:00h e 14:00h às 18:00h.

Considerações finais

O primeiro momento da pesquisa foi importante no sentido de se constatar que os núcleos urbanos de Oiapoque e Saint-Georges são os principais pontos da rede geográfica da fronteira entre o Amapá - BR e Guiana Francesa - FR, pois os fluxos das interações espaciais convergem para elas. No decorrer da análise do fluxo das catraias, se identificou as principais rotas: Saint-Georges/Oiapoque, Oiapoque/Saint-Georges, Vila Vitória/Saint-Georges/Oiapoque. Constatou-se a partir da verificação de fluxos pendulares de trabalhadores e estudantes, a existência de uma rede de proximidade territorial, que possibilita “o movimento cotidiano das pessoas entre o morar e trabalhar em cidades distintas” (LENCIONI, 2006, p.70).

Nesta mesma perspectiva, identificou-se a rota migratória de brasileiros com destino às cidades de Caiena e Kourou na Guiana Francesa, deslocamento feito na maioria das vezes de forma clandestina e o fluxo de franceses que cruzam a fronteira sobre a prerrogativa do Euro em detrimento ao Real, atraídos pelo comércio transfronteiriço de Oiapoque.

Os fluxos das catraias de Tampaca - FR e Taparabu - BR com destino a Oiapoque está relacionado ao fato do município exercer primazia no abastecimento de sua hinterlândia. A rede geográfica da fronteira franco-brasileira é uma rede fluvial complexa, com a presença de diversos agentes envolvidos na circulação de cargas e pessoas na calha do rio Oiapoque. Embora o fluxo das catraias não seja o único a proporcionar a interação espacial continua sendo o mais intenso.

A densidade de fluxos dá-se ao fato da catraia apresentar maior fluidez e permitir conexões mais rápidas, por este motivo, se tornou o principal meio de transporte utilizado nas interações sociais e espaciais. No entanto, esses agentes locais nos últimos anos vivem a incerteza de sua reprodução socioeconômica diante da inauguração da ponte sobre o rio Oiapoque e, buscam criar mecanismos e estratégias de permanências e variações de suas atividades.

Tendo em vista que a dinâmica regional está ancorada na economia política dos territórios, essa estimula ou freia os fluxos e as interações espaciais, daí a contribuição à consideração do território usado para a explicação dos fluxos e porosidade das fronteiras na América do Sul. A dinâmica regional da Fronteira Franco-Brasileira está relacionada à complexa rede de circulação fluvial impulsionada pelo comércio transfronteiriço, pelo turismo, a migração e fluxos invisíveis como o tráfico de drogas e tráfico humano, formando redes ilegais.

Oiapoque apresenta carências infraestruturais que vêm prejudicando o processo de integração regional. A construção da Ponte Binacional, sobre o rio Oiapoque, foi uma iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana/IIRSA e sua inauguração, representa a abertura dos espaços de lugares a uma série de fluxos que possibilitem integrações intranacionais e internacionais, mas também representa uma série de impactos socioeconômicos locais, como é o caso dos catraieiros.

No período do trabalho de campo em Oiapoque, período de greve, se observou queda significativa da utilização do transporte fluvial, impactando os fluxos econômicos de Saint-Georges com destino para Oiapoque. Mesmo com o enfraquecimento desse fluxo, nenhum catraieiro deixou de exercer a atividade. A questão que paira entre eles é a seguinte: com todas as transformações socioeconômicas qual a alternativa de sobrevivência para o catraieiro? Se a alternativa é migrar, para qual atividade? Esta é a atual realidade imposta a esses trabalhadores do rio.

Referências

- CORRÊA, Roberto Lobato. **Trajetórias geográficas**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.
- CÔRREA, Roberto Lobato. Redes Geográficas: Reflexões sobre um Persistente. **Revista Cidades**, Vol 9, nº16, 2012.
- PINTO, Manoel de Jesus de Souza. **O fetiche do Emprego: um estudo sobre relações de trabalho de brasileiros na Guiana Francesa**. Tese (Doutorado). – Belém: NAEA/UFPA, 2008. Acesso em 12/04/2015.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. Editora Xamã: São Paulo - SP, 1996.
- SANTOS, Emmanuel R. C. **Amazônia Setentrional Amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas**. Tese (Doutorado em Geografia) - Programa de Pós-Graduação em Geografia da FCT/UNESP, Presidente Prudente-SP, 2012.
- SILVA, Gutemberg de Vilhena. **Oiapoque: Potencialidades e Caminhos neste Século XXI**. Macapá: UNIFAP, 2014.
- LENCIONI, Sandra. Da cidade e sua região à cidade-região. IN: SILVA, José Borzacchiello da; LIMA, Luiz Cruz; ELIAS, Denise (Orgs). **Panorama de Geografia Brasileira 1**. São Paulo: Annablume.

O TERRITÓRIO RURAL DO EXTREMO NORTE DO AMAPÁ, NO CONTEXTO AMAZÔNICO

THE RURAL TERRITORY OF THE EXTREME NORTH OF AMAPÁ (BRAZIL), IN THE AMAZONIAN CONTEXT

Patrícia Rocha Chaves¹
Rúbio José Ferreira²
Evilânia Bento Cunha³

RESUMO: Este artigo resulta de experiências de pesquisa e de extensão de membros integrantes do Núcleo de Desenvolvimento Territorial, do Extremo Norte do Amapá. Com a intenção de contribuir para o debate acerca do desenvolvimento territorial, mais precisamente no que tange ao reflexo das políticas públicas recentes voltadas aos territórios de desenvolvimento rural, o trabalho sintetiza nossas reflexões de pesquisas relacionadas à Amazônia e ao Amapá. Desta feita, são apresentadas análises relativas ao desenvolvimento capitalista territorial-rural e a questão agrária na Amazônia e no Amapá. Em especial, traz para ao debate a recente atuação direta entre os anos de 2014 e 2016 de um grupo de extensionistas e assessores da política territorial implementada pelo Governo Federal a partir do ano de 2008.

Palavras – Chave: Território. Rural. Política Pública.

ABSTRACT: This article results from research and extension experiences that are part of the Núcleo de Desenvolvimento Territorial, do Extremo Norte do Amapá. With an intention to testify to the debate on territorial development, more precisely, it is not necessary to reflect the recent public policies aimed at the territories of rural development, the work synthesized in the reflections of research related to the Amazon and Amapá. This time, analyzes related to territorial-rural capitalist development and an agrarian question in Amazonia and Amapá are presented. In particular, it brings to the debate a recent direct update between the years 2014 and 2016 of a group of extensionists and evaluators of the territorial policy implemented by the Federal Government as of year 2008.

Key words: Territory. Rural. Public policy.

1 Palavras Iniciais: políticas públicas recentes e problemáticas territoriais

Este artigo resulta de experiências de pesquisa e de extensão de membros integrantes do NEDET – Núcleo de Desenvolvimento Territorial, do Extremo Norte do

1 Prof.^a Adjunta do Curso de Geografia da UNIFAP – Universidade Federal do Amapá. E-mail: rochavespatricia@gmail.com.

2 Prof. Adjunto do Curso de Geografia da UFOB – Universidade Federal do Oeste Bahiano. E-mail: rubio.ferreira@ufob.edu.br.

3 Prof.^a Assistente do Curso de Licenciatura Intercultural Indígena da Unifap – Universidade Federal do Amapá.

Amapá. Com a intenção de contribuir para o debate acerca do desenvolvimento territorial, mais precisamente no que tange ao reflexo das políticas públicas recentes voltadas aos territórios de desenvolvimento rural, o trabalho sintetiza suas reflexões de pesquisas relacionadas à Amazônia e ao Amapá. Desta feita, são apresentadas análises relativas ao desenvolvimento capitalista territorial-rural e a questão agrária na Amazônia e no Amapá. Em especial, traz para ao debate a recente atuação direta, entre os anos de 2014 e 2016 de um grupo de extensionistas e assessores da política territorial implementada pelo Governo Federal a partir do ano de 2008.

Visando conhecer os sujeitos sociais envolvidos nas entidades que compõem o colegiado de agricultores nos municípios de Calçoene e Oiapoque, o Colegiado do Território de Desenvolvimento Rural do Extremo Norte do Amapá – CODETEX, e, ao mesmo tempo, desenvolver atividades extensionistas, na perspectiva metodológica da pesquisa-ação, a qual, segundo Tripp (2005, p. 452), corresponde a uma das muitas e diferentes maneiras de investigação-ação, ou seja, “[...] tentativa continuada, sistemática e empiricamente fundamentada de aprimorar a prática”, foram realizados trabalhos de campo, análises dos documentos do Colegiado Territorial, bem como a realização de eventos técnicos e científicos e reuniões com agricultores e agricultoras, representantes do poder público, técnicos agrícolas e vários outros atores territoriais.

Ainda na tentativa de aprofundar o diálogo dos conhecimentos sistematizados cientificamente com a prática da atividade de extensão, ou seja, a assessoria ao CODETEX, buscou-se analisar a política pública com menor influência possível dos desdobramentos da realidade territorial sobre o posicionamento ideológico dos pesquisadores/extensionistas. Contudo, vale salientar que, como diz Demo (1995), não há análises totalmente neutras, desprovidas de valores, pois a pesquisa é sempre influenciada pelos valores do analista. Portanto, no sentido de analisar a política pública, Figueiredo; Figueiredo (1986), Dagnino (2002) e Ferreira (2013) apontam caminhos para se levar em conta as ações dos diferentes agentes.

De modo inicial, é possível dizer que boa parte dos problemas que atingem o desenvolvimento da agricultura camponesa no Brasil, ou seja, a agricultura familiar (conceito adotado para encaminhamento de políticas de Estado) são comuns nas diversas regiões do país. Por outro lado, boa parte dos entraves ao desenvolvimento da agricultura camponesa e, conseqüentemente, dos territórios rurais, dizem respeito a fatores como: estrutura fundiária concentrada; “ausência” de reforma agrária, resultado de um pacto político entre determinadas classes sociais, cujo interesse de apropriação da renda da terra sobrepõe a própria dinâmica de desenvolvimento do capitalismo em nível mundial; negação dos sujeitos sociais que se colocam nas frentes de luta pela terra e pelo território no Brasil; e no escamoteamento das estatísticas dos resultados das políticas de reforma agrária. Essas ações oriundas da articulação do Estado com o capital, segundo Chesnais (1996) e Oliveira (2008), caracterizam o atual período de monopolização do capital no Brasil.

Particularmente, se tratando da Amazônia e do Amapá, a totalidade dessas relações nos colocam diante do desafio de compreender a contrapartida dessas ações em nível local, em formações sociais síntese, regiões e também nas frações territoriais, territórios e lugares resultados desses processos. Por sua vez, a dimensão do bioma, do ponto de vista da acumulação do capital, revela as várias possibilidades de apropriação da natureza. Por outro lado, do ponto de vista social, revela a multiplicidade territorial, ao passo que atualmente, a Amazônia Brasileira é fração do território de produção capitalista, que

também possui porções territoriais indígenas, quilombolas e demais frações sociais. Desse modo, está-se diante de um processo, o qual sendo produção econômica capitalista hegemônica opõe-se às “outras” relações de produção específicas. Tais relações se desdobram em conflitos sociais.

Durante os 30 anos de publicação dos Cadernos de Conflitos no Campo, segundo Chaves (2015), no Brasil ocorreram 29.716 conflitos, desse quantitativo 12.823, ou seja, 42,4% se deram na “Amazônia Legal”. No caso do estado do Amapá, em continuidade com o norte do estado do Pará, há um mosaico de unidades de conservação e grande parte das áreas é desprovida de vias de acesso, o que faz da região uma referência do ponto de vista preservacionista, mas de extrema dificuldade para uma efetiva gestão territorial, especialmente no que tange ao campo. Nesse contexto, o caso do acesso entre os municípios de Oiapoque e Calçoene são exemplos desse problema. De um centro urbano ao outro, constam de mais de 100 km de estrada não pavimentada, da qual boa parte está localizada em reserva indígena, que, especialmente no período chuvoso, se torna um obstáculo para o acesso entre os dois municípios. Atualmente, o desenvolvimento econômico capitalista destes estados tem resultado em graves conflitos pela posse, uso e propriedade da terra, principalmente envolvendo os chamados povos tradicionais, o agronegócio, as unidades de conservação e as grandes obras de infraestrutura.

Como afirmou Oliveira (1977), “a política pública é em si o reconhecimento do conflito social, significa admitir que as relações sociais ali estabelecidas necessitam de controle, e só o Estado pode fazê-lo”. O autor ao tratar do assunto se referia às políticas implementadas pela Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE.

As políticas de desenvolvimento regional tinham a região como sua escala de ação e a desenvolvimento econômico como o único seguimento que poderia levar a região à sua redenção. Na atualidade, a escala de ação das políticas de desenvolvimento, adotou conceitualmente o “território”, teoria cara aos estudos geográficos, difundida especialmente entre os povos originários e povos tradicionais que coabitam com a natureza sob outros processos e outras características.

Conforme se pode observar na tipologia de Echeverri (2009), criada para dar base à implementação desses territórios para gestão das políticas destinadas às minorias localizadas no campo brasileiro,

A definição de Territórios de Identidade constitui chave básica ao conjunto da estratégia. Por essa razão, é fundamental ao imaginário o conceito de territorialidade, adotado pelos atores. Seguem concepções a respeito: O Território de Identidade visto como um ordenador de estratégias que se relaciona às categorias de delimitação natural, institucional, econômica, cultural ou política, conforme identificado acima. Dessa forma, a territorialização é visualizada a partir de uma perspectiva operacional das políticas públicas; A conformação de diversos níveis ou escalas territoriais, constituindo critério de grande importância quanto às dificuldades de articulação de políticas, estratégias e regras de operação de políticas, que dispõem de diversos níveis de gestão; muitas vezes contraditórios com as realidades e motivos dos agentes territoriais, o que gera desgastes e dificuldades para a gestão e implemento das políticas; Os Territórios de Identidade vistos como instância intermediária em meio às

estratégias meso e macro-regionais, estaduais e nacionais, e como estratégias locais, municipais. E são percebidos como espaços de articulação territorial onde é possível integrar ações comuns e práticas similares de desenvolvimento promovidas por diversas instâncias públicas; Há diferenças importantes no conceito territorial, conforme é possível perceber no processo de delimitação, reconhecimento e conformação dos Territórios de Identidade enquanto processo central ou de caráter local; Alguns casos em que o território associa-se à estrutura operacional das organizações da sociedade civil, em particular as estruturas territoriais das organizações de agricultores familiares, sindicatos rurais ou de movimentos reivindicatórios referidos aos conflitos de terra. Nesse sentido, percebe-se o território como claro espaço de gestão. (ECHEVERI, 2009, p. 80)

Desta forma, escapa-se do conceito apropriado pelos povos do campo, território como domínio total do processo de apropriação da natureza, territorialidade como conteúdo desta relação entre sociedade e natureza – a produção da cultura - e territorialização como ação e estratégias do povo na apropriação do espaço. No mesmo interim, destina-se ao Estado o controle e as ações destas comunidades. Ou seja, a mudança social não se concretiza no empoderamento das minorias, mas, no (re)empoderamento do Estado e no contexto, na estruturação do pacto político entre as classes – o controle social, o controle sobre expropriação.

Partindo do pressuposto de que o desenvolvimento territorial, conceito entendido aqui genericamente como aquele que apenas é possível quando no seu percurso se contempla os atores (CORRÊA, 2009), o presente texto, trata do questionamento sobre como se pode vislumbrar real desenvolvimento territorial rural num território tão diverso dos pontos de vista físico-natural, social, econômico, político e cultural como o do Extremo Norte do Amapá? Estas e outras questões são centrais para se pensar o desenvolvimento territorial rural no Amapá, na Amazônia e no Brasil.

Nesse sentido, buscou-se trazer ao escopo da reflexão a relação entre processos de apropriação da Amazônia e as políticas públicas incorporadas a partir do Estado, objetivando destacar a implementação da política territorial no extremo norte do Amapá e a criação das assessorias na parceria Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, Conselho Nacional de Pesquisa - CNPq e Universidade Federal do Amapá - Unifap.

2 O Território Rural do Extremo Norte do Amapá no Contexto das Políticas Públicas (Territoriais) Recentes

O Território de Desenvolvimento Rural do Extremo Norte do Amapá é constituído pelos municípios de Oiapoque e Calçoene, pertencentes à Microrregião Oiapoque e à Mesorregião Norte do Estado do Amapá. Sua área total é de 37.058,70 km², com população de 29.509 habitantes, dos quais 21.159 (71,70%) é população urbana e 8.350 (28,30%) população rural, conforme os critérios do IBGE. Localizam-se no território, três terras (territórios indígenas), dois territórios quilombolas, 430 pescadores, dos quais 238 vivem no município de Oiapoque e 192 em Calçoene.

Também possui 344 estabelecimentos de agricultura familiar, a maioria em Oiapoque, ou seja, 201 estabelecimentos, com 185 famílias assentadas e os demais

em Calçoene, 143 com 811 famílias assentadas. Segundo Silva (2012), as políticas de projetos de assentamento no Amapá surgiram aleatoriamente, ou seja, sem nenhum tipo de planejamento ocorreram a partir de ocupações em terras públicas.

Grande parte dos assentamentos se localiza em área de floresta e os assentados possuem baixo acesso às políticas públicas para agricultura familiar, com pouco ou nenhum nível de assistência técnica. Por exemplo, nos municípios que compõem o território, apenas em Oiapoque existem três técnicos para atender as demandas locais. Destaca-se ainda a estrutura fundiária profundamente concentrada.

A gestão das terras do Amapá se tornou uma questão para o Estado, o Decreto nº 8.713, de 15 de abril de 2016, que garantiu o repasse das terras da União para o Estado do Amapá foi assinado num momento de grande impasse jurídico e técnico-administrativo. Primeiro porque o decreto em seu teor não garante a solução dos conflitos entre posseiros antigos e as mineradoras instaladas nas terras amapaenses, além do agronegócio, que a partir de 2012 se tornou mais uma atividade capitalista que auxiliou no aprofundamento da violência contra o campesinato local.

Em segundo lugar, o Instituto de Meio Ambiente e de Ordenamento Territorial do Amapá – IMAP não possui capacidade técnica e infraestrutura para realização do trabalho de forma efetiva, somando-se ainda às questões de pacto político que envolvem em âmbito nacional o processo de desenvolvimento da agricultura capitalista, ou seja, as opções governistas que decidiram que o melhor caminho para o país é o agronegócio, também, são reproduzidas ideologicamente e economicamente no Estado. Conforme aponta Marques (2016):

No último censo agropecuário de 2006, o Amapá apresentou 3.527 estabelecimentos agropecuários com uma área total de 823.789 há, destes 2.865 são propriedades familiares, ou seja, 81, 29% de todos os estabelecimentos rurais os proprietários ou posseiros caracterizam-se como agricultores familiares. Sobre o tamanho das áreas 135 propriedades possuem de 1000 há ou mais, 554 têm menos de 10 ha, 1.520 estabelecimentos têm área entre 10 a 100 há. Essa realidade mostra uma estrutura fundiária concentrada, se pegamos as propriedades com mais de 1000 há, que são 135 estabelecimentos, ou seja, 3,82% do total, com uma área de aproximadamente de 135.000 há (se consideramos que todas as 135 propriedades tenham 1.000 há), representa 16,38% da área total de todos os estabelecimentos. (MARQUES, 2012, p. 55)

Assim como os demais estados da Região Amazônica, o estado do Amapá, encontra-se inserido com contexto da realidade contraditória que resulta dos processos de políticas de desenvolvimento capitalista. Como observou Oliveira (1995), em sua totalidade é “contraste” entre sua grandeza com a abundância da natureza, somado aos investimentos em parques industriais; grilagem de imensos latifúndios e a luta mortal entre posseiros pela terra de trabalho; a beleza natural das matas e a destruição, via incêndio, produtos químicos e outros, para a formação de pastagens; guerra deflagrada pelas empresas de mineração e a sobrevivência teimosa dos garimpeiros. São alguns dos contratos advindos da implementação da modernização na/da Amazônia.

Para o autor, não é demasiado lembrar que a ideia de região Norte se origina de uma divisão político-administrativa para fins censitários, enquanto que o conceito de

Amazônia se liga fortemente a área ocupada pela floresta equatorial latifoliada, que extravasa a região Norte e toma o estado do Mato Grosso, Tocantins e parte do Maranhão, estendendo-se ainda pelos países: Bolívia, Peru, Venezuela, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. (OLIVEIRA, 1995)

Com a finalidade de direcionar e coordenar projetos governamentais, em 1953 criou-se a Superintendência do Plano de Valorização Econômica da Amazônia - SPVEA, e em 1966 foi transformada em Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que também criou, para efeito de ação governamental a chamada Amazônia Legal. Composta pelos estados do Acre, Rondônia, Amazonas, Pará, Mato Grosso, Roraima, Amapá, Tocantins e na porção oeste meridiano 44° do estado do Maranhão. Nesta faixa de transição entre o cerrado, a mata firme e a floresta semi-úmida onde se concentram os principais projetos agropecuários que foram financiados pela SUDAM, contraditoriamente também se concentram os maiores índices de conflito e violência no campo no Brasil. (CHAVES, 2015)

Foram vários os projetos de mundialização capitalista na Amazônia, dentre eles os *Projetos dos Grandes Lagos do Hudson Institute*, o Projeto Carajás e o Projeto Jari, um verdadeiro latifúndio, pouco menor que o estado de Sergipe, localizado na fronteira entre os estados do Pará e Amapá, uma das maiores áreas da Amazônia concedida ao saque de empresas internacionais.

A tudo isso, soma-se ainda, na atualidade, a grilagem das terras pelos agricultores capitalistas de origem do centro-sul do país, envolvendo políticos e a burguesia local, projetos de exploração de petróleo na costa amapaense, a construção de hidrelétricas que desalojou inúmeras famílias e tem causado alagamentos nas cidades atingidas e a privatização dos portos para fins de logística das demandas implementadas por esses tipos de economia. Obviamente, a faixa de cerrado que atravessa o Amapá de norte a sul tornou-se foco para os investidores do plantio da soja. No entanto, a localização estratégica do estado em relação à Europa e à América do Norte viabilizam ainda mais investimentos para tais projetos. O estado tornou-se a nova “rampa de acesso” que minimiza os custos de transporte das *commodities*.

Desta forma, não há como compreender qualquer tipo de política de desenvolvimento para agricultura familiar na Amazônia e no Amapá sem realizar uma reflexão, por um lado acerca dos processos econômicos, e por outro, da luta de classes e das ideologias intrínsecas às formas de apropriação da renda da terra e dos demais recursos.

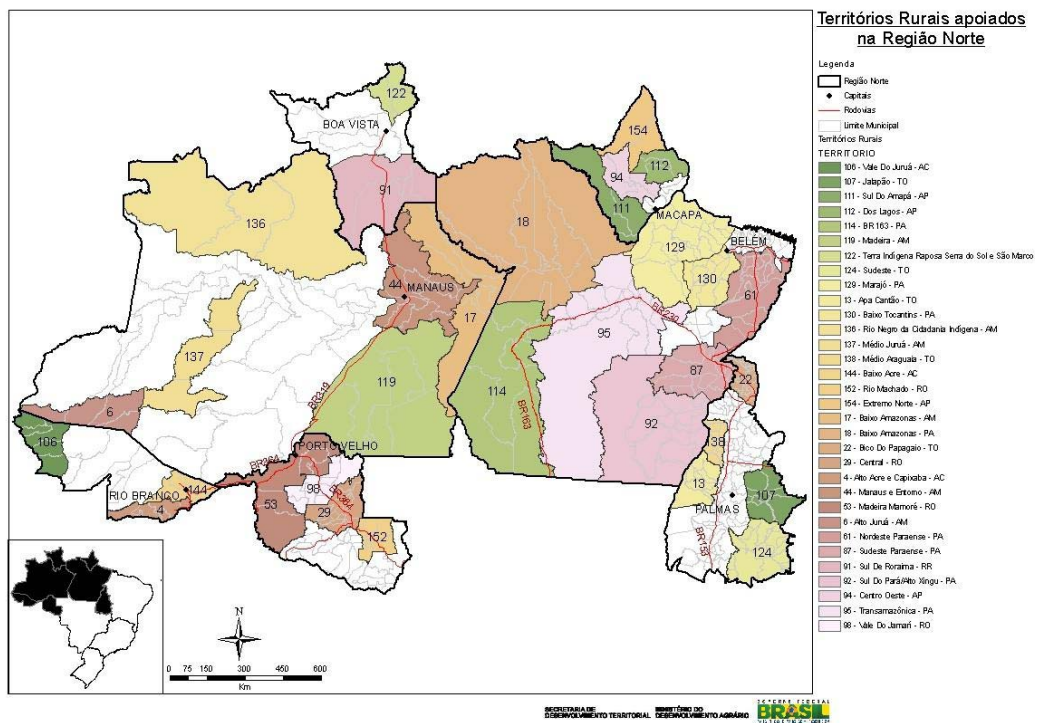
A partir do ano de 2003, o Partido dos Trabalhadores - PT, assumiu o Governo Federal, através de Luís Inácio Lula da Silva. Nesse contexto, criou-se uma grande expectativa em relação a realização de uma reforma agrária que desse conta de solucionar a questão fundiária no Brasil. Todavia, a realidade não foi condizente com as propostas de campanha do presidente e o “pacto” de classes resultou na construção de políticas que objetivaram “amenizar” os problemas sociais vivenciados pela classe camponesa e a classe trabalhadora.

O Projeto Territórios Rurais e Territórios da Cidadania, nasceu desta conjuntura política no ano de 2008. Baseado na metodologia defendida por Echeverri (2009), resultante de estudo realizado pelo Instituto Interamericano de Agricultura – IICA- Brasil, por solicitação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial - SDT, do Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA, do Brasil, cujo objetivo foi criar tipologias territoriais, construindo índices a partir dos seguintes critérios: menor IDH; maior concentração

de agricultores familiares e assentamentos da Reforma Agrária; maior concentração de populações quilombolas e indígenas; maior número de beneficiários do Programa Bolsa Família; maior número de municípios com baixo dinamismo econômico; maior organização social; e pelo menos um território por estado da federação.

Desta feita, o território rural foi definindo por sua identidade social econômica e cultural com os seguintes requisitos: conjunto de municípios com até 50 mil habitantes; densidade populacional menor que 80 habitantes/km²; organizados em territórios rurais de identidade; integrados com os Consórcios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local - CONSAD, do Ministério do Desenvolvimento Social - MDS e/ou Mesorregiões, do Ministério da Integração Nacional - MI.

Tais territórios foram implementados principalmente na região Nordeste e na região Norte do país. O território do Extremo Norte do Amapá é o de número 154, inserido na Região Norte do Brasil, na Amazônia brasileira (Mapa 01), em espaço fronteiriço com a Guiana Francesa.



Fonte: STI (2017)

Mapa 01. Territórios Rurais da Região Norte do Brasil

Assim como grande parte da Amazônia Brasileira, o estado do Amapá e o Norte do estado do Pará possuem um mosaico de unidades de conservação e grande parte das áreas é desprovida de vias de acesso, o que faz da região uma referência do ponto de vista preservacionista, mas de extrema dificuldade para uma efetiva organização territorial.

Além dos problemas econômicos mencionados anteriormente, o Território do Extremo Norte do Amapá, também é impactado economicamente e socialmente por possuir a maior parte de suas terras destinadas a unidades de conservação ou terras indígenas, cujo uso é proibido ou restringido, causando inúmeros conflitos entre as populações urbanas, camponeses, indígenas e instituição que administram as unidades de conservação.

A presença de posseiros e quilombolas nessa região remete ao período anterior à chegada dos europeus. Como aponta Lobato (2012), os arqueólogos identificaram artefatos arqueológicos de povos que provavelmente geraram as etnias indígenas Karipunas, Galibi Marworno e Palikur, atuais etnias que habitam a Terra Indígena Uaçá. Atualmente, além dessas etnias somam-se ainda os Galibis Kalinã, totalizando população aproximada de 7.000 habitantes (PARCEIRO, 2011).

É importante observar que as cidades de Oiapoque e Calçoene têm origem em aglomerados urbanos anteriores à criação do Estado do Amapá. O município de Calçoene originou-se em 1894 com a exploração de ouro no distrito de Lourenço. De acordo com Parceiro (2011), quando os franceses quiseram apossar-se de parte do Amapá, esta área do território era considerada mais importante devido a Vila do Cunani, distrito de Calçoene, onde a população vive exclusivamente da agricultura e da venda de madeira e mais recentemente foi reconhecida como comunidade Quilombola.

Em 2010, a população total de Calçoene, segundo dados do IBGE, constava de 9.000 habitantes e Oiapoque 20.509 habitantes (Tabela 01). Por outro lado, não se pode deixar de considerar que a maior parte da população desses dois municípios reside nas áreas urbanas (Tabela 01). Do ponto de vista fundiário a área total dos dois municípios é 36.894 km². A área total do estado do Amapá é de 142 828,521 km², ou seja, a área do Território do Extremo Norte do Amapá equivale a pelo menos 26% de sua área total.

Tabela 01. Calçoene e Oiapoque: população residente por situação e gênero (2010)

Calçoene	Total	9.000	Homens	4.821
			Mulheres	4.179
	Rural	1.693	Homens	991
			Mulheres	702
	Urbana	7.307	Homens	3.830
			Mulheres	3.477
Oiapoque	Total	20.509	Homens	10.704
			Mulheres	9.850
	Rural	6.657	Homens	3.530
			Mulheres	3.127
	Urbana	13.852	Homens	7.174
			Mulheres	6.678
Território	Total	29.509	Homens	15.525
			Mulheres	14.029
	Rural	8.350	Homens	4.521
			Mulheres	3.829
	Urbana	21.159	Homens	11.004
			Mulheres	10.155

Fonte: IBGE (2010)

Ainda se deve considerar que parte da população desses municípios constitui-se de comunidades que vivem tradicionalmente de agricultura e extrativismo. Portanto, há de questionar, também, como se dá a convivência dessas populações com a floresta e a agricultura, ou seja, entre natureza e sociedade?

O Território Extremo Norte vive, de um lado na exploração do garimpo, e do outro, na proteção de terras indígenas, quilombolas e áreas de proteção ambiental como o Parque Nacional do Cabo Orange.

Como já mencionado, soma-se aos dados apresentados, o fato de o Território do Extremo Norte do Amapá, apesar de possuir apenas dois municípios que são adjacentes, apresentar uma única via de ligação terrestre de cerca de 200 quilômetros de rodovia federal, BR – 156, entre a sede dos dois municípios, dos quais cerca de 110 quilômetros ainda não foram pavimentados, apresentando grande dificuldade de circulação de pessoas e mercadorias em períodos chuvosos e consequentes dificuldades para articulação territorial entre os dois municípios.

Se por um lado a configuração espacial do Extremo Norte do Amapá parece apresentar algumas problemáticas próprias, por outro, no que tange às questões territoriais de acesso à terra, agricultura familiar, dentre tantos outros problemas já mencionados que envolvem o campo, este território não difere muito dos demais da Amazônia e do Brasil. Assim sendo, faz-se mister que o papel e as estratégias adotadas pelo Estado sejam analisados, tomando-se por base o território, mas, não somente o território capitalista. Deve considerar também as frações territoriais socialistas (os assentamentos de reforma agrária), territórios quilombolas e territórios indígenas em suas várias modalidades, já que este tem sido o viés, como já dito, da ação do poder público, com vistas ao desenvolvimento (territorial) nos últimos anos. Dentre as estratégias adotadas pelo Governo Brasileiro, com vista ao desenvolvimento territorial, destaca-se inicialmente a orientação para a implantação dos colegiados territoriais e mais recentemente os NEDET.

3. O Colegiado de Agricultores do extremo norte do Amapá e a assessoria territorial como política pública

A partir da década de 1990 a perspectiva territorial foi assumida na Europa, chegando também ao Brasil. Entretanto, foi mais amplamente incentivada e concretizada no Governo de Luís Inácio Lula da Silva, como já referido anteriormente. A tônica, em termos, era direcionada na perspectiva da atuação coletiva e a descentralização de decisões em âmbito social.

Dessa forma, as políticas deveriam partir de um pacto territorial, por isso os recursos financeiros destinados pelo Programa Nacional de Agricultura Familiar - PRONAF seriam destinados a municípios que tivessem conselhos Municipais de Desenvolvimento Rural Sustentável – CMDRS e que tivessem um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável – PMDRS, aprovado pelo CMDRS. A articulação entre política pública e a sociedade civil organizada, em conjunto com o poder público dizia-se ter o objetivo de institucionalizar os territórios rurais implementados pela SDT/MDA desde 2004 (CORREA, 2009).

Corrêa (2009) aponta-nos para as chamadas “estruturas territoriais” para citar as políticas de desenvolvimento territorial adotadas na Europa nos primórdios da

industrialização. Elaboradas com base no conceito de desenvolvimento econômico capitalista no Brasil, construiu-se a política de Territórios Rurais e posteriormente o Programa Territórios de Cidadania. Corroborando com a concepção de o espaço rural atrasado em detrimento da urbanização modernizante ocorrida nas cidades, a perspectiva territorial deveria ser encarregada de envolver os atores locais, ou seja, a sociedade civil organizada e o Estado através das instituições públicas, a fim de amenizar as disparidades de acesso ao desenvolvimento dos sujeitos sociais que vivem no campo brasileiro.

Nesse contexto, de políticas públicas, à primeira vista descentralizadas via colegiados de agricultores, o CODETEX abrange os dois municípios do Território: Oiapoque e Calçoene. Implantado em 2009, o CODETEX conta com regimento interno aprovado em Plenária Territorial. Com o intuito de organizar a agenda, estabelecer as funcionalidades e a participação dos atores no Colegiado, o Regimento aprovado em 2014, em consonância com as orientações do MDA/SDT, acolhe 50% de agentes públicos e 50% de atores da sociedade civil (associações de agricultores, representação de mulheres, de população indígena, etc.). Esse acolhimento das associações locais tem funcionado como forma de acessar os recursos públicos.

O quadro de atores territoriais com acento no CODETEX consta de 20 representantes de Oiapoque, sendo nove representantes da sociedade civil e nove representantes do poder público, e 19 em Calçoene, sendo dez da sociedade civil e nove do poder público. Para cada representação, seja da sociedade civil, seja do poder público, há suplentes, os quais podem ser da mesma instituição/associação, ou outra.

A constituição das entidades que integram o CODETEX foi ampliada na primeira Assembleia Ordinária de 2014, na ocasião também foi apresentada a minuta do regimento interno que estabelecia a paridade entre Instituições Públicas e da Sociedade Civil Organizada e ainda a igualdade de assentos entre os municípios de Calçoene e Oiapoque.

Contudo, durante a avaliação diagnóstica realizada pelo NEDET foram identificadas incompatibilidades das instituições públicas que se repetem no município de Calçoene e Oiapoque. Embora, essas Instituições tenham escritórios locais nos dois municípios, elas são uma única instituição a nível estadual portadora de um único CNPJ e uma única diretoria com sede na capital do estado, Macapá, quais sejam: Instituto de Desenvolvimento Rural do Amapá - Rurap, Secretaria de Estado de Desenvolvimento Rural - SDR, Agência de Pesca do Amapá - Pescap, Instituto de Desenvolvimento e Ordenamento Territorial do Amapá - IMAP, Agência de Defesa Agropecuária do Amapá - Diagro. Essas instituições deveriam ocupar apenas um assento no Colegiado.

Outro aspecto a se questionar diz respeito ao papel das instituições públicas no Colegiado. A função primordial dessas instituições deveria ser a de contribuir com aporte técnico, preferencialmente através de câmaras temáticas. Contudo, o que se percebe é que a dimensão político-partidária tem influenciado grandemente as ações destes atores em âmbito municipal e estadual. Por outro lado, não se pode negar que muitas das problemáticas do Território, que perpassam pelo CODETEX, especialmente no que tange ao acesso a recursos, têm sido sanadas com o apoio de instituições como o RURAP que dialoga com a SDR que é responsável por homologar projetos do Proinf, por exemplo.

O Colegiado tem bem definido as entidades que compõe o Núcleo Diretivo e a Plenária, sendo o Núcleo Diretivo composto por um presidente, um vice-presidente, um primeiro e um segundo secretário. De acordo com o Regimento Interno do Colegiado, o

Núcleo Diretivo deve ser composto por dois membros de instituições de Calçoene e dois de Oiapoque, alternando a presidência entre os dois municípios.

A política territorial foi expandida a todo Brasil e com ela o aperfeiçoamento das assessorias prestadas aos Colegiados Territoriais. Com o objetivo maior de contribuir para a consolidação da abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento sustentável para o Brasil Rural, a chamada CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014 do MDA e do CNPq financiou projetos coordenados por professores de universidades públicas, com o intuito da implementação e manutenção de Núcleos de Extensão em Desenvolvimento Territorial por meio de ações de extensão e pesquisa, envolvendo o assessoramento, acompanhamento e monitoramento das iniciativas de desenvolvimento territorial. A constituição dos NEDET foi baseada no Projeto Célula, projeto anterior do MDA com outros órgãos voltados à implementação de políticas territoriais visando estabelecer parcerias entre universidades públicas, movimentos sociais e outros tipos de instituições e entidades civis.

Com o objetivo geral de contribuir para a manutenção, o fortalecimento e a consolidação do Colegiado do Território de Desenvolvimento Rural do Extremo Norte do Amapá, no que se refere à gestão social compartilhada, para o empoderamento dos agricultores e agricultoras familiares e o consequente desenvolvimento do territorial, o NEDET Extremo Norte do Amapá assessorou o Colegiado Territorial no biênio 2014 – 2016. A equipe composta por um coordenador do projeto e do Núcleo Territorial, uma Assessora Territorial de Inclusão Produtiva, Uma Assessora Territorial de Gestão Social, ambos professores da Unifap, e uma bolsista de iniciação ao extensionismo, estudante do Curso de Licenciatura em Geografia, contou ainda com a colaboração de outros profissionais da Unifap e de outros órgãos como o Rurap.

O escopo da Chamada, CNPq/MDA/SPM-PR nº 11/2014 consistia em ação do Estado, que a partir da abordagem territorial do desenvolvimento rural sustentável integrar espaços, atores sociais, agentes e políticas públicas para reduzir as desigualdades, promover o respeito à diversidade, a solidariedade e a justiça social. Baseada em metodologia participativa, sob orientação e monitoramento da SDT/MDA, coube ao NEDET assessorar o CODETEX nos mais diversos aspectos. Tanto no que diz respeito aos procedimentos administrativos da agenda do Colegiado, passando por ações de formação política, abordando, também, questões sociais do território. O diagnóstico inicial elaborado pela equipe do NEDET, dando ênfase a institucionalidade, a organização e a participação da sociedade civil organizada no Colegiado, deu conta de mostrar que a dimensão político-partidária se constitui um dos principais entraves ao debate territorial que vise a efetiva participação popular no contexto da elaboração e implementação de ações que vislumbram o desenvolvimento territorial rural.

Vale salientar que, como lembra Sechi (2010), as políticas públicas - *public policy*, abarcam os conteúdos concreto e simbólico das decisões políticas – ações intencionais do Estado – no processo de construção e atuação das decisões com a intencionalidade de dar resposta ao problema público. Nesse caso, o Projeto NEDET como política pública de abordagem territorial, vislumbra contribuir, também para o desenvolvimento territorial. Contudo, como toda política pública necessita de avaliação fundamentada em estudo aprofundado do seu ciclo (SECHI 2010), considerando desde os seus aspectos formais até a eficiência e a eficácia, com o NEDET não é diferente. Estudos interdisciplinares devem ser realizados no sentido de apontar como o NEDET contribuiu para o desenvolvimento

territorial consequente. Aqui, contudo, são apontados alguns avanços e alguns retrocessos ao desenvolvimento territorial no Extremo Norte do Amapá.

Considerações finais

Uma das principais questões abordadas em estudos analíticos de políticas públicas diz respeito ao direcionamento político-ideológico do governo que as implementou. No Brasil, há algum tempo a ideia de descentralização de políticas públicas tem feito parte do ideário dos agentes públicos. Para Araújo (2000, p. 145) a descentralização de políticas públicas consiste em

[...] transferência da autoridade e do poder decisório de instâncias mais elevadas para instâncias de unidades espacialmente menores, entre as quais o município e as comunidades, conferindo capacidade de decisão e autonomia de gestão para as unidades territoriais de menor amplitude e escala. Representa uma efetiva mudança das escalas de poder, conferindo às unidades comunitárias e municipais capacidade de escolha e definição sobre suas prioridades e diretrizes de ação e sobre a gestão de programas e projetos.

Ao mesmo tempo, como lembra Ferreira (2013, p. 128), “o poder decisório não deve ser exclusividade do governo, os demais agentes sociais em escala local, de bairro etc. devem participar ativamente das ações governamentais”. Caso contrário, em vez de descentralização ocorrerá apenas desconcentração das políticas públicas. Como em suas próprias palavras:

A descentralização das políticas públicas é necessária. Contudo, é preciso atentar para a efetividade dessa descentralização. Em assim sendo, as políticas públicas devem estar focadas nas especificidades espaciais locais, que abrangem os poderes locais, os grupos sociais, as economias etc. Isso porque, mesmo diante das transformações do Estado e os novos paradigmas de política pública, mediante a evolução e crise dos sistemas de proteção social, faz-se mister que os governos desenvolvam ações específicas que busquem resolver os problemas sociais em escalas de abrangências menores. (FERREIRA, 2013, p. 128)

Por fim, cabe registrar os agradecimentos ao CODETEX que nos permitiu adentrar os meandros sociais dos territórios e da luta dos que vivem nos Territórios; ao MDA/CNPq pelo financiamento do projeto, aos colaboradores Elielson Rabelo que com sua experiência em assistência técnica e extensão territorial muito contribuiu teórica e empiricamente para a presente discussão, Célia Narciso acadêmica de Geografia da Unifap, Rurap, Prefeituras de Oiapoque e de Calçoene. E evidentemente, aos agricultores do Território de Desenvolvimento Rural do Extremo Norte do Amapá por dividirem conosco suas angústias e experiências camponesas que nos demonstram a necessária resistência da agricultura familiar, não somente para reprodução de suas vidas e famílias, mas de toda a sociedade brasileira de um modo geral, pois, pelo que podemos observar, sistemas de governos e políticas públicas findam-se. Porém a luta camponesa, indígena e quilombola permanecem nos espaços, pela terra ou pelo território.

Referências

- ARAÚJO, Tânia Bacelar de. Descentralização das Políticas Públicas no Brasil: um destaque para a descentralização das políticas de apoio à Reforma Agrária. In: SOUZA, Aldemir do Vale; MOUTUNHO, Lúcia Maria Góes (Org.). **Os Desafios das Políticas Públicas Diante da Crescente Importância do Poder Local**. Recife: Sapiento, 2000.
- CHAVES, P. R. **Rebeldia e Barbárie: Conflitos Socioterritoriais na Região do Bico do Papagaio**. Tese (Doutorado em Geografia), FFLCH - Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, São Paulo, 2005.
- CHESNAIS, F. **A Mundialização do Capital**. Editora Xamã: São Paulo - SP, 1996.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA – CPT. **Caderno de Conflitos no Campo**. ISSN 1676-661X, Goiânia-GO, 2013.
- _____. **Caderno de Conflitos no Campo**. ISSN 1676-661X, Goiânia-GO, 2014.
- CORRÊA, Vanessa Petrelli. Desenvolvimento Territorial e a Implantação de Políticas Públicas Brasileiras Vinculadas a Esta Perspectiva In: **Ipea regional, urbano e ambiental**. Diretoria de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais – Dirur/Ipea 03 - dez. 2009.p. 23 – 37.
- DAGNINO, Rone. Metodologia de Análise de Políticas Públicas. GAPI/ UNICAMP. In: **Organización de Estados Iberoamericanos para la Educación la Ciencia y la Cultura**. 2002. Disponível em: <<http://www.oei.es/salactsi/rdagnino1.htm#1a>>. Acesso em: 04/07/2016.
- DEMO, Pedro. **Metodologia Científica em Ciências Sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.
- FERREIRA, Rubio José. **Agricultura urbana e periurbana e políticas públicas: contribuição à discussão do tema a partir de uma análise espacial em Recife e Vitória de Santo Antão/PE**. 231 f. Tese (Doutorado em Geografia), UFPE, Recife, 2013.
- FIGUEIREDO, Marcus Faria; FIGUEIREDO, Argelina Maria Cheibub. Avaliação política e avaliação de políticas: um quadro de referência teórica. **Análise e Conjuntura**. Belo Horizonte, 1 (3): 107-127, set/dez. 1986.
- TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005, p. 443-466.
- MARQUES, Rômuulo Gomes. **A Questão da Organização da Agricultura Camponesa no Assentamento do Piquiazal**. Universidade Federal do Amapá – Unifap (MIMEO), 2017.
- OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. TERRITÓRIO: de quem? **Revista Sem Terra**, 2008.
- _____. **Monopólio, expropriação e conflitos**. 5ª ed. Campinas, SP: Papius, 1995. Série Educando.
- OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma Re(li)gião**. Ed. Paz e Terra: Rio de Janeiro, 1977.

DISTRIBUIÇÃO DOS EQUIPAMENTOS CULTURAIS EM MACAPÁ-AP: REFLEXÕES SOBRE DESENVOLVIMENTO, CULTURA E ESPAÇO URBANO

CULTURAL EQUIPMENTS DISTRIBUTION AT MACAPÁ-AP (BRAZIL): REFLECTIONS ON DEVELOPMENT, CULTURE AND URBAN SPACE

Heluana Quintas de Lima¹
Marco Antônio Leal da Silva²
José Francisco de Carvalho Ferreira³

RESUMO: Este artigo representa um esforço inicial no estudo da distribuição dos recursos culturais, mais especificamente dos equipamentos culturais, no espaço urbano de Macapá-AP, com vistas a ampliar a discussão sobre o desenvolvimento, optando por um percurso que não o restrinja à economia com observância às pesquisas e dados já levantados e a atualização dos mesmos. Os dados utilizados provêm da Pesquisa de Informações Básicas Municipais do IBGE, Anuário de estatísticas culturais do Ministério da Cultura, Sistema de Indicadores de Percepção Social, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e, principalmente, da aplicação de questionários junto ao órgão de administração pública municipal, Fundação Municipal de Cultura de Macapá.

Palavras-chave: Cultura; desenvolvimento; equipamentos urbanos e culturais, Macapá

ABSTRACT: This article represents an initial effort in the study of the distribution of cultural equipment's, specifically the cultural facilities in the urban area of Macapa-AP, in order to a broader discussion on the development opting for a route that does not restrict only the economy but observe research and data already collected and update them. The data used come from the Pesquisa de Informações Básicas Municipais, Anuário de estatísticas culturais, Sistema de Indicadores de Percepção Social, and, mainly, the use of questionnaires close to the municipal administrative body Fundação Municipal de Cultura de Macapá.

Key words: Culture, development, urban and cultural equipment's, Macapá.

1 Introdução

Levantar toda a bibliografia acerca do conceito de cultura, suas interfaces com o desenvolvimento e, mais precisamente, com o desenvolvimento das cidades é uma

1 Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: heluanaquintas@gmail.com.

2 Mestre em Desenvolvimento Regional pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: heluanaquintas@gmail.com.

3 Doutor em Geografia e Planejamento Territorial. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional. Professor de Geografia e no Mestrado em Desenvolvimento Regional (UNIFAP). Colaborador do CICS-NOVA, da FCSH/UNL. E-mail: zcofer@gmail.com

longa tarefa. Esse não é o objetivo deste artigo. Este artigo percorre um trajeto bastante simplificado acerca das principais publicações que centralizam a cultura como base do desenvolvimento com foco na diversidade concernente ao regional/local, tendo por finalidade compreender a distribuição dos equipamentos culturais na cidade de Macapá-AP, ao considerá-los um componente relevante das políticas de democratização da cultura e do pertencimento da comunidade sobre o espaço urbano.

Para tanto, foram analisados o Anuário de estatísticas culturais (MINC, 2009, 2010), o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS), publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), e a Pesquisa de Informações Básicas Municipais, do IBGE, que apresenta um bloco específico sobre cultura nos anos de 2001, 2002, 2004, 2008, 2009, 2011, 2012, 2013 (IBGE, 2002, 2003, 2005, 2009a, 2012, 2013, 2014), e que, no ano de 2006, apresenta um Suplemento de Cultura, com um número de questões maior (IBGE, 2007). Esta última trata não só da existência de equipamentos culturais nos municípios como também a quantidade de equipamentos públicos.

Assim, para observar as mudanças ocorridas de 2006 para 2014 acerca da quantidade de equipamentos existentes na capital, foi aplicado o mesmo instrumento, adensando-o com perguntas referentes à localização e incorporando alguns equipamentos privados de fácil identificação no território (como shoppings e cinemas), a fim de introduzir uma reflexão aos estudos do espaço urbano a partir da cultura como base do desenvolvimento.

Entretanto, tem-se clareza que a distribuição dos equipamentos culturais não traduz sozinha o panorama da cultura no espaço urbano, tampouco define conclusivamente o acesso, a oferta e a garantia completa dos direitos culturais à comunidade e que são tão caros ao desenvolvimento. São necessários estudos complementares que indiquem como são utilizados, como a comunidade se apropria destes equipamentos e suas relações com a renda familiar, tempo disponível para o lazer, com a educação formal, etc.

Embora seja possível visualizar algumas indicações, com base na percepção do cidadão – como por exemplo através do SIPS –, é importante ressaltar que os contextos urbanos induzem processos específicos de desenvolvimento cultural, o que torna ainda mais imprescindível a complementação dos dados com pesquisas diferentes, regulares e contínuas, de tal forma que não bastam equipamentos se eles não respondem às necessidades de uso de uma comunidade.

Este texto está assim organizado: no primeiro item, discute-se cultura, desenvolvimento e espaço urbano, no segundo, os indicadores ambientais, no terceiro, a distribuição dos equipamentos culturais em Macapá-AP, e, no último, são tecidas algumas considerações finais.

2 Cultura, desenvolvimento e o espaço urbano

Amartya Sen (2000), economista premiado com o Nobel, em 1997, defende que existem essencialmente duas maneiras de perceber o processo de desenvolvimento. Uma delas está ligada ao desenvolvimento econômico atrelado à expansão acelerada e sustentado pelo Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*. Esta maneira se define como noção opulenta de desenvolvimento.

Em contraste, é proposta uma segunda noção, na qual o desenvolvimento está atrelado e condicionado pela liberdade, definida a partir das oportunidades disponíveis à população

de modo que ela possa exercer escolhas e exercitar capacidades na condição de agente de mudanças efetivas, eliminando, assim, restrições à sua liberdade. Tais restrições, representam para Sem (2000), as limitações do próprio desenvolvimento. Nas palavras do autor,

Pela antiquada distinção entre “paciente” e “agente”, essa concepção da economia e do processo de desenvolvimento centrada na liberdade é em grande medida uma visão orientada pelo agente. Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seus destinos e ajudar uns aos outros. Não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. (SEN, 2000, p. 26).

A condição de agente, e, por conseguinte, o desenvolvimento como liberdade, tem íntima relação com a cultura. Sob a lógica da opulência, a cultura tem uma função puramente instrumental, como meio de alcançar outros fins e sem importância *per se*. A cultura é destacada de seu meio e de suas relações, a fim de que opere como mera promotora de crescimento econômico e aumento da opulência. Para Sem (1998) a cultura tem um duplo papel, do qual é característica a dialogia. Como diz,

Este doble papel se aplica no sólo en el contexto de la promoción del desarrollo económico, sino a otros objetivos específicos externos, como la sustentabilidad del medio ambiente, la preservación de la diversidad de las especies, etc. (SEN, 1998, p. 3).

Entretanto, a relação estabelecida entre cultura e desenvolvimento depende, fundamentalmente, de como são compreendidos e aplicados estes dois conceitos. A concepção de cultura como estratégia para sobrevivência no planeta na Economia Criativa dispõe a cultura como geradora de desenvolvimento quando pratica formas mais solidárias de relacionamento. A complementaridade, o compartilhamento e a interdependência fazem frente aos modelos exploratórios, não sustentáveis e altamente competitivos, os quais favorecem a ruptura, a fragmentação e a ausência de coesão social. Leitão (2007, p. 29) resume a expectativa por novos modelos de desenvolvimento abalizados pela cultura da seguinte forma:

[...] nesse novo século, a Cultura começa a ser considerada uma estratégia chave de combate à pobreza, assim como um fator decisivo de coesão social, necessitamos construir urgentemente uma agenda para o nosso desenvolvimento menos submissa e mais audaciosa. A nossa diversidade cultural constitui condição necessária para a formulação dessa agenda. Somos nós e somos os outros em nós, somos agora para sermos os outros amanhã.

Esta concepção, que aloca os direitos fundamentais como centrais no processo de desenvolvimento integral, permeará as principais publicações da UNESCO/ONU sobre a cultura nos últimos 30 anos, conforme veremos.

Na década de 1990, sente-se o acirramento da globalização. O Brasil participa da “Convenção sobre a proteção e a promoção da diversidade das Expressões Culturais”,

objetivando proteger as culturas da homogeneização imprimida pela indústria de massa. No mesmo decênio surge, na Austrália, o termo “Indústrias Criativas”, cujo foco é a criatividade humana como base de uma estratégia econômica e de desenvolvimento.

Mais tarde, a discussão em torno do tema evolui para Economia Criativa, a qual posiciona a criatividade “na base competitiva da economia de uma região ou país” já que os produtos e serviços dela derivados podem ser copiados, mas não sua fonte. Neste contexto, surgem as Cidades Criativas, caracterizadas principalmente sob três enfoques: a) efusão de criatividade no espaço urbanos/implicações econômicas; b) capacidade de gerar e estimular a permanência de talentos em determinado ambiente urbano/implicações econômicas⁴; c) relacionada a inovação, capacidade tecnológica, de atrair talentos e promoção da tolerância. Perspectivas diferentes e complementares que incidem poderosamente na dinamização das relações sociais e econômicas, considerando as singularidades locais (REIS, 2012).

Werthein (2003) destaca a Conferência Mundial (1982), que resultou na recomendação da Década Mundial do Desenvolvimento Cultural; o Relatório Brundtland (1987) resultando no documento *Nosso Futuro Comum*, que incorporou os conceitos de sustentabilidade e biodiversidade ao campo da cultura, bem como a defesa da diversidade cultural e, principalmente, a Conferência de Estocolmo (1998), que fixa as “Políticas Culturais para o Desenvolvimento”. O autor prossegue indicando que há um *crescendum* de publicações de indicadores quantitativos e sobre práticas de políticas culturais que tornam cada vez mais imbricados os significados de cultura e desenvolvimento.

Merece relevo também a Agenda 21 da Cultura (2004), da qual o Brasil é signatário, que representa o primeiro documento apelando à responsabilidade dos governos locais para o desenvolvimento cultural. Esta assevera que os direitos culturais fazem parte indissociável dos direitos humanos e estabelece 29 compromissos.

O documento marca o entendimento de que a cultura está intimamente relacionada às demais questões da sociedade, estimulando a reflexão com fins de assegurar estes direitos (os culturais) como via de desenvolvimento a partir das cidades, os seus desafios e suas peculiaridades regionais e locais. Abre-se, assim, um varadouro de possibilidades de produção de indicadores culturais, a fim de subsidiar estratégias de políticas de desenvolvimento.

3 Indicadores culturais⁵

A despeito de todo o debate acerca do desafio em construir um banco de dados sobre cultura – considerando a vastidão do campo e a intangibilidade de certos recursos –, Werthein (2003, p. 15) insiste que é necessário a investigação permanente e mobilizadora no lugar de “duvidas paralisantes” e que as estruturas existentes de dados já são capazes de revelar informações relevantes. São fontes de pesquisa que solicitam mais sistematizações e análises, e, principalmente, tornarem-se regulares, periódicas. Somente assim, lançando mão de variadas contribuições, consolidar-se-á o conhecimento para que fundamentemos e exijamos um orçamento⁶ público onde a cultura apresente maior participação.

De tal maneira, conhecer o funcionamento da cultura, através dos indicadores disponíveis, permite associá-la a melhoria das condições de vida de uma população, ao tratamento da cultura como capital social, à correlação com a vertente econômica e

ao conhecimento mais aprofundado do processo de produção de bens culturais. Fato é que são necessários a geração e o tratamento mais regular e frequente das informações culturais, segundo Werthein (2003).

4 A distribuição dos equipamentos culturais em Macapá-AP

A visão negligenciadora de desenvolvimento está centrada na opulência. Ela dispensa outros valores arrecadados como essenciais no desenvolvimento e, mais do que constituírem noções distintas, essas perspectivas fundamentam a convivência entre as pessoas, fazendo com que as práticas sociais se sedimentem na disputa e na valorização do que é escasso e privilégio de poucos. Assim, a liberdade e as capacidades dela resultantes são cerceadas.

A opção pela opulência impacta, decisivamente, sobre a cidade, de modo que o crescimento econômico se evidencia distante do desenvolvimento como liberdade em numerosas localidades, transmitindo muito diretamente a escolha do Estado pela economia da opulência. Nas palavras de Ferrari Júnior (2004, p. 25): “O município sempre foi o *locus* privilegiado do contato mais direto e estreito entre o poder e o povo”. Em virtude disso, cidades como Macapá, que experimentaram relevante crescimento econômico em determinado período, demonstram sofrer graves problemas urbanos originários da estratégia de desenvolvimento adotada. Neste contexto, Tostes (2012, p. 5) exemplifica:

Macapá passou a exercer grande atração pelas populações das demais cidades do território por ela polarizadas, em face a exploração de manganês [...]. Nessas circunstâncias, a realidade sócio-espacial urbana que ora se apresenta é reflexo de um crescimento econômico que não foi indutor de desenvolvimento para essa cidade, acarretando um dos problemas mais sérios que é o crescimento da demanda por serviços públicos relativos à água, luz, telefone, assistência à saúde e educação.

A questão econômica constantemente se impôs no Amapá e para compreender como esta opção de desenvolvimento impacta na distribuição de equipamentos culturais em Macapá, é importante ter em mente que este é um território marcado pela disputa por sua ocupação com vistas à exploração de recursos naturais. Em 1751, a ocupação do entorno da Fortaleza de São de Macapá, localizada no centro da cidade, garantiu a colonização da região, objetivando proteger a fronteira setentrional norte do país contra a ambição dos franceses. O entorno se consolida como área central e ponto focal de interesse dos governos no decorrer da história.

Tostes (2011) destaca, ainda, que a cidade teve quatro ciclos de urbanização suportável predominantes no período de criação do Território Federal do Amapá (1943) e a urbanização caótica a partir da construção da Hidrelétrica do Paredão, no início da década de 1970. Com o êxodo rural e as decorrentes modificações demográficas, as estruturas urbanas do Território começam a colapsar, dada a sobrecarga.

Na década de 1990, Macapá dispunha de 10 bairros que, cujo crescimento acelerado se fez, de forma desordenada e desestruturada, em direção à zona norte. Entretanto, ocorrem massivas ocupações de áreas de ressaca que passam a constituir as periferias da

cidade, denominadas localmente de baixadas, onde estão enormes bolsões de pobreza, com precário ou nenhum serviço de saneamento, iluminação pública e atendimento às demandas sociais, além de riscos permanentes de alagamentos durante a estação das chuvas.

Assim, não é surpreendente que em Macapá, como em outros capitais, os equipamentos se concentrem no centro, de tal forma como não é incomum que as áreas de ocupação e com maior urbanização sejam onde resida a população com maior poder aquisitivo, escolaridade e que demandam maior consumo cultural. Neste contexto, Botelho (2003, p. 42) refere que

[...] para a maioria das pessoas a vida cultural se insere no tempo livre hoje empregado em usos diversificados, mas sempre limitados por certas condições de acesso. Trata-se de um segmento do cotidiano que, em termos de custos, se localiza na rubrica “lazer”, cujo perfil do poder aquisitivo, em grande parte, mas não exclusivamente.

A distribuição dos equipamentos culturais é identificada pela maioria dos brasileiros como concentrada. Isso pode ser identificado com a ausência de um planejamento urbano em que estejam representados os interesses da comunidade, conforme Ferrari Júnior (2004, p. 18):

Ao que se refere especificamente às cidades brasileiras, podemos pensar que o planejamento teve na cidade uma visão que priorizou a ordenação do território, sua configuração arquitetônica, seus equipamentos coletivos, acabando por valorizar a obra física pura e desconsiderando-se a construção da cidadania de grande parte de seus habitantes.

Tal insatisfação acerca da distribuição dos equipamentos culturais no país é o que atesta, em 2010, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA, 2010), com a edição de Cultura do *Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS)*, cujo objetivo é verificar como a população avalia determinados serviços públicos. Nesta edição, a análise dos processos se ateve à escala das grandes regiões do território nacional, observando os seguintes elementos: i) percepção social sobre a organização urbana para a prática cultural; ii) disposições culturais para o uso do tempo; [SIPS]iii) percepções a respeito da oferta cultural; iv) frequência de práticas culturais.

Os equipamentos culturais e seu acesso, uso, tipo de oferta, localização e distribuição na cidade aparecem como questões tratadas no primeiro e terceiro bloco de estudo, aferindo entre os 2.700 entrevistados. Destes, 51% compreendem que os equipamentos culturais estão *Mal situados*, 15,7% *Muito bem situados* e 26,4% *Razoavelmente bem situados*. No norte, a categoria *Mal situados* aparece com 43%, ainda assim, indicando que a maioria das pessoas não está satisfeita com a localização; 62,6% percebem o equipamento como distante do lugar onde moram e para 35,3% a localização não representa problema significativo.

Interessante ressaltar que, quanto maior a escolaridade, maior a frequência em equipamentos culturais e que o percentual de pessoas analfabetas que não sabiam ou não souberam responder quando questionadas sobre a localização de equipamentos

culturais teve um acréscimo relevante na média. Além disso, 56% aponta a existência de uma barreira social enquanto obstáculo fixado pelo perfil do público frequentados dos espaços culturais. O estudo conclui que a relação entre as variáveis econômicas e sociais (renda, idade e escolaridade) constituem lógicas e práticas distintas e que as segregações socioeconômicas e espaciais estão representadas enfaticamente nestas percepções acerca da organização do espaço urbano, ainda que em regiões diferentes do país.

O Cultura em Números – Anuário de Estatísticas Culturais 2009 (MINC, 2009)⁷ é a primeira classificação estatística de cultura do Ministério da Cultura-MinC. A publicação reúne diversas informações sobre cultura cujas variadas fontes contabilizam dados do IBGE, INEP, Sistema MinC, IBOPE, Indicadores de Economia da Cultura/IPEA. A pesquisa está dividida em oferta da cultura, demanda da cultura, indicadores culturais, gestão pública de cultura e financiamento da cultura. O diferencial da pesquisa é que ela reúne aspectos da gestão pública, do comportamento da população e das atividades culturais também como econômicas.

Quanto ao estudo dos equipamentos culturais, está orientado para o diagnóstico da oferta de equipamentos, da demanda de interesse da população e da utilização de equipamentos consorciada entre municípios. Neste caso, a inovação enquanto apresentação de indicadores está nos Índices de Concentração de Equipamentos na Capital, o qual demonstrou que 100% dos cinemas e teatros se concentram em Macapá, enquanto que as bibliotecas públicas parecem estar melhor distribuídas no estado, constituindo um índice de 27,7%. De acordo com Melo (2005, p. 8):

Obviamente que esse processo não traz problemas somente para os cidadãos das camadas populares, por certo os mais expostos e atingidos por terem menos possibilidades de contrapor e minimizar seus efeitos perversos. Os indivíduos reagem de diferentes maneiras e vemos acentuar-se o desgaste dos valores comunitários.

Em 2007, o IBGE (2007) publica *Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC, com um Suplemento de Cultura*, antecedido pelo suplemento de meio ambiente em 2002, esporte em 2004, e assistência social em 2005. Entretanto, desde a pesquisa de 2005 já constam nos questionários do bloco de cultura, os equipamentos culturais, Conselhos Municipais de Cultura e atividades artísticas e artesanais.

O Suplemento de Cultura apresenta um aprofundamento dos questionamentos acerca do tema nos municípios, haja vista que as “prefeituras do País vêm desempenhando um papel cada vez mais destacado no que tange às políticas específicas para essa área” (IBGE, 2007, p.12) e investiga questões sobre o órgão gestor de cultura, as legislações de patrimônio cultural, Conselho Municipal de Patrimônio, Fundo Municipal de Patrimônio, Fundo Municipal de Cultura, recursos e financiamentos, profissionais da cultura, atividades culturais na escola, feiras, festivais, concursos, meios de comunicação e equipamentos culturais como aspectos em destaque relacionados à gestão municipal.

A análise contempla os municípios por grandes regiões, unidades da federação, classes de tamanho da população e no caso dos equipamentos culturais, o tipo. No tema infraestrutura da cultura, equipamentos culturais encontram-se junto aos meios de comunicação. Assim, temos a existência de bibliotecas em 89,1% dos municípios, com uma ampliação de 16,8% de 1999 a 2006. Mas há também a queda no número de

livrarias, atribuído à hipótese da distribuição de livros por canais não tradicionais como lojas multimídias, supermercados, cafés entre outros.

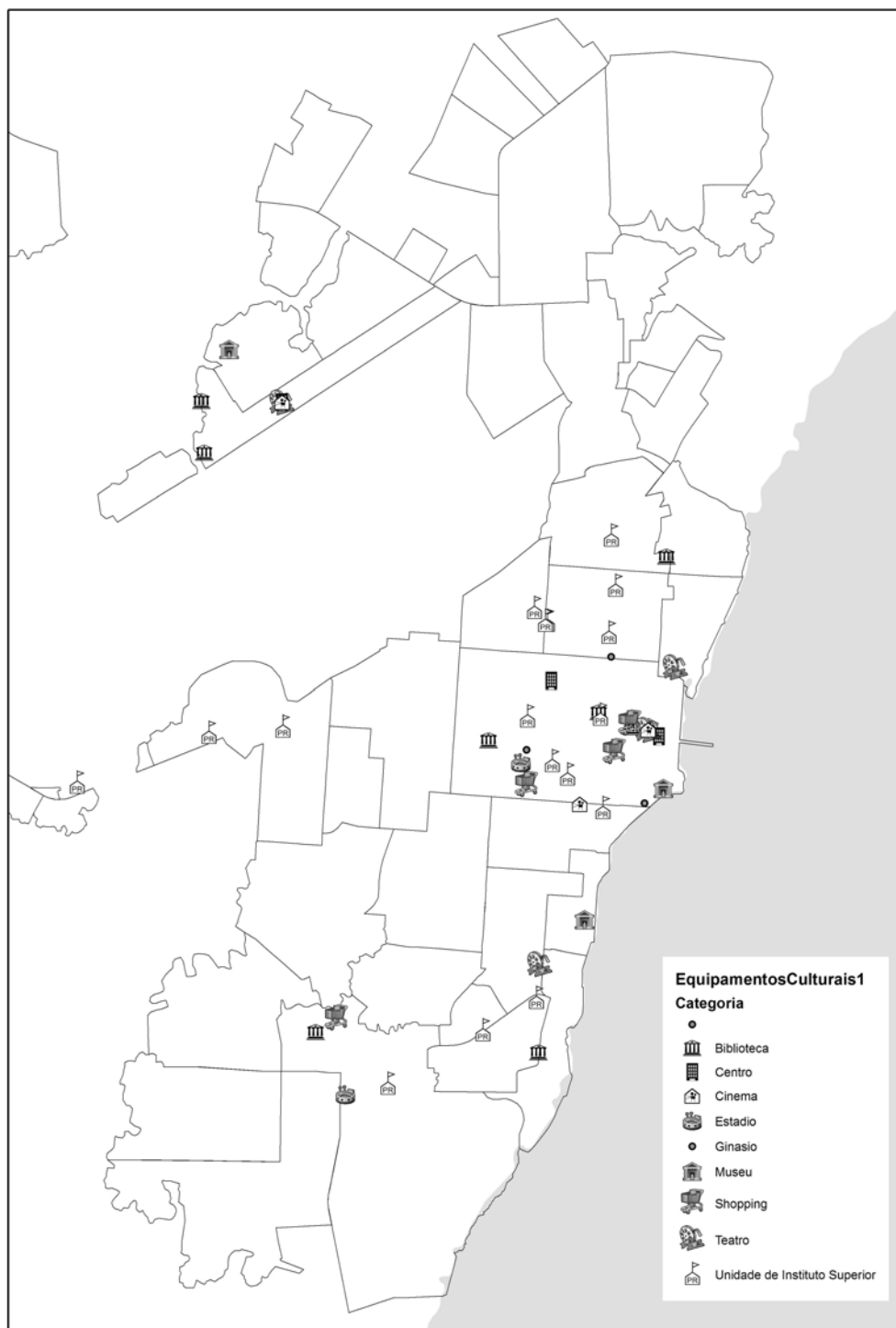
Em mais de 80% dos municípios pesquisados, os museus, bibliotecas, teatros e salas de espetáculo são mantidas pelo poder público municipal, sendo a maioria concentrada no Sul e Centro-sul do país, embora a região norte apresente uma diferença significativamente inferior à quantidade de equipamentos da região nordeste e ao centro-oeste, regiões vizinhas.

No ano de 2006, o Amapá é o estado com menor número de bibliotecas e museus, e, quanto aos teatros, fica à frente apenas de Tocantins. No ranking nacional, o Amapá fica à frente apenas do Distrito Federal, bem como na quantidade de videolocadoras, lojas de discos e livrarias. A pesquisa suplementar dos Perfis Municipais 2006 (IBGE, 2007), conclui que a gestão cultural ainda não apresenta importância e a centralidade desejada para as administrações municipais.

O diferencial da pesquisa no MINC (2009) é que ela reúne aspectos da gestão pública, do comportamento da população e das atividades culturais também como econômicas. Quanto ao estudo dos equipamentos culturais, está orientado para o diagnóstico da oferta de equipamentos, da demanda de interesse da população e da utilização de equipamentos consorciada entre municípios. Neste caso, a inovação está nos índices de concentração de equipamentos na capital.

Diferente da pesquisa suplementar, realizada pelo IBGE⁸, que elenca 21 equipamentos culturais nas pesquisas sobre os perfis municipais dos últimos 13 anos, o Cultura em Números contabiliza apenas 8 tipos de equipamentos (cinema, videolocadora, loja de discos, CD/DVD, biblioteca pública, livraria, museu, teatro, centro cultural). Na pesquisa ora apresentada optou-se focar pelos 12 equipamentos elencados no questionário do IBGE referente à Pesquisa Básica dos Perfis Municipais de 2006 (IBGE, 2007), aplicados junto ao órgão gestor municipal de cultura, em Macapá, denominado Fundação Municipal de Cultura (FUMCULT)⁹. São eles: bibliotecas, museus, centros culturais, estádios ou ginásios, unidades de ensino superior cinemas, videolocadoras, shoppings, lojas de discos e livrarias.

O questionário formulado pelo IBGE, em 2006, contempla 14 blocos com variados temas relacionados à cultura, sendo o último deles dedicado aos Equipamentos Culturais. Neste¹⁰ são perguntados: a) se existem (para todos os equipamentos); b) quantos equipamentos existem (no caso de bibliotecas, museus, teatros, centros culturais, estádios/ginásios e cinemas); c) se algum é mantido pelo município (à exceção de cinema). Foram adicionados ao questionário aplicado: d) quais os equipamentos culturais são administrados pelo município; e) onde se localizam. Assim, foi possível elaborar o mapa da distribuição dos equipamentos culturais na capital do Amapá, conforme a Figura 1.

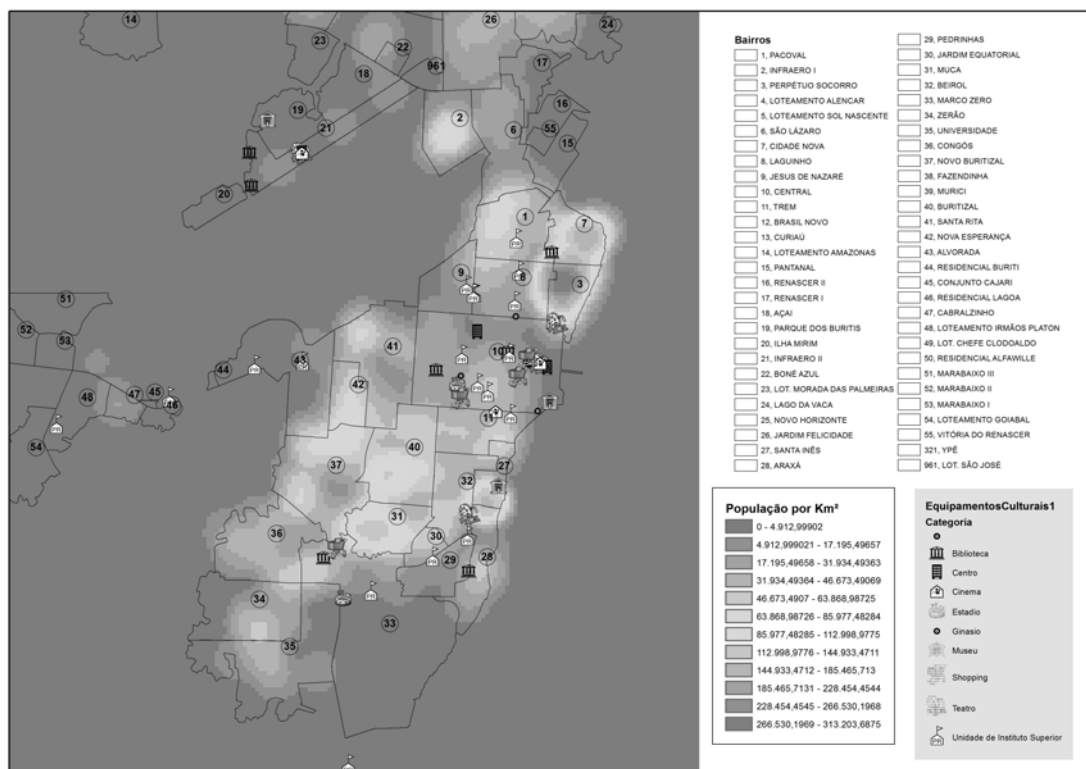


Fonte: IBGE (2009b). Elaboração dos autores. Arcgis 10.1.

Figura 1. Distribuição dos equipamentos culturais em Macapá-AP – 2014

O mapeamento do espaço urbano revela uma grande concentração de equipamentos culturais na região central, eles totalizam 25, numa diversidade correspondente a todos os tipos de oferta. Este panorama reafirma as pesquisas anteriores, demonstrando poucas modificações nos últimos 8 anos.

Cruzando as informações sobre a distribuição dos equipamentos culturais com a densidade demográfica dos bairros de Macapá, que possui uma população de 360.287 habitantes, foi possível produzir um mapa de calor, de acordo com o último Censo populacional (IBGE, 2010).



Fonte: IBGE (2009b). Elaboração dos autores. Arcgis 10.1.

Figura 2. Distribuição de equipamentos culturais por densidade demográfica – 2014

Com ele é possível observar que área referente aos bairros Cidade Nova e Perpétuo Socorro apresentam maior densidade demográfica, somando uma população de 28.281 (IBGE, 2010) e 3 equipamentos, diferenciados entre si, localizados ou próximo aos bairros.

Em suma, Macapá dispõe de 63 equipamentos, assim distribuídos: bibliotecas – 19%, museus – 11%; estádios e ginásios – 6,3%; cinemas – 7,9%; centros culturais – 6,3%; teatros – 6,3%; unidades de ensino superior – 36,5%; e shoppings – 6,3%. Com 39% concentrado num único bairro: o Centro, cuja população é de 17.798. O restante dos equipamentos se distribuem principalmente entre os bairros Trem, Infraero 2, Jardim Marco Zero, Laguinho, Araxá, Cabralzinho, Muca, Cidade Nova, Perpetuo Socorro, Fazendinha, Jardim Equatorial, Santa Rita, Alvorada e Brasil Novo. O que significa que os outros 19 bairros, oficializados em Macapá (ao todo 34), não dispõem de nenhum dos equipamentos elencados.

É importante ressaltar que se tomou como referência a pesquisa suplementar de cultura do IBGE de 2006 (IBGE, 2007), haja vista que é a que trata de equipamentos culturais com maior acuidade e tendo como observância o poder público municipal. Isso permitiu observar o que mudou em oito anos na oferta de cultura no município.

Os dados referentes ao ano de 2006¹¹ se diferenciam, sobremaneira, daqueles coletados em 2014 devido à compreensão do questionário por parte dos entrevistados nos

dois anos. Em 2006, quando se tratou de estádios e ginásios, possivelmente considerou-se as praças poliesportivas da capital e as quadras das escolas. O mesmo aplica-se a bibliotecas e a teatros. De qualquer forma, é possível observar que nos dois anos há uma predominância quantitativa de estádios e bibliotecas, apontando, assim, a necessidade de diversificação na oferta cultural, o que implica numa convivência comunitária extremamente limitada, tanto no que se refere aos espaços que se frequenta, quanto relacionado às trocas que se estabelecem, favorecendo a mediatização da cultura. Assim, segundo Melo (2005, p. 6),

[...] tende-se a uma privatização das vivências cotidianas, onde pode-se observar que as pessoas se restringem cada vez mais a seu espaço doméstico, utilizando os equipamentos tecnológicos (televisão, vídeo, DVD, internet) como mediadores de seu contato com a realidade, o que acaba por reduzir sensivelmente as expressões humanas e afetivas.

Este processo de mediatização constitui mais um amplo campo de pesquisa que merece atenção no aprofundamento das questões levantadas neste artigo, bem como as pesquisas sobre práticas culturais da população, as atividades que ocupam ruas, praças e outros ambientes públicos, todos demonstrativos diferenciados de relacionamento com a cultura.

Considerações finais

De acordo com Lefebvre (1991), o urbano é caracterizado pela reunião, centralização econômica e pela disputa de poderes colocada. Nessa perspectiva, para compreender com profundidade a distribuição dos equipamentos culturais, é fundamental considerá-la como manifestação da urbanidade enquanto “projeção da sociedade sobre um local”. Dessa forma, são exatamente as pesquisas sobre a utilização dos equipamentos e os obstáculos de acesso associados, que complementarão as informações de modo a torna-las mais eficazes para a gestão da cidade. Em outras palavras, são necessárias mais pesquisas acerca das práticas culturais da população em Macapá, haja visto que é o elenco de variáveis que permite entender as condições de seu uso, de modo a apontar possibilidades de articulação de políticas públicas capazes de suprir a ausência de investimentos na construção de novos equipamentos.

De qualquer forma, quando se observa a multiplicidade de indicadores e até mesmo a descontinuidade de pesquisas e a realocação das variáveis nas publicações, faz-se imperioso ponderar sobre a peculiaridade do tema tratado – a cultura –, tal como resume o Anuário de Estatísticas Culturais 2010 “permeada por particularidades nem sempre tangíveis ou mensuráveis. Dessa maneira, os indicadores culturais sempre serão demonstrações “parciais” da realidade. Isso não diminui a sua importância”.

Para além dos equipamentos, Macapá concentra a “maior oferta de abastecimento de água, rede de esgoto, energia e iluminação pública e também a maioria da população, cerca de 51,1% do estado (TOSTES, 2011). O estudo sobre a distribuição num espaço urbano demanda uma observação mais detalhada. O estudo ora apresentado é um esforço inicial no sentido em entender a disposição desses equipamentos na cidade, considerando, entretanto, que essa distribuição espacial é insuficiente para compreender a dinâmica

cultural de Macapá, o que evoca a necessidade de complementação de outras pesquisas com foco nos chamados usos da cultura.

De qualquer forma, não se pode conduzir a explicação de um fenômeno a um princípio de ordem pura, nem a um princípio de organização última. É preciso misturá-los e combiná-los, compreendendo a cultura como um circuito que envolve ordem-desordem- interação-organização, não sendo prudente, nem mesmo possível uma ordenação completa.

Notas

⁴“[...] No passado as corporações desempenhavam um papel econômico central ao atuar como elo entre o indivíduo e o trabalho [...]. Hoje, porém, as organizações são menos fiéis aos seus funcionários, o que torna os contratos de trabalho bem mais contingentes. Nesse ambiente, a situação geográfica substitui a corporação como aquela que organiza as relações entre indivíduo e trabalho. Hoje, ter acesso a pessoas talentosas e criativas está para os negócios assim como ter acesso a carvão e minério de ferro estava para siderurgia. Ele determina o lugar que as empresas escolhem para se ficar e crescer, o que por sua vez altera a dinâmica de competição entre as cidades. Em um discurso para governadores dos EUA, Carley Fiorina, CEO da Hewlett-Packard, declarou: ‘Fiquem com seus incentivos fiscais e autoestradas; nós vamos aonde estão as pessoas mais capacitadas’”. (REIS, 2012, p. 45).

⁵Segundo o *Cultura em Números/MINC*, os indicadores culturais começaram a surgir nos anos 1960, em análises sobre os impactos dos meios de comunicação na cultura. Desde então, esse campo tem avançado de maneira significativa com o surgimento nos anos 80 do *Framework for Cultural Statistics*, da UNESCO. A publicação do primeiro informe mundial da instituição sobre Cultura se deu em 1988, uma nova versão foi apresentada em 2009. Botelho (2003) afirma que toda a terminologia criada e divulgada amplamente pela UNESCO nos anos 70, tem suas origens na Comissão Francesa da UNESCO.

⁶De acordo com as Leis Orçamentárias Anuais de 2014 referentes à Macapá (Lei nº 2.038/2013-PMM), Amapá (Lei nº 1.794 DE 30/12/2014-GEA) e ao Governo Federal (Lei nº 12.952, de 20/01/2014), percebe-se que os recursos destinados à cultura são irrisórios, equivalentes, respectivamente, à 0,7%, 0,37%, e 0,13 %.

⁷O Anuário de 2010 indica especial importância à pesquisa diante das reformas implementadas no ano de 2008, a exemplo da criação do IBraM, de marcos jurídicos (lei nº 6.835/2006 que institui o Plano Nacional de Cultura) e novas definições de investimento na área.

⁸Em 2001, orquestras deixam de fazer parte dos questionário aplicados pelo IBGE.

⁹A Fundação Municipal de Cultura - FUMCULT é uma autarquia criada pela Lei Complementar n. 0082/2011.

¹⁰Foram considerados além dos equipamentos culturais de administração pública, os privados: cinemas e shopping, cuja presença é facilmente identificável no espaço urbano, diferente de livrarias e lojas de discos que precisariam ter como fonte a Junta Comercial do Amapá, com a qual não conseguimos contato, haja vista o período de transição entre governantes estaduais, aliado ao recesso referente ao mês de dezembro.

¹¹Na pesquisa de 2006 não a quantidade de unidades de ensino superior e shoppings, não sendo possível, portanto, aferir a variação destas categorias.

Referências

- FÓRUM UNIVERSAL DAS CULTURAS. **Agenda 21 da Cultura**. (2004). Texto aprovado no IV Fórum de Autoridades Locais de Porto Alegre para a Inclusão Social, no marco do Fórum Universal das Culturas – Barcelona, 2004.
- AMAPÁ. Lei nº 1.794 DE 30 de dezembro de 2013. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014. Disponível em: http://www.seplan.ap.gov.br/index.php?option=com_docman&Itemid=173 Acessado em: 10/01/2015.
- AMARTYA, Sen. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- _____. La cultura como base do desarrollo. **Revista Diálogo**. Caracas: UNESCO, 1998. (p. 24-25). Disponível em: <http://www.unrc.edu.ar/publicar/25/dos.html> Acessado em: 15/09/2014.
- BOTELHO, Isaura. Os equipamentos culturais na cidade de São Paulo: um desafio para a gestão pública. **Espaço e Debates**, 2003. Disponível em: http://www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/pdf/espaco_debates.pdf. Acessado em: 18/12/2014.
- BRASIL. **Lei nº 12.952, de 20 de janeiro de 2014**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014. Disponível em: http://www.orcamentofederal.gov.br/orcamentos-anuais/orcamento-2014/orcamentos_anuais_view?anoOrc=2014 Acessado em: 10/01/2015.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Censo Populacional 2010. Disponível em: <http://censo2010.ibge.gov.br> Acessado em: 02/12/2015.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001. IBGE: Rio de Janeiro, 2002.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2002. IBGE: Rio de Janeiro, 2003.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2004. IBGE: Rio de Janeiro, 2005.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2006: Suplemento de Cultura. IBGE: Rio de Janeiro, 2007.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2008. IBGE: Rio de Janeiro, 2009a.
- _____. **Geociências**. Mapas regionais. Político. Norte Político 2009. 2009 b. Disponível em: http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm. Último Acesso em: 25 de jun. de 2015.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2009. IBGE: Rio de Janeiro, 2010.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2011. IBGE: Rio de Janeiro, 2012.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2012. IBGE: Rio de Janeiro, 2013.
- _____. **Perfil dos municípios brasileiros**: Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2013. IBGE: Rio de Janeiro, 2014.
- INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. **Sistema de**

- Indicadores de Percepção Social (SIPS)**. Brasília: IPEA, 2010.
- JÚNIOR, José Carlos Ferrari. Limites e potencialidades do planejamento urbano. Uma discussão sobre os pilares e aspectos recentes da organização espacial das cidades brasileiras. **Estudos Geográficos**, Rio Claro, v. 2, n. 1, p. 15-28, 2004.
- LEFEBVRE, Henry. **O direito à cidade**. São Paulo: Moraes, 1991.
- LEITÃO, Cláudia Sousa. **Por um pensamento complexo acerca da Cultura e do Desenvolvimento**, 2007. Disponível em: <http://www.seer.uece.br/?journal=opublicooprivado&page=article&op=view&path%5B%5D=157>. Acessado em: 04/09/2014.
- MACAPÁ. Lei nº **2.038 de XX de XX de 2013**. Estima a receita e fixa a despesa da União para o exercício financeiro de 2014. <http://www.macapa.ap.gov.br/portal/LOA2014.pdf> Acessado em: 10/01/2015.
- MELO, Victor de Andrade; PERES, Fábio de Faria. Espaço, lazer e política: desigualdades na distribuição de equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro. **Destinos da cidade: comunicação, arte e cultura**. Rio de Janeiro: EDUERJ, 2005.
- MINISTÉRIO DA CULTURA (MINC). **Cultura em números**. Anuário de estatísticas culturais 2009. Brasília: MINC, 2009.
- _____. **Cultura em números**. Anuário de estatísticas culturais 2010. Brasília: MINC, 2010.
- REIS, Ana Carla Fonseca. **Cidades criativas**. SESI SENAI Editora, 2012.
- TOSTES, José Alberto; PELAES, Fátima Maria Andrade. Planejamento e Estrutura no Polo Turístico Maracá-Cunani. **VI Encontro Nacional da Anppas**, 18 a 21 de setembro de 2012 Belém-PA–Brasil.
- TOSTES, José Alberto. **Transformações urbanas das pequenas cidades amazônicas (AP) na Faixa de Fronteira Setentrional**. Rio de Janeiro: Publit, 2011.
- WERTHEIN, Jorge. Introdução. In. CANCLINI, Néstor G. **Políticas Culturais para o Desenvolvimento: uma base de dados para a cultura**. UNESCO, 2003.

GESTÃO SOCIAL AMBIENTAL PARA A RESOLUÇÃO DE CONFLITOS PESQUEIROS NO PARQUE NACIONAL DO CABO ORANGE (AMAPÁ/BRASIL)¹

SOCIAL ENVIRONMENTAL MANAGEMENT FOR RESOLUTION OF FISHING CONFLICTS IN CAPE ORANGE NATIONAL PARK (AMAPÁ/BRAZIL)

Rachel Nogueira de Souza²
Ricardo Ângelo Pereira de Lima²

RESUMO: Analisar-se-á o impacto do Parque Nacional de Cabo Orange (PNCO) nas populações envolvidas e os respectivos conflitos. A pesquisa utilizou-se da abordagem hipotético-dedutiva, os dados e informações obtidos foram fundamentais para identificar os principais normativos legais a serem analisados nesta pesquisa, bem como quais ações no manejo do PARNA foram relevantes para a tentativa de solução dos conflitos existentes. A hipótese mais conhecida diz respeito à Colônia de Pescadores de Oiapoque, conflito que necessitou do estabelecimento de Termo de Compromisso com o Ministério Público Federal. A medida foi utilizada para atender às necessidades de subsistência dos pescadores do município com a garantia de preservação dos recursos naturais protegidos pela Unidade de Conservação.

Palavras-chave: Conflitos. Comunidades Pesqueiras. Gestão ambiental. Parque Nacional, Amapá.

ABSTRACT: The impact of the Cabo Orange National Park (PNCO) on the populations involved and the respective conflicts will be analyzed. The research used the hypothetical-deductive approach, the data and information obtained were fundamental to identify the main legal norms to be analyzed in this research, as well as which actions in the management of the PARNA were relevant to the attempt to solve the existing conflicts. The most known hypothesis concerns the Fishermen's Colony of Oiapoque, a conflict that required the establishment of a Commitment Term with the Federal Public Ministry. The measure was used to meet the subsistence needs of fishermen of the municipality with the guarantee of preservation of the natural resources protected by the Conservation Unit.

Key words: Conflicts. Fishing Communities. Environmental management. National Park, Amapá.

1 Este artigo foi originalmente apresentado no XVI Encontro de Geógrafos de América Latina (EGAL), de 26 a 29 de abril de 2017, em La Paz (Bolívia) na temática Geografia Crítica latinoamericana. A submissão deste artigo ao referido evento contou com o patrocínio do Programa de Auxílio Financeira a Pesquisador/ PAPESQ (Edital 15/2015) da PROPESP/UNIFAP.

2 Rachel Nogueira de Souza. Mestre em Direito Ambiental e Políticas Públicas pela UNIFAP, Procuradora da Fazenda Nacional (Brasil). E-mail: rachelnsouza@gmail.com.

3 Ricardo Ângelo Pereira de Lima. Doutor em Geografia, docente da Universidade Federal do Amapá. E-mail: ricardoangelo_pereira@yahoo.es.

1 Introdução

O acesso, o uso, a conservação e a proteção do meio ambiente despertam atualmente grandes embates discursivos, uma vez que se reconheceu que a ausência de ações concretas por longos anos tem ocasionado diversos riscos ambientais.

No âmbito das políticas públicas é importante atentar para o fato de que, não obstante se verifiquem as racionalidades econômicas e tecnológicas dominantes postas em questão, tendo-se em vista a pressão exercida pelo crescimento da população sobre os recursos naturais e o nível de consumo adotado por algumas delas. Ademais, a necessidade de comprovação técnica e científica ainda permeia a teoria e prática no que tange à aplicação de políticas públicas ambientais.

Assim, observa-se que os dados técnicos tendem a adquirir valor de maior importância do que a vontade da população local. No que tange especificamente à atividade pesqueira, tem se observado diversas tentativas para aumentar a sua produtividade. No entanto, o seu desenvolvimento deve se preocupar com a sustentabilidade das populações locais⁴.

Desta maneira, não basta apenas incorporar a dimensão ambiental dentro das políticas públicas, se faz necessário a construção de uma racionalidade ambiental, associada a “novas práticas de uso integrado dos recursos numa correta teoria sobre as relações sociedade-natureza” (LEFF, 2001, p. 61).

De acordo com o relatório FAO (1997), sob a ótica da política pública pesqueira, a gestão desses recursos deve ser um processo que pode integrar informações, análises, planejamento, em conjunto com tomada de decisões governamentais de modo a assegurar a sua sustentabilidade.

Portanto, a urgência de uma gestão participativa surge da necessidade de se efetuar uma conscientização dos riscos. Beck (2006), após tratar da existência de riscos individuais e globais e da invisibilidade imediata dos riscos da modernização, fala da necessidade de que o risco seja aberto para os processos sociais. O referido autor pondera que, com a falência da certeza absoluta da ciência, a gestão de recursos naturais deve ser democratizada, não ficando apenas a cargo dos tecnocratas e dos governantes.

É dentro desta articulação de ideias que se busca analisar a importância de reformulação de políticas públicas ligadas à pesca artesanal no litoral do norte do Estado do Amapá e dos seus conflitos.

2 Normativas para a Pesca artesanal

Sendo uma atividade que adquire hodiernamente muita importância na Amazônia, o Estado do Amapá, que possui uma situação privilegiada quanto aos recursos pesqueiros⁵, em virtude “de sua localização geográfica em relação ao Oceano Atlântico, em que a descarga monumental de água do maior rio do mundo, o Rio Amazonas” (CEDRS, 2008), favorece a existência de várias espécies de peixes e crustáceos.

De acordo com Silva, L. e Silva, S. (2012), “a pesca artesanal no Amapá corresponde atualmente mais de 90% de toda captura efetuada nas áreas costeiras do Estado”. No entanto, os autores apontam para um grande descaso dos órgãos responsáveis pelo setor, mesmo reconhecendo a importância da atividade pesqueira para o desenvolvimento socioeconômico do Estado.

Partindo-se do fato de que a atividade pesqueira consiste em uma atividade econômica que envolve a exploração de recursos naturais, a sua análise terá como importante cenário a Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA) e o art. 225 da Constituição Federal (CF). A implantação de uma política pública ambiental deve se pautar nos objetivos estabelecidos na Lei 6.938/81, art. 2º.

De acordo com a Constituição do Amapá em seu art. 2º, a defesa do meio ambiente e da qualidade da vida é princípio fundamental do Estado. A Constituição do Amapá ainda traz um Capítulo dedicado ao meio ambiente (Capítulo IX), tornando obrigatória por parte do Estado e Municípios a observância dos princípios basilares do direito ambiental. Ao reproduzir o art. 225 da CF no seu art. 310, a Constituição do Amapá favoreceu à formação de uma consciência ambiental, indispensável para o exercício da responsabilidade compartilhada.

Posto o cenário institucional como analisado acima, a política pública ambiental não pode ser apenas uma fonte de coações e custos para as populações por ela diretamente afetadas. Deve também representar uma fonte de serviços imateriais de modo a propiciar o desenvolvimento econômico e social. Nas palavras de Godard (1997, p. 202):

Se um enfoque desse tipo conduz, por um lado, à superação de uma atitude meramente 'protetora' ou 'defensiva' do meio ambiente, ele nos convida, por outro, a um esforço de renovação da abordagem tradicional dos recursos naturais, evitando reduzi-los seja ao arquétipo da mercadoria cuja sorte é regulada pelo mercado, seja à noção arcaica de bem livre disponível à vontade. A gestão de recursos deve estar, portanto, imbuída de uma visão estratégica do desenvolvimento a longo prazo, que lhe confere um sentido para além dos usos cotidianos.

A desconsideração da realidade local, bem como a existência de uma preocupação apenas com o incremento produtivo, tem levado a pesca a uma crise mundial que pode ser demonstrada pela estagnação ou redução da produção. De acordo com Dias Neto (2010), a produção mundial de pescado entre 1950 e 1998 foi caracterizada por um crescimento continuado. No ano de 1998, se verificou um declínio considerável da produção, tendência esta que foi confirmada pela produção do ano de 1999. Esta queda ficou mais evidenciada quando se constatou que 75% das 590 populações marinhas sofriam algum tipo de exploração.

Este mesmo cenário se repete no Brasil, onde os recursos marinhos explorados são de 80%. No Amapá, a situação se agrava com a falta de políticas públicas voltadas para atividade e a falta de instrução dos pescadores locais, tanto que

[...] a falta de oportunidades e incentivos para a educação formal e profissional apropriada às condições dos pescadores, bem como a ausência, na maior parte dos casos, de conhecimentos sobre as regras básicas de gerenciamento de negócios em uma sociedade estritamente capitalista, faz do pescador, principalmente o de pequena escala, um trabalhador sem instrumentos sociais e econômicos para melhorar a sua condição de vida. Para agravar o quadro, devido à situação contínua de pobreza, não existe uma tradição de acumulação de excedentes ou de poupança, para poder garantir uma melhor situação econômica futura (CEDRS, 2008).

Neste sentido, impõe-se um estilo de política pública que prestigie uma abordagem proativa e uma relação consensual entre os atores em contraposição à abordagem reativa e relação impositiva. E isto envolve uma maior participação na elaboração, implementação e avaliação de políticas públicas, bem como na tomada de decisões⁶.

2.1 Área de Estudo

O Parque Nacional Cabo Orange, criado pelo Decreto nº. 84.913/80 e possuindo uma área de 657.318,06 hectares, está inserido na faixa de fronteira do Amapá (Brasil) com a Guiana Francesa (França), e foi criado sobrepondo-se a duas comunidades preexistentes – Comunidade Taperebá e Comunidade Quilombola Cunani, como mostra as Figuras 01 e 02.

O objetivo geral deste artigo correspondeu a analisar o modelo de gestão integrada de política pública para atividade da pesca, utilizando-se como parâmetro a realidade do Parque Nacional do Cabo Orange; e, propor o incentivo à criação/implantação de Reserva Extrativista (Resex) na legislação do ICMS ecológico como instrumento adequado e efetivo de preservação e recuperação do meio ambiente, em especial, os recursos pesqueiros.

Utilizando-se este parâmetro de realidade, ao observar-se o modelo de gestão integrada como modelo de política pública para atividade da pesca, indica-se que a adaptação da Lei do ICMS ecológico deve passar por uma maior participação das comunidades ribeirinhas e dos pescadores artesanais, quando da observação e aplicação da referida lei nas perspectivas e realidades locais.

Portanto, há de se reconhecer que a política pública deve ir além da ação governamental, reconhecendo-se que organizações privadas, Organizações Não-Governamentais (ONG), organismos multilaterais na arena política, podem influenciar, direta ou indiretamente, as políticas públicas.

Assim, mesmo concebendo o Estado-membro muitas vezes como principal protagonista das políticas públicas dentro do seu espaço territorial, vislumbra-se que existem outras relações de poder na sociedade civil. Isso implica em uma complexidade das relações de poder entre os diversos atores, de modo a possibilitar a definição da diretriz intencional para a solução do problema público.

3 Da necessidade de se considerar o uso popular e tradicional na elaboração de normas socioambientais

Neste contexto, as normas produzidas para a população da Amazônia devem considerar o uso popular tradicional do território, ou seja, “a concretude do espaço geográfico, entendido aqui como instrumento social que, como tal, condiciona as demais instâncias e por elas é condicionado” (RODRIGUES, 2012, p. 140), sendo assim fonte material do direito. Logo, a desconsideração desta realidade pode gerar normas ineficientes, não regulando propriamente os casos concretos, o que acaba por culminar em desregulação e descontrole por parte do Estado.

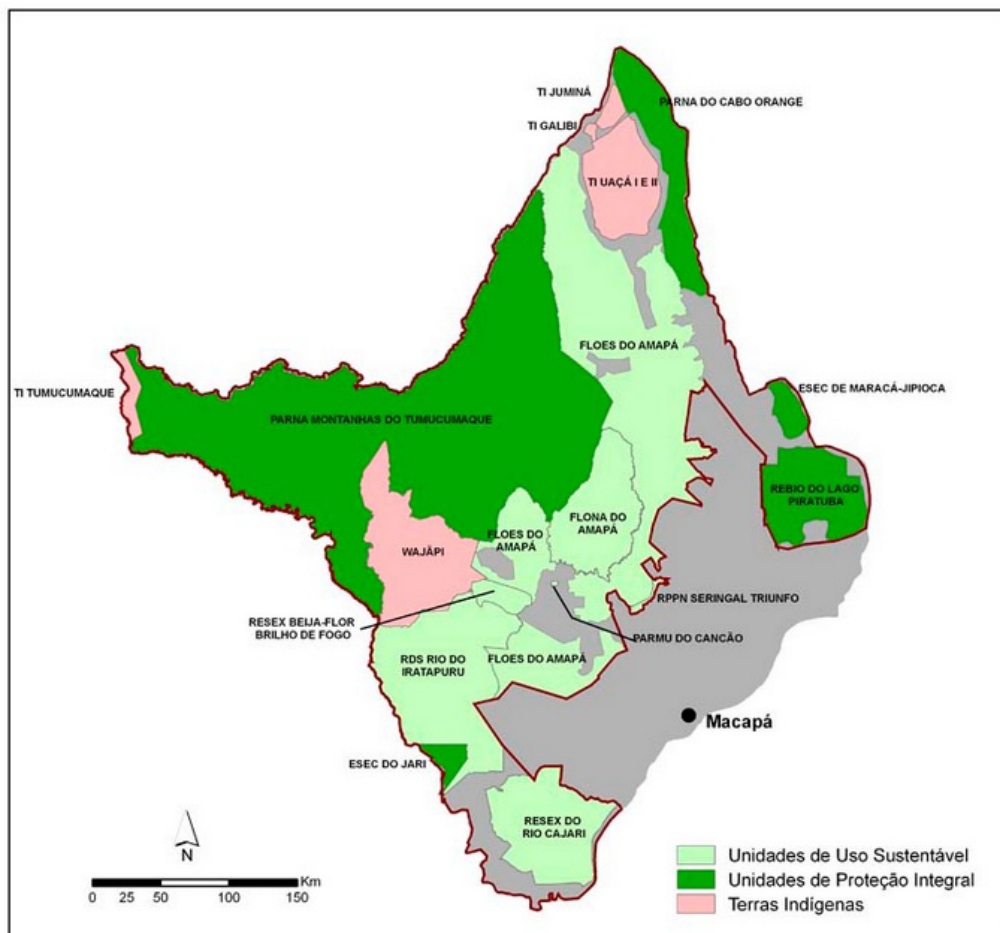
Contudo, a falta de controle tão bem evidenciada pela reportagem de Ricardo Kotscho (2006), ao afirmar que “é quase impossível colocar regras na região”, se deve justamente ao fato de que, atualmente, há uma insustentabilidade do padrão do uso do território, uma vez que se desconsidera os conhecimentos da sua população tradicional.

Considerando que a Amazônia foi ignorada pelo poder central brasileiro bem antes da instalação do Federalismo e que, apenas com a CF/88, se verificou uma efetiva possibilidade de participação política desta região do Brasil. Com isso, é possível compreender porque ainda se verificam tantos conflitos locais, principalmente no que diz respeito ao redesenho do seu território.

Neste ponto, vale lembrar que se trata um exemplo de injustiça ambiental causada pelo uso indiscriminado dos bens ambientais, uma vez que os problemas ambientais possuem repercussão também no âmbito social, afetando o âmbito político e econômico.

A necessidade de se incorporar as questões hidrológicas-sociais na legislação dos Estados que compõe a Amazônia é decorrência do próprio Federalismo Assimétrico. Destarte, a normatização ambiental no território da Amazônia deve estar em sintonia com o uso popular tradicional do território, sobretudo no que diz respeito à relação da população com os incontáveis rios existentes na região.

Tendo em vista que a Lei Estadual nº. 322/1996 que surgiu antes da edição da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), não há previsão de Unidades de Conservação (UC) que se adequem a visão socioambientalista do direito ambiental, o que corresponderia justamente ao âmbito social trazido pela visão de desenvolvimento sustentável de I. Sachs.



Fonte: Corredor de Biodiversidade do Amapá (2008).

Figura 1. Unidades de Conservação Amapá.

Para esclarecer a concepção do socioambientalismo, inicialmente é importante frisar que se trata de um conceito desenvolvido no Brasil, mas com fundamento em preceitos existentes em tratados internacionais assinados pelo Brasil, como por exemplo, a Convenção da Diversidade Biológica (CDB). Assim, o socioambientalismo busca a autosustentabilidade ao integrar cultura e meio ambiente, o que implica na necessidade de políticas públicas ambientais de modo a envolver e incluir comunidades locais. Neste sentido, bem explica Silva, J. (2008):

[...] cabe observar que para a corrente do socioambientalismo a natureza não é intocada e o ser humano não é um estranho ou um intruso nos ambientes naturais. Ao contrário, o homem constitui parte da natureza e sua presença ou interferência no ambiente natural não é, por definição, predatória. Desse modo, foi estabelecido na Lei do SNUC a possibilidade da permanência das populações tradicionais nas Florestas Nacionais (art. 17, parágrafo 2º), criando-se, para tal, as Unidades de Conservação com o objetivo de “proteção ou de desenvolvimento das populações tradicionais”, tais como as Reservas Extrativistas (art.18) e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável (art. 20).

Brito (2010) aponta que, mesmo com as inovações legislativas trazidas pelo SNUC, o arcabouço institucional-normativo ainda apresenta pontos frágeis, como a falta de clareza no que diz respeito a questões importantes da administração e manejo das UCs, bem como a inexistência de formas de operacionalização de questões fundiárias, entre outros problemas. Tais pontos favorecem a geração e a manutenção de conflitos socioambientais nestes espaços especialmente protegidos.

4 Do papel das Áreas Protegidas na erradicação da pobreza

Partindo-se do fato de que o sistema no âmbito da atividade de pesca é complexo, a gestão participativa que tem como principal característica a “capacidade de modificar-se constantemente, buscando a superação de suas lacunas, experimentar e inovar, desfazer-se da tendência de acomodar-se à rotina, uma vez que todos podem expressar suas demandas e prioridades, dentro de um setor dinâmico” (MATTOS, 2011, p. 90). Assim, pode-se, através do envolvimento da comunidade no âmbito da pesca, promover a coesão social, a sustentabilidade da atividade, a proteção das espécies e do meio ambiente.

Ao se debruçar sobre o problema quanto à possibilidade de as áreas protegidas poderem contribuir para a redução da pobreza, a União Internacional para a Conservação da Natureza (UICN)⁷ parte do pressuposto de que maior parte da pobreza é encontrada em regiões rurais, onde se encontram as áreas protegidas, o que demonstra uma estreita relação entre a pobreza e as áreas protegidas. Assim, aponta algumas medidas práticas para que as áreas protegidas possam efetivamente contribuir para a redução da pobreza, destaca-se aquele que visa

[...] assegurar que as decisões referentes a uma determinada área protegida e suas relações com as comunidades vizinhas envolvam essas comunidades enquanto partes interessadas com direitos claramente definidos.

Verifica-se que, no Brasil, uma falta de política pública para a integração das comunidades locais para a manutenção e gestão das áreas protegidas, o que acaba por comprometer a própria finalidade para a qual foram criadas.

Considerando que a principal meta das áreas protegidas não é a redução da pobreza, a gestão destas áreas muitas vezes ignora a pobreza circundante, o que implica em uma visão problemática sobre o uso da terra afetada pela proteção, quando deveria ser enxergada como “uma opção de uso da terra que contribua tão positivamente para o desenvolvimento sustentável como outras formas de uso da terra” (SCHERL, 2006, p. 2).

No Brasil, as UC, são áreas protegidas que ocupam quase 17% do território nacional⁸ e detêm as principais nascentes de água, jazidas minerais, madeira, látex, castanhas e outros recursos naturais de valor econômico, social e ambiental.

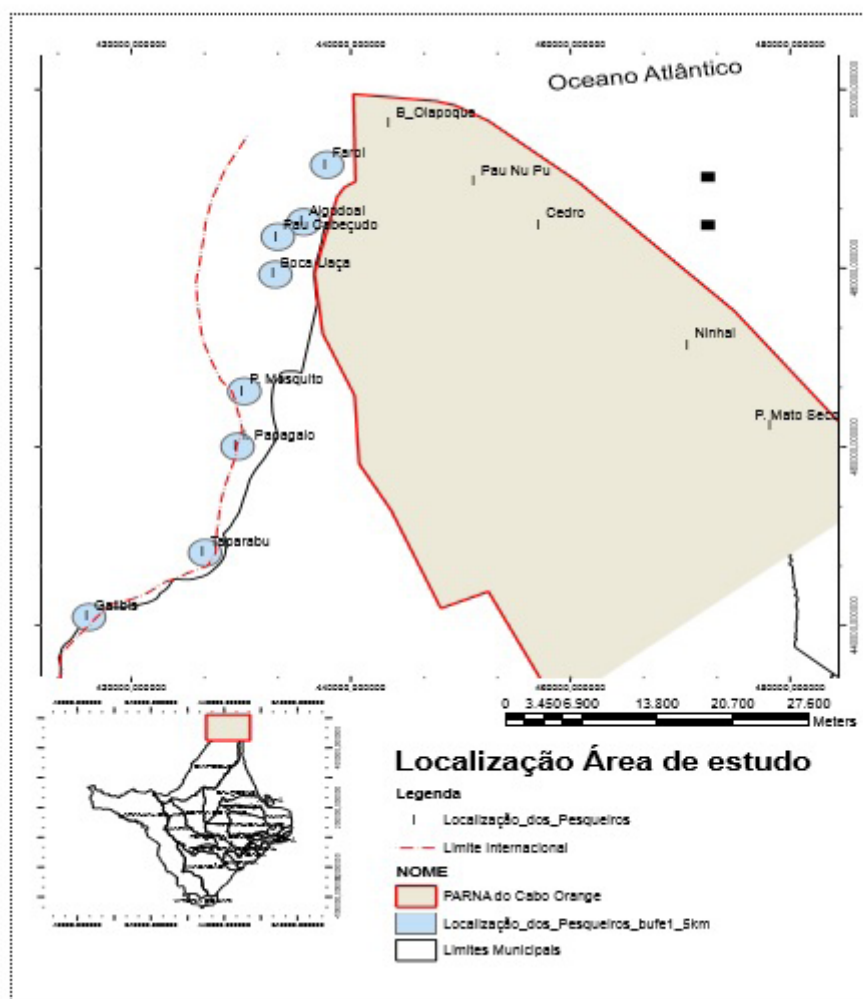
No ano de 2013, o Tribunal de Contas da União (TCU) elaborou uma auditoria operacional das UC da Amazônia, no qual se constatou que “atualmente, somente 4% das UC avaliadas encontram-se na faixa verde, indicativa de alto grau de implementação e de gestão, necessário ao cumprimento de seus objetivos”⁹. O baixo índice de implementação das UC se deve justamente ao baixo aproveitamento do potencial econômico, social e ambiental dessas áreas, e a integração das comunidades visa utilizar este potencial econômico e social.

Esta constatação foi ao encontro da Recomendação 5.29, V Congresso Mundial de Parques da IUCN que estabeleceu que “as áreas protegidas não devem ser concebidas como ilhas de conservação isoladas do contexto social, cultural e econômico no qual estão inseridas”.

Entre as boas práticas destacadas na auditoria do TCU, ganha destaque a da Floresta Nacional do Tapajós (Coomflona), conforme a leitura do trecho do Acórdão 3.101/2013. O destaque desta boa prática se deve ao fato de que a região passou a ser mais relevante para as estratégias de desenvolvimento e para os direitos e necessidades da população local, sobretudo a necessidade econômica, favorecendo, assim, a proteção daquelas áreas.

Contudo, o Parque Nacional do Cabo Orange foi criado em 15 de julho de 1980 à custa das comunidades locais (o termo inclui as populações que vivem nas áreas protegidas e seu entorno), permanecendo até hoje, por exemplo, a sobreposição de Terras Indígenas (Uaçá) e Quilombolas (Cunani).

Especificamente com relação aos pescadores artesanais da região, a existência do parque é responsável por perpetuar a pobreza através da contínua negação do acesso aos recursos pesqueiros. De modo a tornar melhor a compreensão da área de estudo aqui analisada, observe a Figura 02.



Fonte: Silva (2010)

Figura 02. Localização dos pesqueiros na área de estudo

Diante deste panorama, buscou-se a instituição e regulamentação de Termos de Compromisso de modo a possibilitar o acesso das comunidades locais marginalizadas aos recursos naturais disponíveis na região do PARNA do Cabo Orange, que apenas representam paliativos sem a segurança jurídica necessária.

4.1 Os Acordos de Pesca

Uma maneira que busca suprir tal lacuna atualmente é o estabelecimento de Acordos de Pesca, de modo que seja permitido o acesso de pequenos pescadores aos seus locais tradicionais de atividade onde a captura é controlada pela comunidade.

A Instrução Normativa nº. 29/2002 do IBAMA regulamenta os procedimentos para o estabelecimento dos acordos de pesca. Assim, alguns Estados regulamentaram a referida instrução dentro de suas esferas de atuação, ganhando destaque a Instrução Normativa nº. 005/2008 do Estado Mato Grosso, que define acordo de pesca no parágrafo único do seu art. 1º, como “o conjunto de medidas específicas decorrentes de tratados consensuais entre os diversos usuários e o órgão gestor dos recursos pesqueiros em uma área definida geograficamente”.

No entanto, questiona-se a força normativa deste tipo de instrumento, tendo em vista a existência de competências concorrentes na sua elaboração bem como a sua eficácia, posto que são temporários e não proporcionam uma institucionalização da gestão participativa.

A gestão dos recursos pesqueiros deve ser um processo que deve integrar informações, análises, planejamento, em conjunto com tomada de decisões governamentais de modo a assegurar a sua sustentabilidade, o que não se verifica atualmente. No entanto, a adaptação proposta deve passar necessariamente por esta ideia, o que está de acordo com a Lei Estadual nº. 0142, de 29 de dezembro de 1993 (instituiu a Política Pesqueira do Estado e define as modalidades de pesca existentes no Amapá) e o art. 219 da Constituição do Estado do Amapá¹⁰ (1991).

Costuma-se afirmar que, no Brasil, tem-se observado ao longo dos anos uma evolução da competência administrativa da atividade da pesca. No entanto, à exceção da época de gestão da atividade privativamente pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama)¹¹, não se observou de fato uma política pública pesqueira voltada para a sustentabilidade, muito menos uma preocupação com as comunidades locais.

Concebeu-se a necessidade de uma regulamentação por parte do Poder Público para fins de gestão pesqueira, ou seja, no sentido de que deve haver intervenção pública para melhor gestão dos bens comuns. Todavia, continuou-se a excluir as comunidades diretamente afetadas com a atividade.

A urgência de uma gestão participativa surge da necessidade de se efetuar uma conscientização dos riscos, que segundo Beck (2006) não podem mais ser limitados quanto ao tempo e ao espaço, não se enquadrando mais nas regras tradicionais de responsabilidade.

Por isso que Beck (2006), após tratar da existência de riscos individuais e globais e da invisibilidade imediata dos riscos da modernização, fala da necessidade de que o risco seja aberto para os processos sociais, ou seja, afirma que com a falência da certeza absoluta científica a gestão de recursos naturais deve ser democratizada, não ficando apenas a cargo dos tecnocratas e dos governantes.

No âmbito da pesca artesanal, tem-se verificado conflitos por recursos pesqueiros através de disputas de territórios, e isto se justifica porque,

a percepção ambiental territorial que os pescadores possuem do espaço não é somente o espaço vivido em si, pois além do espaço de moradia e de trabalho, a percepção territorial dos pescadores atribui a este espaço a questão do poder, da ideia de posse do indivíduo, ou grupo de indivíduos, por determinada parcela do espaço (SILVA, C.; SILVA, J., 2011, p. 42).

Desconsiderar este elemento na abordagem econômica da atividade pesqueira, especialmente a artesanal, é efetuar uma abordagem fragmentária, com preferência em modelos meramente abstratos e quantitativos, desconsiderando a realidade subjacente.

Com relação especificamente ao Estado do Amapá, o não estabelecimento de políticas públicas voltadas para atividade econômica da pesca tem levado a sua exploração por outros atores. Neste sentido, observe-se o que afirma o Relatório da CEDRS (2008):

A ausência de ordenamento costeiro e pesqueiro aliado à fiscalização efetiva, contribui para a desordem da atividade na costa, e o conseqüente dano ambiental provocado pela pesca predatória(...) No início do século XX,

embarcações paraenses da pesca artesanal (cidade de Vigia-PA) já pescavam na costa amapaense, entretanto, foi na segunda metade do século, que a frota pesqueira do Pará intensificou a sua presença nesta região, com a exploração da pesca marítima, considerando o grande potencial na costa norte.

Diversas pesquisas têm apontado para a necessidade de gestão compartilhada no que diz respeito à pesca artesanal. Mattos (2011) exemplifica esta gestão através de acordos de pesca, Reservas Extrativistas Marinhas e Fóruns em algumas regiões do Brasil, apontando como ponto comum nestas três formas de gestão o respeito ao conhecimento local e que este conhecimento juntamente com o acadêmico é o diferencial na busca de alternativas para a melhoria dos estoques da pesca.

A criação e implantação de reservas marinhas por Municípios permitiria uma gestão pela população diretamente interessada, garantindo uma maior eficiência administrativa e também no desenvolvimento de ações adaptativas que atendam às necessidades locais.

No entanto, estudos comprovam que a maioria destas unidades de conservação de proteção integral foram estabelecidas de forma unilateral sem a consulta das comunidades diretamente envolvidas. Tanto é assim, que, na cidade de Calçoene, em 2005, foi elaborada a “Carta de Calçoene”, que culminou num pedido de Resex, conforme se observa do Relatório elaborado pela CEDRS (2008):

Em outubro de 2005, na cidade do Calçoene, essas comunidades reuniram-se em um evento denominado “I Encontro dos Pescadores Amapaenses do Norte”, do qual surgiu a “Carta de Calçoene” com proposições da comunidade pesqueira, que vem sendo defendidas pelos pescadores (CAPA). Esta é uma contribuição para inclusão em um novo modelo de gestão pesqueira para o Amapá, que aqui será considerada neste Plano Estratégico, formatado pelo CEDRS. Uma das principais proposições dos pescadores é a criação da Reserva Extrativista Marinha “Cabralzinho” no litoral do estado, região antes utilizada para pesca e que passou a fazer parte das UPI’s.

A solicitação de criação da Resex Marinha feita ao governo federal está em tramitação no Centro Nacional de Pesquisa e Conservação da Sociobiodiversidade Associada a Povos e Comunidades Tradicionais (CNPT) do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), processo nº. 02004.001143/2006-28. Essa unidade de uso sustentável pode ser considerada estratégica para o Amapá, tomadas às devidas precauções para possibilitar a manutenção dessas populações no seu local de origem com trabalho e dignidade. Além do resgate de seus locais de pesca, ela funcionará como barreira de contenção da frota externa, com as comunidades pesqueiras contribuindo com a gestão ambiental da costa amapaense.

Leuzinger (2008) aponta que, no Brasil, se verifica um problema com relação à criação de unidades de conservação de proteção integral em que se verifica a existência de grupos humanos na área, já que este é, muitas vezes, desconsiderado no momento da criação.

A conversão para UC de Uso Sustentável garante a proteção do meio ambiente, uma vez que a simples anulação do ato que criou a UC de Proteção Integral ou desafetação da área em que se verifica a existência de grupo tradicional pode acabar causando mais

danos tanto ao meio ambiente quanto à população tradicional relacionada. Este prejuízo está relacionado à possibilidade de não garantia do acesso a políticas públicas efetivas.

Para fins de gestão pesqueira, precisa-se superar a excessiva normatividade estabelecida aos longos de muitos anos de gestão de recursos sem resultados efetivos, devendo-se, portanto, facilitar a coparticipação, ou seja, atribuindo valor àqueles que estão diretamente afetados pela atividade produtiva em questão.

4.2. Reserva Extrativista Marinha no Amapá

Nesta mesma linha de raciocínio, é possível concluir que, o legislador, no processo de elaboração de leis, deve levar em consideração as peculiaridades da comunidade local de modo a promover uma gestão eficiente dos recursos pesqueiros. Uma maneira de se possibilitar esta gestão eficiente é pelo incentivo à criação de Reservas Extrativistas Marinhas, seja através da criação de novas unidades de conservação, da conversão das unidades de conservação de proteção integral ou da adaptação das unidades de conservação de uso sustentável já existentes.

Neste sentido, vale repetir que o CEDRS apontou a existência no Estado do Amapá de Processos para criação de Reservas Extrativistas Marinhas em tramitação no ICMBio (CNPT- IBAMA/AP processo nº. 02004.001143/2006-28 - Reserva Extrativista Marinha “Cabralzinho” e IBAMA/CNPT nº 02004.0023/1997- AP – Piratuba).

Estes requerimentos apenas corresponderam ao início das tentativas dos pescadores artesanais em busca da legalização de suas atividades. Através de entrevistas com os gestores do Parque, constatou-se que a solução para parte dos conflitos existentes na região seria de fato a criação de uma Reserva Extrativista Estadual. Um exemplo disto é a ideia bem aceita pelos pescadores e já gestada dentro da Secretaria de Estado do Meio Ambiente do Amapá (SEMA/AP).

Através de levantamento de dados realizados em julho de 2014 na SEMA/AP, recebeu-se a informação que a Reserva Extrativista do Goiabal compreenderá os municípios de Calçoene e Amapá. No entanto, a fase atual da referida reserva em 2014 é a de levantamento bibliográfico da área da UC está sendo executado, embora haja carência de dados para o Amapá, principalmente para a região marinha, onde maior parte da área total da UC está situada. O diagnóstico ambiental *in loco* partirá de cronograma previsto nos planos de trabalho em elaboração.

Em 28 de outubro de 2014, através de vídeo pela TV Amapá no Jornal do Amapá¹² no qual se noticiou que os pescadores do Estado requerem a criação de uma Reserva Extrativista Marítimo Costeira e se entrevistou o presidente da Federação de Pescadores do Amapá, que esclareceu que a Resex serviria para proporcionar melhorias para o pescador artesanal, uma vez que proporcionaria assistência técnica, assistência social e o uso sustentável da área de proteção respectiva.

Ainda de acordo com a entrevista supracitada, a Resex do Goiabal seria criada abrangendo uma área que iria da ponta do Curuá no Bailique à ponta do Cabo Orange no Oiapoque. Tal divergência de dados da sua abrangência se deve ao fato de que ainda está havendo o levantamento da área a ser protegida para fins de sua implementação.

Em 2015, de modo a corroborar no crescente destaque da referida Resex, o ICMBio a incluiu no Plano de Ação Nacional para a Conservação das Espécies Ameaçadas e de

Importância Socioeconômica do Ecossistema Manguezal na Costa Brasileira, o PAN Manguezal, que tem por objetivo atuar no planejamento da conservação de espécies ameaçadas, associado ao manejo de espécies de importância socioeconômica, para as comunidades locais (ICMBIO, 2015).

O objetivo geral do referido plano é o de aumentar o estado de conservação dos manguezais brasileiros, reduzindo a degradação e protegendo as espécies-alvo, mantendo suas áreas e usos tradicionais, a partir da integração entre as diferentes instâncias do poder público e da sociedade, incorporando os saberes acadêmicos e tradicionais, até 2019. E, de modo a contribuir para a efetividade do ordenamento territorial em áreas de manguezal e ecossistemas associados se destaca a ação de propor estudos nas áreas do PAN Manguezal para criação das Unidades de Conservação com destaque para diversas Reservas Extrativistas, entre elas a Resex do Goiabal. Esta ação do planejamento estratégico do ICMBio teve início em janeiro de 2015 e tem previsão para encerramento em janeiro de 2017¹³, com custo estimado de R\$ 3 milhões (ICMBIO. Plano, 2015).

Destarte, tal movimentação política se pauta no fato de que o estabelecimento de critérios que incentivem a gestão de recursos pesqueiros de acordo com o desenvolvimento sustentável se adequa à realidade do estado do Amapá.

4.2.3 Os conflitos socioambientais

O PNCO foi criado em 1980, possuindo área bastante extensa, inserido na fronteira com a Guiana Francesa e sobrepondo-se a duas comunidades preexistentes – Comunidade Taperebá e Comunidade Quilombola Cunani.

Neste contexto, há que se considerar que o Parque foi criado em 1980, época em que não estavam vigentes ainda a Lei 6.938/1981 e a Lei 9.985/2000. O fundamento de sua criação, portanto, foi o Código Florestal de 1965, art. 5º (Lei nº. 4.771/1965) com regulamentação através do Decreto nº. 84.017/1979. Assim, não foi estabelecido um diálogo com as populações locais, seja pela ausência de previsão legislativa, seja pela concepção preservacionista vigente na época da sua instalação.

Atualmente, são verificados diversos conflitos e pressões sobre os ecossistemas locais. São verificados incêndios, invasões, atividades pecuárias, agricultura, caça, pesca, desmatamento, mineração e erosão dentro do Parque, bem como fazendas no seu entorno¹⁴.

Um instrumento que tem sido utilizado para minimização dos conflitos é o Termo de Compromisso. O último documento relacionado à comunidade Cunani foi assinado em 2007 e renovado em 2012, proporcionando à comunidade que vive na área do parque e tem na pesca uma importante fonte nutricional (RIBEIRO; DRUMOND, 2013).

Os conflitos são considerados mais intensos com relação à Comunidade Taperebá. De acordo com Melo, G. e Irving (2012).

Sob a ótica dos habitantes de Taperebá as tensões associadas à gestão do PNCO podem ser interpretadas segundo três temáticas centrais: a) a hipótese de retirada do local; b) a insegurança em relação às restrições de uso dos recursos naturais; c) as tensões na relação com o órgão ambiental gestor. Para a população de Taperebá surge como primeira questão a sua possível retirada do local (pelas mesmas razões anteriormente discutidas no caso de Vila Brasil), o risco potencial

de sua retirada do local causa também incertezas e dificulta a relação com a administração do PNCO. Esta insegurança tende a fazer parte do dia a dia desta população, uma vez que não há concordância, por parte dos habitantes locais, em desocupar a área onde hoje se encontra Taperebá. E, considerando a complexidade do processo de retirada das populações locais que vivem no interior de parques, não parece ainda haver qualquer decisão e/ou encaminhamento oficial neste sentido, ou um planejamento claro nesta direção.

Além destes conflitos internos, ainda são verificados conflitos externos em decorrência da existência do Parque Nacional. A hipótese mais conhecida diz respeito à Colônia Z-3 (Oiapoque), conflito este que necessitou do estabelecimento de Termo de Compromisso com o ICMBio e o Ministério Público Federal (ICMBIO. Memória, 2013). A medida foi utilizada para atender às necessidades de subsistência dos pescadores do município com a garantia de preservação dos recursos naturais protegidos pela Unidade de Conservação.

Considerando a redação do art. 5º, XIII c/c art. 32 da Lei do SNUC citado anteriormente e da necessidade de incluir o diálogo com as populações locais, os órgãos executores deverão se articular com a comunidade científica de modo a proteger o meio ambiente, valorizando o conhecimento das populações tradicionais.

Todavia, a elaboração de simples Termos de Compromisso ou Acordos de Pesca não são suficientes para resolver os conflitos existentes, uma vez que em unidade de conservação de proteção integral tal acordo é apenas uma estratégia de minimização de potenciais ou conflitos existentes. Não há possibilidade de efetiva subsistência das populações envolvidas, uma vez que a sua presença é meramente tolerada, o que faz com que parte das pessoas acabem migrando para outras localidades, gerando uma maior marginalização destas comunidades.

Destarte, um modo de atender o que dispõe o art. 5º, XIII, da Lei do SNUC, seria a criação de Reservas Extrativistas no entorno do Parque de modo a possibilitar “o fluxo de genes e o movimento da biota, facilitando a dispersão de espécies e a recolonização de áreas degradadas, bem como a manutenção de populações que demandam para sua sobrevivência áreas com extensão maior do que aquela das unidades individuais” (art. 2º, XIX, do SNUC)

A utilização de Resex em conjunto com o Parque para formar uma gestão integrada de recursos naturais está de acordo com que estabelece a União Internacional de Conservação da Natureza, ao demonstrar que as áreas protegidas podem auxiliar na erradicação da pobreza.

Importante destacar ainda que o PNCO foi alçado recentemente ao *status* de sítio Ramsar¹⁵ pelo Comitê Nacional de Zonas Úmidas (CNZU) (ICMBIO, 2013). A introdução do Parque na Lista de Ramsar facilita a obtenção de apoio para o desenvolvimento de pesquisas, o acesso a fundos internacionais para o financiamento de projetos e a criação de um cenário favorável à cooperação internacional.

Considerações finais

A execução de ações que dizem respeito à gestão ambiental deve ser compartilhada com a sociedade. Assim, os atores governamentais devem focar sua atenção em políticas públicas que promovam a participação popular e comprometimento de todos os atores envolvidos, especialmente as comunidades diretamente afetadas.

Desta forma, este envolvimento com as sociedades pode ser a resposta para que possam ser criados instrumentos normativos de modo a viabilizar a distribuição de poder no federalismo assimétrico. Ou seja, as heterogeneidades regionais, aqui plasmadas pela vinculação social profunda com diversos complexos hídricos, devem ser consideradas no âmbito normativo.

Sendo os recursos pesqueiros bens que devem ser ambientalmente protegidos, estes estariam sujeitos à regulamentação estatal. No entanto, sempre buscando evitar o modelo de política pública *top-down*, esta regulamentação deve estar pautada nos diferentes atores diretamente afetados pelas políticas públicas estabelecidas pelos modelos *bottom-up*.

Muitos pontos neste trabalho demonstram a atual desconsideração das comunidades, destacando-se as ribeirinhas. E, considerando que, no âmbito da pesca artesanal, tem-se verificado conflitos por recursos pesqueiros através de disputas de territórios, a sua desconsideração no âmbito da instituição de políticas públicas, acaba por culminar na tragédia dos pescadores.

No Estado do Amapá, urge a necessidade de gestão participativa, dada a crescente marginalização das comunidades pesqueiras, assim, ao invés de se centralizar as decisões políticas em um único órgão, seja federal, estadual ou municipal, insta buscar formar diferentes organismos coletiva e solidariamente responsáveis.

Optando-se por unidades de conservação que possuam conselhos deliberativos será possível propiciar uma maior participação social na utilização dos serviços ambientais e possibilitar maior eficiência na preservação do meio ambiente.

As Reservas Extrativistas e as Reservas de Desenvolvimento Sustentável podem representar excelentes estratégias para capitalizar o conhecimento local e o interesse duradouro dos usuários. Por isso, sugere-se a utilização destas categorias de unidades de conservação como forma de mediação de conflitos socioambientais. A inclusão destas duas categorias de unidades de conservação de uso sustentável representará avanço considerável para a integração necessária a melhor preservação do meio ambiente.

Destarte, sugere-se a institucionalização de incentivos à gestão compartilhada de forma prática, uma vez que o incentivo à criação de Unidades de Conservação de Uso Sustentável implica na criação de Conselhos Deliberativos de modo que a população envolvida tenha participação direta no estabelecimento de políticas públicas direcionadas para melhorar a gestão dos recursos pesqueiros.

A necessidade de conselhos deliberativos está diretamente atrelada ao conceito de democracia na sua forma direta e pura, contemplando um modelo representativo que encampa uma maior parcela de pessoas interessadas, possibilitando maior vazão dos anseios da comunidade local.

Destarte, o estabelecimento de parâmetros mínimos quando voltados a exploração de recursos pesqueiros, corresponderão aos primeiros rabiscos institucionais de algo objeto de anseio de diversos pescadores ribeirinhos, visto que alia a vocação regional e impulsiona o desenvolvimento econômico, social e, sobretudo, o humano.

Notas

⁴ E a sustentabilidade diz respeito justamente na inclusão das comunidades pesqueira para a real proteção do meio ambiente envolvido no PARNA do Cabo Orange.

⁵ De acordo com Santos, G. e Santos, A. (2005): O próprio processo de colonização dessa região, desencadeado a partir dos séculos XVII e XVIII e centrado ao longo da calha

do Solimões/Amazonas e de seus principais tributários é, em certa medida, o reflexo da importância dos rios e dos recursos pesqueiros na vida do homem amazônico. Mesmo em épocas mais remotas, há cerca de oito mil anos, quando a região era explorada apenas pelos índios, os peixes já se constituíam em recursos naturais importantes para a manutenção das populações humanas.

⁶ Importante ressaltar aqui o que alerta Boneti (2006, p. 12) quando afirma que é “impossível considerar que a formulação de políticas públicas é pensada unicamente a partir de uma determinação jurídica, fundamentada em lei” bem como “não se pode pensar, tampouco, que as políticas públicas são formuladas a partir dos interesses específicos de uma classe”.

⁷ Em inglês: International Union for Conservation of Nature (IUCN).

⁸ Atualmente existem 313 UCs federais em todo o Brasil, 107 UCs encontram-se no bioma Amazônia. As unidades desse bioma ocupam 59 milhões de hectares (ha) e representam 80% da área total das UC federais no Brasil.

⁹ Deliberação do TCU, Acórdão: 3.101/2013 - Data da Sessão: 20/11/2013 Rel. Min. substituto Weder de Oliveira.

¹⁰ Disponível em <http://www.al.ap.gov.br/constituicao_estadual_amapa.pdf> Acessado em 28/01/2017.

¹¹ O Ibama, como gestor dos recursos hídricos, considerou que a implementação de processos de administração participativa como prioritária e editou a Instrução Normativa n. 29/2002, regulamentando os critérios para o estabelecimento de acordos de pesca.

¹² A íntegra da matéria pode ser consultada no *link* do jornal, disponibilizado no site da Globo.com, a saber: <http://g1.globo.com/ap/amapa/bom-dia-amazonia/videos/t/edicoes/v/pescadores-do-estado-querem-a-criacao-de-uma-reserva-extrativista-pesqueira/3725733/>.

¹³ De acordo com o site www.icmbio.gov.br (acessado em 31/06/2017), a Resex do Goaibal não havia sido criada.

¹⁴ Em 21 de julho de 2015, no site do Ministério Público Federal no Amapá (<http://www.prap.mpf.mp.br/noticias/noticia.php?cdnoticia=4630>) no sentido de que “O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) e o Instituto Chico Mendes da Biodiversidade (ICMBio) estão proibidos de reduzir o território da comunidade do Cunani, localizado dentro do Parque Nacional do Cabo Orange, no norte do Amapá. A decisão da Justiça Federal é resultado de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal (MPF/AP), em dezembro do ano passado. A medida também obriga os órgãos a ouvir a comunidade na solução do conflito envolvendo suas terras e o Parque Nacional” – Processo Judicial n 053820154013102 – Justiça Federal - Vara Única do Oiapoque.

¹⁵ DECRETO Nº 1.905 DE 16 DE MAIO DE 1996, Promulga a Convenção sobre Zonas Úmidas de Importância Internacional, especialmente como Habitat de Aves Aquáticas, conhecida como Convenção de Ramsar, de 02 de fevereiro de 1971.

Referências

AMAPÁ. Lei nº 322/1996. Dispõe sobre distribuição da parcela da receita do produto da arrecadação dos impostos estaduais conforme disposições contidas no Artigo 158 da Constituição Federal e Lei Complementar Federal nº 63/90, e dá outras providências, de 23 de dezembro de 1996. **Diário Oficial do Estado**. Poder Executivo, Macapá-AP, 23

dez. 1996, n. 1469.

BECK, Ulrich. **Living in the world risk society**. Economy and Society, Volume 35 Number 03, August 2006: 329-345

BONETTI, Wesley Lindomar. **Políticas Públicas por dentro**. Ijuí/RS: Unijuí, 2006.

BRITO, Daguiete Maria Chaves. **Conflitos socioambientais na gestão de Unidade de Conservação: o caso da Reserva Biológica do Lago Piratuba/AP**, 2010, 375 f. Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Belém, 2010.

CONSELHO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL – CEDRS. **Diagnóstico e Estabelecimento de Políticas Públicas 2008 – 2023**. Câmara técnica de pesca artesanal e aquicultura. Macapá, AP, 2008.

DIAS NETO, José. Pesca no Brasil e seus aspectos institucionais – um registro para o futuro. **Revista CEPSUL – Biodiversidade e Conservação Marinha**, p. 66-80, 2010.

_____. **Gestão do uso dos recursos pesqueiros marinhos no Brasil**. Brasília: Ibama, 2010.

DRUMOND, Maria Auxiliadora; RIBEIRO, Bianca Guimarães. O Termo de Compromisso como Ferramenta para a Gestão de Conflitos em Unidades de Conservação. Trabalho apresentado no **VI - Seminário Brasileiro sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social | I - Encontro Latino-americano sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social** (15 a 20 de setembro de 2013 | Belo Horizonte – MG).

FAO. **Fisheries management**. Rome, 1997. 82 p. (Technical Guidelines for Responsible Fisheries, n. 4).

GODARD, Olivier. A gestão integrada dos recursos naturais e do meio ambiente: conceitos, instituições e desafios de legitimação. In VIEIRA, Paulo Freire; WEBER, Jacques (org.). **Gestão de Recursos Naturais Renováveis e Desenvolvimento: Novos desafios para a pesquisa ambiental**. São Paulo: Cortez, 1997.

IBAMA. **Boletim estatístico da pesca marítima e estuarina do Brasil, 2006**. Disponível em: <<http://www.ibama.gov.br/recursos-pesqueiros/wp-content/files/estati2006.pdf>> Acesso em 14.mar.2009.

ICMBIO. **ICMBIO lança plano para conservação dos manguezais**. Notícias de 03/02/2015. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/6701-icmbio-lanca-plano-para-conservacao-dos-manguezais.html>>. Acesso em 30 jul 2015.

ICMBIO. **Memória da Reunião do Comitê Gestor**. Realizada em 10 de abril de 2013. Disponível em <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/documentos/memoria_de_reuniao_10_de_abril_de_2013_rev.pdf>. Acesso em 30 jul 2015.

ICMBIO. Parque Nacional do Cabo Orange é eleito Sítio Ramsar Notícias de 09/12/2013. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/comunicacao/noticias/20-geral/4540-parque-nacional-do-cabo-orange-e-eleito-sitio-ramsar.html>> Acesso em 22 abr. 2014.

ICMBIO. **Plano de ação nacional para conservação das espécies ameaçadas e de importância Socioeconômica do ecossistema manguezal**. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/docs-plano-de-acao/pan-manguezais/matriz-planejamento-manguezal-site.pdf>> Acesso em 30 jul 2015.

KOTSCHO, Ricardo. **Amazônia: não adianta chiar, a “Economist” tem razão**. Disponível em: <http://santosbancarios.com.br/index.php?det=detalhes&id_titulo=2&id=125.>

Acesso em: 20 mar 2015

LEUZINGER, Márcia Dieguez. Natureza e Cultura: Criação de Unidades de Conservação de Proteção Integral e Domínio Público Habitadas Por Populações Tradicionais. **Revista de Direito Ambiental**. vol. 52. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, p. 101, 2013.

LEFF, Enrique. **Epistemologia ambiental**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

MELO, Gustavo Mende de; IRVING, Marta de Azevedo. **Parque Nacionais na fronteira amazônica: uma leitura da percepção local sobre a gestão dos Parques Nacionais Montanha do Tumucumaque e Cabo Orange (AP-Brasil)**. Belo Horizonte 08(2) 76-91 julho-dezembro de 2012

MATTOS, Sérgio Macedo Gomes de (coord.). Gestão de Pescarias Costeiras e da Maricultura. **Anais da II Oficina de Trabalho de Aquicultura e Pesca do Nordeste**. Brasília: Ministério da Pesca e Aquicultura, Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste, 2011, 187 p.

MENDES, Paulo Sergio Abreu. **O ICMS ecológico previsto na Lei Estadual nº 322/1996 como instrumento de política pública ambiental no estado do Amapá**. 2009, 154 f. Dissertação (Mestrado em Direito Ambiental e Políticas Públicas), Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, AP, 2009.

RODRIGUES, Edmilson Brito. **Território e soberania na globalização: Amazônia, jardim de águas sedento**. Belo Horizonte: Fórum, 2012.

SANTOS, Geraldo Mendes dos; SANTOS, Ana Carolina Mendes dos. Sustentabilidade da pesca na Amazônia. **Estudos Avançados**, v.19, n.54, p.165-182, 2005

SCHERL, L. M. et al. **As áreas protegidas podem contribuir para a redução da pobreza? Oportunidades e limitações**. Cambridge, Reino Unido: IUCN, 2006.

SECRETÁRIA DE MEIO AMBIENTE DO ESTADO DO AMAPÁ – SEMA/AP. Governo do Amapá amplia e fortalece parceria com governo federal. Disponível em: <<http://www.sema.ap.gov.br/index.php/gcom/noticiasacom/522-governo-do-amapa-amplia-e-fortalece-parceria-com-governo-federal>> Acesso em: 30/07/2014

SILVA, Jorge Kleber Teixeira. Direitos socioambientais das populações tradicionais e gestão territorial. Trabalho apresentado no **XVI Encontro Nacional de Estudos Populacionais**, ABEP, realizado em Caxambu – MG – Brasil, de 29 de setembro a 03 de outubro de 2008. Disponível em: <http://www.abep.nepo.unicamp.br/encontro2008/docsPDF/ABEP2008_939.pdf> Acesso em 30 nov. 13

SILVA, L. Maurício Abdon da; SILVA, S. Luzia de Figueiredo. **A Atividade Pesqueira na Região Atlântica da Costa do Amapá: Município de Amapá, Pracuúba, Tartarugalzinho e baixo Araguari**. Disponível em: <http://www.iepa.ap.gov.br/probio/relatorios/Relatorio_Cap11.pdf> Acesso em: 02 nov. 2012.

SILVA, Sirley Luiza de Figueiredo. **Diagnóstico da Pesca no Litoral do Parque Nacional do Cabo Orange e sua área circundante, Município do Oiapoque, Estado do Amapá**. Dissertação apresentada para obtenção do grau de Mestre em Ciência Animal. Programa de Pós-Graduação em Ciência Animal. Núcleo de Ciências Agrárias e Desenvolvimento Rural. Universidade Federal do Pará. Belém-PA, 2010.

A URBANIZAÇÃO EM MACAPÁ APÓS A CRIAÇÃO DO ESTADO DO AMAPÁ: EXPANSÃO URBANA E DESIGUALDADE SOCIOESPACIAL

L'URBANISATION À MACAPÁ APRÈS LA CRÉATION DE L'ÉTAT D'AMAPÁ: L'EXPANSION URBAINE ET L'INÉGALITÉ SOCIO-SPATIALE

Eliane Cabral da Silva¹

RESUMO: O presente trabalho visa compreender as transformações na urbanização de Macapá-AP, após a estadualização do Amapá em 1988, por meio da investigação do processo de expansão urbana ocorrido. A expansão foi pensada considerando dois períodos: 1990 a 2010 e 2011 a 2015, e analisada a partir da perspectiva da produção do espaço urbano, que tem como estratégia um olhar dialético e crítico, de forma a identificar agentes, processos e contradições. Os dados levantados e as reflexões realizadas a partir da pesquisa evidenciam a importância do capital imobiliário no processo de expansão urbana recente de Macapá e indicam, para o período de 2011 a 2015, a constituição de novas formas e conteúdos no urbano macapaense que intensificam as desigualdades e a segregação socioespacial.

Palavras-chave: Expansão urbana; desigualdade; segregação; socioespacial; Macapá-AP.

RÉSUMÉ: Cet actuel travail a pour but comprendre les transformations dans la vie urbaine de Macapá-AP, après l'Amapá avoir été transformé en État en 1988, en voie d'un processus qui a eu lieu dans l'expansion urbaine. L'expansion a été pensée en considérant de deux périodes : 1990 a 2010 et 2011 à 2015, et a été analysée parmi une perspective de production de l'espace urbain, qui a comme stratégie un regard dialectique et critique, de façon à identifier les agents, les processus et les contradictions. Les données recueillies et les réflexions réalisées à partir des recherches prouvent l'importance du capital immobilier dans le processus de l'expansion urbaine récente de Macapá et indique, pour la période de 2011 à 2015, la constitution de nouvelles formes et contenues dans le milieu urbain macapéen, ceux qui intensifient les inégalités sociales et la ségrégation socio-spatiale.

Mots-clés : expansion urbaine ; inégalité ; ségrégation; socio-spatiale; Macapá-AP.

¹ Professora do Departamento de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Amapá. Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Campinas. E-mail: lianecabral@hotmail.com

Artigo recebido em julho de 2017 e aceito para publicação em setembro de 2017.

1 Introdução

Macapá é a maior cidade do Amapá e sua capital. Localizada na Amazônia Setentrional, atualmente mais de 94% de sua população reside no urbano. Sua história mostra que o seu crescimento urbano, até a estadualização em 1988, foi consequência de grandes projetos econômicos ligados ao extrativismo, à exploração mineral e às políticas públicas direcionadas à “ocupação” e ao desenvolvimento da Amazônia depois que foi elevado à categoria de Território Federal, em 1943, como é assinalado por Becker (2013), Nascimento, Couto e Ferreira (2010), Santos (2012), Superti, Porto e Martins (2011). Segundo esses autores, foram vários os acontecimentos que dinamizaram o Estado, atraindo indivíduos de outros lugares, com consequências diretas no crescimento da capital até meados da década de 1990.

Mas, após o processo de estadualização, em 1988 essa dinâmica se modifica e, especialmente a partir de 2011, o processo de expansão urbana em Macapá passa por sensíveis mudanças, principalmente no que se refere a suas formas e conteúdo, destacando-se a maior presença no território de serviços ligados a meios técnico-científico-informacionais² e, especialmente, o comparecimento do setor imobiliário, via incorporadoras e construtoras, como agentes importantes na promoção da expansão urbana e na produção da cidade.

O presente trabalho foi pensando no sentido de entender parte dessa realidade e tem como objetivo compreender os aspectos da urbanização de Macapá após a estadualização do Amapá, a partir da investigação do processo de expansão urbana ocorrido. A expansão foi discutida considerando dois períodos: 1990 a 2010 e 2011 a 2015, divisão que se justifica porque o período de 2011 a 2015, em comparação ao anterior, evidenciou novos agentes na produção do espaço urbano nessa urbe e transformações socioespaciais significativas. Até 2010, o Estado, via a implementação de loteamentos e serviços públicos, era o principal agente promotor da expansão urbana.

A expansão foi analisada a partir da perspectiva da produção do espaço urbano, que tem como estratégia um olhar dialético e crítico sobre a cidade, de forma a identificar agentes, processos e contradições. Henry Lefebvre e David Harvey foram as referências principais para pensar sobre o urbano, a cidade e os processos que envolvem sua produção. Nesse sentido, cidade e urbano são preferencialmente entendidos como resultantes de relações sociais e o direito à cidade, entre outras questões, como dar potência ao valor de uso do solo urbano sobre o seu valor de troca. A coleta de dados empíricos ocorreu via investigação de campo, mapeamento dos principais empreendimentos imobiliários residenciais e levantamentos em órgãos oficiais, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitacional - SEMUDH e outros.

A hipótese levantada é que após 2011 Macapá se insere em um novo patamar do desenvolvimento das forças capitalistas na Região Norte, assumindo, entre outras funções, a condição de um novo *locus* de investimentos do capital. Com isso, o capital imobiliário se torna o principal agente da expansão urbana e suas intervenções no espaço contribuem para a constituição de uma morfologia urbana cada vez mais desigual e segregada.

2 Aspectos da urbanização de 1990 a 2010

Dados do IBGE mostram que, entre 1990 e 2010, logo após a estadualização, a população de Macapá cresceu 136,48%, passando de 132.668 habitantes para 381.214 em 2010. A média de urbanização atingida para a época foi uma das maiores entre as capitais da Região Norte. Quanto aos fatores geradores desse crescimento, aponta-se em primeiro lugar a migração. A respeito da origem desses migrantes, as estatísticas do IBGE³ mostram que a grande maioria das pessoas são provenientes da Região Norte, em especial regiões circundantes ao estado do Amapá, como as ilhas do Pará. Do total de habitantes em 2010, 381.214 pessoas, 96,64%⁴ eram nascidas na Região Norte, indicando uma dinâmica migratória de forte conteúdo intrarregional. Com relação aos motivos da migração, o acesso a serviços, como saúde, educação e a expectativa de conseguir melhores condições de trabalho foram os principais fatores que motivaram esse deslocamento para Macapá.

As estatísticas do IBGE evidenciam ainda que o crescimento da população macapaense entre 1990 e 2010 ocorreu de modo a favorecer uma forte concentração das pessoas no espaço urbano e diminuição significativa das residentes na área rural, conforme é possível observar no Quadro 1.

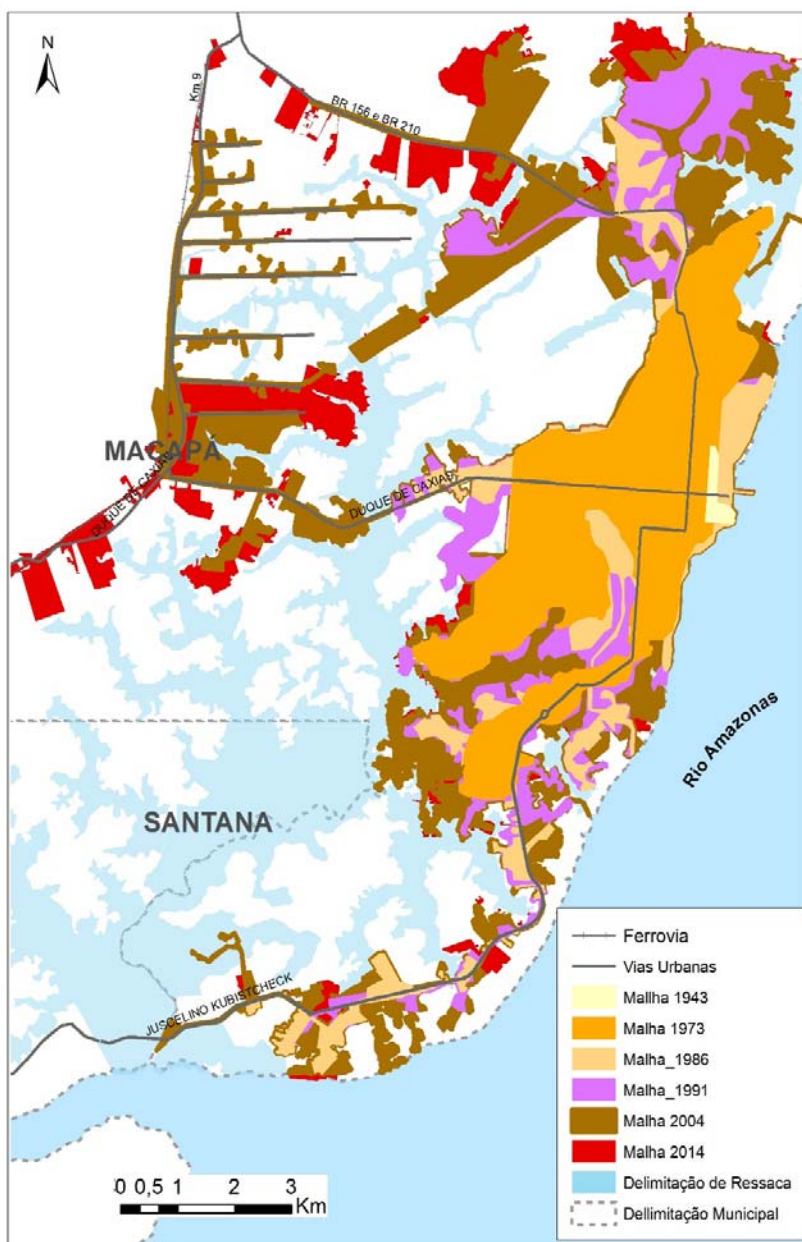
Quadro 1. Evolução da População Rural de Macapá 1980 a 2010

Período	População Total	População Urbana	População Rural	% População Rural
1.980	137.451	93.132	44.319	32,24
1.991	153.572	132.668	20.904	13,61
2.000	283.308	270.628	12.680	4,47
2.010	398.204	381.214	16.990	4,26

Fonte: Censos do IBGE, 1980, 1991, 2000 e 2010.

O crescimento da malha urbana de Macapá, entre 1990 e 2010, foi igualmente significativo. O Mapa 1, que representa a expansão da malha urbana de Macapá em 4 momentos (1943, 1973, 2004 e 2014), dá dimensões de quais foram os direcionamentos do crescimento urbano para o período. Observa-se neste mapa que o maior crescimento da malha urbana da cidade ocorreu entre 1973 a 2004, período correspondente a 15 anos de administração do governo do Território Federal e outros 15 de vigência da estadualização. Verifica-se, ainda, que a malha urbana existente em 1973 abrangia a área central e os bairros periféricos do centro. Já a malha ocupada em 2004 evidencia o crescimento da cidade, especialmente nos sentidos Sul e Norte. A malha urbana de 2014 destaca o crescimento da cidade para Oeste, Sul e Norte, sendo possível afirmar que a expansão urbana em Macapá,

a partir de 2011, ocorre segundo três eixos principais: Eixo de Expansão Urbana Sul, Eixo de Expansão Norte e Eixo de expansão Oeste.



Org.: Silva (2017). Elab.: Watanabe (2017). Arcgis 10.0.

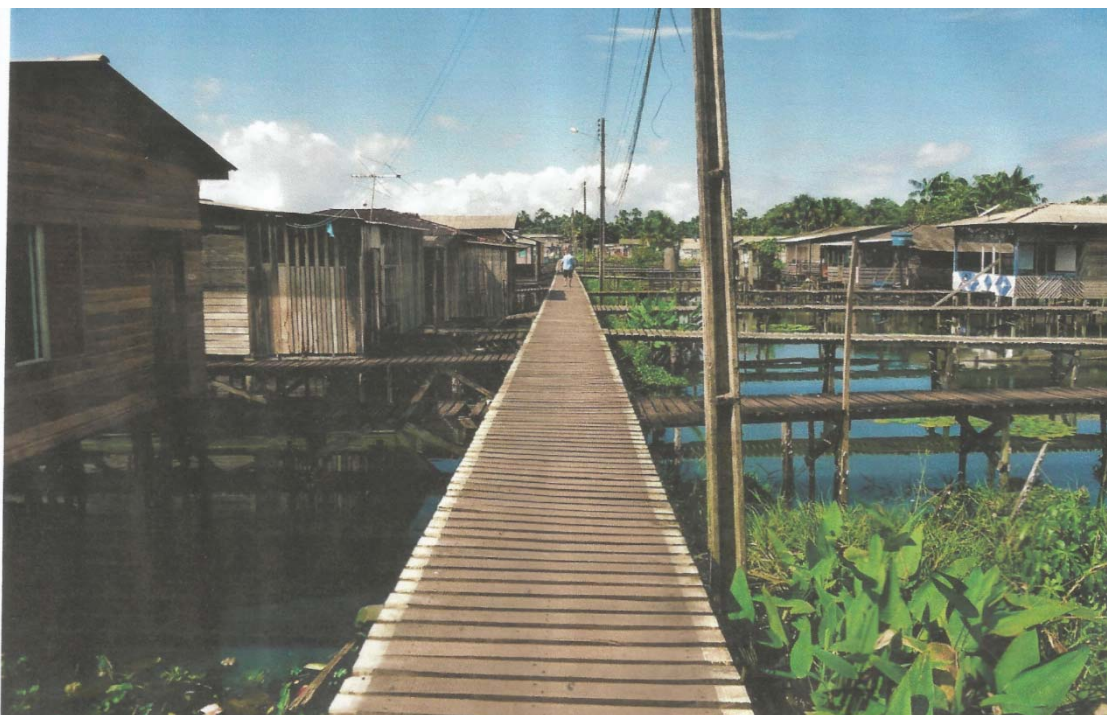
Mapa 1. Expansão da malha urbana de Macapá 1943 a 2014

Macapá, até a estadualização, possuía 17 bairros e a Avenida FAB, localizada no bairro Central, era o divisor entre as zonas Norte e Sul⁵, mas, a partir de 1990, ocorrem vários rearranjos no espaço urbano, devido ao adensamento populacional e elevado índice de ocupação. Inicia-se, então, um processo de ocupação e expansão urbana considerável, com o surgimento de inúmeros outros bairros e loteamentos, dos quais, 11 criados pelo estado do Amapá, sendo eles: Pantanal, Boné Azul, Marabaixo, Renascer, Amazonas,

Brasil Novo, Tucumã, Morada das Palmeiras, Chefe Clodoaldo, Novo Horizonte e Infraero I. Registros do IBGE, de 2017, dão conta de que existem hoje, em Macapá, 57 bairros consolidados, 27 oficialmente reconhecidos e outros 30 com ocupação consolidada, mas não oficialmente criados⁶.

Outra observação importante sobre a dinâmica da urbanização para o período é que, ao mesmo tempo que ocorre um processo de expansão urbana considerável, estimulado especialmente pelo Estado, a partir da criação de loteamentos destinados a trabalhadores de baixa renda na região Norte e Sul da cidade, nota-se, na paisagem urbana, que a desigualdade socioespacial se intensificou e se torna mais evidente em toda a sua extensão. A ocupação de áreas úmidas⁷ por habitações precárias é uma das expressões dessa desigualdade.

Em função das características do relevo de Macapá as áreas úmidas são encontráveis em toda a extensão da cidade, e, como a maioria dessas áreas são ocupadas por populações de baixa renda, tem-se essa dimensão de desigualdade socioespacial em boa parte do tecido urbano da cidade acarretando áreas próximas ocupadas por diferentes frações de classes sociais. A Figura 1 retrata as condições das habitações das pessoas que vivem nessas áreas úmidas em Macapá. Como se vê, são áreas onde está ausente qualquer infraestrutura, seja de saneamento, coleta de lixo e mesmo vias para circulação de veículos. Em geral as pessoas realizam seus percursos sobre pontes de madeira, que ligam as áreas alagadas às áreas de terra firme da cidade.



Fonte: Jornal Online Tribuna Amapaense. Disponível em <https://tribunaamapaense.blogspot.com.br/2015/07/morar-em-areas-alagadas-e-degradante.html>. Acessado em: 10 Agos de 2017.

Figura 1. Áreas úmidas ocupadas em Macapá-AP

Para essa situação, parece-nos importante atentar para o fato de que a “opção” por determinados grupos sociais em ocupar as áreas úmidas, especialmente a partir de 1990,

tem relação com a impossibilidade financeira de acesso a terra urbana adequada para construção de moradias bem localizadas, ou seja, não é uma opção no sentido usual, mas uma impossibilidade de ocupar e/ou comprar terrenos/casas em áreas mais adequadas. A habitação, conforme aponta Rodrigues (1998), é uma das mercadorias do modo de produção capitalista, e o fato de pessoas morarem em unidades tão precárias demonstra a fraca potencialidade do poder de compra desta parcela da população, que vende sua força de trabalho e compra outras mercadorias necessárias à sobrevivência, das quais está excluída a casa produzida nos moldes tipicamente capitalistas. De modo que a necessidade de abrigo, indispensável para a reprodução, é suprida com a ocupação, construção, compra ou aluguel de barraco de favela, ou, se considerarmos o caso de Macapá, de palafitas em áreas em úmidas.

O próprio documento do *Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressaca de Macapá e Santana* (TAKIYAMA, 2012) reconhece que a maioria absoluta das áreas úmidas ocupadas em Macapá é para moradia; 93% das áreas ocupadas, segundo esse estudo, cumprem essa função. Além disso, os dados sobre pessoas residentes em aglomerados subnormais, do Censo Demográfico do IBGE de 2010⁸, registram que, para o ano, existiam em Macapá 13.790 domicílios em áreas com essa classificação; deste total, 10.940 eram domicílios em que a renda familiar era inferior a 1 salário, e outros 1.090, domicílios registrados como com moradores sem rendimentos, estatísticas que confirmam a carência financeira dessa população⁹.

Essa realidade de aumento da desigualdade socioespacial em Macapá evidencia uma mudança importante no processo de urbanização, que passa ocorrer a partir da estadualização, com relação à dinâmica anterior, e que diz respeito às formas de acesso a terra urbana. Até meados de 1990, a forma principal de acesso à terra urbana, em Macapá, ocorria por meio da distribuição gratuita, via dispositivo de posse, pelo governo territorial, e não na forma de propriedade, que caracteriza mais diretamente o mercado, de modo que o mercado de terras era pouco desenvolvido e o preço da terra relativamente baixo.

Esta distribuição tinha o objetivo de incentivar a ocupação da região. Mas a dinâmica de urbanização, que se impõe a partir de 1990, gera uma “escassez”¹⁰ da terra no urbano, em especial nas áreas com mais infraestrutura, e provoca mudanças nesse cenário, de modo que tanto o mercado de terras quanto a busca da renda da terra se fortalecem, contribuindo para um processo que, na atualidade, tem resultado na sobreposição do valor de troca da terra urbana sobre o valor de uso.

Nesse sentido, é a questão da realização da renda terra que começa a se impor como obstáculo ao acesso à terra adequada para moradia pelos grupos sociais mais pobres, de modo que, para além de “opção”, ocupar as áreas úmidas foi uma das soluções possíveis para morar com relativa proximidade de serviços públicos e de outras atividades frequentes e necessárias à reprodução da sobrevivência dessas populações.

3 Aspectos da urbanização de 2011 a 2015

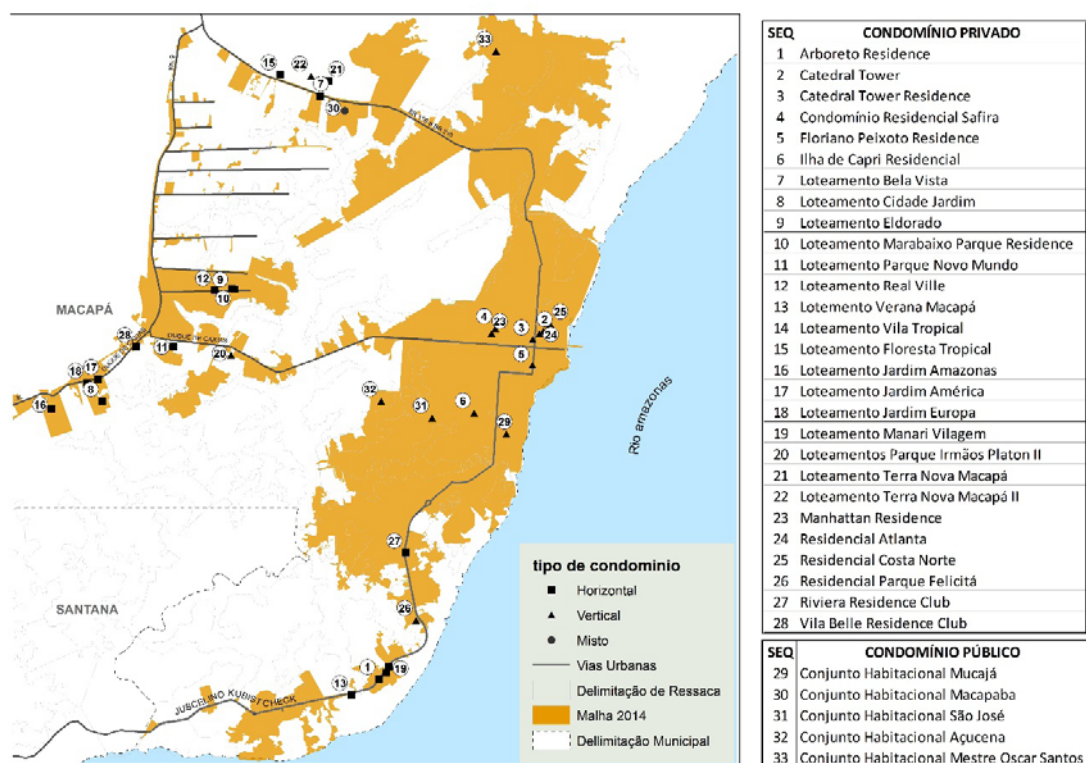
A partir de 2011, observa-se sensíveis mudanças no processo de urbanização de Macapá, principalmente no que se refere a suas formas e conteúdo, destacando-se a maior presença no território de serviços ligados a meios técnico-científico-informacionais, mudança no papel do estado no que se refere à condução do processo de expansão urbana e, especialmente, o comparecimento do setor imobiliário, via incorporadoras e construtoras,

como agentes importantes na promoção da expansão urbana e na produção da cidade.

Foi verificado que, de 2010 a 2015, foram realizados em Macapá cerca de 33¹¹ empreendimentos residenciais, dentre eles, 5 públicos e 28 privados, desses, 10 verticais e outros 18 na forma horizontal. Esses empreendimentos ofertaram à população macapaense mais 16 mil unidades, entre terrenos e residências. Desse total, 8.426 unidades foram provenientes da iniciativa pública, em especial pelo Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV), criado pela Lei Federal nº 11.977, de Julho de 2009, e outras 8.030 mil¹², contabilizando só os empreendimentos horizontais, resultantes da atuação da iniciativa privada. A distribuição pela cidade dos empreendimentos pode ser observada no Mapa 2.

No Mapa 2 observa-se que os empreendimentos públicos estão distribuídos pela cidade, sendo 2 na região Norte (Macapaba e Oscar Santos), 2 na região do bairro Buritizal (Jardim Açucena e São José) e 1 no bairro do Beírol (Mucajá); todas áreas já dotadas de algum tipo de infraestrutura, exceto no Macapaba, o maior dos conjuntos, com mais de 4 mil unidades, que foi construído em uma área de expansão urbana, pouco ocupada, e o Estado teve de colocar a infraestrutura básica.

Mas, apesar da importância da construção dessas habitações de interesse social, elas não resolveram a problemática da habitação dos trabalhadores de baixa renda de Macapá. Dados do Censo Demográfico do IBGE 2010 certificam que, em torno de 14% da população de Macapá, cerca de 60 mil pessoas vivem em habitações palafíticas precárias, sobre áreas alagadas, que estão em vários lugares da cidade.



Org.: Silva (2015). Elab.: Watanabe (2015). Arcgis 10.0.

Mapa 2. Localização dos empreendimentos imobiliários em Macapá, 2010 a 2015

Foi possível observar, durante o trabalho de campo, que boa parte dos empreendimentos privados horizontais são cercados, conforme registrado na Figura 2. Entretanto, o único que foi apresentado como condomínio fechado regularizado foi o *Vila Belle Residence Club*, da Incorporadora BELLIC S/A, situado na rodovia Duca Serra (área de expansão urbana Oeste). E, nesse caso, a questão da regularização é apresentada pelo empreendimento como elemento diferencial aos concorrentes.



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Figura 2. Loteamentos e Condomínios Fechados - Rodovia JK - Zona Sul de Macapá

No restante dos loteamentos visitados não se obteve essa informação, de modo que parecem se tratar do que Rodrigues (2016, p. 153) classificou de loteamentos murados. A autora argumenta que os loteamentos murados são irregulares porque não seguem a legislação condominial, regida no Brasil pela Lei Federal nº 4.591/1964, e que, muitas vezes, esses empreendimentos são chamados de condomínios, com objetivo de burlar a vigilância. Para a autora, isso ocorre porque o setor da incorporação imobiliária considera este produto mais lucrativo do que os condomínios fechados, visto que áreas públicas, como ruas, praças e outras de uso institucional, não são entregues à municipalidade, aumentando a área dos empreendimentos, mas, sobre elas não incide o Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).

É conveniente apontar, também, que os empreendimentos verticais, construídos e em construção em Macapá, possuem valores acima de R\$ 350 mil reais, para unidades mais baratas, e as mais caras ultrapassam 1 milhão, o que indica que não são destinados aos trabalhadores de baixa renda e de renda média baixa, mas para atender um público de alta renda. A Figura 3 mostra as características de alguns desses empreendimentos, que não se apresentam como uma alternativa para atender o déficit habitacional.



Fonte: Trabalho de campo, 2016.

Figura 3. Empreendimentos verticais no centro de Macapá, Incorporadora ICON

O que se tem é um processo de verticalização comandado pelo capital imobiliário local, via atuação de incorporadoras, construtoras e urbanizadores locais, que perceberam na construção de apartamentos de padrão médio e de luxo, uma forma de aplicar o capital excedente, fazer a mercadoria se realizar e promover a renda da terra de maneira a ter maior lucratividade. Nesse sentido, o processo de verticalização em curso segue a tendência mais geral de atuação do capital nas cidades, que, conforme apresentado por Harvey (2014), prioriza o valor de troca na cidade em detrimento do valor de uso, negando o direito à cidade a parte daqueles que vivem nela.

A vista para o Rio Amazonas, assim como a ideia da segurança no caso de loteamentos e condomínios fechados, é sempre apresentada nas propagandas dos empreendimentos verticais como um atrativo. O que parece tratar de situação verificada por Rodrigues (2016), com relação ao *modus operandi* das construtoras e incorporadoras para conseguir um maior preço nos empreendimentos murados. A autora explica que os loteamentos murados implicam a incorporação de capital à terra, elevando o preço do seu metro quadrado, o que significa aumento nos rendimentos. O fechamento deles e a instalação de equipamentos de monitoramento, tendo como pretexto a segurança, aumentam ainda mais a expectativa do preço da mercadoria. Tudo isso faz esses empreendimentos serem altamente lucrativos para os incorporadores.

Entendemos que, no caso dos empreendimentos verticais, trata-se de situação parecida. Nos empreendimentos verticais, a beleza cênica da paisagem, que tem como componente principal a vista para o maior rio em extensão do mundo, Rio Amazonas, são vendidos como mercadoria alicerçada na mercadoria terra/casa. De modo que os donos da terra/imóveis nessa região têm, no ato de realização da renda da terra, sua capacidade de lucro expandida, graças ao monopólio que têm sobre a terra e a renda diferencial, dado pela especificidade da localização, com visão privilegiada para o Rio Amazonas.

A ação do capital imobiliário privado na produção do espaço urbano em Macapá se dá, especialmente, a partir da ação de três principais urbanizadoras e incorporadoras que

dominam o mercado imobiliário e estão conduzindo o processo de expansão urbana na cidade de Macapá, das quais cito: Vex Construções e Incorporações Ltda., Urbanizadora e Loteadora Manari e ICON - Indústria da Construção Civil Ltda. Outras urbanizadoras, loteadoras se fazem presentes, mas suas obras são em pequena quantidade; ou se dão em associação com as urbanizadoras citadas, como é caso da Urbanizadora Renda Portuguesa, do Estado do Tocantins, que atua em parceria com a Vex, no empreendimento Terra Nova, localizado na área de expansão urbana Norte, e da CIPASA Urbanizadora de São Paulo que atua com a Vex no empreendimento Verana Macapá, localizado na área de expansão urbana Sul. Essas três urbanizadoras e incorporadoras surgiram em meados de 2000 e são originárias de capital local, atuam com capital fechado e duas delas nunca estabeleceram associações com outras empresas do ramo de grande porte, que são a ICON e a Manari.

Ainda é possível dizer, a partir do demonstrado no Mapa 2, que o processo de expansão urbana atual de Macapá segue uma lógica de verticalização e dispersão. A verticalização se dá no aumento da construção de torres no centro da cidade, direcionadas a públicos de média e alta renda, o que deve ocasionar aumento no número de indivíduos desses grupos sociais ocupando essa área urbana. Cabe ainda a reflexão de que, junto aos condomínios verticais de alto padrão, outros vários empreendimentos de serviços destinados a esse público também começam a se instalar na região, promovendo um enobrecimento da área e o encarecimento do solo urbano, ou indícios da produção espacial que apresenta sinais de “*gentrification*”.

A dispersão se relaciona ao número de condomínios e loteamentos horizontais que estão sendo construídos em áreas mais afastadas da cidade e com baixa densidade populacional. Muitas dessas áreas, em que ocorreu a implantação dos loteamentos murados e/ou condomínios fechados, eram rurais, localizadas em terras da União, e tiveram os títulos de posse regularizados via titulação cartorial, pelo INCRA, nas décadas de 1970 e 1980. A transformação dessas terras em loteamentos urbanos foi uma estratégia dos donos da terra no sentido de garantir a realização da renda nessa região e de forma a lucrar o máximo possível. Trata-se de uma expansão da urbanização no que se convencionou chamar de urbanização periférica em áreas suprimidas de infraestrutura.

Considerações finais

De modo geral, observa-se que o processo de urbanização, que se faz presente após estadualização e que vai até 2010, sofre alterações com relação ao processo vigente até 1988, em especial no que se refere às formas de acesso a terra urbana, e a maior visibilidade da desigualdade socioespacial urbana com ocupação de áreas úmidas e construção de habitações precárias nelas. Entretanto, o Estado continua sendo o principal promotor da expansão urbana e protagonista na produção do espaço urbano para o período, visto que sua atuação na implantação de loteamentos incentivou a expansão urbana para diversas áreas da cidade.

A presença dos agentes imobiliários tipicamente capitalistas, no período de 1990 a 2010, ainda que importante, é embrionária, não se notava a sua organização em uma cadeia mais complexa, com a presença de construtoras e incorporadoras como ocorre a partir de 2011. As formas e conteúdo dessa urbanização ocorrida até 2010, apesar de estarem em transformação, evidenciam um território pouco desenvolvido em relação aos elementos mais dinâmicos da economia capitalista urbana e com pouca densidade em objetos do meio técnico-científico-informacional.

Por sua vez, a expansão urbana ocorrida após 2011 se expressa a partir de um crescimento horizontal e vertical, e embora, o Estado não tenha se ausentado totalmente do processo, o mercado imobiliário assume a condição de principal agente promotor dessa expansão, impulsionando a constituição de uma morfologia da cidade cada vez mais desigual e segregada.

A expansão horizontalmente continua avançando para regiões periféricas, contudo o periférico agora apresenta um sentido dual, e não mais só como espaço marginalizado. Se reproduz, conforme salientado por Carlos, Volochko e Alvarez (2015), em um sentido contraditório, de forma que, se, por um lado, imensas áreas precárias em infraestruturas seguem ocupadas por autoconstrução, mostram, de forma dramática, a existência da propriedade privada do solo urbano como condição e pressuposto da construção de moradia. Por outro, sua negação são as áreas de construção dos condomínios fechados ou loteamentos murados, que apontam a contradição entre o espaço homogêneo (consequência da extensão do mundo da mercadoria que cria as bases de uma identidade abstrata em contradição com identidades locais) e o espaço fragmentado pela propriedade privada do solo.

Na expansão horizontal a discursiva da segurança justifica a construção de muros, e o morar entre muros potencializa a propriedade. De forma que surgem, como principal produto imobiliário do período, os condomínios fechados e os loteamentos murados que vendem, junto com a propriedade da terra, a mercadoria segurança. No que se refere ao processo verticalização, se, por um lado, a discursiva do crescimento da população urbana e da necessidade de garantir o maior número de pessoas morando em locais com infraestrutura justifica e encobre as contradições do processo em curso no centro da cidade, a realidade é que a maioria dos empreendimentos verticalizados, construídos e em construção, são de valores elevados e arrolam as ideias de praticidade, exclusividade e segurança nas suas peças publicitárias que indicam, na prática, formas que, construídas, produzem grande seletividade socioespacial.

Na paisagem urbana a desigualdade socioespacial continua a se fazer presente, 14% da população da cidade vivem em palafitas sobre áreas úmidas, contudo, nos espaços em que o capital imobiliário tem atuado no sentido da implantação das formas condomínios fechados e loteamentos murados, há alteração na forma e no conteúdo da segregação socioespacial. Os muros, segundo Rodrigues (2016), que, em outros contextos históricos, quase sempre representavam a divisão da diferença, nesse caso representam o limite ou a fronteira entre mundos socioeconomicamente distintos, configurando essa nova forma de segregação socioespacial. Sua presença produz uma cidade segmentada e fragmentada. A partir deles não há uma proposta de cidade, mas parcelamentos de glebas que formam enclaves, atendendo ao interesse da incorporação imobiliária, com o aumento de rendas, lucros e juros. Representam um tipo de segregação socioespacial que tem na propriedade privada e na apropriação privada de espaços públicos e coletivos sua base fundamental.

O Estado, que até 2010 se destacava como o principal promotor da expansão urbana, por mais que não tenha se eximido da responsabilidade na construção de moradias de interesse social, passa a ter um papel secundário, e os agentes econômicos imobiliários, agora formalmente consolidados e organizados em uma cadeia mais complexa, onde os setores da incorporação, do mercado de terras e da comercialização estão presentes, assumem a dianteira no processo de expansão urbana e provisão habitacional, dando margem para acontecer o que Harvey (2016) define como o valor de troca assumindo o comando da provisão habitacional.

Guardadas as devidas proporções, ao que parece, a capital macapaense se insere, após 2011, em um novo patamar do desenvolvimento das forças capitalistas na região Norte do Brasil, assumindo, entre outras funções, a condição de um novo *locus* de investimentos do capital, conforme discutido por Harvey (2016), fatos que impactaram de forma contundente o urbano. E o tipo de produção socioespacial, que se torna predominante para esse período, tem apresentado como característica a negação da cidade à maioria das pessoas que vivem nela, porque, como norma se privatiza parcelas do espaço urbano e o seu acesso passa a ser controlado, negligenciando à maioria de seus habitantes, dessa forma, em sentido profundo, a cidade como obra, invenção e criação coletiva, conforme apresentado por Lefèbvre (2001),

Notas

² Sobre meios técnico-científico-informacionais ver Santos e Silveira (2001).

³ Censos Demográficos do IBGE de 1940 (p. 179), 1950 (p. 68), 1960 (p. 197), 1970 (p. 612), 1980 (p. 34/35), 1991 e 2000. Disponível em: <<http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/populacao.php?lang=&codmun=160030&search=amapa|macapa|infogr%EF1ficos:-evolu%E7%E3o-populacional-e-pir%E2mide-et%E1ria>>.

⁴ Censo Demográfico do IBGE/2010. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/comparamun/compara.php?lang=&order=dado&dir=desc>>. Acessado em: 22 fev. 2017.

⁵ Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística IBGE - Regional Macapá.

⁶ A denominação de bairros oficiais é para aqueles que têm seus limites devidamente reconhecidos e lei de criação aprovada. Não oficiais são aqueles de ocupação consolidada, mas que não têm limites reconhecidos e nem lei de criação aprovada.

⁷ No texto do *Zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressaca de Macapá e Santana, Estado do Amapá* (2012), afirma-se que o processo de ocupação das áreas úmidas, reconhecidas regionalmente como ressacas, teve início na década de 1950 e se intensificou a partir de 1990. Atribui a responsabilidade pela ocupação dessas áreas para moradia à falta de planejamento e ineficiência do governo que não realizou um desenvolvimento adequado. Menciona ainda, os altos índices migratórios para o Estado, nas décadas 1990 e 2000 como os impulsionadores dessas ocupações que modificou o ambiente natural das ressacas.

⁸ Aglomerado subnormal é um conceito utilizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE para definir o conjunto constituído por 51 ou mais unidades habitacionais caracterizadas por ausência de título de propriedade e pelo menos uma das características abaixo: irregularidade das vias de circulação e do tamanho e forma dos lotes e/ou -carência de serviços públicos essenciais. Informação disponível em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/00000015164811202013480105748802.pdf>>. Acessado em: 22 fev. 2017. As áreas de ressacas ocupadas em Macapá se enquadram nesses critérios.

⁹Dados disponíveis em: <<file:///C:/Users/User/Downloads/00000006923512112011355415675088.pdf>>. Acessado em: 15 fev. 2017.

¹⁰ Escassez aqui é entendida não como esgotamento da terra, mas diminuição de sua oferta a baixo preço, devido ao processo de apropriação de boa parte da terra adequada para moradia e existente no urbano, por pessoas físicas ou jurídicas, como bem privado.

¹¹ Para levantamento dos empreendimentos imobiliários, neste trabalho, fez-se a opção metodológica, por registrar os loteamentos e residenciais com maior número de unidades e construídos pelas principais construtoras e incorporadoras que dominam o mercado macapaense, visto que impactaram mais a produção do espaço urbano.

¹² Esse número se refere somente à parte dos empreendimentos privados, pois tivemos dificuldade de conseguir o número de unidades nos empreendimentos verticais; portanto, nem todas estão contabilizadas, de modo que o número real de unidades ofertadas pela iniciativa privada é maior.

Referências

AMAPÁ. Assembleia Legislativa. **Lei nº 1.758**, de 27 de junho de 2013. Autoriza o Poder Executivo a realizar a alienação gratuita, mediante doação dos lotes urbanos de assentamentos localizados em imóveis de domínio do Estado do Amapá, para promover a regularização fundiária urbana e dá outras providências. Macapá: DOE, 28.06.2013.

BECKER, Bertha K. **A Urbe Amazônida: a floresta e a cidade**. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. 85 p.

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Lei nº 11.977**, de 7 de julho de 2009. Dispõe sobre o Programa Minha Casa, Minha Vida – PMCMV e a regularização fundiária de assentamentos localizados em áreas urbanas; altera o Decreto-Lei nº3.365, de 21 de junho de 1941, as Leis nºs4.380, de 21 de agosto de 1964, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 10.257, de 10 de julho de 2001, e a Medida Provisória nº2.197-43, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. Brasília: DOU, 8.7.2009.

CARLOS, Ana Fani Alessandri; VOLOCHKO, Danilo; ALVAREZ, Isabel Pinto. (Orgs.). **A cidade Como Negócio**. 1. ed. São Paulo: Contexto, 2015. 270 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. A periodização da rede urbana da Amazônia. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v. 4, n.3, p. 39-68, jul./set. 1987.

_____. **O Espaço Urbano**. São Paulo: Ática, 1995. 94 p.

HARVEY, David. **17 Contradições: e fim do capitalismo**. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. 235 p. (Vol. 1).

_____. **Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana**. 1. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2014. 294 p.

LEFÈBVRE, Henri. **A Revolução Urbana**. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 1999. 178 p.

_____. **O Direito à Cidade**. 5. ed. São Paulo: Centauro, 2001. 143 p.

MACHADO, Lia Osório. O Controle Intermitente do Território Amazônico. **Revista Território**, UFRJ, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 19-32, 1997.

MARICATO, Ermínia. **Para entender a Crise Urbana**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2015. 112 p.

NASCIMENTO, Durbens M.; COUTO, Aiala C. O.; FERREIRA, Aurilene dos S. Estado fronteira e redes na Amazônia: uma contribuição ao debate. In: PORTO, Jadson Luís Rebelo; NASCIMENTO, Durbens M. (Orgs.). **Interações fronteiriças no Platô das Guianas: novas construções, novas territorialidades**. Rio de Janeiro: Publit, 2010. p. 17-44. (Vol. 1).

- NUNES FILHO, Ednaldo Pinheiro. Formação histórica, econômica, social, política e cultural do Amapá: descrição do processo de formação histórica do Amapá. In: OLIVEIRA, Augusto; RODRIGUES, Randolfé. **Amazônia-Amapá: escritos de história**. Belém: Paka-Tatu, 2009.
- PINTAUDI, S. M.; FRÚGOLI JR., H. (Orgs.). **Shopping Centers: espaço, cultura e modernidade nas cidades brasileiras**. São Paulo: UNESP, 1992. 129 p.
- RODRIGUES, Arlete Moysés. Loteamentos Murados e Condôminos Fechados: propriedade fundiária urbana e segregação socioespacial. In: VASCONCELOS, Pedro Almeida; CORRÊA, Roberto Lobato; PINTAUDI, Silvana Maria. (Orgs.). **A Cidade Contemporânea. Segregação Espacial**. São Paulo: Contexto, 2016.
- _____. **Produção e Consumo do e no Espaço: Problemática Ambiental Urbana**. 1. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1998. 239 p.
- SANTOS, E. R. C. **Amazônia Setentrional Amapaense: dos mundos das águas às florestas protegidas**. 2012. 227 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.
- SANTOS, Milton. **A Natureza do Espaço: técnica e tempo razão e emoção**. 3. ed. São Paulo: Editora HUCITEC, 1999. 308 p.
- _____. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Edusp, 2009. 173 p.
- _____; SILVEIRA, Maria Laura. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2001. 473 p.
- SUPERTI, E.; PORTO, J. L. R.; MARTINS, C. C. Políticas públicas de integração física da Amazônia e a fronteira internacional do Amapá. Circuito de Debates Acadêmicos, 1., Brasília: IPEA, **Anais...** 2011.
- TAKIYAMA, Luís Roberto et al. **Projeto zoneamento ecológico econômico urbano das áreas de ressacas de Macapá e Santana, estado do Amapá: relatório técnico final**. Macapá: IEPA, 2012.

MAPEAMENTO E ANÁLISE MULTITEMPORAL DO USO E COBERTURA DA TERRA DA REGIÃO DA CIDADE DE MACAPÁ/AP

MAPPING AND ANALYSIS OF MULTITEMPORAL USE AND LAND COVER IN THE REGION OF THE OF CITY MACAPÁ /AP

Dário Rodrigues de Melo Junior¹

Fabiano Luís Belém²

Eduardo Queiroz de Lima³

Genival Fernandes Rocha⁴

RESUMO: Os estudos sobre o uso e cobertura da terra podem ser satisfatoriamente abordados pela categoria de análise geográfica paisagem. Diante disto, este trabalho tem como objetivo mapear e analisar o Uso e Cobertura da Terra na região da cidade de Macapá no Estado do Amapá nos últimos 30 anos. A metodologia consistiu em uma pesquisa bibliográfica e foram empregadas as técnicas e ferramentas do geoprocessamento e sensoriamento remoto, a partir de imagens de satélite Landsat 5 e 8, no decorrer dos anos de 1985, 1995, 2005 e 2015. Essas imagens foram processadas e classificadas através do classificador Máxima Verossimilhança com técnicas de Processamento Digital de Imagens no software ENVI® Classi versão 5.0 e analisadas no software ArcGIS® versão 10.3. Após a análise verificou-se a tendência de evolução da mancha urbana na região e a diminuição significativa das lagoas pela invasão da mancha urbana. Houve também a diminuição do solo exposto/campo e de vegetação.

Palavras-chave: Uso e cobertura da Terra. Geoprocessamento. Sensoriamento Remoto. Macapá.

ABSTRACT: Studies on land use and land cover can be satisfactorily approached by the category of landscape geographic analysis. In view of this, this work aims to map and analyze the Use and Coverage of the Land in the region of the Macapá city in the State of Amapá in the last 30 years. The methodology consisted of a bibliographical research and the techniques and tools of geoprocessing and remote sensing were used. Landsat satellite images 5 and 8 were used during the years of 1985, 1995, 2005 and 2015. These images

1 Graduando em Geografia Bacharelado pela Universidade Federal do Amapá. E-mail: dariojr.ap@gmail.com.

2 Geógrafo pela Universidade Federal de Minas Gerais, Especialista em Geoprocessamento pela Universidade Federal de Minas Gerais e Mestre em Desenvolvimento Regional e Meio Ambiente pela Universidade Federal de Rondônia. Atualmente é Professor do curso de Geografia na Universidade Federal do Amapá. E-mail: flb.geo@gmail.com.

3 Geógrafo pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Especialista em Geoprocessamento e Cartografia Digital pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Especialista em Licenciamento Ambiental On Shore pelo Instituto Federal do Rio Grande do Norte e Mestre em Geodinâmica e Geofísica pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Atualmente é Técnico do Laboratório de Geoprocessamento da Universidade Federal do Amapá. E-mail: eduqlima@yahoo.com.br.

4 Geógrafo, Mestre e Doutor em Geografia pela Universidade Federal de Goiás. Atualmente é professor do curso de Geografia na Universidade Federal do Amapá. E-mail: gfernandesr@gmail.com.

Artigo recebido em julho de 2017 e aceito para publicação em setembro de 2017.

were processed and classified through the Maximum Likelihood classifier with Digital Image Processing techniques in ENVI® Classi software version 5.0 and analyzed in ArcGIS® software version 10.3. After the analysis it was possible to verify the trend of evolution of the urban spot in the region and the significant decrease of the lagoons being invaded by the urban spot. There was also a decrease of the exposed soil and of vegetation.

Key words: Land use and land covering. Geoprocessing. Remote Sensing. Macapá.

1 Introdução

Entender os aspectos físicos da natureza e compreender o comportamento das sociedades com o meio natural e dentro de si mesma é o problema/objeto da ciência Geográfica. É, portanto, de interesse da geografia apreender como cada sociedade humana estrutura e organiza o espaço físico-territorial em face das imposições do meio natural (ROSS, 1995).

Para tanto, a geografia se utiliza de diferentes técnicas, ferramentas e categorias de análise. Para este trabalho, a categoria de análise empregada é a paisagem. Trata-se de um dos conceitos chave da geografia, capaz de promover a unificação e identidade para a afirmação da disciplina geográfica (SIQUEIRA et al, 2013).

Os estudos sobre o uso e cobertura da terra envolvem o objeto da geografia de forma satisfatória dentro da perspectiva da dinâmica da paisagem. E isso se tornou possível principalmente nas últimas décadas com a inclusão de novas técnicas e ferramentas através do desenvolvimento de tecnologias, e os novos recursos computacionais permitiram o surgimento de novas metodologias para as análises de como o espaço está sendo usado pelo homem e de que maneira a cobertura natural do solo se apresenta.

O desenvolvimento da tecnologia comportou o surgimento das Geotecnologias, as quais a partir do Geoprocessamento e do Sensoriamento Remoto ampliaram o Sistema de Informações Geográficas (SIG). Isto se deu com o emprego destes ramos do conhecimento nos estudos do uso e cobertura da terra, viabilizando a análise espacial e multitemporal de determinado local.

O mapeamento da cobertura do solo é uma importante forma de conhecer os aspectos e impactos das atividades antrópicas sob o meio ambiente. Segundo Rosa (1990), este mapeamento é de fundamental importância para a compreensão dos padrões de organização do espaço. Dessa forma, o mapeamento da cobertura do solo permite avaliar, planejar e controlar espacialmente o uso sustentável e ocupação ordenada do meio ambiente.

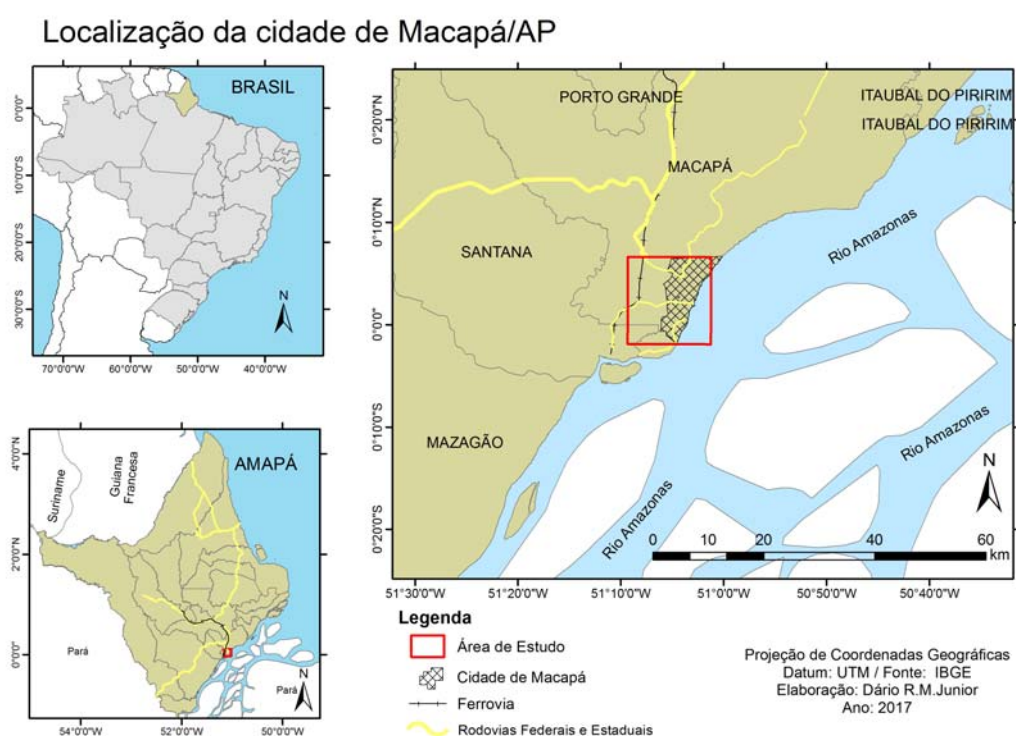
De acordo com o IBGE (2013, p. 36), um estudo sobre uso e cobertura da terra deve “indicar a distribuição geográfica da tipologia de uso, identificada por meio de padrões homogêneos da cobertura terrestre”. Para isso, os procedimentos metodológicos devem envolver pesquisas em laboratório e de campo, “voltadas para a interpretação, análise e registro de observações da paisagem, concernentes aos tipos de uso e cobertura da terra, visando sua classificação” representada em mapas.

Dentro desse contexto apresentado, o trabalho tem como objetivo geral mapear e analisar o Uso e a Cobertura da Terra da região da cidade de Macapá (AP) nos últimos 30 anos, com técnicas e ferramentas do geoprocessamento e sensoriamento remoto, com foco nos seguintes objetivos específicos: 1) elaboração de Mapas de Uso e Cobertura da Terra correspondente aos anos de 1985, 1995, 2005 e 2015; 2) quantificação e diagnóstico das alterações de cada classe, estabelecendo uma análise ambiental comparativa dos anos mapeados.

2 Localização e caracterização da área de estudo

A área de estudo corresponde à região da cidade de Macapá, capital do estado do Amapá. Localizada entre as coordenadas geográficas de latitude $00^{\circ} 6' 36.22''N$, longitude $51^{\circ} 9' 21.15''W$ e latitude $00^{\circ} 1' 54.81''S$, longitude $51^{\circ} 1' 13.92''W$ (figura 01). Esta área abrange $235,559 \text{ km}^2$ da região e tem um perímetro de $61,406 \text{ km}$, comportando a cidade de Macapá (zona urbana), parte do rio Amazonas (a leste) e áreas sem ocupação urbana a oeste.

Esta região, assim como a Amazônia, tem um histórico dinâmico desde a época do Brasil colonial, pois se trata de uma localização estratégica por ser porta de entrada para a Amazônia. Diante disso, foi alvo de atenção da corte Portuguesa e de sua geopolítica, e alvo de vários tratados entre Portugal, França e Espanha para apaziguar os conflitos que se instalavam (BRITO, 2005).



Fonte: IBGE (2017). Org: Melo Junior.

Figura 01. Mapa da localização da Área de estudo.

Algo que materializa esse momento de ameaças é a Fortaleza de São José construída pela Coroa Portuguesa, em 1764, na baía do então povoado de Macapá. Já com o Brasil independente, houve a mudança da categoria de povoado para Vila de São José de Macapá, no século XIX (BRITO, 2005).

Em 1943 houve a criação do Território Federal do Amapá, desmembrando todo seu território do estado do Pará. De acordo com Brito (2005), isso foi uma estratégia de ocupação efetiva e de desenvolvimento e integração socioeconômica da região. No dia 31 de maio de 1944, a pequena cidade de Macapá passa a categoria de capital do novo território. A partir da década de 1950 em diante, houve vários projetos Agrominerais no Amapá como o projeto ICOMI de 1953 que teve seu auge nos anos 80 na exportação de minério manganês;

também destaca-se o projeto Jari de 1967; e o projeto AMCEL de 1976 dentre outros.

Para Santos (2010), todo este contexto de independência territorial e instalação de grandes projetos privado e de governo impulsionou um arranjo espacial trazendo certo desenvolvimento ao estado. De acordo com o autor citado, a região da cidade de Macapá “teve seu dinamismo socioeconômico ligado ao projeto de criação do ex-Território que passou a dotar a sua capital de condições mínimas de infraestrutura e garantias normativas para a chegada desses projetos” (SANTOS, 2010, p.2).

No ano de 1988, o Território Federal do Amapá transformou-se em Estado com a promulgação da constituição Federal e em 1992 foi criada e implantada a Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS. Esses acontecimentos foram responsáveis por um processo migratório mais acentuado e levando esta população a ocupar principalmente o núcleo urbano de Macapá (IEPA, 2004; BRITO, 2005).

Assim, o centro comercial desenvolveu-se juntamente com setor de serviços e setores da construção civil, indústria madeireira, entre outros, estabelecendo o processo de urbanização que provocou alterações na rede urbana da cidade através dos surgimentos de bairros, os quais na maioria são desprovidos de planejamento.

Esse crescimento populacional da cidade Macapá pode ser observado na Tabela 01, que mostra que o município de Macapá tem mais de 90% de população urbana.

Tabela 01. Evolução da População do município de Macapá entre 1980 e 2016

Ano	População	Δ (%)
1980	93.132	0%
1991	179.777	93%
1996	219.701	22%
2000	283.308	29%
2007	344.153	21%
2010	398.204	16%
2016	465.495	17%

Fonte: IBGE (2016); SEMA (2001).

Como se observa na tabela 01, a última estimativa da população feita, em 2016, é de 465.495 mil pessoas, tendo uma variação de 400% em relação à década de 1980. É um crescimento muito expressivo em 36 anos, com uma média de crescimento de 33% ao ano, sendo bem significativo nas décadas de 1980 e 1990.

A região compreendida pela cidade de Macapá apresenta um registro geológico com rochas do período do Terciário da era do Cenozoico representada pela Formação Barreiras. Ao longo das drenagens e lagoas se encontram rochas do período do Quaternário, os quais são unidades de depósitos de Planície Fluvial Antiga e nas margens rio Amazonas há depósitos de Planície Flúvio-Estuarina (ZEEC/IEPA, 2004).

O relevo da região em sua maior parte está dentro do domínio Planaltos e Tabuleiros Rebaixados na unidade Tabuleiros Costeiros, caracterizada por colinas de topos aplainados e ravinas. Próximo às margens do rio Amazonas, drenagens e lagoas passam para o domínio Planície Costeira Sul do Amapá na unidade Planícies Fluviais e Flúvio-Estuarinas, que são áreas sujeitas a inundações pluviais ou pelas marés (por ser Baixos Terraços) parcial ou totalmente inundáveis (ZEEC/IEPA, 2004).

A vegetação é classificada como Secundária ou Área Alterada (SEMA, 2012; ZEEC/IEPA, 2004). A Região é campestre ou de savana caracterizada pela vegetação do Cerrado Amazônico com forma Arbóreo-Arbustiva Antropizada. Havendo nas margens das drenagens e do rio Amazonas e ao longo das lagoas as formas pioneiras de vegetação com influências Fluvial Lacustre que são os Campos Inundáveis temporário ou permanente.

De acordo com a Classificação de Köppen, o clima da região enquadra-se como Equatorial Quente-Úmido (Am) com curta estação seca e um índice pluviométrico de 2.500 mm/Ano. A temperatura gira em torno da média de 27°C com influência da Zona de Convergência Intertropical –ZCIT (IHMET, 2000 apud ZEEC/IEPA, 2004).

Os solos são classificados como Latossolos Vermelho Amarelo Alíco e Gleissolos Pouco Úmido (ZEEC/IEPA, 2004). Os Latossolos são solos profundos e muito antigos, presentes em relevos suavemente ondulados, e é o tipo de solo mais presente na área de estudo principalmente na parte oeste e central. Os Gleissolos caracterizam-se, assim, pela forte gleização, em decorrência do regime de umidade, por isso são presentes nas margens do rio Amazonas, drenagens e lagoas. Não são bem desenvolvidos e tem uma textura muito argilosa sendo encontrados em relevo plano.

3 Procedimentos metodológicos

Para alcançar o objetivo proposto fez-se uma pesquisa bibliográfica acerca das temáticas abordadas (uso e cobertura da Terra, paisagem e classificação supervisionada) e fez-se uso de técnicas e métodos do campo do sensoriamento remoto e do geoprocessamento.

Primeiramente, foi feita a aquisição de imagens da série de satélites Landsat (Land Remot Sensing Satellite): 1) Landsat 5, sensor TM (Thematic Mapper) – adquiriu-se três imagens referente aos anos de 1985, 1995 e 2005 e disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE); 2) Landsat 8, sensor OLI (Operational Land Imager) – obteve-se uma imagem do ano 2015 (02/setembro) de órbita e ponto 225/60, através do site do Serviço Geológico Americano (USGS). A relação e detalhes das imagens adquiridas, referentes ao Landsat 5, constam na Tabela 02.

Tabela 02. Relação das Imagens adquiridas Satélites Landsat 5 TM

Ano	Data	Órbita/Ponto
1985	10/Junho/1985	225/60
1995	26/Setembro/1995	225/60
2005	19/Julho/2005	225/60

Fonte: INPE (2016).

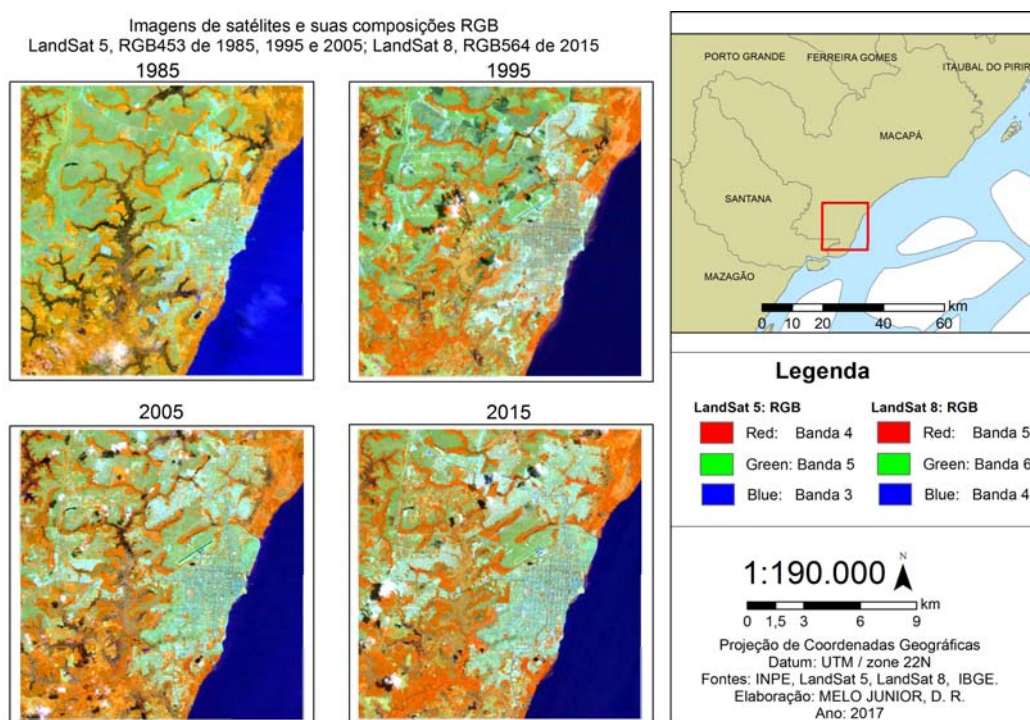
Em relação à escolha das imagens, adotou-se o critério temporal que consistiu no intervalo de tempo adequado para se observar mudanças significativas na cobertura da Terra. Assim, foram selecionadas quatro imagens, cada uma apresentando uma diferença de 10 anos entre as datas de realização do imageamento, o que perfaz uma escala de 30 anos de observação do fenômeno estudado, permitindo uma análise multitemporal comparativa.

Para o processamento digital das imagens foi usado o software ENVI® Classi versão 5.0 e para a geração de dados espaciais e elaboração dos mapas temáticos utilizou-se o software ArcGIS® versão 10.3. As imagens do satélite Landsat 5 TM foram corrigidas geometricamente através do método de georreferenciamento image-to-map, tendo como base a imagem do satélite Landsat 8 OLI que é georreferenciada. Posteriormente, aplicou-se a correção radiométrica com um realce de contraste através do aumento linear de 2%. De acordo com Meneses e Almeida (2012), esses procedimentos são chamados de pré-processamento, os quais são funções operacionais para remover ou corrigir os erros e as distorções introduzidos nas imagens pelos sistemas sensores devidos a interferências da atmosfera (erros radiométricos) e à geometria de imageamento (distorções geométricas).

Realizou-se composições RGB com as bandas 453, respectivamente, nas imagens Landsat 5. Já a imagem do satélite Landsat 8 a composição RGB foi com as bandas 564. Com essas composições se conseguiu imagens falsa cor. Após isso, se fez o recorte apenas da área de interesse deste estudo nas imagens (ver Figura 02).

Após todos os processos acima citados, deu-se início à classificação supervisionada da área com a etapa de seleção das amostras nas áreas homogêneas constituídas das classes pretendidas. As classes escolhidas para este estudo foram as seguintes: Mancha Urbana, Rio Amazonas, Lagoas, Vegetação e Solo Exposto/Campo.

Vale destacar que na classe “Lagoa” está incluída a unidade geomorfológica conhecida localmente como “Ressacas”, as quais são planícies fluviais inundáveis e em processo de colmatção por sedimentos holocênicos, comportando meandros abandonados e sujeitas a inundações pluviais e por marés (TAKIYAMA, 2012). De acordo com Souza (2003), a pouca disponibilidade de áreas para morar nas proximidades dos centros urbanos, leva os cidadãos fazer uso das ressacas para residir, implicando na baixa qualidade da habitação (casas de palafitas) e na vida dos cidadãos. Já na classe “Solo Exposto/Campo” relacionam-se as áreas sem cobertura vegetal e áreas com cobertura vegetal rasteira ou com presença de indivíduos arbustivos/arbóreos distribuídos de modo esparsos, o que constitui áreas de vegetação secundária ou savanas.



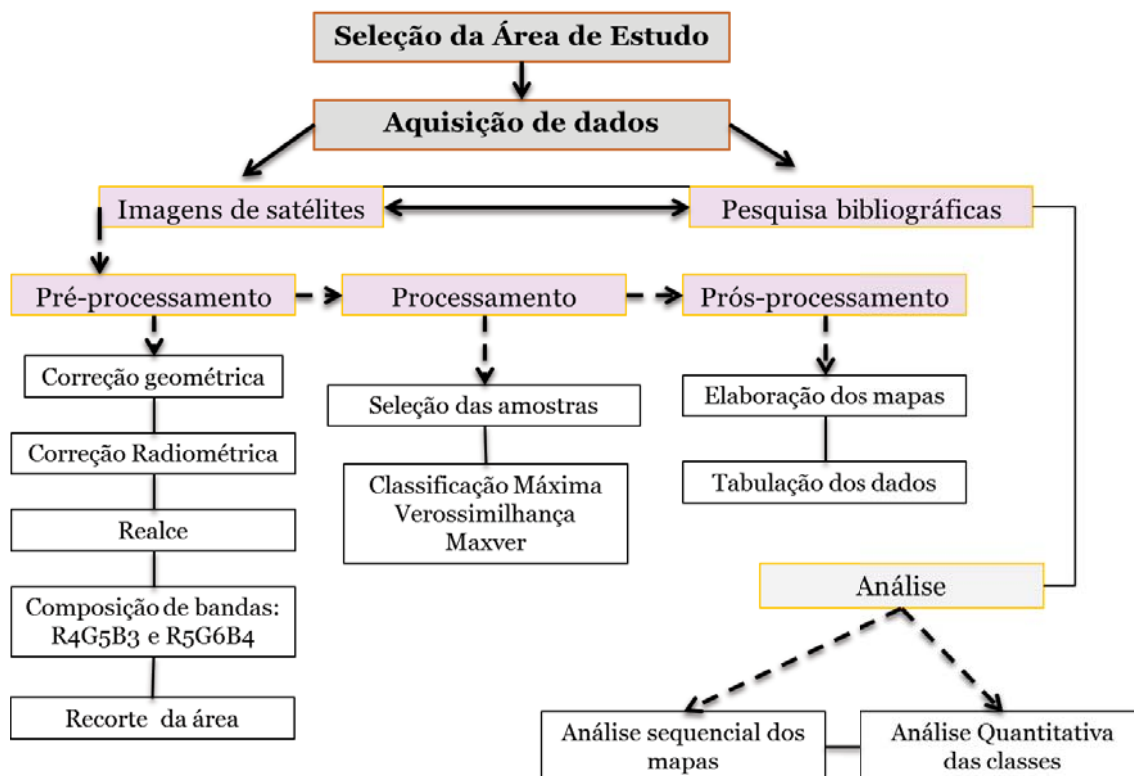
Fonte: Melo Junior (2017).

Figura 02. Imagens de satélite LandSat 5 e 8 e suas composições.

Posteriormente foi realizada a classificação com o método da Máxima Verossimilhança – Maxver (maximum likelihood) que considera a ponderação das distâncias entre as médias dos valores dos pixels das classes, utilizando parâmetros estatísticos (MENESES; SANO, 2012). De acordo com INPE (2008), este classificador assume que todas as bandas têm distribuição normal e calcula a probabilidade de um dado pixel pertencer a uma classe específica. É um classificador muito utilizado por ser bem eficiente.

A partir disso, elaboraram-se os mapas de uso e cobertura da região da cidade de Macapá/AP dos anos 1985, 1995, 2005 e 2015. A tabulação dos dados das áreas de todas as classes com seus respectivos anos foi realizada no programa Microsoft Excel 2010®, com o qual foi possível obter o coeficiente de correlação de Pearson (r) das classes durante o tempo.

A Figura 03 apresenta o fluxograma das etapas do procedimento utilizado, destacando as etapas de pré-processamento (correção geométrica, correção radiométrica, realce, composição de bandas e recorte de imagens), processamento (seleção de amostras e classificação supervisionada), pós-processamento (elaboração dos mapas e tabulação dos dados) e análise quantitativa e dos mapas.



Fonte: Melo Junior (2017).

Figura 03. Fluxograma dos procedimentos metodológicos.

4 Resultados e discussão

A metodologia aplicada permitiu mapear e analisar o Uso e Cobertura da Terra na região da cidade de Macapá no Estado do Amapá nos últimos 30 anos, conforme será apresentado nas figuras a seguir.

No mapa de uso e cobertura da Terra de 1985 (Figura 04) identificou-se a predominância das classes “Vegetação” e “Solo Exposto/Campo” na região com uma porcentagem de 33% e 32% respectivamente. O grande projeto mineral da ICOMI teve seu auge nesta década, chegou a exportar trezentas mil toneladas de minério manganês neste ano (TOSTES et al., 2016). Com isto, investiu-se na infraestrutura da cidade de Macapá (SANTOS, 2010, p.2), fazendo com que a mancha urbana se consolidasse nas margens do rio Amazonas com 16,56km², o que representa 7% da área de estudo.

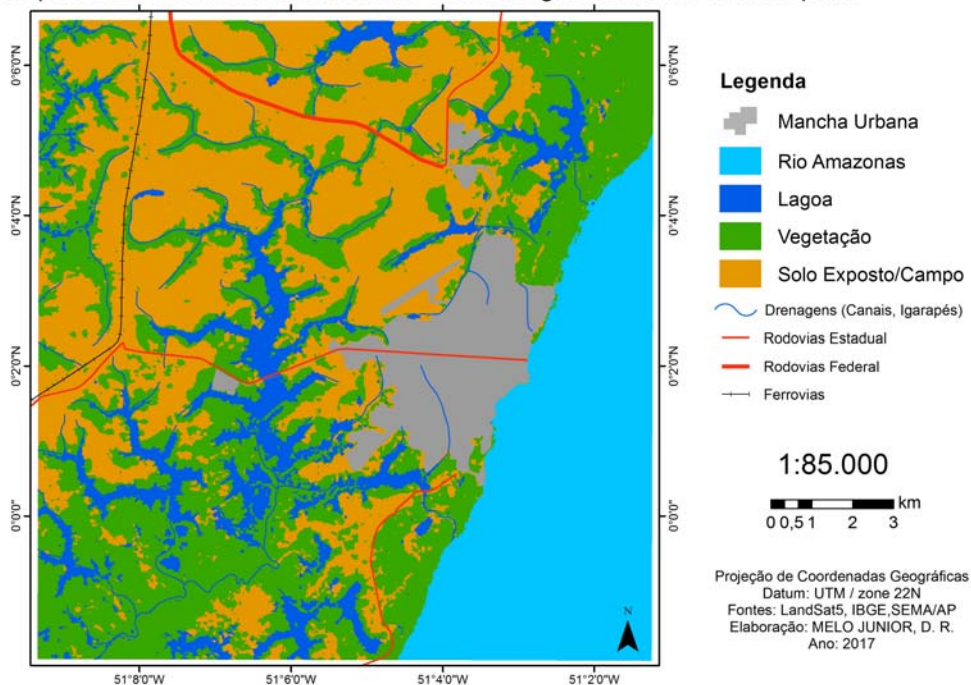
No mapa de uso e cobertura da Terra do ano de 1995 (Figura 05), já é possível observar o aumento da classe “Mancha Urbana” em 14%, nos sentidos norte e sul da região, o que pode ser correlacionado, principalmente, com a imigração ocasionada pela criação do Estado, em 1988, e pela implantação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS, em 1992 (IEPA, 2004; BRITO, 2005).

Em função dos eventos supracitados, as pessoas migraram para o estado do Amapá em busca de emprego, o que as levou a fixar residência, sobretudo, na capital Macapá. A Tabela 01, já apresentada, mostra que a população aumentou 136% no ano 1996 em relação ao ano 1980.

Na Figura 05 também se observa o aumento da classe “Solo Exposto/Campo”, representando 42% da região, e diminuição da classe “Lagoa”, compreendendo 4% da

cobertura da Terra da área de estudo. Essa redução ocorre em função da imagem de satélite ser de data próxima ao verão (Tabela 02), período em que as lagoas secam consideravelmente. A classe “Vegetação” não é muito expressiva ocupando 21% da área estudada.

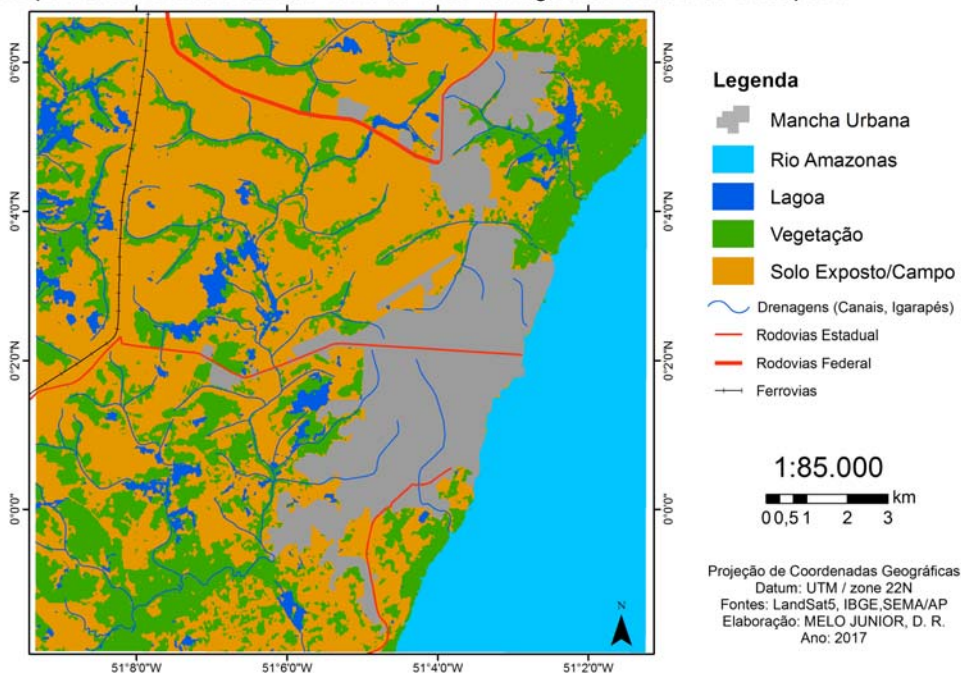
Mapa de Uso e Cobertura da Terra de 1985 da região da cidade de Macapá/AP



Fonte: Melo Junior e Belém (2017).

Figura 04. Mapa de Uso e Cobertura da Terra da região de Macapá (AP) de 1985.

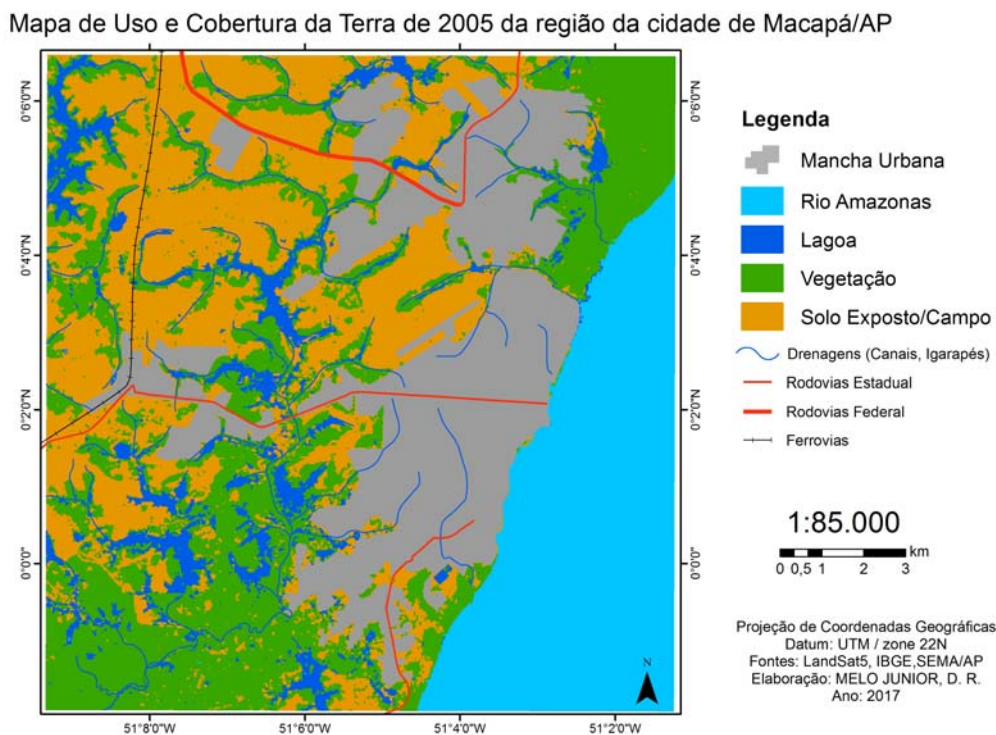
Mapa de Uso e Cobertura da Terra de 1995 da região da cidade de Macapá/AP



Fonte: Melo Junior e Belém (2017).

Figura 05. Mapa de Uso e Cobertura da Terra da região de Macapá (AP) de 1995.

No mapa de 2005 (Figura 06), nota-se a continuidade do aumento da classe “Mancha Urbana”, que perfaz, neste período, 22% da área de estudo. Observou-se que a mancha urbana cresceu acompanhando o percurso das rodovias e que ela se expandiu no sentido oeste até o limite com a ferrovia.



Fonte: Melo Junior e Belém (2017).

Figura 06. Mapa de Uso e Cobertura da Terra da região de Macapá (AP) de 2005.

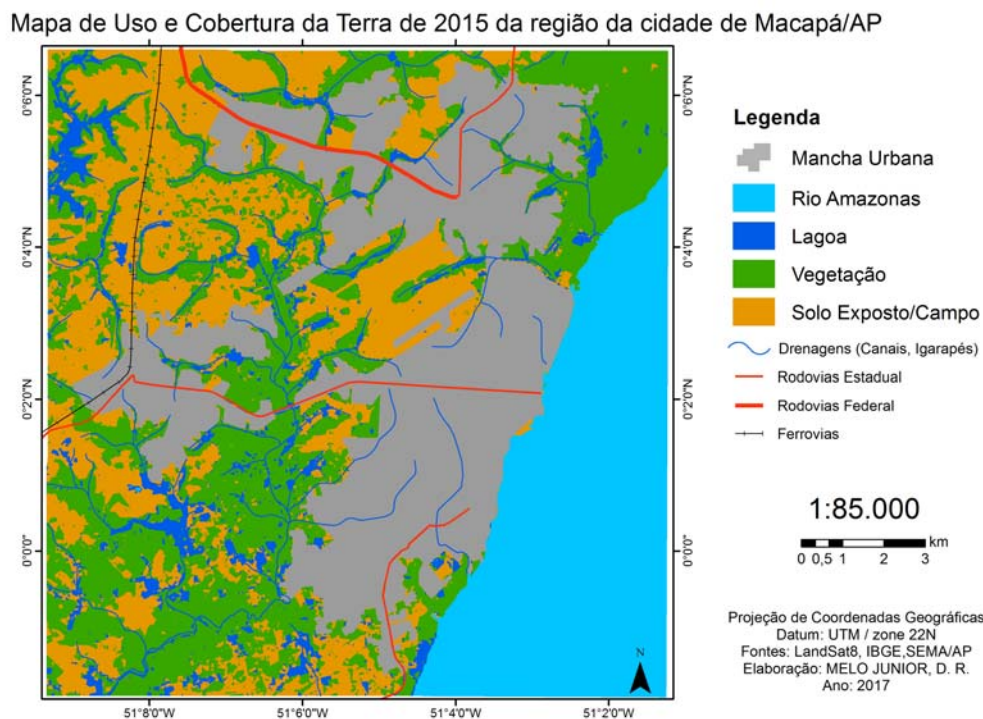
Ainda na Figura 06, destaca-se a ocupação nas áreas da classe “Lagoa”. A classe “Solo Exposto/Campo” (26%) predomina na parte noroeste e a classe “Vegetação” (27%) está presente na parte nordeste e sudoeste da região. Essas duas últimas classes citadas, praticamente mantiveram as percentagens, portanto, encontram-se em equilíbrio.

No mapa de uso e cobertura da Terra de 2015 (Figura 07), a “Mancha Urbana” se torna a segunda classe com a maior predominância na região, ocupando cerca de 27 % da área de estudo, ficando atrás apenas da classe “Vegetação” que ocupa 28%. A classe “Solo Exposto/Campo” diminuiu para 21% e a classe “Lagoa” para 5%.

Ao analisar a classe “Mancha Urbana” podemos verificar sua evolução ao longo das rodovias e principalmente tende a evoluir em direção norte e oeste da região. O seu desenvolvimento na paisagem é bem expressivo, e sempre tendendo a ocupar áreas de lagoas, como ao sul da região, e áreas de solo exposto e de campos de vegetação secundária ou savânica como no norte e oeste da região.

A comparação da evolução da mancha urbana, conforme a Figura 08, permite inferir algumas considerações. No ano de 1985 a classe “Mancha Urbana” representa 7% da área de estudo, já no ano de 1995 o percentual é de 14%, em 2005 era de 22%, em 2015 esse percentual passa a representar 27% do total da área de estudo. O desenvolvimento da mancha urbana pode ser visto na Figura 08 e Tabela 03.

Ainda com base na Figura 08, observa-se que, entre 1985 e 1995, o crescimento da zona urbana de Macapá ocorreu de forma mais marcante tanto para norte quanto para sul, enquanto que, em 2005, este crescimento já é claramente intensificado para oeste.



Fonte: Melo Junior e Belém (2017).

Figura 07. Mapa de Uso e Cobertura da Terra da região de Macapá (AP) de 2015.

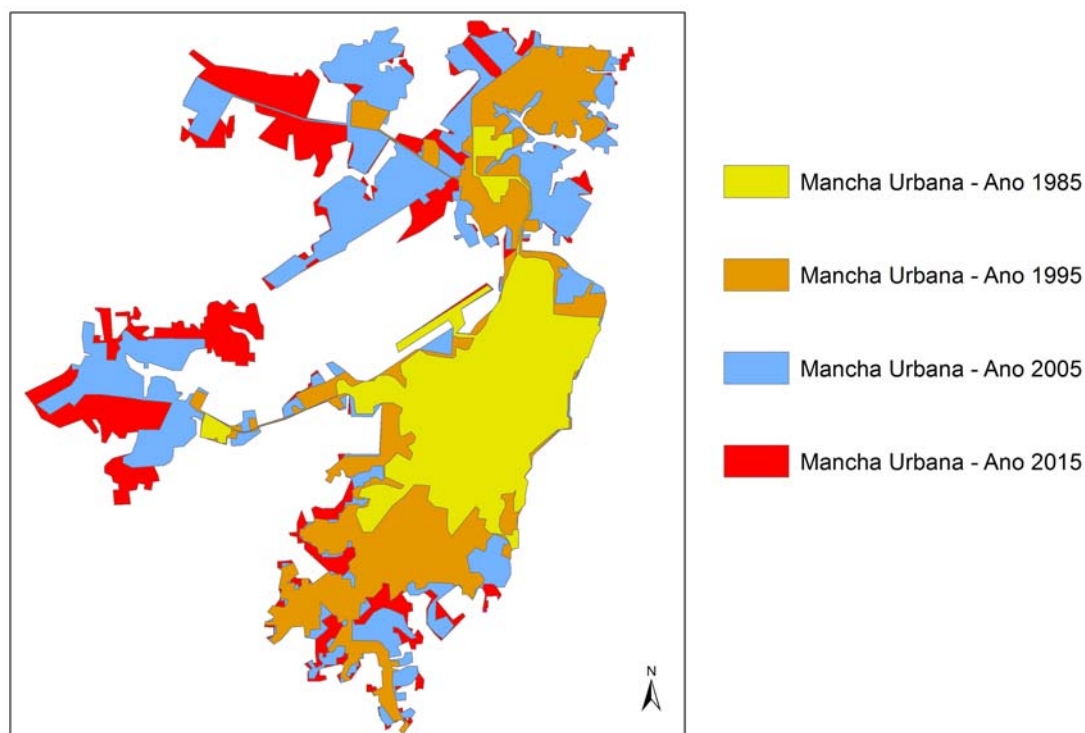
Segundo a consolidação do estudo das áreas de cada classe mapeada em seus respectivos anos, conforme Tabela 04, detectou-se que no período analisado houve um aumento significativo da área da classe “Mancha Urbana” e uma diminuição da área da classe “Lagoa”. Isto sinaliza que houve e há um avanço para ambientes de lagos, os quais estão sendo ocupados para habitação. Além disso, houve uma diminuição nas áreas das classes “Vegetação” e “Solo Exposto/Campo”. Ressalta-se que a classe do Rio Amazonas não sofreu modificações significativas, sempre ocupando 19% da região estudada.

Tabela 03. Dados quantitativos da evolução da mancha urbana.

Ano	Mancha Urbana	Mancha urbana em relação à área total da região
1985	16,56 km ²	7%
1995	33,49 km ²	14%
2005	52,24 km ²	22%
2015	64,28 km ²	27%

Fonte: Melo Junior (2017).

A partir da Tabela 04, detectou-se uma análise estatística em que se apresentou uma correlação negativa significativa de -0,6 entre as áreas de mancha urbana e solo exposto/campo, e de -0,5 entre mancha urbana e áreas de lagoas, corroborando que, ao longo do tempo, a mancha urbana foi evoluindo principalmente nessas áreas.



Fonte: Melo Junior e Belém(2017).

Figura 08. Evolução sequencial da mancha urbana.

Tabela 04. Dados quantitativos em metros quadrados das classes.

Classes\Ano	1985	1995	2005	2015
Mancha Urbana	16.567.434,93 m ²	33.498.102,61 m ²	52.249.952,76 m ²	64.287.448,69 m ²
Rio Amazonas	43.843.824,47 m ²	44.133.282,27 m ²	43.655.087,27 m ²	44.248.979,58 m ²
Lagoa	21.296.620,9 m ²	8.451.622,07 m ²	14.157.635,52 m ²	11.661.892,67 m ²
Vegetação	77.885.594,42 m ²	49.793.584,59 m ²	64.216.972,15 m ²	65.180.310,66 m ²
Solo Exposto/ Campo	75.965.672,36 m ²	99.682.555,53 m ²	61.279.499,38 m ²	50.180.515,48 m ²
TOTAL	235.559.147,1 m ²	235.559.147,1 m ²	235.559.147,1 m ²	235.559.147,1 m ²

Fonte: Melo Junior (2017).

Considerações finais

A utilização das geotecnologias, dos procedimentos e ferramentas de geoprocessamento e sensoriamento remoto se mostraram bem eficiente para mapeamento do uso e cobertura da Terra possibilitando fazer uma análise ambiental satisfatória.

Analisando o resultado do mapeamento do período compreendido entre 1985, 1995, 2005 e 2015, pode-se concluir que houve alterações significativas no uso e cobertura da Terra na região da cidade de Macapá/AP, principalmente nas classes “Mancha Urbana”, “Lagoa” e “Solo Exposto/Campo”, destacando-se, o crescimento da área urbanizada, ao longo do período observado, e a diminuição das lagoas (Ressacas) e solo exposto (e de vegetação savânica), o que aponta para a ocupação urbana expandindo-se para estas áreas alagadas e para áreas de vegetação ausente ou campestre.

Outro fato observado relaciona-se com a direção de crescimento da mancha urbana. Conclui-se que da década de 80 para a década de 90 o crescimento se deu mais significativamente para Norte e para Sul, enquanto que a partir dos anos 2000 é possível perceber uma tendência mais acentuada da expansão urbana para oeste.

Considera-se que há necessidade de uma atenção especial dos gestores públicos quanto ao crescimento da cidade de Macapá, por meio da implementação e aplicação de leis que se referem ao uso e cobertura da Terra e à fiscalização da dinâmica de ocupação do espaço da região estudada, sobretudo para melhor controlar a expansão urbana sobre áreas mais vulneráveis, como as de lagoas/ressacas.

Referências

- BRITO, Dagunete. A produção do espaço amapaense e a gestão de recursos naturais. In: PORTO, Jadson Luís Rabelo (org.). **Amapá: aspectos de uma geografia em construção**. Macapá/AP, 2005.
- INSTITUTO DE PESQUISA CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS DO ESTADO DO AMAPÁ – IEPA. **Projeto Zoneamento Ecológico-Econômico do Setor Costeiro Estuarino do Estado do Amapá - ZEEC-AP**. Programa Estadual de Gerenciamento Costeiro – GERCO/AP, Macapá/AP, 2004.
- IBGE. **Manual técnico de uso da terra**. 3ª edição, Rio de Janeiro, 2013.
- _____. **Evolução Populacional e Pirâmide Etária**. Disponível em <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?lang=&codmun=160030&search=%7C%7Cinfor%EFfic os:-dados-gerais-do-munic%EDpio>> acessado em 27 de Abril de 2017 as 17:15.
- INSTITUTO NACIONAL DE PESQUISAS ESPACIAIS (INPE) - **Manuais: tutorial de geoprocessamento** SPRING, 2008.
- MENESES, Paulo Roberto; ALMEIDA, Tati de. Distorções e correções dos dados da imagem. In: MENESES, P. R.; ALMEIDA, T (Org). **Introdução ao processamento de imagens de sensoriamento remoto**. Brasília: Editora UNB, 2012.
- MENESES, Paulo Roberto; SANO, Edson Eyji. Classificação pixel a pixel de imagens. In: MENESES, P. R.; ALMEIDA, T (Org). **Introdução ao processamento de imagens de sensoriamento remoto**. Brasília: Editora UNB, 2012.
- ROSA, R. **Introdução ao Sensoriamento Remoto**. Uberlândia: Ed. da Universidade Federal de Uberlândia, 1990.

- ROSS, Jurandyr L. Sanches (Org.). **Geografia do Brasil**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. Configuração Geográfica e Interação Espacial no Amapá. **Anais...** XVI encontro nacional de geógrafos. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre - RS, 2010. 978-85-99907-02-3
- SOUZA, Josiane do Socorro Aguiar de. **Qualidade de vida urbana em áreas úmidas: ressacas de Macapá e Santana – AP**. Dissertação de Mestrado – Universidade de Brasília. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Brasília, 2003.
- SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE – SEMA. **Mapa de vegetação do Estado do Amapá**. Macapá, AP, 2012.
- SIQUEIRA, Mariana Nascimento; CASTRO, Selma Simões; FARIA, Karla Maria Silva. Geografia e Ecologia da Paisagem: pontos para discussão. **Revista Soc. & Nat.**, Uberlândia, 25 (3): 557-566, set/dez/2013.
- TAKIYAMA, L. R. et al. **Projeto zoneamento Ecológico Econômico Urbano das Áreas de Ressacas de Macapá e Santana, estado do Amapá**: relatório técnico final. Macapá: IEPA, 2012.
- TOSTES, J. A.; BARROZO, J. M.; CORDEIRO, N. F.; REZENDE, T. G. **Serra do Navio**: o mito da cidade no meio da selva. Disponível em:< <http://www.anppas.org.br>> Acesso em: 9 abr. 2016.

MEDIAÇÃO ESPACIAL E CENTRALIDADE URBANA: IMPORTÂNCIA E SIGNIFICADO DO AGLOMERADO URBANO MACAPÁ-SANTANA NA AMAZÔNIA SETENTRIONAL AMAPAENSE

SPATIAL MEDIATION AND URBAN CENTRALITY: IMPORTANCE AND MEANING OF THE MACAPÁ-SANTANA URBAN CLUSTER IN THE AMAPAENSE NORTHERN AMAZONIA

Romário Valente Santos¹
João Paulo de Almeida Amorim²
José Francisco de Carvalho Ferreira³

RESUMO: Este artigo apresenta e discute a centralidade urbana sub-regional do aglomerado urbano Macapá-Santana no contexto da Amazônia Setentrional Amapaense – ASA. A partir dos diversos acontecimentos que se sucederam no estado do Amapá, Macapá e Santana, que aqui se denominam de aglomerado urbano Macapá-Santana, se mostram centrais na organização da ASA, constituindo-se uma forte centralidade econômica, política e financeira, mas também de infraestrutura e de serviços diversos, fruto das intensas complementaridades urbanas que possuem em seu espaço.

Palavras-chave: Centralidade urbana. Aglomerado urbano. Macapá-Santana. ASA.

ABSTRACT: This article presents and discusses the sub-regional urban centrality of the Macapá-Santana urban agglomerate in the context of the Amazônia Setentrional Amapaense – ASA. Macapá and Santana, called Macapá-Santana urban agglomeration, are central to ASA's organization, constituting a strong economic, political, and financial centrality, as a result of the various events that have taken place in the state of Amapá, but also of infrastructure and various services, as a result of the intense urban complementarities that they have in their space.

Key words: Urban centrality. Urban agglomerated. Macapá-Santana. ASA.

1 Licenciado e Bacharel em Geografia. Mestre em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá-UNIFAP. E-mail: romario_geo@yahoo.com.br.

2 Licenciado e Bacharel em Geografia. Especialista em Docência do Ensino Superior. Mestre em Desenvolvimento Regional, Universidade Federal do Amapá-UNIFAP. E-mail: joapauloamorim30@gmail.com.

3 Doutor em Geografia e Planejamento Territorial. Pós-Doutor em Desenvolvimento Regional. Professor de Geografia e no Mestrado em Desenvolvimento Regional (UNIFAP). Colaborador do CICS-NOVA, da FCSH/UNL. E-mail: zcofer@gmail.com.

Artigo recebido em julho de 2017 e aceito para publicação em setembro de 2017.

1 Introdução

Em um trabalho anterior, cujo título é “A Centralidade Urbana Sub-Regional de Macapá-AP e sua Região de Influência”, apresentado no XVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ENANPUR (SANTOS; AMORIM, 2014), destacamos a centralidade urbana sub-regional da cidade de Macapá exercida num conjunto espacial chamado por Santos (2012) de Amazônia Setentrional Amapaense – ASA.

Naquele momento, por conta dos objetivos do artigo considerou-se apenas a centralidade de Macapá até por conta da metodologia analisada – Regiões de Influência do IBGE - REGIC/IBGE. Porém, é notória a necessidade de incorporar Santana no exercício da centralidade, utilizando para isso a dinâmica socioespacial entre as duas cidades, que compartilham, por exemplo, o uso de infraestruturas.

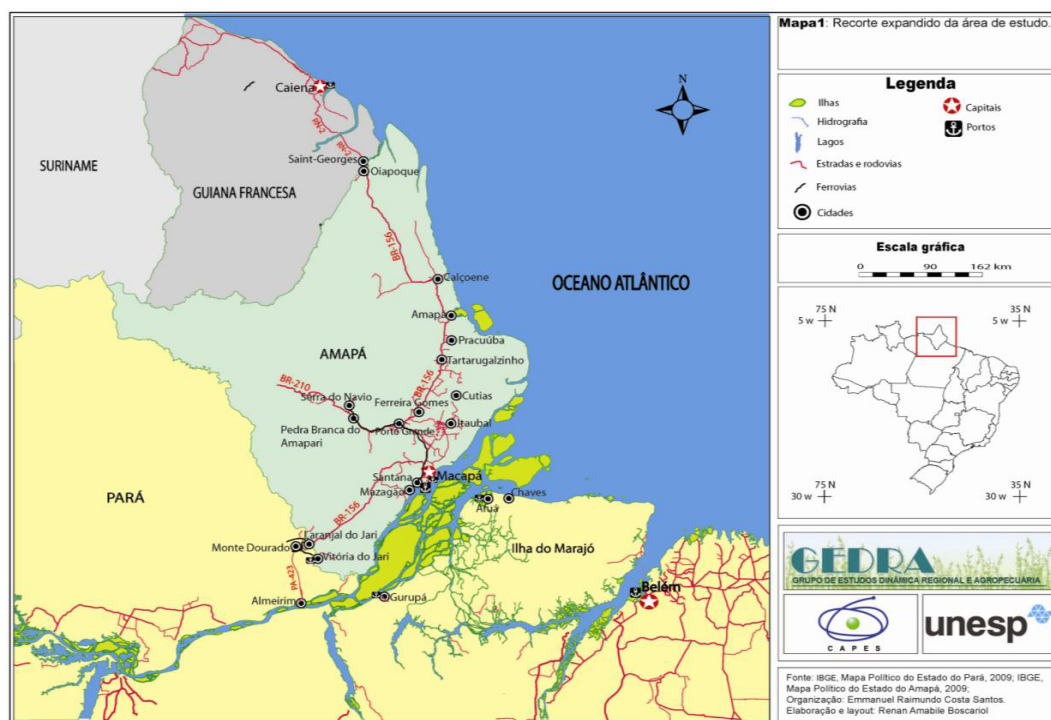
A forma como está organizado este artigo revela a necessidade de diálogo entre escalas para se compreender os diferentes papéis conferidos ao Aglomerado Urbano Macapá-Santana na rede urbana da Amazônia oriental, em geral, e da ASA, em particular. Nesse sentido, realizar um exercício de escalas é fundamental, pois a escala é muito importante na compreensão da produção do espaço (LEFREBVRE, 2006), especialmente quando se fala da articulação entre o espaço absoluto, o espaço relativo e o espaço relacional (HARVEY, 1980), os quais revelam, novamente, a necessidade de se pensar a partir de um exercício de escalas no plano das ações.

Inicialmente será realizada uma caracterização da ASA, que é onde o Aglomerado Urbano Macapá-Santana exerce sua centralidade, posteriormente far-se-á um levantamento dos processos desenvolvidos no Aglomerado Urbano Macapá-Santana desde sua formação socioespacial, até às atividades mais recentes.

Macapá foi fundada em 1758 e desde sua gênese apresentava um importante papel nas antigas terras do Cabo Norte, quando atuava como entreposto entre Belém e as outras vilas da ASA no período colonial, mesmo que esta centralidade tenha ganhado mais força quando a cidade tornou-se a capital do Ex-Território Federal do Amapá, em 1944 e, atualmente, junto com a cidade de Santana exercem a centralidade dentro da **área core** da ASA.

2 A ASA e o espaço para além das definições político-administrativas

A partir das mudanças espaciais profundas, ocorridas nos últimos anos na região amazônica, tem-se a necessidade de se repensar a forma como se articula o espaço intrarregional. Logo, surgem novas formas de se pensar a regionalização para a Amazônia, dentre elas destaca-se a proposta de Santos (2012) que busca o entendimento da ASA como uma forma de identificar os processos socioespaciais, especialmente na porção mais setentrional da Amazônia (Mapa 01).



Fonte: SANTOS (2012)

Mapa 01. Amazônia Setentrional Amapaense – ASA.

O recorte da sub-região da ASA extrapola os limites político-administrativos do estado do Amapá e agrega alguns municípios do Golfão Marajoara, revelando a importância desta região como polo articulador e irradiador de serviços e atividades no sentido de outros espaços presentes na porção mais setentrional da Amazônia.

AASA é um recorte analítico oriundo de pesquisa empírica, proposta com o intuito de analisar sob um novo prisma as dinâmicas regionais presentes na porção mais setentrional da Amazônia. Para o autor existe uma necessidade de buscar uma nova abordagem desse espaço amazônico, visto as dinâmicas que ocorrem em torno da região, pois “por muito tempo, os recortes regionais amazônicos foram feitos somente com base em critérios naturais, como os orientados pelos segmentos dos cursos fluviais, por exemplo, Baixo Amazonas, Médio Solimões, Alto Rio Negro etc.” (SANTOS, 2012, p. 22), assim como baseado em critérios geográficos como a Amazônia Oriental e Ocidental.

Neste contexto, o papel da ASA merece destaque por ser uma nova abordagem dentro das regionalizações já presentes na grande região amazônica. Esta sub-região pode ser definida como sendo

[...] constituída em sua área *core* pelo território do estado do Amapá, além de porções de territórios de alguns municípios do Estado do Pará e do Departamento Ultramarino Francês - DOM; a Guiana Francesa. Assim, destaca-se que a área de estudo não coincide com o recorte territorial do estado do Amapá, mas extrapola o limite administrativo estadual e nacional, abrangendo áreas dos municípios paraenses de Almeirim, Chaves, Afuá e Gurupá e se sobrepõe de forma reticular ao território da Guiana Francesa, através do eixo de migração

internacional de brasileiros, principalmente, para as cidades de Saint Georges, Cayenne e Kourou (SANTOS, 2012, p. 16-17).

A ASA teve sua construção forjada, sob a égide de agentes externos, ou seja, sua origem se deu por vontades alheias à população nativa, para servir o interesse da coroa portuguesa no Brasil colonial. Neste contexto o Amapá, principal porção territorial da ASA, apresentou desenvolvimento urbano atrelado ao contexto histórico amazônico de ocupação, mas é a partir de sua criação enquanto Território federal, que vai sofrer intervenções mais intensas em seu espaço (PORTO, 2003).

A partir da criação do Território Federal do Amapá – TFA, em 1943, e da posterior transferência de sua capital da cidade do município de Amapá para Macapá, em 1944, houve demandas significativas por infraestrutura que comportasse a sede administrativa recém-criada. Nesse processo, já na década de 1950, ocorreu a instalação da Indústria Comércio de Minérios S.A. – Icomi em Serra do Navio, em 1953, e o início da produção da empresa em 1957, já como sociedade anônima (PORTO, 2003).

Apesar das tentativas anteriores de colonização da ASA, essa região chega a meados do século XX com baixa densidade demográfica em seu território. O aumento contínuo da população, mesmo que bastante concentrado no aglomerado urbano Macapá-Santana, só ocorreu nessa sub-região da Amazônia depois da constituição do TFA (SANTOS, 2012). De uma população de 21.191 habitantes, duas décadas depois chega a quase 70.000, e, em 1970, alcança a marca de 114.350 habitantes, em sua área core, em decorrências de sua transformação em território (AMORIM, 2015).

Porto (2003) destaca esse crescimento populacional, em virtude da instalação da Icomi (1953) e o início da produtividade da empresa em 1957, já como sociedade anônima. Em 1956 é criada Companhia de Eletricidade do Amapá – CEA, criada com objetivo de “construir e explorar sistemas de produção, transmissão e distribuição de energia elétrica e serviços correlatos [...] e estimular a criação de um parque industrial” (PORTO, 2003, p. 113), o que promoveu a instalação de infraestrutura no estado amapaense para dar suporte, principalmente, à produção industrial da Icomi e a possível instalação de outras indústrias posteriormente.

Quanto à logística para escoar a produção mineral, a ASA sofreu intervenções com a construção da *Company Town* em Serra do Navio, transformada em Município em 1995, a Vila Amazonas, em Santana, e o Porto de Santana por onde se exporta a produção de Manganês associado à construção de uma estrada de ferro que liga a mina manganésifera em Serra do Navio ao porto (AMORIM, 2015).

Para Santos (2012, p. 112), “A transformação do Território Federal do Amapá em estado em 1988 desencadeou uma série de transformações políticas e econômicas que foram sentidas e concentradas principalmente nas cidades de Macapá e Santana”. Essas mudanças socioespaciais estão conexas às políticas de desenvolvimento promovidas pelo poder público em suas várias instancias e com a chegada de novos agentes do capital na ASA.

A criação de novos municípios no interior do estado amapaense, a criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS, no início da década de 1990; a criação de grandes áreas de conservação e preservação ambiental, intensificadas a partir dessa década; o encerramento das atividades da em presa Icomi, em 1997, “seguido da entrada de novas empresas de mineração e de suas terceirizadas e; as obras vinculadas à

política federal dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento – ENIDS, atingem diretamente a ASA” (SANTOS, 2012, p. 112). Esses impactos causam a (re) organização espacial da região, no sentido de dar uma nova dinâmica ao seu interior.

Com a transformação do Ex-Território do Amapá em Estado, a partir de 1988, foram criadas vários pequenos municípios no interior do Estado, que, segundo Porto (2010), até 1986, possuía apenas cinco municípios (Oiapoque, Calçoene, Amapá, Macapá e Mazagão). Este fato reforçou a centralidade econômica e urbana do aglomerado urbano Macapá-Santana, pois como não possuíam infraestrutura e atividades econômicas intensas, estes municípios estavam atrelados de forma direta à produção econômica dessas cidades amapaenses.

A área core da ASA, representada pelo estado do Amapá, concentra as cidades mais importantes da região, tanto no sentido econômico quanto no político e financeiro. As cidades de Macapá e Santana, que se encontram na sub-região da ASA denominada de Sub-Região de Macapá – SRM, são as que representam essa preponderância dentro desta.

A SRM contribui para entender a dinâmica interna do estado do Amapá, e, conseqüentemente da ASA. Segundo Porto et. al., (2007) a concentração demográfica, econômica e de serviços no eixo Macapá-Santana ocorreu devido à implantação do processo produtivo de exploração mineral industrializado do minério de manganês e de serviços, além de ser a porta de entrada do estado por via aérea e hidroviária.

Macapá e Santana são as duas cidades mais importantes da SRM e se encontram com a maior concentração demográfica da ASA. Além disso, possuem a rede de infraestrutura hidroviária de acesso e tráfego de mercadoria e pessoas com o golfo Marajoara, através de seus portos. Nesse sentido, o entendimento de sua dinâmica corresponde a uma parcela importante da ASA, no intuito de apreender a totalidade desse recorte espacial. As cidades de Macapá e Santana concentram as principais atividades econômicas e políticas da ASA, além de estabelecer como ponto nodal entre as sub-regiões presentes em seu interior.

Segundo Santos (2012), as cidades de Macapá e Santana se constituem um único aglomerado urbano, sendo que, até o ano de 1987, anterior à criação do Estado do Amapá, Santana era distrito de Macapá. Hoje, essas duas cidades possuem fortes complementaridades urbanas (o principal aeroporto está localizado em Macapá, enquanto o complexo portuário está em Santana. O Distrito Industrial fica em Santana e principais centros de compras e serviços em Macapá), o que inviabiliza a análise das duas cidades de forma separada.

Macapá e Santana possuem fortes conexões com as ilhas do golfo marajoara e, com a cidade de Belém. A partir dessa lógica, a ASA deve ser pensada e analisada sob o prisma que vai além dos limites administrativos do estado do Amapá. Portanto, quem exerce a centralidade urbana sub-regional é o conjunto espacial formado pelas sedes municipais de Macapá e Santana, denominado de Aglomerado Urbano Macapá-Santana.

3 O aglomerado urbano Macapá-Santana

Macapá e Santana possuem fortes vínculos desde o período colonial tanto pela localização absoluta (proximidade espacial) como pelo espaço relacional, através das relações estabelecidas a partir dos núcleos urbanos das duas vilas (São José de Macapá e Sant’Ana).

As relações estabelecidas possuem um elemento importante: Santana foi distrito de Macapá até 1987, quando, por desmembramento de Macapá, tornou-se município. Esse

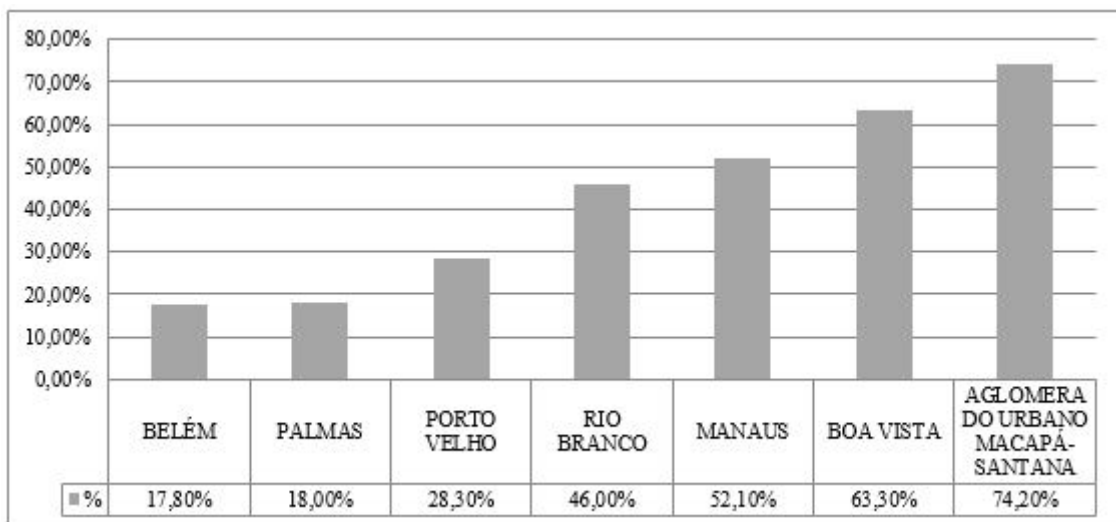
aspecto político não é a razão exclusiva de se pensar a sede dos dois municípios como um aglomerado urbano, mas fornece uma linha de reflexão para se compreender parte das relações próximas entre as duas cidades.

Macapá é a capital do estado do Amapá. Nesta cidade está localizado o aeroporto, que conecta com o restante do país, e, também, a ligação com o restante do estado a partir das rodovias federais e estaduais, constituindo-se no principal centro de distribuição de bens e serviços da ASA.

Já em Santana, fica localizado o Distrito industrial de Macapá e também as conexões na escala regional e mundial a partir dos portos com viagens para Belém, Santarém e Manaus pela via fluvial (além de outras cidades), fluxo de cargas pelo porto do Matapí e exportação de minério de ferro via Porto de Santana – Companhia Docas de Santana - CDSA – e porto da Zamin (empresa detentora dos direitos de exploração do manganês em Serra do Navio de outros minerais em Pedra Branca do Amapari no Amapá).

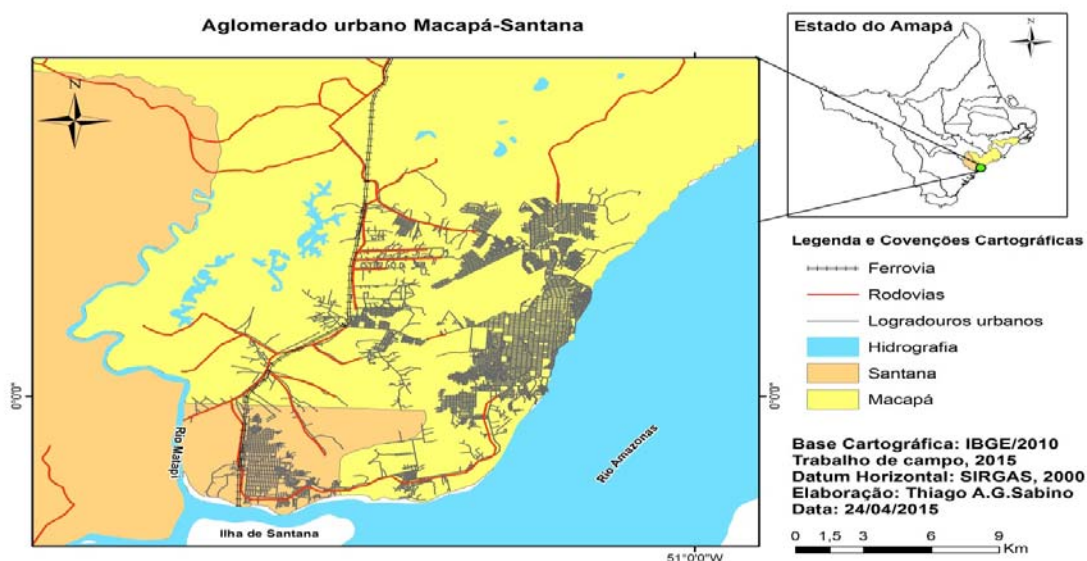
Segundo o IBGE (2014), os dois municípios concentram 74,2% da população do estado, apresentando, portanto, uma urbanização extremamente concentrada (gráfico 01). Partindo dessas nuances do breve quadro da formação socioespacial das duas cidades, defende-se aqui a passagem de Macapá e Santana para Macapá-Santana com a existência de um aglomerado urbano. Defende aqui a passagem de um estágio de continuidade espacial para a continuidade territorial, ou seja, de interações espaciais para integração espacial entre as sedes municipais de Macapá e Santana.

Gráfico 01. Percentual de concentração populacional nas capitais dos estados da região Norte.



Fonte: SANTOS (2015).

A continuidade espacial é marcada pelas interações espaciais, onde há fortes relações entre as cidades, mas que não são traduzidas em conurbação¹ entre elas. No caso do Aglomerado Urbano Macapá-Santana (Mapa 02), os elementos descritos anteriormente revelam o grau de interação espacial entre as cidades, tendo em vista que elas se articulam a partir do compartilhamento das infraestruturas existentes.



Fonte: Santos, 2015.

Mapa 02. Aglomerado Urbano Macapá-Santana.

A respeito de aglomerado urbano, Miyazaki (2010, p. 01) o define como

O processo de junção/articulação de centros urbanos distintos, tanto por meio da continuidade territorial quanto pela continuidade espacial. Consideram-se, assim, as transformações das cidades no que se refere à expansão territorial e interações espaciais por meio dos fluxos, permeando assim pelas escalas inter e intra-urbanas de forma articulada.

O aglomerado urbano não deve ser confundido com o processo de aglomeração urbana, pois pode haver aglomeração urbana sem a existência de um aglomerado urbano, como há caso se pense os núcleos urbanos das cidades de Macapá e Santana em separado, todavia não há aglomerado urbano sem aglomeração urbana, por isso há o Aglomerado Urbano Macapá-Santana.

As fortes tendências apresentadas no contexto atual revelam a passagem da interação para a integração espacial, onde se destaca a continuidade territorial entre Macapá e Santana, através de uma urbanização periférica do espaço da cidade, essencialmente definida pelo novo conteúdo da periferia traduzido na explosão na criação de condomínios e loteamentos nos eixos das rodovias JK e Duca Serra, conforme indica o mapa 02.

Acompanhando este processo de passagem da continuidade espacial para a continuidade territorial, há um verdadeiro processo de reestruturação que reflete tanto na escala da cidade quanto na escala da rede urbana. Há, portanto, a reestruturação da cidade e a reestruturação urbana. Nestes termos, para Sposito (2007, p. 5) a estruturação ou reestruturação urbana compreende “as dinâmicas e processos atinentes aos espaços regionais e/ou ocorridos no âmbito das redes urbanas; como estruturação ou reestruturação da cidade, compreendendo dinâmicas e processos que ocorrem na escala intra-urbana”.

Como este texto tem por finalidade analisar a centralidade urbana sub-regional do Aglomerado Urbano Macapá-Santana, será analisada apenas a escala da rede urbana, ou seja, as articulações do aglomerado, levando em consideração a ASA e também as relações com a metrópole de Belém.

4 Importância e significado do aglomerado urbano Macapá-Santana, no contexto da ASA

Para Oliveira e Schor (2008, p. 60), “O surgimento ou a criação daquelas que viriam a ser as primeiras cidades da Amazônia não ocorreu de forma autônoma ou dissociada tampouco se deu de forma diferente da criação do restante das cidades da colônia portuguesa”. Desde o início da colonização, esses aglomerados constituíram *locus* estratégicos e sempre foram associados, de alguma maneira, à imposição de um projeto civilizatório e de dominação dos espaços pela coroa portuguesa. A gênese do aglomerado urbano de Macapá-Santana não foge a essa lógica.

O aglomerado urbano Macapá-Santana, no contexto histórico de formação socioespacial do estado do Amapá (quadro 01), apresentam relações muito próximas desde suas origens. Santana abriga o distrito industrial de Macapá, o porto de escoamento da produção mineral do Estado e os principais portos de embarque/desembarque de cargas e passageiros, principalmente com as ilhas do golfo marajoara e a cidade de Belém.

Quadro 01. Eventos que marcaram a centralidade do aglomerado urbano Macapá – Santana

Contexto da rede urbana do aglomerado Macapá-Santana	Processo histórico de afirmação da centralidade
1758	Macapá é elevada à condição de vila.
1856	Macapá é elevada à categoria de cidade.
Fim do século XIX	Macapá cumpre o papel de entreposto durante o período da borracha.
1943 – 1944	Criação do Território Federal do Amapá; Macapá é transformada na capital do Ex-Território Federal do Amapá, com isso a Cidade de Macapá passa a concentrar os principais investimentos públicos e privados do Estado.
1953 -1957	Instalação e início das atividades da ICOMI S/A em Serra do Navio; criação da CEA
1961- 1968	Daniel Ludwig adquire terras no Vale do Jari, início da política de criação de unidades de conservação no Amapá, instalação do projeto Jari
1975	Primeiro Plano de Desenvolvimento do Amapá
1979	Construção da BR-156
1980	Criação do distrito industrial de Macapá, 2º Plano de Desenvolvimento do Amapá
1985 -1987	Plano de Desenvolvimento Integrado do Amapá; Criação de novos municípios no Amapá, com destaque para a criação do município de Santana por desmembramento de Macapá
1988	Estadualização
1991	Criação da Área de Livre Comércio de Macapá e Santana – ALCMS
1995	Instalação do Programa de Desenvolvimento Sustentável do Amapá – PDSA
1996	Assinatura do Acordo Quadro Brasil-França; Expansão do Porto de Santana
1997	Fim das Atividades da ICOMI S/A; Criação de novas Unidades de Conservação; Realização de Obras relacionadas aos Eixos Nacionais de Integração de Desenvolvimento – ENID’s
2000	O grupo ORSA compra o Complexo Industrial do Jari; Discussões acerca da Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA
2002	Plano Amapá Produtivo
2003	Expansão asfáltica da BR-156 até Calçoene; Criação da Região Metropolitana de Macapá (Macapá, Santana e Mazagão)
2004	Recuperação da economia mineira.
2010	Construção da Ponte Binacional.
Pós-2010	Construção de Usinas Hidrelétricas (UHE) nos rios Araguari (Ferreira Gomes e Caldeirão) e Jari (Santo Antônio); Inserção do Amapá na rota do agronegócio; Construção do porto graneleiro em Santana

Fonte: SANTOS; AMORIM (2015). Adaptado pelos autores.

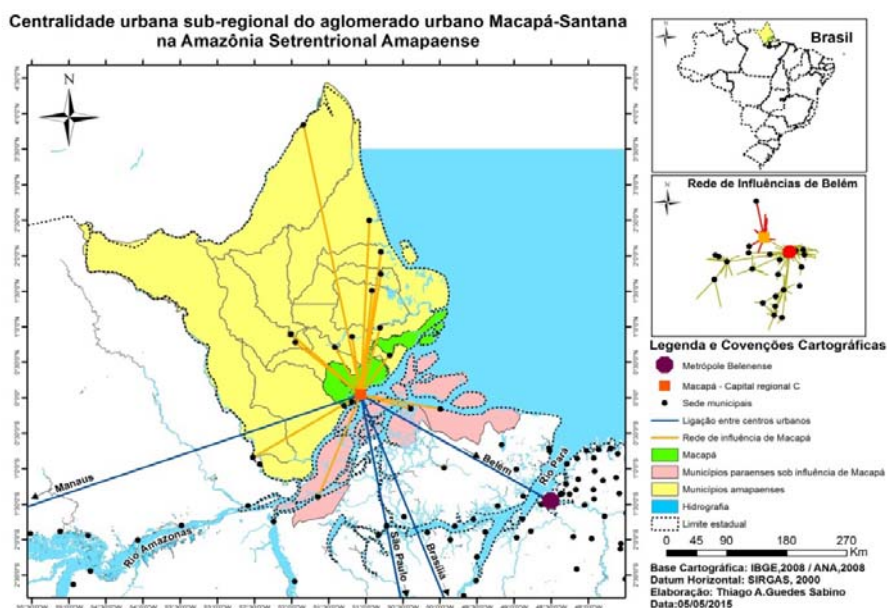
O aglomerado urbano Macapá-Santana, na ASA, é uma construção social, que, ao longo do tempo e dos modos de produção, foi se modificando e se reconstruindo espacialmente para atender as demandas sociais e de infraestrutura de acordo com a prática social exercida em cada período histórico determinado, como aponta Santos (2004). Em um primeiro momento, serve como ponto estratégico de defesa do território português e produtor agrícola, na embocadura do rio Amazonas e, em um segundo momento como entreposto comercial com a cidade de Belém e as ilhas do golfão Marajoara (mapa 03).

O espaço amapaense, e aí reside o aglomerado, enquanto formação socioespacial, surge como um conjunto diferenciado de diversos grupos sociais, e diferentes povos, que, através da apropriação das Terras do Cabo Norte, construíram e fortaleceram a identidade nacional no norte da fronteira brasileira sob a égide do discurso de proteção e defesa do território nacional (REIS, 1949).

Sua centralidade teve origem no período colonial, no entanto, é a partir da criação do Território Federal do Amapá que ganha força, pois a maior parte dos equipamentos urbanos e infraestrutura é sediada nas duas cidades.

No contexto do TFA, o aglomerado Macapá-Santana, principalmente, a cidade de Macapá passa a concentrar os principais investimentos tanto na esfera pública, quanto privada. Macapá exerce, durante o período, o controle econômico, político e administrativo do Território Federal do Amapá por ser a capital, apresentar grande contribuição na geração de renda do TFA procedente da exploração, em escala industrial do manganês (situada exclusivamente no município) à época.

Além da exploração da Icomi, através do manganês, com a criação e instalação da CEA, em 1956, propiciou a chegada de novas empresas, como a Bruynzeel Madeira S.A. – Brumasa, em 1968, instalada em Santana. Essa empresa tinha como principal atividade a fabricação de compensados a partir da extração da espécie vegetal *virola* (*Virola surinamensis*) (PORTO, 2003). Com a instalação da Brumasa, o extrativismo vegetal irá corresponder com 32,4% da produção econômica amapaense, no início de 1970.



Fonte: SANTOS (2015).

Mapa 03. Centralidade urbana sub-regional do Aglomerado Urbano Macapá-Santana na ASA

Entre 1975 e 1987, a (re) organização político-administrativa do estado do Amapá, reforça, de certa forma, a centralidade do aglomerado urbano Macapá-Santana, pelo fato do desmembramento e criação de novos municípios (criação do municípios de Laranjal do Jari, Ferreira Gomes, Santana e Tartarugalzinho por desmembramento dos municípios de Mazagão, Macapá e Amapá). Esses novos municípios surgem com pouca ou quase nenhuma infraestrutura, o que demanda a busca por equipamentos urbanos nas cidades mais bem estruturadas na época, no caso, Macapá e Santana.

No contexto da Amazônia, a partir da década de 1970 e 1980, as cidades impactadas pela mineração industrial formaram corredores de exportação (MONTEIRO; COELHO; BARBOSA, 2011). A formação desses corredores de exportação provocou importantes mudanças importantes na Amazônia, em virtude da adoção de novos modos de valorização de minérios que se associam a frentes de recursos da fronteira contemporânea, originando novas sub-regiões. A SRM, onde se encontra o Aglomerado Urbano Macapá-Santana, teve a formação de um corredor de exportação em seu interior que favoreceu a incorporação de espaços da Amazônia à economia-mundo (figura 01).

Portanto, a centralidade não é exercida, apenas por Macapá e, sim pelo aglomerado urbano Macapá – Santana (mapa 03), pois em todas as análises de produção do espaço urbano-regional Macapá e Santana aparecem juntas. Nesse sentido, as evidências dessa centralidade conjunta são expressas no quadro 02, onde fica nítido o compartilhamento da rede de infraestrutura entre as duas cidades.

Quadro 02. Complementariedade urbana entre os municípios de Macapá e Santana a partir dos sistemas de objetos e sistemas de ações.

CIDADE	SISTEMA DE OBJETOS E SISTEMA DE AÇÕES
SANTANA	<ul style="list-style-type: none">- Porto de Santana: Exportação do manganês extraído na Serra do Navio.- Estrada de Ferro: Liga o espaço de extração mineral em Serra do Navio ao Porto de Santana.- Vila Amazonas: Vila operária dotada de plano urbanístico para abrigar mão de obra da ICOMI e que com o fim das atividades da empresa passou por um processo de refuncionalização assumindo o papel de abrigar parte da elite econômica e política de Santana- Porto do Grego: Porto privado de onde chegam e partem fluxos de pessoas, mercadorias, capitais e serviços de algumas regiões da Amazônia, principalmente de Belém.- Distrito Industrial de Macapá.
MACAPÁ	<ul style="list-style-type: none">- BR 156- Aeroporto- Aterro controlado que atende Macapá e Santana- Terminal Rodoviário de onde partem ônibus para várias cidades do estado.

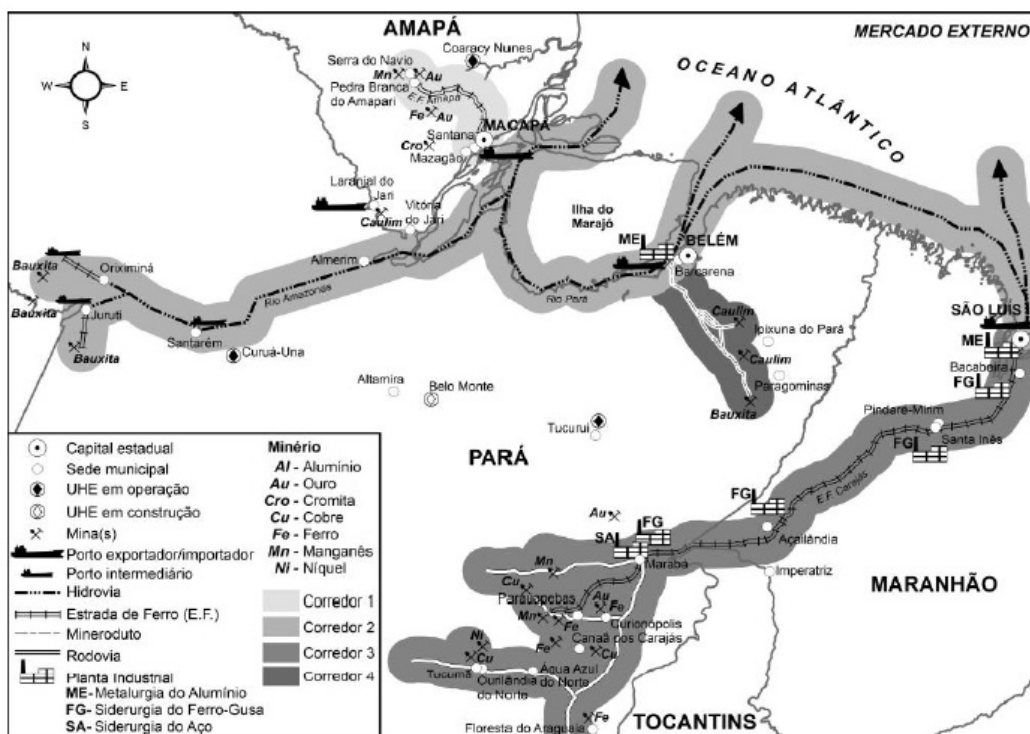
Fonte: SANTOS (2015).

Segundo Santos (2012), a urbanização concentrada e a centralidade excessiva de Macapá-Santana contribuíram para a existência de uma rede urbana sub-regional constituída por pequenas cidades, composta por cidades do Amapá e mais algumas ilhas do Golfão Marajoara (Gurupá, Afuá e Chaves) (mapa03).

Macapá e Santana integram-se, nesse sentido, às ilhas do Golfão Marajoara, através da via fluvial, onde realizam viagens regionais em embarcações de médio porte (transporte de passageiros com uso de redes e camarotes) e de mercadorias (através dos

porões dos barcos) (AMARAL, 2010). Além disso, destaca-se o transporte de produtos industrializados e *commodites* (produtos vindos da Zona Franca de Manaus pelo Porto de Santana), através de grandes navios e o uso de balsas, configurando a mudança no transporte multimodal².

Uma outra questão importante é que a partir da década de 1990, com a instalação da ALCMS, irá ocorrer uma nova dinâmica dentro da sub-região de Macapá, mais precisamente nas cidades do aglomerado urbano Macapá-Santana. Com os incentivos fiscais do Imposto de Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS e o Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI, muitos produtos que são consumidos no interior do estado do Amapá, principalmente no sul do Amapá, oeste do Pará e ilhas do Golfão Marajoara, são adquiridos na área da ALCMS (AMARAL, 2010), o que reforça a centralidade urbana do aglomerado Macapá-Santana (mapa 03).



Fonte: Monteiro, Coelho e Barbosa, 2011.

Figura 01. Corredor de exportação de minérios presente no interior do Aglomerado Urbano Macapá-Santana.

Além dos benefícios fiscais, adotados com a isenção de IPI e ICMS, pelas cidades de Macapá e Santana, ocorrem investimentos físicos e sociais pelo órgão da Superintendência da Zona Franca de Manaus - Suframa, que, através de convênio com as prefeituras das duas cidades tem trazido recursos para o desenvolvimento da região

A cidade de Belém possui forte vínculo com o aglomerado Macapá-Santana, através da migração e mobilidade de trabalho entre os estados do Amapá e Pará (principalmente no sentido de Macapá na busca de empregos nas instituições públicas e privadas criadas na cidade, a partir da estadualização do Amapá), além das trocas comerciais, exploração mineral – representada pela exploração de Caulim, pela empresa CADAM, e de celulose

pela Jarí Celulose – nos municípios de Laranjal do Jarí e Vitória do Jarí; pois, apesar de as fábricas estarem localizadas em território paraense, grande parte da mão de obra e matéria-prima está situada do lado amapaense (AMARAL, 2010). A ligação aérea se estabelece com voos diários entre as duas cidades.

Mais recentemente, no âmbito internacional de integração e desenvolvimento econômico a Amazônia se insere em políticas de planejamento estratégico como a Iniciativa para Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana – IIRSA. Porto (2014) afirma que o novo contorno de atuação do Estado Nacional nas regiões de fronteira internacional se deu, também, pela articulação política dos países da América do Sul para a implantação da IIRSA, havendo relação direta e complementar com a concepção dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento – ENID brasileiros e atrelada as ambições de sua política externa para América do Sul (SANTOS; AMORIM, 2015). Com a articulação da IIRSA, no estado possibilitará a utilização do Porto de Santana por outros países para intercâmbio comercial, a circulação entre a capital (Macapá) e a fronteira, além da redução de gargalos infraestruturais (TOSTES, 2006), na área core da ASA.

Essa iniciativa causa impactos nas cidades de Macapá e Santana, que não podem ser analisadas isoladamente, pois criam infraestruturas que atendem o corredor transfronteiriço, tanto para a produção industrial, pela saída a partir do Porto de Santana quanto pela passagem por Macapá, com a ligação rodoviária e o suporte logístico proporcionado pela cidade, além disso, é no Aglomerado Urbano Macapá-Santana que o potencial sistema intermodal rio-estrada (Rio Amazonas e BR-156) se articula.

Considerações finais

Como foi dito anteriormente, este artigo representa um esforço de avanço analítico em relação ao texto publicado nos anais do evento da ANPUR. Naquele momento, em função dos objetivos do artigo e da própria metodologia adotada, a centralidade foi discutida tomando-se apenas Macapá como referência, tendo em vista que os estudos sobre a região de influência – REGIC/IBGE apontam na direção de Macapá como nó da rede urbana da ASA, classificando-a como Capital Regional C.

O objetivo aqui foi o de elucidar as ideias do artigo anterior (SANTOS; AMORIM, 2014), somando-se a ele dados e mapas que comprovem o exercício compartilhado da centralidade urbana sub-regional da ASA, só que com um olhar mais da escala conceitual, compreendendo-se o aglomerado urbano Macapá-Santana como processo, ou seja, como algo historicamente construído com espacialidades e temporalidade muito próprias.

É de suma importância, a partir dos elementos histórico-geográficos contidos neste artigo, que se insista na necessidade de maior articulação política entre as duas principais cidades da ASA, pois isto implica numa proposta de desenvolvimento integrada, com a particularidade de se enquadrar as cidades do Golfão Marajoara que possuem uma relação muito próxima com o Aglomerado Urbano Macapá - Santana. Neste sentido o Planejamento, tanto na escala urbana quanto na escala regional, é fundamental no sentido de diminuir as distâncias geográficas entre as cidades e possibilitar a primazia do espaço relacional como elemento chave do desenvolvimento.

Diante deste quadro e observando-se o passado para se entender a articulação entre Macapá e Santana em relação a seus espaços intra e interurbanos, é preciso agora

pensar o cenário atual e projetar elementos do exercício desta centralidade. Deste modo, ficam aqui registradas algumas provocações no sentido de se pensar na diminuição ou no fortalecimento da concentração/centralização no Aglomerado Urbano Macapá-Santana, pois novos processos estão em curso, como: o agronegócio vem ganhando espaço no Amapá com o crescimento do plantio da soja; o Porto da Companhia Docas de Santana – CDSA, passa por um processo de reestruturação a partir de investimentos da CIA de Navegação e Portos – CIANPORT; a possibilidade de conclusão das obras da IIRSA; obras de mobilidade urbana no Aglomerado Urbano, presença de novos agentes econômicos ligados ao capital imobiliário etc.

Percebe-se, portanto, que o Aglomerado Urbano Macapá-Santana vivencia um novo contexto de sua urbanização, onde novas atividades econômicas e novas relações se desenham a partir das transformações capitalistas que ocorrem na ASA e que possui seu epicentro no aglomerado. É preciso considerar todos esses processos para se pensar na centralidade, por isso fica aqui o desafio para novos trabalhos: Quais as transformações socioespaciais no Aglomerado Urbano Macapá-Santana diante do novo conteúdo da urbanização da ASA?

Notas

⁴A conurbação diz respeito ao crescimento horizontal convergente entre duas ou mais cidades dando a impressão visual de que elas são apenas uma

⁵Grandes contêineres, caminhões e carretas lotados de mercadorias chegam até o estado do Amapá, vindo de diferentes regiões do país e ao chegar à cidade de Belém mudam o transporte do sistema rodoviário para o hidroviário (AMARAL, 2010).

Referências

AMARAL, Márcio Douglas B. **Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia Oriental – Marabá (PA) e Macapá (AP)**. 347 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil, 2010.

AMORIM, João Paulo Almeida. Centralidade urbana de Macapá-Ap em sua sub-região e os circuitos da economia. **Anais...** XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana: Perspectivas e Abordagens da Geografia Urbana no século XXI. Realizado de 8 a 12 de setembro de 2015. Fortaleza - CE, 2015.

HARVEY, David. **A justiça social e a cidade**. São Paulo: Hucitec, 1980.

LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad: Doralice B. Pereira; Sérgio Martins (do original: *La production del' espace*. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão: início - fev. 2006.

MIYAZAKI, Vitor Koit. Estudo sobre aglomeração urbana no contexto das cidades médias. **Anais...** XVI Encontro Nacional dos Geógrafos: Crise, práxis e autonomia – espaços de resistência e de esperanças – Espaço de socialização de Coletivos. Realizado de 25 a 31 de julho de 2010. Porto Alegre, 2010.

MONTEIRO, M. A; COELHO, M. C. N; BARBOSA, E. J. S. Fronteira, corredores de exportação e rede urbana na Amazônia oriental brasileira. **Revista GEOgraphia** Vol. 13,

n. 26, 2011.

OLIVEIRA, José Aldemir; SCHOR, T. Manaus: Transformações e permanências, do forte à metrópole regional. In: CASTRO, Edna (Org.). **Cidades na floresta**. São Paulo: Annablume, 2008.

PORTO, Jadson Luís Rebelo. **Amapá: Principais transformações econômicas e institucionais (1943-2000)**. Macapá: SETEC, 2003.

_____. **Reinvenções do uso do território amapaense**. Projeto Percepções do Amapá. Macapá: Jadson Porto, 2010.

_____. **Desenvolvimento Geográfico Desigual da faixa de fronteira da Amazônia setentrional brasileira: Reformas da condição fronteiriça amapaense (1943- 2013)**. Porto: Blumenau, FURB/PPGDR, 2014.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. **Amazônia Setentrional Amapaense: do “mundo” das águas às florestas protegidas**. Tese (Doutorado em Geografia). FCT-UNESP. Presidente Prudente, São Paulo, SP, Brasil, 2012.

SANTOS, Romário Valente. O aglomerado urbano Macapá-Santana: a cidade média da Amazônia Setentrional Amapaense. **Anais... XIV Simpósio Nacional de Geografia Urbana: Perspectivas e Abordagens da Geografia Urbana no século XXI**, 8 a 12 de setembro de 2015, Fortaleza - CE, 2015.

SANTOS, Romário Valente; AMORIM, João Paulo Almeida. A centralidade urbana sub-regional de Macapá-Ap e sua região de influência. **Anais... XVI Encontro Nacional da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional**, 18 a 25 de maio de 2015, Belo Horizonte – MG, 2015.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: _____. (Org.). **Cidades médias: espaços em transição**. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

_____. “As cidades médias e os contextos econômicos contemporâneos”. In: _____. (Org.) **Urbanização e cidades: perspectivas geográficas**. São Paulo: UNESP, 2001.

TOSTES, J.A. **Planos Diretores no estado do Amapá: Uma contribuição para o Desenvolvimento Regional**. Série Arquitetura e Urbanismo na Amazônia. Macapá: J. A. TOSTES, 2006.

Revista Ciência Geográfica

Ensino - Pesquisa - Método

Corpo de Pareceristas/Referees' Board

1- Fundamentos e Pesquisa em Geografia:
Prof. Dr. Armen Mamigonian (USP/São Paulo – SP)
Prof. Dr. Gil Sodero de Toledo (USP/São Paulo – SP)
Prof.^ª Dr.^ª Nídia Nacib Pontuschka (USP/São Paulo – SP)
Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF/Niterói – RJ)

2- Geografia Humana:
Prof. Dr. Antonio Thomaz Júnior (UNESP/Presidente Prudente - SP)
Prof. Dr. Edson Belo Clemente de Souza (UNIOESTE/Marechal Cândido Rondon – PR)
Prof.^ª Dr.^ª Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru - SP)
Prof. Dr. Ruy Moreira (UFF/Niterói – RJ)

3- Geografia Física:
Prof. Dr. Gil Sodero de Toledo (USP/São Paulo – SP)
Prof.^ª Dr.^ª Nilza Aparecida Freres Stipp (UEL/Londrina – PR)

4- Ensino e Aprendizagem de Geografia:
Prof. Dr. Celestino Alves da Silva Júnior (UNESP/Marília - SP)
Prof. Dr. José Misael Ferreira do Vale (UNESP/Bauru - SP)
Prof. Dr. Lourenço Magnoni Júnior (Centro Paula Souza - SP)
Prof.^ª Dr.^ª Maria da Graça Mello Magnoni (UNESP/Bauru - SP)
Prof.^ª Dr.^ª Nídia Nacib Pontuschka (USP/São Paulo – SP)

Corpo de Consultores (ad hoc)

Prof. Dr. Aldo Paviani (Universidade de Brasília/Distrito Federal/Brasil)
Prof. Ms. Anibal Pagamunici (Faculdade Estadual de Paranavaí /Paraná/Brasil)
Prof.^ª Dr.^ª Arlete Moyses Rodrigues (Universidade Estadual de Campinas/São Paulo/Brasil)
Prof.^ª Dr.^ª Ana Clara Tones Ribeiro (Universidade Federal do Rio de Janeiro/Rio de Janeiro/Brasil)
Prof. Dr. Djalma Pacheco Carvalho (Universidade Estadual Paulista/São Paulo/Brasil)
Prof. Dr. Fadel David Antonio Filho (Universidade Estadual Paulista/São Paulo/Brasil)
Prof.^ª Dr.^ª Helena Copetti Callai (Universidade de Juiú/Rio Grande do Sul/Brasil)
Prof.^ª Dr.^ª Lana de Souza Cavalcanti (Universidade Federal de Goiás/Goiás/Brasil)
Prof.^ª Dr.^ª Lisandra Pereira Lamoso (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Mato Grosso do Sul/Brasil)
Prof.^ª Ms. Lurdes Bertol Rocha (Universidade Estadual Santa Cruz/Bahia/Brasil)
Prof. Dr. Lucivânio Jatobá (Universidade Federal de Pernambuco/Pernambuco/Brasil)
Prof. Dr. Luiz Cruz Lima (Universidade Estadual do Ceará/Ceará/Brasil)
Prof.^ª Dr.^ª Márcia Siqueira de Carvalho (Universidade Estadual de Londrina/Paraná/Brasil)
Prof. Dr. Marcos Aurélio da Silva (Universidade Federal de Santa Catarina/Santa Catarina/Brasil)
Prof.^ª Dr.^ª Maria José Martinelli S. Calixto (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/Mato Grosso do Sul/Brasil)
Prof.^ª Dr.^ª Sonia Maria Vanzella Castellar (Universidade de São Paulo/São Paulo/Brasil)
Prof. Dr. Ricardo Castillo (Universidade Estadual de Campinas/São Paulo/Brasil)
Prof. Dr. Saint-Clair Cordeiro da Trindade Júnior (Universidade Federal do Pará/Pará/Brasil)

Como se associar à AGB/BAURU

1- TAXA DE ASSOCIAÇÃO - AGB/BAURU - 2017

a) ESTUDANTE DE GRADUAÇÃO:

Anuidade: R\$ 40,00

b) PROFISSIONAL OU PROFESSOR GRADUADO

Anuidade: R\$ 65,00

Contato:

AGB/BAURU
Rua Pedro Oliveira Tavares, 2-148 – Jardim Colonial – Bauru – SP – CEP 17047-595
Fone: (14) 99711-1450

E-mails: lourenco.junior@fatec.sp.gov.br - magnonijunior@bol.com.br
Site: <http://www.agbbauru.org.br>

OBS: Envie esta ficha pelo correio juntamente com um cheque nominal à AGB/Bauru.

Ficha de Associação AGB/Bauru

Nome Completo: _____

Endereço: _____ Fone: () _____ - _____

Cidade: _____ Estado: _____ CEP: _____

E-mail: _____

() Estudante de Graduação () Profissional Graduado () Renovação Anuidade () Novo Sócio () Sócio Sistema CONFEA/CREA

Data: _____ de _____ de _____

Assinatura _____

Apresentação dos originais para publicação

1. A Revista **CIÊNCIA GEOGRÁFICA** – Ensino, Pesquisa e Método recebe e publica artigos inéditos e resenhas elaboradas por profissionais e estudantes de Geografia e áreas afins.
2. Os artigos são publicados a partir de revisão realizada dentro das normas técnicas dos periódicos, podendo ter, no máximo, 15 páginas.
3. **As opiniões expressadas pelos autores são de sua inteira responsabilidade.**
4. Dado o caráter não lucrativo do periódico, os autores não são ressarcidos pela publicação dos artigos.
5. Não é permitida a reprodução total ou parcial das matérias, salvo com consentimentos dos autores e da Entidade gestora do periódico.
6. Originais, publicados ou não, não serão devolvidos.
7. A apresentação dos originais deve obedecer obrigatoriamente o que se especifica a seguir: *
 - a) Editoração eletrônica, com apresentação em CD-Rom (ou via e-mail em arquivo anexado) e cópia, gravado em formato .DOC ou .DOCX em quaisquer destes aplicativos de edição de textos (Microsoft Word, OpenOffice, BrOffice, LibreOffice), página tamanho A4, fonte Times New Roman, corpo 12, entrelinhas com espaçamento simples ;
 - b) Título em negrito. Subtítulo em fonte de corpo 10;
 - c) Identificação dos autores, abaixo do título e subtítulo;
 - d) Referência, sobre o(s) autor(es) após o texto integral;
 - e) Referência, se for o caso, ao evento em que o texto foi apresentado ou identificação da origem do trabalho, indicada no final, mediante a inserção de asterisco junto ao título;
 - f) Artigos contendo mapas, tabelas, gráficos ou figuras só serão aceitos com os mesmos devidamente escaneados na resolução de 300 dpi's para tamanho de área igual ou maior que 10x15 cm; caso sejam menores do que 10x15 cm, deverão ser escaneadas com resolução de 600 dpi's. Gravados com extensão JPG e entregues em CD-Rom. Originais deverão ser confeccionado em papel vegetal com traço à nanquim;
 - g) Fotos deverão ter a resolução mínima de 3MP (Megapixel) para o formato original da câmera digital ou devidamente escaneados na resolução de 300 dpi's para tamanho de área igual ou maior que 10x15 cm; caso sejam menores do que 10x15 cm, deverão ser escaneadas com 600 dpi's, gravados com extensão JPG e entregues em CD-Rom.
 - h) Notas relativas ao texto identificadas numericamente e apresentadas obrigatoriamente ao final do texto;
 - i) Resumo na língua portuguesa e em língua estrangeira, preferencialmente inglês ou francês, assim como identificação de 5 palavras-chave em português e língua estrangeira. Os resumos deverão ser sucintos (máximo de 10 linhas) e, juntamente com as palavras-chave, incluídas após a indicação de título e autores, antes do início do texto do trabalho;
 - j) Indicação bibliográfica (se houver) após o texto, em ordem alfabética, obedecendo às normas da ABNT:
 - j.a) Livro: SOBRENOME, nomes. Título do livro, Local da Edição, Editora, ano da publicação. No caso de autoria coletiva, devem constar os nomes do(s) organizador(es);
 - j.b) Artigo: SOBRENOME, nomes (do(s) autor(es) do capítulo) – Título do artigo, nome da revista, volume (número), página inicial-página final, ano de publicação;
 - j.c) Capítulo de livro: SOBRENOME, nomes (do(s) autor(es) do capítulo) – Título do capítulo, In: SOBRENOME, nomes (do editor ou organizador do livro) – Título do Livro, Local de Edição, página inicial e final do capítulo, ano de publicação;
8. **A ordem de publicação dos trabalhos é de competência exclusiva da coordenação da revista e do conselho editorial. A ordem de publicação levará em conta:**
 - a) data da apresentação dos originais obedecidas as normas anteriores;
 - b) temática atual, envolvendo interesse científico, didático, de divulgação, extensão, afinidade com outros artigos e retomada de abordagens dos temas e situações afins;
 - c) disponibilidade de espaço em cada número do periódico;
 - d) artigos de sócios AGB/Bauru serão priorizados, após atendidas as normas anteriores;
9. Os artigos devem ser enviados para a Revista às expensas do autor para os endereços que se seguem:

ASSOCIAÇÃO DOS GEÓGRAFOS BRASILEIROS SEÇÃO LOCAL BAURU - SP
CNPJ 00.407.524/0001-00
Rua Pedro Oliveira Tavares, 2-148 – Jardim Colonial – Bauru – SP – CEP 17047-595
Fone: (14) 99711-1450
E-mails: agb@agbbauru.org.br
lourenco.junior@fatec.sp.gov.br
Site: <http://www.agbbauru.org.br>

10. Os trabalhos remetidos para publicação deverão conter ficha, em anexo, contendo: nome completo dos autores, instituição em que atuam, endereço para correspondência, telefone e e-mail para contato.

* Todos os arquivos podem ser entregues em uma única mídia (CD-Rom ou DVD-Rom) devidamente finalizada na sua gravação.

Diretoria Executiva AGB/Bauru - Biênio 2016/2018

Diretor:

Elian Alabi Lucci

Vice-Diretor:

Lourenço Magnoni Júnior

Primeiro Secretário:

Wellington dos Santos Figueiredo

Segundo Secretário:

Evandro Antonio Cavarsan

Primeiro Tesoureiro:

Anézio Rodrigues

Segundo Tesoureiro:

Elvis Christian Madureira Ramos

Coordenação de Publicações e Marketing:

Antônio Francisco Magnoni

José Misael Ferreira do Vale

Lourenço Magnoni Júnior

José Mauro Palhares

Coordenação de Biblioteca:

Vanderlei Garcia Guerreiro

Comissão de Ensino:

José Misael Ferreira do Vale

Maria da Graça Mello Magnoni

Sebastião Clementino da Silva

Comissão de Urbana, Meio Ambiente e Agrária:

José Xaides de Sampaio Alves

José Aparecido dos Santos

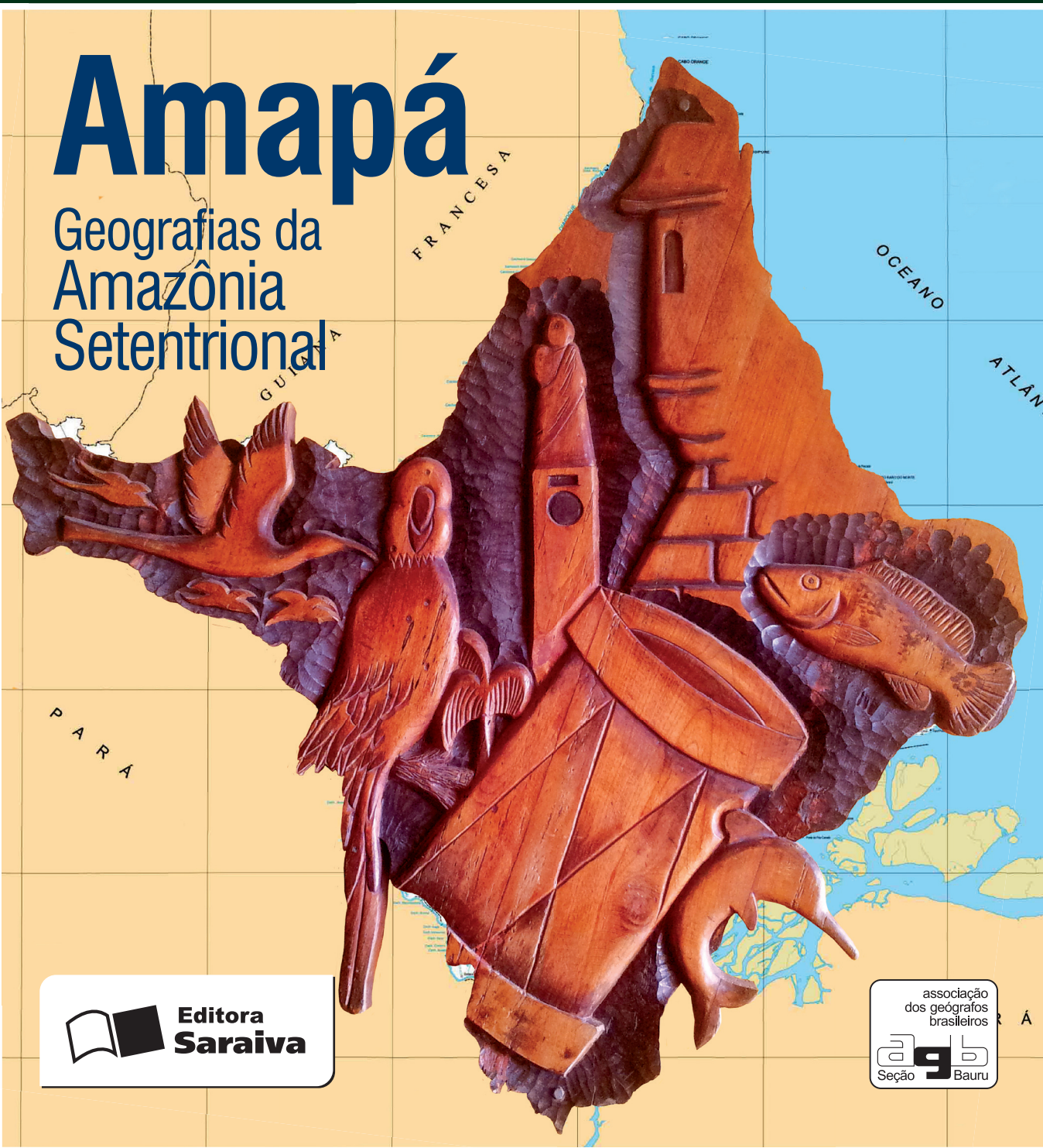
CIÊNCIA

ISSN 1413-7461

Geográfica

Amapá

Geografias da
Amazônia
Setentrional



 **Editora Saraiva**

associação
dos geógrafos
brasileiros

 **Seção 9b Bauru**